

# ENTRE AS ASSOMBRAÇÕES DO PASSADO E AS SEMENTES DO FUTURO

NOTAS SOBRE A DEFESA NO SUL GLOBAL

Héctor Luis Saint-Pierre  
Isabel dos Anjos Leandro  
Eduardo Mei  
(organizadores/editores)



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Instituto Lula

CULTURA  
ACADÊMICA  
Editora

HUCITEC  
EDITORA

O livro que o leitor tem em mãos apresenta novas investigações acerca da sociedade brasileira motivadas pelas profundas transformações geradas pela perene crise sistêmica do capitalismo. Diante da criminosa tragédia que nos acometeu e culminou na necropolítica pandêmica e no avanço do golpismo neofascista na segunda década deste século, os autores/ as autoras sabiam que, devido às dimensões continentais do Brasil — sua população, sua importância econômica e “geopolítica” —, a tragédia brasileira impactava além das suas fronteiras, atingindo povos periféricos ao sul e ao norte da linha do Equador. A eleição do presidente Lula e sua calorosa recepção em todo o mundo confirmou essa certeza. A obra se assenta sobre as assombrações do passado e as inquietações do presente para lançar as sementes do futuro. As 21 autoras e autores apresentam em seus 16 capítulos um diagnóstico preliminar e uma primeira aposta. Motivados pelas tragédias criminosas do passado recente, almejamos que esta reflexão seja continuada e o debate aprofundado com aqueles que aceitem este desafio.

O esforço do grupo que se reunia para discutir segurança e defesa em torno do Instituto Lula de alguma forma está expresso nessas páginas. Como proposta, debruçavam-se sobre as perspectivas de futuro; não um futuro imediato, mas o futuro de longo prazo, para escapar das armadilhas do imediatismo que exige a conjuntura e debater estrategicamente as possibilidades de desenvolvimento de longo prazo, estrutural e consistente. Nesse sentido, esse grupo pretendeu pensar em um futuro em que essas questões possam ter uma resposta para o Brasil. Para que um futuro como esse seja não apenas pensado, mas realizável, inevitavelmente o presente e o passado devem estar presentes no cálculo. Entre as Assombrações do Passado e as Sementes do Futuro é uma leitura obrigatória para entender o Brasil contemporâneo. A temática da Guerra, a estrutura de Defesa e a participação política dos militares às vezes negligenciada como um tema maldito das Relações Internacionais ou reservada aos poucos especialistas que entram nas especificidades das questões técnicas é abordado aqui como algo a enfrentarmos do ponto de vista das relações humanas e das decisões políticas, geopolíticas, sociais e econômicas.

**Coleção**  
**NOVAS E VELHAS DESIGUALDADES NA ERA DIGITAL**

DIREÇÃO DE

*Marcio Pochmann*  
*Luís Fernando Vitagliano*

# Instituto Lula

**Presidente de Honra**  
Luiz Inácio Lula da Silva

**Diretoria (2020-2023)**

Marcio Pochmann (Presidente)  
Paulo Tarciso Okamoto  
Tamires Sampaio  
Juvanda Moreira Leite  
Moisés Selerges

**Diretoria (2023-2026)**

Ivone Silva (presidenta)  
Paulo Tarciso Okamoto  
Wellington Messias Damasceno  
Tarcísio Secoli  
Ana Flávia Marques

**Grupo de Escuta**

*Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro:*  
Notas sobre a defesa no Sul Global

O Instituto Lula detém todos os direitos sobre a versão em português, espanhol e inglês desta obra. As edições em espanhol e inglês da obra deverão ter impresso em cada cópia da tradução, no verso da página de título (página de direitos autorais), o aviso de direitos autorais de acordo com a Convenção Universal sobre o Direito de Autor (UCC) conforme segue: Tradução de: *Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: Notas sobre a defesa no Sul Global*; editado por Héctor Luis Saint-Pierre, Isabel dos Anjos Leandro e Eduardo Mei; Copyright [aviso de direitos autorais fornecido na obra]. Todos os direitos reservados.

The Lula Institute retains all rights to the Spanish and English language versions of this work. The Spanish and English language editions of the work shall have printed in each copy of the translation on the verso of the title page (copyright page) the copyright notice in accordance with the Universal Copyright Convention (UCC) as follows: Translation from the Portuguese language edition: *Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro: Notas sobre a defesa no Sul Global* edited by Héctor Luis Saint-Pierre, Isabel dos Anjos Leandro e Eduardo Mei - Copyright [copyright notice as given in the work]. All rights reserved.

# **ENTRE AS ASSOMBRAÇÕES DO PASSADO E AS SEMENTES DO FUTURO**

**Notas sobre a defesa no Sul Global**



### **Fundação Perseu Abramo**

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

#### **Presidente**

Paulo Okamoto

#### **Vice-presidenta**

Vívian Farias

#### **Diretoria**

Elen Coutinho, Naiara Raiol, Alberto Cantalice, Artur Henrique, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar, Virgílio Guimarães

#### **Conselho editorial**

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira, Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

#### **Coordenador editorial**

Rogério Chaves

#### **Assistente editorial**

Raquel Costa

Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana  
04117-091 São Paulo – SP  
Fone: (11) 5571 4299  
[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)

# **ENTRE AS ASSOMBRAÇÕES DO PASSADO E AS SEMENTES DO FUTURO**

## **Notas sobre a defesa no Sul Global**

*Héctor Luis Saint-Pierre*  
*Isabel dos Anjos Leandro*  
*Eduardo Mei*  
(organizadores/editores)

**— CICLO DE DEBATES —**

**CULTURA**  
**ACADÊMICA**  
*Editora*

Hucitec Editora  
Fundação Perseu Abramo  
Instituto Lula  
São Paulo, 2023

© Direitos autorais, 2023, da organização de  
Héctor Luis Saint-Pierre  
Isabel dos Anjos Leandro  
Eduardo Mei

© Direitos de publicação reservados por

Hucitec Editora Ltda.  
Rua Dona Inácia Uchoa, 209  
04110-020 São Paulo - SP.  
Telefone (55 11 3892-7772)  
lojahucitec.com.br

Fundação Perseu Abramo  
R. Francisco Cruz, 234  
04117-020 São Paulo - SP  
Telefone (55 11 3892-7772)  
fpabramo.org.br

Cultura Acadêmica Editora  
Praça da Sé, 108  
01001-900 São Paulo - SP  
Telefone (55 11 3242-7171)  
Fax: (55 11 3242-7172)  
www.culturaacademica.com.br  
www.livrariaunesp.com.br  
feu@editora.unesp.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA  
Produção editorial: KATIA REIS  
Assessoria editorial: MARIANA TERRA  
Circulação: ELVIO TEZZA

E52

Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro :  
Notas sobre a defesa do Sul Global / Héctor Luis Saint-Pierre, Isabel  
dos Anjos Leandro e Eduardo Mei (orgs.) – São Paulo : Fundação Per-  
seu Abramo ; Hucitec; Cultura Acadêmica Editora, 2023.

311p. (Coleção Novas e Velhas Desigualdades na Era Digital)  
ISBN: 978-85-8404-366-8  
ISBN 978-65-5954-394-6 (Cultura Acadêmica)

1. Era digital 2. Países emergentes 3. Forças Armadas 4. Tecnolo-  
gia militar 5. Vigilância digital 6. Indústria de defesa 7. Tecnologia e  
violência I. Saint-Pierre, Héctor Luis II. Leandro, Isabel dos Anjos III.  
Mei, Eduardo

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias  
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias



# APRESENTAÇÃO GERAL DA COLEÇÃO

**E**ste livro que aqui se apresenta é resultado de um esforço coletivo de especialistas e gestores que associam experiência, profissionalismo e vontade de inovação. Resulta da busca do Instituto Lula em mais uma vez reunir profissionais de excelência para pensar a sociedade brasileira nos seus mais diversos aspectos e provocar a propor soluções para políticas públicas e sociais.

Entre os anos de 2020 e 2023, a Diretoria do Instituto Lula, composta por Marcio Pochmann, Moises Selerges, Thamires Sampaio, Paulo Okamoto e Juvândia Moreira, se propôs a realizar estudos, ampliar o debate e buscar estratégias de modernização da sua visão de mundo. Com base nessa missão, surgiram projetos de formação de quadros, seminários com participação social, articulação com as universidades, grupos de escutas com especialistas e editais de trabalho para pesquisadores. Esse volume de conversas, reuniões, estudos, pesquisas e relatórios agora se convertem numa série de livros que têm como objetivo ajudar a pensar o Brasil do futuro. Muito do que foi feito teve a perspectiva de apresentar novas abordagens para temas que insistem em manter-se na agenda social, política e econômica do Brasil. Para isso, a proposta do Instituto Lula para tratar temas já bastante desgastados que permanecem irresolutos foi propor uma discussão de longo prazo, para vinte anos ou mais. Não pensar no imediato, mas pensar no longo prazo.

Sintoma do nosso atraso enquanto sociedade é estarmos sempre correndo atrás do emergencial, com o sentimento de que tudo é urgente e deve ser resolvido agora. É como tentar colocar toda água do reservatório dentro do cano de saída de uma única vez. É preciso, para ter bons resultados, controlar o fluxo, organizar o estoque, pensar no longo prazo e nos gargalos. A coleção que aqui se apresenta e da qual faz parte esse volume tem este propósito: pensar o Brasil, reconhecer seus problemas urgentes, mas dar tempo ao tempo, controlar a ansiedade de fazer tudo de uma vez e evitar o erro de supor que tudo é urgente, porque, seguindo o ditado, se tudo é urgente, nada é prioritário.

Sabemos que, ao definir prioridades, selecionamos a sequência de tarefas, e que, obviamente, a cada escolha há muitas renúncias. O Instituto Lula insistiu

na necessidade de que essas escolhas e preferências se fizessem entre os especialistas, professores, lideranças de movimentos sociais, pesquisadores e os participantes anônimos que nos acompanharam, porque isso faz parte do exercício da liderança. Provocar reações, buscar respostas para tomar as melhores decisões é o papel de uma instituição como o Instituto Lula, bem como subsidiar lideranças com diagnósticos e propostas para que a sociedade brasileira tenha opções de pensamento de longo prazo. Para nós, a doença do “curtoprazismo” precisa ser combatida.

Um segundo eixo de trabalho adotado, e que vai ficar evidente nas leituras da presente coleção, é o fato de considerarmos as mudanças para uma nova Era Digital. Consideramos que a transição da sociedade industrial, que concentrava empregos, riquezas e inovação na área da indústria, tem dado sinais de esgotamento e que desponta, como substituição a isso, um período de mudanças associadas à informatização dos serviços, que incorpora iniciativas de inteligência artificial, ao qual chamaremos de Era Digital.

Como as plataformas de serviços digitais, o incremento do celular, toda a economia em torno do mundo da internet, dos sites e aplicativos foram capazes de fazer esta verdadeira revolução na forma como nos comunicamos, na forma como transmitimos informações e também nas formas de organização e circulação de pessoas e produtos? Ter às mãos um mapa com geolocalização em tempo real mudou a logística dos transportes. Assim como ter o aplicativo do banco tirou muitos empregos do caixa. Os totens em lojas de *fast food* dispensam funcionários e transformam o atendimento, assim como organizar os semáforos com inteligência artificial que monitora o trânsito aperfeiçoa os fluxos nas cidades. Todas essas transformações e acelerações apresentam desafios às políticas públicas, aos governos e à própria sociedade civil. Discutir esses impactos foi propósito de alguns dos projetos que cercaram o Instituto Lula durante esses anos.

Boa leitura! Contem conosco,

*Marcio Pochmann*  
*Luís Fernando Vitagliano*

# SUMÁRIO

- 11 Prefácio
- 15 Introdução, *Isabel dos Anjos Leandro, Eduardo Mei & Héctor Luis Saint-Pierre*

## I – A SEARA GLOBAL E A PERIFERIA DEPENDENTE

- 27 Periferias, guerras e soberania: semeando novos futuros, *Marcio Pochmann*
- 45 Mundo em trânsito. Notas sobre a crise e o futuro da ordem internacional, *Sebastião C. Velasco e Cruz*
- 62 Acumulação de capital e tecnologias da violência, *Eduardo Mei & Héctor Luis Saint-Pierre*
- 79 A geopolítica da dependência na América do Sul, *Raphael Padula*
- 101 Condicionantes estruturais do financiamento da Defesa na América do Sul, *Diego Lopes da Silva*

## II – O BRASIL E SUA INSERÇÃO INTERNACIONAL

- 117 O emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem e suas implicações para a defesa nacional, *Adriana A. Marques*

- 132 Rompendo monopólios militares: Educação, Orçamento, Justiça e Inteligência, *Ana Penido, Jorge M. Oliveira Rodrigues & Suzeley Kalil*
- 148 Indústria de defesa no Brasil Democrático: por reformas profundas no nosso aparato institucional, *Juliano Cortinhas & Matheus Dalbosco Pereira*
- 169 Lawfare, democracia e a transição inacabada brasileira, *Rodrigo Lentz*
- 182 Uma “guerra introvertida” e o pluriverso decolonizado: análise das práticas securitárias das forças armadas no Brasil, *Mariana da Gama Janot & Samuel Alves Soares*

### III – AS TECNOLOGIAS NOS INSTRUMENTOS DA VIOLÊNCIA E NAS NOVAS FRENTES DA GUERRA

- 205 Guerras convencionais e revoluções militares: o futuro da guerra, *Leandro José Clemente Gonçalves*
- 219 Tecnologia militar e dependência: o Brasil e a América do Sul em perspectiva, *José Augusto Zague*
- 239 As guerras silenciosas e as estratégias de resistência, *Isabel dos Anjos Leandro*
- 258 A revolução molecular: complexidade, automação da percepção e sistemas preditivos de vigilância, *Eduardo Barros Mariutti*
- 272 Tecnologias e despersonalização da violência, *Héctor Luis Saint-Pierre & Mayara Zorzo*
- 289 Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos, *Jonathan de Araujo de Assis*
- 305 Sobre as autoras e os autores

## PREFÁCIO

**E**m tempos de negacionismo, da utilização da mentira como estratégia política e de ataques à ciência, à pesquisa e à educação – sobretudo à universidade – nada melhor que uma poderosa ferramenta chamada Conhecimento. Só o conhecimento é capaz de fazer frente ao obscurantismo que o atual governo tenta nos impor a qualquer custo.

Nenhum país do mundo se desenvolveu sem investimento maciço em educação. Mas a educação, embora dever do Estado, não deve se limitar a ele. Cabe a todas e a todos os interessados na construção de um Brasil mais justo ajudar a fazer do conhecimento um bem cada vez mais acessível à população brasileira.

É esse o sentido da série *Novas e Velhas Desigualdades na Era Digital*, cuja publicação o Instituto Lula inicia agora. São ao todo 15 livros, frutos dos Ciclos de Debates Formativos desenvolvidos pelo Instituto a partir da aproximação com mais de 200 produtores de pensamento e intelectuais experientes na formulação de políticas públicas brasileiras.

A série faz parte de um dos eixos de trabalho do Instituto Lula, encarregado de analisar as novas desigualdades na chamada era digital. Ela parte da constatação de que o mundo passa por uma mudança profunda, na qual as tecnologias digitais de informação reestruturam a sociedade e o próprio Estado, exigindo novos esforços na construção de políticas públicas que façam frente a essas desigualdades.

Os livros contemplam temas fundamentais para o futuro do Brasil na era digital, tais como trabalho e renda, meio ambiente, democracia e representatividade, assistência social e políticas públicas, entre outros.

Por trás de cada um dos 15 livros existe muito trabalho. Um trabalho que nasce do esforço coletivo e do amplo diálogo, mas que, antes de tudo, tem como ponto de partida uma história de amor pelo Brasil e pelo povo brasileiro construída ao longo de duas décadas.

O Instituto Lula nasceu da necessidade de luta e da vontade de mudança. Cabe lembrar que após as eleições de 1990, uma onda de desânimo se abateu sobre o país. O PT era já naquele momento a principal referência da oposição, mas tínhamos pouca estrutura que nos permitisse dialogar com a população.

Eram tempos difíceis para a oposição. Ainda mais uma oposição que tinha origem na luta dos trabalhadores. Havia dificuldade para furar os bloqueios da grande mídia, que queria nos colocar às margens da história. Mas eram também tempos férteis para a busca de soluções para os grandes desafios do país.

Podíamos ter nos acomodado com a catástrofe que foi o governo Collor. Mas sabíamos que não era razoável cruzarmos os braços enquanto as coisas ruíam. Foi então que, contra todas as dificuldades, criamos o Governo Paralelo.

Era imperativo enfrentar os aventureiros que compunham o núcleo do governo Collor. Demonstrar que era possível fazer de outra forma, e até mesmo apontar caminhos. Convocamos especialistas, elaboramos políticas e mostramos que não apenas tínhamos propostas, mas que sabíamos como governar para todos, com atenção especial voltada para a parcela mais necessitada do povo brasileiro.

Dessa experiência do Governo Paralelo nasceu, em 1993, o Instituto Cidadania. Ali reunimos pessoas, especialistas das mais diversas áreas, que tinham uma importante contribuição a dar no combate às desigualdades.

Nosso segredo era que tínhamos, além dos melhores cérebros, grandes corações comprometidos com o povo brasileiro. Isso explica por que o Instituto Cidadania foi o berço de projetos como o *Fome Zero*, entre tantos outros.

Algumas das iniciativas formatadas no Instituto Cidadania foram implementadas depois e desenharam a feição dos nossos governos futuros. Na época não sabíamos se – e quando – poderíamos colocar em práticas essas ideias. Podia não ter acontecido, mas sabíamos que se tivéssemos a honra de governar, precisaríamos estar preparados para mudar o Brasil. Esse era o espírito daquela época: esperança, força, comprometimento e responsabilidade.

Em 2011, quando deixei a Presidência da República, o Instituto Cidadania deu lugar ao Instituto Lula, e o que era um espaço para discussão de ideias para o futuro do país teve que lidar com outras preocupações.

O legado dos meus dois governos foi incorporado ao Instituto Lula, e a questão internacional passou a ter um lugar de destaque nas nossas relações institucionais. Construimos pontes nas relações com a África e a América Latina, porque tínhamos muito o que compartilhar.

Alguns podem dizer que se trata de fases distintas: o Instituto Cidadania na oposição, depois o Instituto Cidadania durante os meus dois governos, e finalmente o Instituto Lula após a minha saída da Presidência. Mas eu vejo como uma coisa só: uma instituição que sempre esteve preocupada em reunir esforços, projetos, propostas, ideias para fomentar políticas públicas e com elas transformar o Brasil, melhorar a vida do nosso povo.

No Instituto Lula, após 2010, passamos a organizar, sistematizar e preservar a memória dos meus governos. Fizemos conversas, viagens, conferências para que o projeto *Fome Zero* fosse replicado no mundo. Um programa de tamanho sucesso merecia ser estendido a todos os países onde existisse a tragédia da insegurança alimentar. Porque não é possível que em pleno século XXI ainda tenhamos mais de 1 bilhão de miseráveis no mundo, e que homens, mulheres e crianças continuem morrendo de fome.

Sabemos o muito que fizemos, mas temos consciência do que ainda precisamos e podemos fazer. Queremos que o povo sofrido do Brasil e do mundo tenha o direito ao mínimo de três refeições por dia, para daí em diante caminhar rumo à sua autonomia. Esse é um objetivo que nos move todo dia, nos faz levantar cedo e trabalhar para realizar.

Por isso, mesmo quando perseguiram o meu legado, invadiam o Instituto Lula, me confinaram numa prisão política e me impediram de disputar as eleições de 2018, não perdi a esperança e o entusiasmo. Eu não tinha dúvidas de que a verdade e o amor venceriam o ódio e a mentira.

O fato concreto é que a partir de 2020, quatro anos após o golpe contra a presidenta Dilma, voltamos a trabalhar com ainda mais foco naquilo que nós, do Instituto Lula, sabemos fazer muito bem: buscar soluções para mudar o Brasil, sobretudo no momento de ascensão do fascismo e da tentativa de destruição de tudo o que construímos.

Por tudo isso, é com grande alegria que damos início a essa série de livros. Ela faz parte de um esforço para olhar o Brasil na perspectiva do futuro. É fundamental olharmos para a frente. Ver o que o século XXI apresenta de desafios e oportunidades. Desenhar as políticas públicas para as novas gerações. Continuar a fazer mais e melhor, aprendendo com o passado e sempre atentos às mudanças.

Temos muito o que reconstruir. Precisamos erguer novamente os alicerces do futuro. Contamos com vocês, leitores e leitoras, para essa missão.

***Luiz Inácio Lula da Silva***

Presidente da República do Brasil





# INTRODUÇÃO

*Isabel dos Anjos Leandro  
Eduardo Mei  
Héctor Luis Saint-Pierre*

**A**s profundas transformações geradas pela crise sistêmica do capitalismo exigem novas investigações acerca da sociedade brasileira. Para a discussão de temas contemporâneos e de grande relevância, o Instituto Lula promoveu a formação de grupos compostos por estudiosas/os, professoras/es e pesquisadoras/es para refletirem acerca dos desafios da contemporaneidade e a elaboração de propostas a longo prazo. Diante da criminoso tragédia que nos acometeu e culminou na necropolítica pandêmica e no avanço do golpismo neofascista na segunda década deste século, o Professor Márcio Pochmann convocou os autores desta coletânea, especialistas nos temas da violência, da Defesa e das forças armadas, para iniciarem em 2021 uma série de videoconferências para discutir a inadequação das estruturas de Defesa dos países periféricos, especialmente o Brasil, tendo em vista um futuro condicionado por tecnologias. Sabiam que, pelas dimensões continentais do Brasil, sua população, sua importância econômica e “geopolítica”, a tragédia brasileira impactava além das suas fronteiras, atingindo povos periféricos ao sul e ao norte da linha do Equador. A eleição do presidente Lula e sua calorosa recepção em todo o mundo confirmou essa certeza. Em novembro de 2022, decidiram redigir uma obra coletiva que traduzisse parte dessa reflexão, apresentando-a ao público para com ele debatê-las e aprofundá-las.

A obra se assenta sobre as assombrações do passado e as inquietações do presente para lançar as sementes do futuro. Dividimos os 16 capítulos que a compõem

em três partes. A primeira, “A seara global e a periferia dependente”, trata da atual situação mundial, marcada pelo que o professor Márcio Pochmann denomina no seu texto “policrise”: a inédita convergência de três crises que se agravam mutuamente: a de acumulação do capital, a climática e a hegemônica — deslocamento do eixo da acumulação do Atlântico Norte para a Ásia, Índico e Pacífico. A segunda parte, “O Brasil e sua inserção internacional”, situa o nosso país na “seara global”. Não obstante o pesado fardo de um passado colonial, escravista e autoritário — passado tristemente presente —, consideramos que a inserção do Brasil no processo em curso pode e deve representar a ascensão dos povos periféricos na ordem mundial, nivelando as relações de poder e o declínio na brutal desigualdade econômica atual. É sintomático e alvissareiro que o presidente Lula se empenhe na luta contra a fome: as periferias e os “marginais” do mundo a padecem. A terceira parte, “As tecnologias nos instrumentos da violência e nas novas frentes de guerra”, examina os principais meios com os quais essa crise será enfrentada. Não nos iludamos: não há parto histórico sem violência e sofrimento. Destarte, a violência da acumulação do capital, da sua acepção marxiana à recente releitura de Alliez & Lazzarato, perpassa todos os capítulos da coletânea, seja velada ou explicitamente, não deixando lugar ao otimismo. Ao contrário, a atual e inédita policrise exige cautela e nervos de aço. Entretanto, obrigamo-nos a ter esperança, pois como diz o professor Sebastião Velasco Cruz em seu texto, “pessimismo e otimismo se fundem e a utopia se converte em condição necessária do realismo”.

Em que seara serão semeadas as sementes do futuro? Antes da semeadura há que conhecer e preparar o campo. Na primeira parte do livro, são tratadas as características da seara global e da periferia dependente, cuidando dos aspectos mais gerais da tarefa que se impõe. Não se trata de exaurir o campo, pois, mesmo que o ano de 2023 seja alvissareiro, o futuro é incerto. Todavia, o campo é adubado com a esperança de uma boa colheita. O preparo do terreno se inicia com o texto “Periferias, guerras e soberania: semeando novos futuros”, no qual Márcio Pochmann examina as excepcionalidades que tornam “a atualidade interpretativa da regularidade da ordem hierárquica global frágil e disfuncional”. Entre elas destacam-se o antropoceno e o aumento da temperatura média no mundo, o salto tecnológico e o deslocamento do centro dinâmico do mundo em direção ao Oriente, e a ruptura das hierarquias impostas pelo Norte global e o Ocidente. Pochmann observa que “o processo de acumulação capitalista se caracteriza pela espoliação”, promovendo a aliança das oligarquias extrativas minerais e agrárias com o capital financeiro e rentista, garantida pelo “uso da força e violência, não apenas nos espaços geográficos periféricos do mundo”. Tendo em vista isso, Pochmann examina o “papel da guerra [associada à esfera da economia política] na arquitetura da ordem das hierarquias no interior das civilizações dominadas pelo capital”.

No capítulo 2, intitulado “Mundo em trânsito. Notas sobre a crise e o futuro da ordem internacional”, Sebastião Velasco Cruz trata da crise no mundo, gravada pela guerra em curso na Ucrânia e a escalada no Estreito de Taiwan e Mar da China.

Reconhecendo que o tema demandaria “muita pesquisa e o esforço combinado de estudiosos de várias disciplinas”, Velasco Cruz ensaia uma resposta preliminar, partindo de “uma reflexão sobre o mundo que se desenhava no final do século passado, com o término da Guerra Fria”. Velasco nos brinda então com um instigante resumo dos eventos e das vicissitudes das últimas décadas, pós-Queda do Muro de Berlim. Examina a propaganda da “globalização neoliberal” que ocultava o “discurso distópico”, uma normativa imposta por governos e organismos internacionais em prejuízo, principalmente, dos países periféricos. Como nota Velasco, a “globalização econômica” tem um componente ideológico amparado na “democracia” e nos “direitos humanos” que servem à intervenção e à ingerência nos assuntos internos de outros Estados. Em suma, os EUA e o Ocidente se arvoram a ser os novos “cães de guarda” da sua nova ordem internacional que, como observa Velasco, alicerça-se em dois pilares: a supremacia econômica e a supremacia militar do “Ocidente”, ambas conjugadas às tecnologias de informação e comunicação. Esses “sólidos” alicerces, aparentemente inabaláveis, carregavam falhas e rachaduras que logo se fizeram notar. Primeiramente as crises econômicas cada vez mais severas e, além disso, o caráter intrinsecamente fugaz das tecnologias de informação e comunicação que facilmente são apropriadas por outros atores, voltando-se contra os seus criadores. O abalo desses pilares — representado, de um lado, na altissonância do coro dos descontentes e crescente onda de movimentos sociais, migratórios, antiglobalizantes etc. e, de outro, nos reveses militares no Iraque e no Afeganistão — soma-se à recuperação da Rússia e à galopante ascensão chinesa nas áreas econômica e militar, acompanhadas de avanços tecnológicos que desafiam a supremacia estadunidense. Em suma, Velasco considera que o presente é prolongado e perigoso, no qual “precisamos visar além do horizonte” em um movimento em que “pessimismo e otimismo se fundem e a utopia se converte em condição necessária do realismo”.

No capítulo 3, intitulado “Acumulação de capital e tecnologias da violência”, Eduardo Mei e Héctor Saint-Pierre examinam como as novas tecnologias, especialmente as informacionais, “abrem novas e sombrias perspectivas para a violência em suas múltiplas manifestações”. Para eles, “as tecnologias de informação, a tecnologia genética, tecnologia de materiais, a nanotecnologia aplicada a implantes biológicos e cerebrais e as tecnologias associadas aos psicofármacos” são integradas transversalmente pelas tecnologias de informação. Tratam, pois, de examinar as possíveis implicações do seu uso político e militar. Os autores consideram a tecnologia da perspectiva da acumulação do capital, tratando-a sob o signo da expropriação dos meios de produção como um processo que altera e convulsiona as relações sociometabólicas do ser humano com o mundo natural e a sua própria natureza. As tecnologias da violência (de vigilância e controle, de punição e extermínio) afloram em um mundo tensionado pela disputa hegemônica (declínio do “Ocidente” e ascensão do “Oriente”) e pelo “acirramento da disputa por recursos estratégicos”. Percorrendo a longa duração, os autores buscam captar as tendências da acumulação do capital em curso e indicar as virtualidades da tecnologia em um mundo no qual “o avanço

do neoliberalismo, da acumulação flexível, da precarização do trabalho e da descartabilidade da força de trabalho” criam “o ambiente propício para a disseminação do autoritarismo e da cultura da violência”. Desnecessário dizer que os povos e países periféricos são e tendem a ser as principais vítimas das tecnologias da violência.

“A geopolítica da dependência na América do Sul” é o tema de Raphael Padula no capítulo 4. O autor busca “relacionar a dependência das relações exteriores em países periféricos, em particular na América do Sul, nas esferas econômica (comercial, tecnológica e financeira) e político-militar com vulnerabilidades estratégicas, a ausência de autonomia e limitação da capacidade de projeção geopolítica”. Padula argumenta que a dependência e a vulnerabilidade dos países sul-americanos, cujas raízes estão cravadas na sua formação histórica, são acentuadas no século XXI “com a globalização e o neoliberalismo, a ampliação do poder monetário-financeiro dos EUA, as novas formas de projeção de poder e guerra, em um contexto de revolução e aprofundamento do distanciamento produtivo-tecnológico entre países, e de aceleração da disputa pelo poder global”. Padula aborda a formação histórica da América do Sul, origem de Estados fracos e economias dependentes; os aspectos geopolíticos e os interesses e vulnerabilidades dos países sul-americanos diante dos EUA e outras potências externas; e “as transformações dos anos 1970”, “as origens da globalização econômica e o poder monetário-financeiro inédito dos EUA”; e, finalmente, “a geopolítica e geoeconomia do século XXI e a ampliação das vulnerabilidades econômicas e estratégicas dos países sul-americanos, em um contexto de aceleração da disputa pelo poder global”. Padula é taxativo ao considerar que os aspectos examinados “impactam na dependência militar, produtiva e tecnológica, e na vulnerabilidade política”. Porém, indica o caminho para a superação da dependência, ao ponderar que tais desafios reforçam “a necessidade ou as oportunidades de os países sul-americanos superarem sua dependência e suas vulnerabilidades geopolíticas de forma conjunta, em busca por sua autonomia por meio de um projeto de integração regional pautado no desenvolvimento industrial planejado e conjunto”.

No capítulo seguinte, intitulado “Condicionantes estruturais do financiamento da Defesa na América do Sul”, Diego Lopes da Silva dá continuidade ao tema da geopolítica da dependência, examinando um elemento essencial da subalternidade sul-americana: a dependência militar. Compreendendo “militarização” como o “acúmulo das capacidades de coerção”, dedica-se a examinar “possibilidades, características e limites da militarização em países periféricos”. Destarte, o autor contrapõe a suposta corrida armamentista sul-americana que teria ocorrido “entre meados dos anos 2000 e meados dos anos 2010” ao caráter errático dos investimentos em defesa dos países da região. Segundo Lopes, o caráter primário-exportador de *commodities* dos países sul-americanos e “os impedimentos políticos ao avanço da extração fiscal” reforçam a sua dependência externa. As fragilidades da economia brasileira explicam, por exemplo, a rápida ascensão e o vertiginoso declínio da sua indústria bélica nos anos 1970-1980. Os países periféricos ao se projetarem nas metrópoles europeias enfrentam uma dificuldade aparentemente insuperável.

Enquanto a formação do Estado moderno europeu durou séculos, os países periféricos enfrentaram uma dificuldade aparentemente intransponível: “a incorporação tardia à estrutura internacional em termos excepcionalmente desfavoráveis”. O financiamento das atividades estatais, segundo Lopes, “deu-se majoritariamente pela via externa, isto é, por meio do recurso aos empréstimos internacionais e às divisas oriundas das exportações” e, amparado em dados econômicos e na literatura especializada, ele procura corroborar o caráter errático do financiamento da defesa na América do Sul. Finalmente, Lopes adverte que “caso os fatores estruturais associados à militarização na América do Sul não sejam modificados, novos projetos de Defesa também terão vida curta”.

Na segunda parte do livro são examinados assuntos internos que afetam a inserção internacional do Brasil. Assim, no capítulo 6, intitulado “O emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem e suas implicações para a defesa nacional”, Adriana A. Marques discorre sobre o papel das forças armadas na segurança pública e mostra como sua atuação no Haiti reforçou o seu caráter intervencionista. Adriana Marques inicia discorrendo sobre um evento cujo desenlace poderia alterar o destino do Brasil (e, quiçá, do mundo) e que teve uma solução redentora. Referimo-nos à tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 e a não convocação de uma Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para lidar com os golpistas. Folga saber que a GLO não engrossou as fileiras golpistas. Marques observa que esse evento contribuiu para que o famigerado artigo 142, que outorga às forças armadas a garantia da lei e da ordem, seja questionado. Adriana Marques registra como a legislação subsidiária contribuiu para extrapolar o já previsto no artigo 142. Seu intuito é contribuir para a reflexão sobre esse espinhoso tema por meio da análise da visão que os oficiais das forças armadas têm a respeito. Baseada em dois projetos de pesquisa desenvolvidos na Fundação Getúlio Vargas, a autora registra cinco tipos de GLO: “as eleitorais, as de grandes eventos, as de greves policiais, as de violência urbana e, mais recentemente, as ambientais” e discorre sobre cada uma delas. Entretanto, são as GLO voltadas ao “combate” da violência urbana as mais frequentes e que merecem mais atenção. A autora anota que “mais de 40% das operações de GLO executadas no Brasil foram de segurança pública” e considera que “um dos aspectos mais relevantes das operações de grande escopo que ocorreram na década de 2010 é a utilização no ambiente doméstico de tropas que haviam passado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)”. Segundo a autora, as operações realizadas no Rio de Janeiro também “foram fundamentais para a evolução doutrinária, normativa e a produção de percepções sobre o papel das forças armadas, o poder público e as questões sociais que acompanharam o emprego militar de tropas para atividades de natureza policial”. Ela assegura que, “na visão dos militares, as regras de engajamento são mais estritas no ambiente doméstico do que nas missões de paz”. Sumariamente, os militares gostariam de tratar o povo como inimigo e aplicar a doutrina de aniquilamento no âmbito interno, com esse objetivo, fizeram um périplo no Congresso Nacional em

2017, “defendendo que os ‘eventuais excessos’ cometidos por militares em operações de GLO fossem julgados pela Justiça Militar”. Adriana Marques pontua que, embora “o processo de militarização da segurança pública e policialização das forças armadas” não seja “um fenômeno exclusivamente brasileiro, [...], infelizmente se tornou uma marca nacional” e assevera que as transformações em curso na ordem internacional “só poderão ser enfrentadas com um instrumento militar bem preparado para assegurar nossa soberania”, dedicado exclusivamente à defesa de ameaças militares externas.

No capítulo 7, intitulado “Rompendo monopólios militares: Educação, Orçamento, Justiça e Inteligência”, Ana Penido, Jorge M. Oliveira Rodrigues e Suzeley Kalil dão sequência ao tema, discorrendo sobre “um dos aspectos necessários à garantia da soberania, qual seja, a formulação de uma política de defesa consistente, e os entraves domésticos e internacionais que esse processo encontra no Brasil”. Segundo os autores, governos efetivamente soberanos, superando os entraves existentes em âmbito nacional e internacional, buscam transpô-los, com o fito de ampliar as margens de autonomia em prol de seus objetivos políticos no cenário internacional. Para eles, esse objetivo exige a ruptura da tutela militar representada em quatro monopólios: “a educação dos militares, o orçamento da área de Defesa, a Inteligência Militar e a Justiça Militar”, sendo as duas primeiras objetos de sua análise. Segundo os autores, “é fundamental a democratização da discussão sobre a defesa nacional” para quebrar esses monopólios, pois só um amplo debate, que contemple todos os segmentos do povo brasileiro, poderá superar a autonomia militar, “condição essencial para a construção de uma democracia real com FFAA adequadas a tal regime”.

No capítulo 8, intitulado “Indústria de Defesa no Brasil Democrático: por reformas profundas no nosso aparato institucional”, Juliano Cortinhas e Matheus Dalbosco Pereira consideram que aos países que buscam superar ameaças no sistema internacional é necessária a “construção de sistemas de defesas”, para a qual, enfrentarão uma “hierarquia global na produção e na transferência de armamentos”. Os elevados custos da implementação de complexos sistemas bélicos impõem a produção em larga escala e a exportação de seus produtos. Os autores, considerando que resta a esses países selecionar criteriosamente as tecnologias e os equipamentos a serem desenvolvidos, elaboram propostas de aprimoramento do desenvolvimento da indústria de defesa brasileira pertinente a um país democrático. Por isso, “a sociedade brasileira precisa ser incluída no debate sobre que projetos estratégicos devem ser privilegiados em uma democracia”. Segundo eles, no Brasil, o desequilíbrio nas relações civis-militares é o principal obstáculo ao desenvolvimento democrático da indústria de defesa nacional. Por conseguinte, esse desenvolvimento democrático exige — se nos permitem o pleonasmo — a democratização do país e a desmilitarização do Ministério da Defesa.

Ora, a democratização do Brasil passa por outro tema sensível: o sistema jurídico e o Estado Democrático de Direito. Esse é o tema do capítulo 9, intitulado

“Lawfare, democracia e a transição inacabada brasileira”, da autoria de Rodrigo Lentz. Como nota o autor, as forças armadas estavam genética e inextricavelmente ligadas ao *lawfare* posto em marcha pela Operação Lava Jato, pois, nas palavras de um dos seus defensores, “Operação Lava Jato’ teria preservado com eficiência a normatividade do ‘Movimento Revolucionário de 1964’”. Lentz busca “analisar o Estado de Direito como um instrumento de guerra em tempos de paz”. Sob essa perspectiva, o Poder Judiciário seria o “centro gravitacional” do sistema político e, portanto, estratégico em uma “«guerra preventiva» para preservar as ‘conquistas’ de poder da ditadura de 1964”. Com esse propósito, ele utiliza o conceito de “poliarquia de segurança nacional” para examinar o papel do Poder Judiciário na “atual versão da Doutrina de Segurança Nacional”. Segundo Lentz, o caráter autoritário das elites judiciárias e militares teria criado as condições domésticas para que o sistema judiciário fosse utilizado como instrumento de guerra com objetivos antidemocráticos.

Outro aspecto do legado antidemocrático a ser enfrentado na democratização do Brasil é tema do capítulo 10. Em texto intitulado “Uma ‘Guerra Introvertida’ e o pluriverso decolonizado: análise das práticas securitárias das forças armadas no Brasil”, Mariana da Gama Janot e Samuel Alves Soares tratam da “indistinação histórica entre as forças policiais e as forças armadas”, que consideram “um traço relevante no campo da segurança em países da América do Sul”. Esse “hibridismo” decorre de fatores domésticos, relacionados a “interesses de sistemas políticos excludentes”, mas também exógenos. Entre esses os interesses de países do Norte, dissimulados pelas alegadas ameaças à paz e à estabilidade internacional: em decorrência do subdesenvolvimento e da má-governança, os Estados periféricos seriam um ambiente propício “à proliferação do tráfico de drogas, crime organizado e terrorismo, além de conflitos civis”. Os autores pretendem decolonizar “o tema da Segurança Internacional e da Defesa”, debruçando-se sobre os manuais de Garantia da Lei e da Ordem (2013) e de Pacificação (2015). A abordagem decolonial permite aos autores desvelar o caráter colonial das práticas securitárias protagonizadas pelas forças armadas brasileiras, que rotinizam uma “guerra introvertida”, definindo como “força oponente” segmentos da população considerados uma ameaça à segurança da “população branca” pelo manual de Pacificação.

A terceira parte do livro examina os meios com os quais a seara deve ser semeada e defendida para colher os frutos do futuro. No capítulo 11, intitulado “Guerras convencionais e revoluções militares: o futuro da guerra”, Leandro José Clemente Gonçalves busca compreender por meio da História, isto é, no estudo do passado remoto ou próximo e da condução da guerra nos séculos XIX, XX e começo do XXI, “o que a guerra convencional pode ser em um futuro não muito distante de nós”. Gonçalves discorre acerca das guerras naval, aérea e terrestre e passa ao exame crítico das chamadas “revoluções em assuntos militares” (RAM), examinando as novas tecnologias criadas nos anos 1980, que incorporaram aos três cenários já mencionados: o ciberespaço, o espaço (com satélites de uso militar) e o espectro eletromagnético.

Embora os estadunidenses tenham obtido alguns sucessos, Gonçalves pondera que o uso de tais tecnologias pode não representar a almejada redução de baixas nas suas tropas, uma vez que os seus inimigos estão desvendando os segredos da RAM e já os superam em algumas tecnologias ou desenvolvem maneiras de enfrentá-las, como bem o fizeram os vietnamitas nos anos 1960 e 1970.

Examinado o quadro geral em que presumivelmente ocorrerão as guerras vindouras, o capítulo 12 trata da relação entre as tecnologias militares e a dependência sul-americana. Em “Tecnologia militar e dependência: o Brasil e a América do Sul em perspectiva”, José Augusto Zague discorre acerca dos limites dos países periféricos na produção autônoma do desenvolvimento de tecnologia militar, com ênfase na indústria aeronáutica militar brasileira e nas iniciativas de cooperação sul-americana. Zague nota que “a transferência de tecnologia militar para os países da periferia, contudo, não resultou em maior autonomia e independência”. Sejam os grandes conglomerados de capital privado ocidentais ou as empresas estatais russas e chinesas, a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologia militar depende de vultosos gastos, ampla escala produtiva e “transbordamentos das tecnologias para setores civis da economia”. Os países periféricos enfrentam, portanto, grandes entraves no desenvolvimento de sua tecnologia militar e, segundo Zague, as relações de poder constituem uma variável decisiva na sua possível superação.

No capítulo 13, intitulado “As guerras silenciosas e as estratégias de resistência”, Isabel dos Anjos Leandro aborda a violência de outra perspectiva. Seu tema, as guerras silenciosas, envolve “grupos étnicos raciais em situação de extermínio” e “a constituição de resistências nas trincheiras demarcadas pela exclusão da lógica de acumulação do capital”. Depois de tratar do que entende por guerra silenciosa e de temas como a violência, o território, o caráter multidimensional do espaço e as peculiaridades da guerra contemporânea, a autora discorre sobre a “trincheira da resistência” da guerra silenciosa na qual a população negra e as mulheres constituem frentes prioritárias. Ela observa que, na subjetivação da guerra, negros e mulheres são facilmente discriminados pelas “máquinas de visão” como descartáveis da perspectiva da acumulação do capital, “aprofundando trincheiras das frentes recriadas pela guerra silenciosa”. Os dados apontados pela autora confirmam essa consideração, embora sejam ampla maioria da população brasileira, negros e mulheres são sub-representados nos cargos de direção, recebem salários inferiores, entre outros. Ademais, ela nota que a fome e a violência têm cor e raça no Brasil e que essa situação degradante foi agravada pela pandemia de Covid-19. Todavia, a autora aponta a resistência e a luta, indicando caminhos para a superação dessa violência e opressão secular.

No capítulo 14, intitulado “A revolução molecular: complexidade, automação da percepção e sistemas preditivos de vigilância”, Eduardo Barros Mariutti discorre acerca da “visão maquínica” do real constituída por um conjunto de sensores que, em virtude da celeridade com a qual opera, capta estímulos indetectáveis pela percepção sensorial humana. A ingente quantidade de dados e a crescente celeridade com a qual são processados e cruzados exige, segundo o autor, algum grau de



inteligência artificial. Essas novas tecnologias implicam que a rivalidade estratégica engendre “um sistema heterogêneo de vigilância *global*” que, paradoxalmente se caracteriza pela sua *granularidade*, isto é, sua capacidade de identificar alvos específicos e até mesmo indivíduos. Tais sistemas operam ainda com “memória” e cálculo que lhes confere capacidade preditiva (a remissão a *Minority Report*, de Philip K. Dick, indica que talvez estejamos no limiar entre a realidade e a ficção). Todavia, Mariutti não considera sensato descartar a participação humana nos conflitos militares: “Os processos de automação [...] envolvem necessariamente o acoplamento entre o sensorio humano — e suas próteses — e os sensores das máquinas e suas formas eletrônicas de representação. Logo, o que está em jogo é a constituição de um campo de percepções codificadas e recodificadas muito peculiar, que não é gerado exclusivamente pelas máquinas, mas pelo imbricamento homem-máquina”.

No capítulo 15, intitulado “Tecnologias e despersonalização da violência”, Héctor Luis Saint-Pierre e Mayara Zorzo tratam da relação da violência com as novas tecnologias “que aboliram a exclusividade humana sobre a percepção e a interpretação”. Segundo os autores, tais tecnologias tornaram supérfluas as especificidades e distinções entre a violência doméstica e internacional. O “abismo” entre esses dois campos foi se fechando graças ao emprego de tecnologias e instrumentos de uso dual. Segundo os autores, “os lucros contribuíram para alhanar o abismo entre o controle e a letalidade”. Mais uma vez a acumulação de capital (de Marx a Alliez & Lazzarato) é reclamada para a compreensão da violência que não mais se circunscreve à “continuação da política por outros meios”, mas se estende a todas as dimensões da vida social e a todos os quadrantes do planeta. Destarte, os autores observam como a violência assume a sua “forma talvez mais severa, aprimorada e perversa da violência contemporânea, a violência autoimposta”: a “violência neuronal”. Entrementes, eles discorrem sobre os usos militares dessas tecnologias e observam que “as relações internacionais não são anárquicas entre iguais, mas estruturadas hierarquicamente em firmes relações de dependência”. Nesse diapasão, os países periféricos ao adquirir equipamentos tecnológicos dos países centrais sonham estar adquirindo tecnologia, quando apenas aprofundam a sua dependência política, econômica e tecnológica. Os autores defendem, enfim, “o resgate de cosmotécnicas que permitam combativamente defender as subjetividades ameaçadas como descartáveis pela cosmotécnica ao serviço da lógica de acumulação do capital”.

No décimo sexto e último capítulo da coletânea, intitulado “Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos”, Jonathan de Araújo de Assis procura responder à seguinte indagação: “de que forma a cosmotécnica militar hegemônica constrange a autonomia estratégica e decisória de países da periferia internacional?”. Tema crucial em um país que almeja exercer um papel protagônico no (des)concerto mundial das alianças e disputas entre as nações. A perspectiva do autor baseia-se em um “complexo gradiente” entre autonomia e dependência, pois envolve atributos estatais e constrangimentos externos. O autor considera a autonomia tanto meio como

fim: “autonomia estratégica é meio, no sentido de ampliar o espaço de ação, e fim, como garantia da independência dos interesses nacionais”. Entretanto, a garantia da independência depende de diversos fatores e não apenas da força militar, porque envolve também a capacidade científico-tecnológica e a base industrial e, frisamos, a “redução das vulnerabilidades internas decorrentes do subdesenvolvimento”. Considera também que a manifestação específica da racionalidade tecnológica contemporânea é algorítmica e constitui o “sustentáculo elementar da cosmotécnica militar hegemônica”. Finalmente, Assis assevera que “a adesão a sistemas preditivos de vigilância contemporâneos — em particular por meio da incorporação de *drones* — por países periféricos pode constringer a autonomia decisória e estratégica desses países” e que o reconhecimento da especificidade cosmotécnica da racionalidade algorítmica é “o primeiro passo para a identificação de cosmotécnicas alternativas”.

Eis-nos, pois, entre as assombrações do passado, as inquietações do presente e as sementes do futuro. Consideramos que os textos aqui apresentados representam apenas um diagnóstico preliminar e uma primeira aposta. Motivados pelas tragédias criminosas do passado recente, propomos que esta reflexão inicial seja continuada e o debate aprofundado com os leitores que se atrevam. Aproveitamos o ensejo para agradecer ao presidente do Instituto Lula, Marcio Pochmann, e toda sua equipe, e às editoras pelo empenho na publicação desta coletânea. Boa leitura!

**I**

**A SEARA GLOBAL E A PERIFERIA  
DEPENDENTE**



# PERIFERIAS, GUERRAS E SOBERANIA: SEMEANDO NOVOS FUTUROS

Marcio Pochmann

*De Heráclito a Von Clausewitz ou Henry Kissinger, “a guerra é a origem de tudo”, se por tudo se entende a ordem ou o sistema que domina o mundo, no exercício da razão cínica, controle do poder e com exércitos. Estamos em guerra e, portanto, trata-se do uso da razão estratégica. Guerra sempre potencial norte contra sul.*

Enrique Dussel, 2015

**T**em sido recorrente a concentração dos estudos sobre a regularidade com que a ordem das hierarquias tem se reproduzido ao longo do tempo no mundo. Neste primeiro quarto do século XXI, contudo, a emergência das excepcionalidades a interpenetrar o interior das sociedades tornou a atualidade interpretativa da regularidade da ordem hierárquica global frágil e disfuncional.

Como se sabe, o fim da Guerra Fria (1947-1991) não enfraqueceu a fundamentação da economia de guerra que prossegue ainda mais essencial à equação biopolítica da governança de um mundo cada vez mais em disputas. Isso porque desde o final do século XX que se aprofundam os sinais da policrise no interior do modo capitalista de produção e circulação consumista, acompanhados pelo esgotamento

irreversível dos recursos naturais e da perspectiva de continuidade do projeto de modernidade Ocidental.

A realidade do Antropoceno, o novo regime climático em curso, consolida a situação de não mais retorno diante do patamar mais elevado da temperatura média no mundo, o que expõe as debilidades do conceito usualmente adotado do desenvolvimento sustentável no planeta. Da mesma forma, o avanço da digitalização da economia e da sociedade traz consigo parcela importante de comportamentos próprios das estruturas herdadas da antiga Era Industrial.

O descompasso planetário que decorre do salto tecnológico transcorre mediado pelo deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente. Nesse sentido que o curso da guerra estratégica termina se consolidando na redefinição de novas coalizões geopolíticas do poder mundial.

Destaca-se que no contexto atual das excepcionalidades, os sinais de ruptura com a ordem das hierarquias impostas pelo Norte global do Ocidente colocam a prova o protagonismo da guerra. Pelo poder político da hegemonia, construtor da regularidade no ordenamento hierárquico mundial, o consentimento dos dominados se mantém fundamental.

Por isso que a força da guerra se expressa como dimensão primeira do poder político sempre que o convencimento pela obediência dos dominados ameaça se desfazer. Isso porque as possibilidades de integração das expectativas dos dominados, assim como o acesso em algumas benesses da ordem das hierarquias, ainda que parcial, não mais se tornam possíveis.

Isso porque o ciclo sistêmico da acumulação de capital liderado pelos EUA desde o início do século passado apresenta cada vez mais indicações do seu esgotamento. Mesmo com o declínio do expansionismo produtivo fordista emergiu a partir dos anos de 1970 a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico da acumulação de capital apoiada na globalização liderada pela globalização neoliberal e pautado pelos EUA que encontrou limites crescentes expostos pela crise global de 2008.

Atualmente, o processo de acumulação capitalista se caracteriza pela espoliação, requerendo para isso o uso da força e da violência, não apenas nos espaços geográficos periféricos do mundo. Protagonizado pelas corporações transnacionais na forma de cadeias globais de valor, a abertura e a exploração de novas fronteiras territoriais e simbólicas do capital seguiram a imposição do receituário neoliberal defendido pelo Consenso de Washington desde 1989.

A perda da capacidade de efetivar o desenvolvimento endógeno nas economias nacionais separou o conjunto de países em dois grupos distintos. De um lado, aqueles em condições de produzir e exportar bens e serviços digitais e, de outro, a grande maioria de países consumidores importadores das mercadorias de maior valor agregado, conteúdo tecnológico e empregos decentes.

O consenso das *Commodities* soldou o conjunto dos interesses fragmentados pela desindustrialização e especialização da estrutura produtiva. Para estes países, a reprimarização da pauta de exportações permitiu gerar divisas externas necessárias

ao financiamento do consumo, importação de bens e serviços digitais, o que consolidou o retrocesso do modelo primário exportador de traços neocoloniais.

A consequência política disso tem sido a aliança dominante de oligarquias extrativas da renda da terra (mineração, agropecuária, petróleo e outros) com o capital financeiro conduzido pelo rentismo. Nesse sentido, o presente capítulo pretende contribuir com a oferta de abordagem a respeito do papel da guerra na arquitetura da ordem das hierarquias no interior das civilizações dominadas pelo capital.

Inicialmente se trata da guerra em perspectiva distinta das abordagens tradicionais. Na sequência, busca-se explicitar sinteticamente o quanto o projeto de modernização Ocidental se apoiou na revolução dos negócios militares para fundamentar a ordem das hierárquicas no mundo e a sua sucessão, inicialmente a partir do século XVI com o sistema colonial europeu e, na sequência, com a montagem capitalista do imperialismo desde o século XIX.

Na parte final são apresentados os elementos de atualidade a respeito dos sinais de reversão do projeto de modernização Ocidental, especialmente em alguns dos seus efeitos organizativos na ordem das hierarquias no mundo. O caso brasileiro serve de referência para uma breve reflexão acerca da reconfiguração da condição periférica ante o atual deslocamento do centro dinâmico do mundo do Ocidente para o Oriente.

## **A economia política da guerra**

A temática da guerra faz parte das análises situadas mais na esfera da ciência política e militar. Desde a perspectiva Oriental assentada na tradição chinesa descrita no livro *A Arte da Guerra* (2015) por Sun Tzu (776-471 a.C.) como na Ocidental ancorada na visão iluminista presente no livro *Da Guerra* (2010) de Carl Von Clausewitz (1790- 1831d.C), a interpretação predominante da guerra versa como continuação da política por meio de outros meios.

Sem que se desconheça a guerra como inegável expressão política, procura-se, a seguir, avançar no entendimento da temática da guerra associada à esfera da economia política. Para isso, parte-se das referências teóricas de Cliford Rogers (1995) e de Robert Kurz (1998) que compreendem a revolução nos assuntos militares a partir do século XIV como um dos principais fundamentos constitutivos do projeto de modernidade Ocidental estruturado inicialmente pelo colonialismo e, posteriormente, pelo imperialismo.

Com a invenção das armas de fogo e o seu uso crescentemente militar, o conceito de guerra se alterou profundamente (Clastres, 1975). A guerra deixou de ser compreendida por sua positividade medida pelas virtudes militares e nas artes dos guerreiros como no passado medieval para se transformar em fonte original do capitalismo semeador da modernidade da economia de guerra (Toynbee, 1963; Sombart, 1943).

A liberdade inicial da produção e da difusão das armas de fogo, conforme até então ocorria no interior da economia doméstica (civil), acelerou a via da guerra de todos contra todos como estágio natural do modo de ser humano, despertando no século XVII a contestação do iluminismo europeu (Hobbes, 2014). A imposição de controles à fabricação e do monopólio no uso das armas de fogo constituiu a apartada entre a economia doméstica e militar na produção de armamentos para a guerra.

Isso terminou sendo percebido na construção dos Estados soberanos no marco histórico do Tratado de Westfália, em 1648, quando a supremacia religiosa romana perdeu sentido prático, passando a ser substituída pelo poder das armas. Dessa forma, a dominação política dos povos e da econômica dos territórios alçou concretude mais elevada no processo de expansionismo europeu iniciado com a queda de Constantinopla, em 1453.

Naquela oportunidade, as antigas Rotas da Seda foram fortemente afetadas, cuja asfixia do tráfego comercial pelo Mediterrâneo comprometeu a continuidade do riquíssimo conjunto de trocas comerciais próprias da Era Agrária entre os avançados impérios Hindu e Chinês e a atrasada Europa. O salto tecnológico nas ciências de navegação proporcionado pela integração do capital comercial proveniente de algumas cidades-estados com impérios europeus objetivou retomar a Rota da Seda em direção ao Ocidente.

Para isso, a audácia e o êxito das explorações marítimas pelo Oceano Atlântico que permitiram inaugurar o ciclo das grandes navegações europeias. Ademais da retomada comercial com o Oriente por meio das rotas marítimas pelo Ocidente houve também o espontâneo e inédito contato com o mundo novo, batizado posteriormente de América, o continente povoado pelos ameríndios.

A conquista e a exploração econômica do Mundo Novo se mostrou logo eficiente tanto pelo extrativismo mineral e vegetal como a agropecuária de *plantation*. Tudo isso apoiado na escravidão moderna imposta pelo uso do poder da guerra, de que o aperfeiçoamento das armas de fogo permitiu aos europeus dominar e ocultar as civilizações originárias na América e em outras regiões do mundo.

Nesse sentido que a consagração do Sistema Colonial Europeu e, na sequência, do desenvolvimento capitalista, expressaram o sucesso da revolução nos assuntos militares realizada anteriormente. Por três séculos contínuos da ação colonial, os impérios do Norte global avançaram na formação de amplas forças armadas apoiadas na produção armamentista, o que foi tornando cada vez mais frágil e ultrapassada a estrutura produtiva da Era Agrária na sustentação da concorrência da guerra por armas de fogo.

O reposicionamento do Estado com a imposição do monopólio da moeda e da arrecadação tributária, bem como o endividamento público favoreceu a integração do complexo militar à produção doméstica, inaugurando a economia e a sociedade da nova Era Industrial. Como fonte originária do capitalismo no interior do projeto de modernidade Ocidental, a economia de guerra fomentou as bases da ordem hierárquica no mundo, antes ainda do surgimento da Revolução Industrial.



Para a narrativa iluminista, o processo civilizatório teria se firmado como superação da cultura e prática da violência generalizada e proveniente da Idade Média (Elias, 1990). Isso porque a constituição do sistema capitalista teria sido compreendida originalmente como expressão dos avanços decorrente da pacífica revolução das forças de mercado e do salto tecnológico protagonizado pela competência burguesa (Weber, 1991).

Ao contrário disso, contudo, a via da modernização constitutiva do sistema produtor de mercadoria não teria decorrido do avanço das forças produtivas. Em realidade, a consolidação das bases do progresso material própria da sociedade da mercadoria teria dependido justamente da estruturação das forças destrutivas da natureza e da humanidade objetivada pela nova economia política da guerra (Kurz, 1998; Hobsbawm, 2012).

Em função disso, o ordenamento das hierarquias no mundo passaria a se constituir a partir da transição da Era Agrária para a Industrial. De imediato, o estabelecimento da Divisão Internacional do Trabalho redefiniu o desenho geográfico do planeta concretizado por assimetrias mediadas pelo arbitramento do capital ao custo de uso da mão de obra patrocinado pela difusão do projeto de modernidade Ocidental.

O poder de produção e o uso das armas fez da guerra o elemento fundante do próprio exercício do domínio do centro mundial pelo sistema estatal reinante no interior do sistema capitalista. Nesse sentido que a emergência da Era Industrial não teria resultado da simples passagem evolutiva proporcionada pela primeira Revolução Industrial e Tecnológica ocorrida na Inglaterra na segunda metade do século XVIII.

Em resumo, a ação externa decorrente das exigências crescentes da economia de guerra que terminou por sufocar gradualmente a antiga e cada vez mais ineficiente estrutura organizacional e produtiva pertencente à longa Era Agrária. Isso porque o avanço da maquinaria militar exigida na escala da produção em série e acelerada terminou por se constituir na matriz do processo inicial da mecanização manufatureira que fundamentou a Era Industrial.

Antes ainda da Revolução Industrial e Tecnológica inglesa, a produção de canhões e de armamento generalizado na composição dos exércitos exigiu processo produtivo superior ao até então vigente. A demanda crescente por minerais e outras matérias-primas constitutivas da economia de guerra era acompanhada da exigência de financiamentos gerados pela acumulação primitiva de riqueza, em boa medida, proveniente da exploração colonial, bem como pela cobrança de impostos e pelo inédito mecanismo do endividamento estatal consolidados durante a experiência do Banco da Inglaterra inaugurado em 1694.

A insuficiência do agrarismo em sustentar a corrida armamentista e o financiamento das crescentes exigências constitutivas do Estado nacional levaram ao salto da industrialização liderada pela fração do capital industrial. Com o novo sistema produtor de mercadorias, o mando estatal foi sendo ampliado pelo poder da moeda,

tributação e endividamento, o que permitiu financiar o engrandecimento das forças armadas regulares para o exercício da economia de guerra.

Em nome do monopólio das armas pelo Estado coube impulsionar o seu mando pela corrida armamentista até o ápice da produção ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) de bombas termonucleares ou de hidrogênio, cuja capacidade de aniquilar o planeta supera em múltiplas vezes o necessário. Tudo isso gerado pela capacidade de a guerra fundamentar o projeto de modernidade ocidental assentado na economia da guerra que marca o progresso na Era Industrial.

Tanto assim que a estruturação do complexo econômico industrial militar consubstanciou as bases da industrialização plenamente integrada ao sistema produtivo das nações. Desde então, a dinâmica econômica capitalista assenta-se na moderna produção científica e tecnológica, bem como no complexo militar que assumiu centralidade na condução dos Estados nacionais, sobretudo após as duas grandes guerras mundiais no século XX (Wright Mills, 1981).

Pode-se compreender a gênese do capitalismo vinculada à invenção e ao uso das armas de fogo como fundamento da guerra moderna, ainda que em concomitância com saltos tecnológicos e poder da moeda de reconhecimento mundial. Assim, a emergência do capitalismo industrial como sucessor do Sistema Colonial Europeu permitiu consolidar o projeto mundial de modernidade Ocidental.

Para tanto, a ordem das hierarquias no mundo se impôs pela relação inabalável da existência de um centro geográfico dinâmico consagrado pela tríplice combinação dos poderes militar, tecnológico e monetário. A partir da existência de um centro dinâmico a determinar conexões com espaços geográficos periféricos no mundo, ciclos sistêmicos distintos de acumulação de capital conformaram o ordenamento hierárquico entre as nações.

Para cada ciclo sistêmico de acumulação prevaleceu o conjunto de duas fases distintas de expansão econômica (Arrighi, 1996; Braudel, 1979; Wallerstein, 1974). Inicialmente, a fase de expansão produtiva associada ao salto tecnológico de inovação de produtos ou processos que com o passar do tempo encontraria o seu próprio esgotamento.

Na sequência, a emergência da fase de expansão financeira acompanhada pelo aprimoramento tecnológica permitiria o alongamento temporal do ciclo inicial de acumulação de capital. Mas a insustentabilidade da fase de expansão financeira terminaria por enunciar o seu próprio fim diante do aparecimento de novo centro dinâmico mundial a liderar outro ciclo sistêmico de acumulação.

Assim, para cada momento histórico determinado nos últimos cinco séculos de prevalência do projeto de modernidade Ocidental houve a concretização de ciclos sistêmicos da acumulação de capital. Para isso, contudo, a existência do Estado nacional a liderar e conduzir com ônus e bônus o ordenamento hierárquico do mundo definido pelas relações entre o centro geográfico econômico dinâmico e o conjunto da periferia.

## Projeto de modernidade Ocidental e ordenamento hierárquico do mundo

Depois de mais de cinco séculos de predomínio do projeto de modernidade Ocidental, o processo de ordenamento hierárquico do mundo sofreu distintas configurações do centro dinâmico com a sua periferia. A sua origem que se consagrou pelo capitalismo a partir do século XVIII se encontra no passado do sistema colonial europeu apoiado na vigência do mercantilismo agrarista.

Diante da supremacia do poder das armas de fogo, o colonialismo Ocidental se caracterizou pela extração de riquezas. Por mais de três séculos, o processo de acumulação primitiva se apresentou essencial à promoção do sistema produtor de mercadorias na Europa alavancado na difusão do trabalho abstrato.

Nesse sentido, a essência do modelo econômico extrativista mineral e vegetal implementados nas colônias do continente da América também contemplou o sistema *plantation* de produção de monoculturas de exportação em latifúndios com trabalho escravo. Nos primeiros passos do projeto de modernidade Ocidental, a montagem do sistema colonial europeu precisou partir da revolução nos assuntos militares possibilitada desde o século XIV com a invenção e o uso crescente das armas de fogo.

Pela economia de guerra praticada pelos impérios conquistadores europeus, os povos originários do continente americano praticamente não conseguiram resistir suficientemente, tendo sido imposto a via do desaparecimento. Isso porque somente com o regime de uso da força e violência equivalente à arte da guerra moderna permitiu a extração colonial da riqueza com o uso crescente do trabalho forçado.

A extração mineral no Cerro Rico de Potosi (Bolívia) desde 1545 e no Vale do Ouro Preto (Brasil) em 1695 exigiu uma complexa organização produtiva, laboral e militar. Diante da intensa aglomeração humana na exploração da riqueza e da exigência de uma série logística e de transporte, somente com organização política e administrativa eficiente se tornou possível comandar produtivamente cerca de 160 mil habitantes no ano de 1600 em Potosi. Naquele mesmo ano, por exemplo, as cidades de Londres e Veneza possuíam 150 mil residentes e Sevilha, a cidade mais habitada da Espanha, continha 130 mil moradores.

Para, além disso, os progressos na técnica desenvolvida para a exploração mineral em série e em grande escala antecipou em quase dois séculos o salto tecnológico da Revolução Industrial na Inglaterra. Assim, o crescente acúmulo da riqueza em prata e ouro potencializou o luxo, bem como se tornou a moeda de troca universal no comércio externo, seja entre países europeus, seja com a Ásia.

Mas a sustentação de um padrão de vida amparado no progresso material apartado da natureza tratada como recurso inesgotável pelo projeto de modernidade Ocidental para uma minoria privilegiada e poderosa se apresentou irreproduzível socialmente ao longo do tempo. Especialmente do ponto de vista ambiental,

a estruturação de forças destrutivas da natureza transpassou mais aceleradamente com a Independência das antigas colônias em direção à plena inserção no sistema capitalista mundial.

O problema de sustentabilidade social e ambiental assentado no conceito de riqueza sobre a qual foi constituída a periferia no capitalismo que já estava inoculada pelos holocaustos coloniais (Davis, 2002; Diamond, 2005). Em realidade, a periferia associada ao ciclo sistêmico de acumulação liderada pela Inglaterra foi reforçada pela continuidade da condição de ofertante de recursos naturais e de corpos humanos ao sacrifício extremo em troca da importação de bens e serviços industriais.

Por conta disso, o regime do extrativismo mineral e vegetal de *plantation* patrocinaram os regimes políticos de dominação interna sob o uso generalizado da violência na extração e acumulação da riqueza pela exploração do trabalho. Desde o período colonial, com a transferência ao exterior da riqueza, conforme a norma do exclusivismo metropolitano, a divisão essencialmente desigual dos territórios e dos trabalhos foi sendo conformada no mundo pelo ordenamento das hierarquias.

O originalmente constituído pelas diferenças entre o Velho e o Novo Mundo, a estrutura político-administrativa e burocrática era mantida pelo aparato bélico a gerir o grandioso sistema colonial europeu. Sob o controle do império da violência humana, a expropriação avançou ao ponto do extermínio dos antigos herdeiros do passado pré-colonial (Aráoz, 2020; Dussel, 1994; Gudynas, 2012).

Pela constituição do moderno sistema capitalista mundial ocorreu a reestruturação do antigo mercantilismo produtor da acumulação primitiva originária do colonialismo. A partir da segunda metade do século XVIII, o processo europeu de acumulação de riqueza se estabeleceu sob hegemonia tecnoprodutiva, militar e monetária inglesa, sendo o imperialismo a forma de expansão territorial potencializada pela produção de ferrovias e barcos a vapor com o uso da energia do carvão.

A periferia reconfigurada pelo centro dinâmico inglês se conformou heterogênea e tencionada pela extração de grandiosa produção mineral e agropecuária. Em cinco séculos de combinação do sistema colonial com a consolidação do capitalismo dependente, os países periféricos se mantiveram conectados aos interesses dos centros dinâmicos dominantes (Fernandes, 1975a; Mello, 1984).

No século XX, as regiões e os países que se constituíram periféricos durante o ciclo sistêmico de acumulação liderado pelos EUA, especialmente após as duas grandes guerras mundiais, conviveram com importantes esforços governamentais para transitar do antigo e longevo agrarismo para a nova sociedade urbana e industrial. Mas para isso, o ambiente hostil e concorrente próprio dos dois polos da Guerra Fria (1947-1991) se mostrou oportuno para que a ideia e as políticas desenvolvimentistas proliferassem em alguns países pertencentes ao bloco do denominado Terceiro Mundo, como África do Sul, Argentina, Brasil, México e Coreia do Sul.

Desde os anos de 1990, com o desmoronamento da URSS, a perspectiva do desenvolvimento praticamente desapareceu diante da primazia da globalização patrocinada por grandes corporações transnacionais por meio das cadeias globais de

valor. A adoção do receituário neoliberal estimulado pelo Consenso de Washington em 1989 abriu caminho para a efetivação das reformas liberalizantes no comércio, na produção e no mercado financeiro.

A partir daí, os países pertencentes à periferia ocidental passaram a apresentar sinais crescentes do colapso do que havia até então desenvolvido como sociedade urbana e industrial. A regressão no interior do sistema produtivo, complexo, diversificado e integrado inaugurou o neoextrativismo, com a retomada do modelo primário exportador.

Nesse contexto que a crítica ao projeto de modernidade Ocidental passou a se fazer mais presente em vários momentos e localidades do mundo, embora tenha sido introduzida desde a Primeira Guerra Mundial (Marcuse, 2001; Adorno & Horkheimer, 1985). A modernidade vista como catástrofe da guerra e do poder das armas de fogo se fortaleceu diante dos sinais em curso do colapso ambiental próprio da Era Industrial.

O questionamento às consequências da modernidade liberal burguesa ao longo do século XX se fundamentou no avanço das forças destrutivas capitalistas. A modernidade que prometia o progresso material contínuo e linear havia terminado por apagar da história os sujeitos que conviviam com a natureza e não se adequavam aos padrões exigidos pela normalidade capitalista (Foucault, 2010; Benjamin, 2008).

A consumação da modernidade catastrófica pela finitude da materialidade dos recursos naturais exigidos pelo progresso terminou por reforçar o componente do complexo industrial militar, sobretudo no Norte global como requisito fundante do processo de acumulação de capital. Nas periferias destruídas de países pertencentes à América do Sul, à África e ao Oriente Médio, a perda de vínculo com a economia central se fez diante da inviabilidade do projeto de modernidade Ocidental na Era Industrial, restando às elites dominantes reconfigurar seus países em torno do neoextrativismo permeado por conflitos e guerras civis, pelo nacionalismo e fundamentalismo religioso.

## **Reversão do projeto de modernização Ocidental e caso brasileiro**

A crise instalada pelo neoliberalismo que se encontra em marcha com o esgotamento da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação de capital liderado pelos EUA acirrou a competição pela captura da riqueza, cujo endividamento dos Estados vem acompanhado pela efervescência de guerras e da devastação ambiental e climática. Tudo isso após o fim da Guerra Fria (1947-1991), quando se levantaram as promessas de novo ciclo econômico de bonanças, conforme observado nos 30 anos gloriosos do segundo pós-guerra mundial no século passado.

Acontece que o avanço da segunda onda de globalização iniciada nos anos 1990 se mostrou distinta da primeira, quando entre as décadas de 1870 e 1910

prevaleceu o domínio britânico mediado pela dominância do capital financeiro resultante da confluência do capital industrial com o bancário. Desde a virada para o século XXI, o poder crescente das grandes corporações transnacionais permitiu arbitrar o custo de produção, sobretudo do trabalho no mundo mediante a realização de um conjunto de reformas patrocinadas pelo receituário neoliberal.

Desde o Consenso de Washington, em 1989, o sistema de barreiras protetivas nacionais herdado do período do segundo pós-guerra mundial foi sendo derrubado. Pela crescente liberalização da mobilidade do capital e também pelo movimento migratório, a capacidade de resistência sindical e de atuação dos partidos progressistas se contraiu, fazendo avançar a Divisão Internacional do Trabalho cada vez mais assimétrica.

No caso brasileiro, a via da especialização da produção e da exportação de *commodities* perseguida desde o ingresso passivo e subordinado na globalização, em 1990, viabilizou-se pela superexploração da força de trabalho, desmonte da competência de planejamento do Estado e devastação ambiental. Por meio de megaprojetos de extração mineral e vegetal, bem como da produção agropecuária, a renda da terra não apenas dos países periféricos ganhou centralidade pela submissão da política aos interesses econômicos dominantes na maior parte das vezes desconectados do bem-estar do conjunto da população.

Diante do colapso da sociedade industrial no Brasil durante as últimas três décadas, o consenso das *commodities* passou a tomar conta das elites dirigentes no Brasil. Por consenso das *commodities* compreendem-se os períodos econômico, social e político abertos desde o ingresso subordinado na globalização que rebaixou a condição periférica do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho.

Para que fosse possível a formação de maioria política interna, o realinhamento passivo com o movimento do deslocamento do centro dinâmico do Ocidente para o Oriente se mostrou fundamental. Com isso, o esvaziamento da industrialização nacional deu lugar ao inchamento do setor terciário simultaneamente ao fortalecimento do modelo primário-exportador que se tornou o elo principal da conexão periférica com o novo centro dinâmico global.

Pelo consenso das *commodities*, o andar de cima da sociedade se preservou diante do sentido geral da decadência nacional a dominar a maioria dos brasileiros. Enquanto o rentismo valoriza o estoque da riqueza velha pela financeirização, o modelo primário-exportador potencializa a geração de riqueza nova associada ao rebaixamento do custo do trabalho e ao extrativismo sem limites do abuso dos recursos naturais minerais e vegetais.

Assim, a integração do Brasil nas cadeias globais de valor se especializou em mercadorias de diminuto valor agregado, o que favoreceu as corporações transnacionais que contaram com medidas governamentais redutoras dos direitos laborais, conforme confirmam as reformas trabalhista de Temer e previdenciária de Bolsonaro. Para a classe trabalhadora, a desvalorização e o sofrimento resultaram da perda do horizonte do emprego assalariado formal mediante a prevalência das ocupações

gerais, incapazes de gerar identidade e pertencimento coletivo, bem como a perspectiva de mobilidade social ascendente.

No âmbito espacial, uma espécie de retomada da fragmentação gerada por economias de enclaves se estabeleceu entre o interior com algum dinamismo econômico gerado por sua conexão e dependência do exterior e as áreas litorâneas submetidas ao desmonte das cadeias produtivas endógenas. Por conta disso, a remontagem de novas forças sociais a dominar o cenário da política local, regional e nacional, consolidando nas próprias elites dirigentes a lógica da transferência de componentes da natureza e da produção e extração de matérias-primas ao exterior.

Visto como uma via rápida para o crescimento econômico, o consenso das *commodities* se fortaleceu pelos resultados concretos obtidos na lucratividade financeira gerada nos negócios com o comércio externo, sejam exportadores, sejam importadores. De todo o modo, uma economia nacional cada vez mais transformada em reflexiva do exterior, submetida à volatilidade da demanda, aos preços e ao nível das ocupações.

Em boa parte do tempo, a trajetória ascendente dos preços formados nos mercados internacionais de matérias-primas e bens de consumo consagrou o processo de reprimarização econômica. Mediante aprofundamento do processo de trocas externas desiguais, a soberania alimentar acentuou-se concomitante com a dependência da importação de bens e serviços de maior valor agregado e conteúdo tecnológico.

Isso porque o complexo extrativista se ampliou, contemplando um conjunto de atividades que atende da mineração e do combustível fóssil ao conjunto do agropêlo. A grande escala dos empreendimentos envolvidos redefiniu a dimensão dos investimentos à forma com que o país se encontra posicionado nas cadeias globais de valor.

Em síntese, o consenso das *commodities* reconstituiu internamente tanto a ordem econômica quanto o sistema político de dominação. A gravidade disso para a sociedade brasileira, especialmente para o andar de baixo, assenta-se na desestruturação do mundo do trabalho, na insegurança alimentar e enorme parcela da população sobrando aos requisitos da raquítica acumulação de capital.

Como não poderia deixar de ser, a inflexão primário-exportadora tem sido acompanhada pela expansão de conflitos, especialmente socioambientais. As lutas pela terra mobilizam populações originárias e segmentos da agropecuária familiar, assim como nas cidades as ações contrárias à superexploração do trabalho.

Em grande medida, a maioria política protagonizada pelos interesses das classes sociais proprietárias se fixou na extração da renda tanto pelo capital financeiro como pelo uso da terra (mineração, agropecuária, petróleo e outros). Para David Ricardo (*Princípios de economia política e de tributação*, 1982), o sentido econômico do rentismo decorria da existência de segmentos sociais que ao deterem posses obtidas de formas variadas e até pela violência viveriam de renda sem produzir benefícios socioeconômicos.

No Brasil, a trajetória do rentismo foi concebida por Manoel Bomfim como sendo expressão do parasitismo social, próprio da modalidade de integração dos interesses econômicos nativos com os de parcela social pertencente à Europa e aos EUA (Bomfim, 2008). Nesse sentido que se pode compreender a formação do segmento primário exportador desde a colonização, cuja presença do exclusivismo comercial lusitano prevaleceu entre os séculos XVI e XVIII.

Em 1808, com abertura dos portos patrocinada como dádiva de D. João VI ao protetorado britânico, o comércio externo passou a se deslocar rapidamente de Portugal para a Inglaterra. Entre as décadas de 1820 e 1880, por exemplo, a metade das importações brasileiras dependiam da Inglaterra, enquanto um terço do total das exportações do Brasil eram adquiridas pelos britânicos.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o domínio inglês foi perdendo força no exterior, permitindo que as relações comerciais brasileiras com os EUA passassem a se intensificar. Tanto assim que a partir da década de 1920, os EUA se tornam o principal parceiro do comércio externo brasileiro, o que modificou a conduta nacional que até então estava muito mais próxima da Europa, com a nova difusão interna do estilo de consumo estadunidense.

Entre os anos de 1920 e 1970, por exemplo, os EUA absorveram quase a metade das exportações brasileiras, sendo praticamente a mesma proporção de importados brasileiros provenientes dos EUA. Com o dólar enfraquecido pelo abandono de sua conversibilidade ao ouro em 1973 e diante das recorrentes medidas de ajuste econômico para tentar manter a hegemonia estadunidense a partir de então, a economia brasileira terminou sendo profunda e negativamente afetada desde o início da década de 1980, com a crise da dívida externa.

O resultado disso foi o gradual esvaziamento da presença dos EUA no comércio externo brasileiro. Se no ano de 1960, por exemplo, quase 45% de tudo o que o Brasil exportava se destinava aos EUA, no ano de 2020 nem alcançou 11% das vendas externas brasileiras.

Paralelamente, o comércio externo brasileiro foi se diversificando entre várias nações, deslocando-se dos países do Norte global para o Sul global. Mas foi com a China que o Brasil avançou mais, a tal ponto de que na crise financeira global gerada pelos EUA em 2007-2009, ter passado a ser o principal parceiro comercial do país.

Desde então e cada vez em maior proporção, o comércio externo transitou para o Oriente, centro do dinamismo econômico global. Em 2020, por exemplo, um terço do total das exportações brasileiras se direcionaram à China. Não somente o Brasil exporta cada vez mais *commodities* para aquele país como as importações de produtos de maior valor agregado e conteúdo tecnológico provem da China.

Tendo em vista as concessões nacionais ao ingresso passivo e subordinado na globalização, com o avanço da superexploração do trabalho, do esvaziamento do Estado e da ampliação da degradação ambiental, que a temática da feitoria veio à tona. Não se trata, evidentemente, das características de feitorias próprias do lon-



gevo passado colonial mercantil, quando prevaleceram os entrepostos comerciais instalados nas áreas litorâneas pelos portugueses a recepcionar a produção escravista proveniente das grandes fazendas organizadas por logística, armazéns e alfândega governada pelo feitor a reger o comércio externo.

A metáfora da feitoria moderna agora decorre da evidência de que a realidade brasileira se afasta do potencial econômico e social a que poderia ocupar como nação soberana, portadora de sistema produtivo avançado, complexo e integrado. Em resumo, uma sociedade superior se encontra em marcha, imposta por suas classes proprietárias especializadas na extração da renda financeira e do uso da terra no Brasil.

Tudo isso em curso acontece mediante o deslocamento do centro dinâmico do Ocidente para o Oriente, responsável pela reconfiguração da periferia no mundo. As mudanças na relação centro-periferia própria do dinamismo ocidental moldaram a antiga transição da Era Agrária para a Industrial.

Durante os últimos 200 anos desde a fundação da nação brasileira, o modo de produção e distribuição capitalista se fez tardiamente implementado no Brasil, cujas especificidades marcam a sua presença na trajetória periférica desde então. Após o nascimento da República, já próximo da virada para o século XX, o pensamento crítico se fez presente.

Pela perspectiva de Eduardo Prado (1961), Manoel Bomfim (2008) e Manuel de Oliveira Lima (1980), por exemplo, a insatisfação dos críticos em relação à condição periférica e primário-exportadora imposta ao Brasil. Meio século depois, outro conjunto de contribuições do pensamento social crítico se apresentou fundamental na redefinição sul-americana e caribenha. Induzido pelo “manifesto dos periféricos” de 1949, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) exerceu função importante na busca do reposicionamento da região na Divisão Internacional do Trabalho (Furtado, 1985; Prebisch, 1968).

A internalização de políticas produtivas de substituição das importações desde a Grande Depressão de 1929 por conteúdo nacional permitiu aos países da região se afastarem, em maior ou menor medida, do longo passado do agrarismo primário-exportador. Embora os avanços na constituição da nova sociedade urbana e industrial tenham sido inquestionáveis, o pensamento crítico revelou o quanto o subdesenvolvimento não havia sido vencido.

O requinte da dependência sul-americana e caribenha se apresentou encarnada no próprio sentido do aprofundamento da modernidade ocidental. Para autores como Ruy Mauro Marini (2022) e Theotonio dos Santos (2020), entre outros, a debilidade burguesa terminou por empurrá-la para a financeirização e para a volta do modelo exportador centrado na especialização produtiva e na reprimarização da pauta de vendas ao exterior.

Na atualidade deste primeiro quarto do século XXI, nota-se o quanto a região se encontra crescentemente conectada comercial e produtivamente com a China. Para que não volte a repetir a realidade do século XIX, quando os primeiros cem

anos de independência significaram a consolidação da condição periférica da Inglaterra, como mera exportadora de produtos primários, tem pleno sentido o esforço do redespertar sul-americano.

## Considerações finais

Decorrido 15 anos da crise financeira global de 2008, o termo estagnação secular passou a corresponder à realidade do estágio prolongado no tempo de baixo ou mesmo nenhum dinamismo econômico. Ademais da desaceleração do crescimento produtivo, a ampliação da desigualdade e o aumento da dívida pública parecem traduzir o cenário de anarquia mundial.

Há quase um século, o ambiente de catástrofe econômica por longo período iniciado com a Grande Depressão de 1929 levou o estadunidense Alvin Hansen (1887-1975) a adotar a expressão estagnação secular pela primeira vez (*Progresso econômico e crescimento populacional em declínio*, 1939). Naquela oportunidade, a compreensão a respeito da existência de enorme desproporção entre a produção e o consumo deixou para trás o liberalismo dominante, abrindo caminho para que o Estado se concentrasse no equacionamento das crises de superprodução das economias capitalistas.

De certa forma, a materialização do que havia descrito Thomas Malthus (1766-1834) no seu livro de 1820: *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. Para Malthus, a existência de recorrente demanda insolvente no interior da economia capitalista geraria a necessidade de solução a ser providenciada por agente externo (Estado).

Os meios de pagamentos adicionais para o enxugamento da demanda insolvente viriam da dívida pública, não do aumento da arrecadação tributária. Nesse sentido, o endividamento estatal se transformaria no componente estrutural e funcional da reprodução capitalista, cujos gastos estatais sustentados, em parte, pela expansão da dívida pública, elevariam o consumo e, por sua vez, o circuito da produção, do emprego e dos investimentos.

Neste primeiro quarto do século XXI, a condição de estagnação secular fez a dívida pública perder parte do sentido definido no passado, tornando-se elemento central de sustentação do lucro capitalista. A dívida que resulta do déficit nas contas públicas (arrecadação de impostos, taxas e contribuições inferiores aos gastos) representa cada vez mais o superávit de recursos que a disposição de famílias e unidades econômicas direcionado à busca de lucros sustentados financeiramente.

A prevalência de taxas de juros reais elevadas, como no caso do Brasil das últimas três décadas, fundamenta a especulação nos mercados de ativos financeiros, comprometendo as bases do consumo e o circuito da produção, do emprego e investimento. Para os proprietários de ativos financeiros, especialmente os 10%

portadores de elevada concentração de riqueza, a onda favorável do rentismo a faz crescentemente mais ricos, enquanto a estagnação econômica prevalece.

Como ressaltou Wolfgang Streeck (2013), a problemática atual do endividamento estatal é própria do receituário neoliberal, não das demandas democráticas por investimentos públicos em busca da justiça social. Isso porque a profusão de reformas tributárias recomendadas e realizadas desde o Consenso de Washington (1989) se voltou quase que exclusivamente para o atendimento dos interesses dos capitalistas por manutenção/expansão do lucro que diante da estagnação secular somente se tornaram possíveis com o patrocínio da dívida pública.

No caso brasileiro, o neoliberalismo aliviou a tributação recorrente dos ricos, poderosos e privilegiados, comprometendo a disponibilidade de o gasto público ser financiado pela carga tributária. Antes de 1990, por exemplo, a tabela progressiva do Imposto de Renda chegou a ter como alíquota de 60% aos maiores rendimentos. Atualmente a alíquota máxima chega a 27,5%, ou seja, redução de 54,2% de tributação ao andar de cima da sociedade.

Da mesma forma, a distribuição de lucros e dividendos que era tributada em 15% até o ano de 1994 passou a ser isenta até os dias de hoje. Como se sabe, lucros e dividendos se referem aos ganhos quase que exclusivos do andar de cima da sociedade brasileira.

Dois anos depois, em 1996, entrou em vigor a Lei Kandir que isentou as exportações de produtos primários e semielaborados do pagamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Ou seja, o chamado agronegócio — um dos setores mais dinâmicos e constituído por grandes exportadores — passou a ser mais um segmento econômico dispensado de contribuir com a arrecadação tributária.

Se considerar as renúncias de impostos, taxas e contribuições, desonerações e subsídios implementadas pelo receituário neoliberal percebe-se o quanto o sistema tributário brasileiro que já era regressivo se tornou ainda mais confuso e regressivo. O que os ricos, poderosos e privilegiados deixaram de pagar em tributos compreendeu parcela significativa do déficit de arrecadação para fazer frente ao conjunto das despesas públicas por justiça social.

Desde 1990, as reformas tributárias de corte neoliberal permitiram que os ricos deixassem de contribuir com a arrecadação fiscal o equivalente a 7% do PIB anual (2,2 vezes o PIB atual acumulado em mais de três décadas). Por consequência, o déficit entre a arrecadação e o gasto público fez que o endividamento estatal possibilitasse a transferência contínua de parte do orçamento governamental como pagamento de juros aos rentistas.

Em mais de três décadas de estagnação secular no Brasil, parcela crescente dos lucros foram sendo garantidos pelo circuito da acumulação financeira, não mais produtiva. Considerando que a cada ano, em média, cerca de 5% do PIB tenham

sido transferidos aos ricos credores da dívida estatal, chega-se ao equivalente a 1,6 vezes o PIB nacional acumulado desde 1990.

Nota-se, portanto, que o receituário neoliberal aplicado no Brasil tem aliviado a tributação dos ricos, fazendo que os recursos faltantes no orçamento público sejam, em parte, contemplados pelo endividamento público. Isso porque o déficit na arrecadação tem sido acompanhado pela dívida pública, cujos juros reais maiores permitem a transferência de recursos orçamentários aos rentistas que assim sustentam lucros extraordinários em plena estagnação secular.

O endividamento público resultante desse esquema de sustentação dos lucros em uma economia no estágio de estagnação secular como a do Brasil serve de engorda à riqueza dos credores privados que aprisionam o Estado com taxas de juros das mais altas do mundo. Uma reforma tributária para valer no país pressupõe reconhecer o estrago que o neoliberalismo impôs às finanças públicas, passo necessário e urgente para que a economia nacional possa sair da letargia em que se encontra.

Nesse sentido, a crise atual do neoliberalismo faz aumentar os riscos das guerras acompanhadas da devastação ambiental e mudanças climáticas no mundo. Uma nova reconfiguração da ordem mundial parece se encontrar no horizonte, disputada pela barbárie que decorre do esgotamento do processo civilizatório que emergiu do projeto de modernidade Ocidental.

## Referências

- ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.
- ACOSTA, A. & BRAND, U. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.
- ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARÁOZ, H. *Mineração, Genealogia do Desastre: o Extrativismo na América como Origem da Modernidade*. São Paulo: Elefante, 2020.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: UNESP/Contraponto, 1996.
- BENJAMIN, W. *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008.
- BOMFIM, M. *A América latina: males de origem*. Rio de Janeiro: CEPS, 2008.
- BRAUDEL, F. *The perspective of the world: civilization & capitalism*. New York: Harper & Row Publisher, 1979.
- CLASTRÉS, P. *A sociedade contra o Estado*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CLAUSEWITZ, C. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- DAVIS, M. *Holocaustos coloniais*. São Paulo: Record, 2002.
- DIAMOND, J. *Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Record, 2005.

- DUSSEL, E. 1492. *El encobrimiento do Otro: hacia el origen del “mito de la modernidad”*. La Paz: Plural, 1994.
- DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão*. 5.<sup>a</sup> reimpr. São Paulo: Paulus, 2015.
- ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio De Janeiro: Zahar, 1990.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.
- FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.
- FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Ditos & escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1985.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2016.
- GONÇALVES, J. Ciclo vital. *Contexto & Educação*, 31(98), 2016, pp. 79-110.
- GUDYNAS, E. Estado compensador y nuevos extractivismos. *Nueva Sociedad*, vol. 237, 2012, pp. 128-46.
- GUDYNAS, E. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. São Paulo: Ed. Elefante, 2020.
- HANSEN, A. Economic progress and declining population growth. *The American Economic Review*, vol. 29, n.º 1, 1939, pp. 1-15.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- HOBBSAWM, E. *Guerra y paz em el siglo XXI*. Buenos Aires: Aditorial Argentino, 2012.
- KURTZ, R. *A Guerra de Ordenamento Mundial O Fim da Soberania e as Metamorfoses do Imperialismo na Era da Globalização*. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- KURZ, R. *Os últimos combatentes*. 4.<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4.<sup>a</sup> ed. Paris: Éd. Anthropos, 2000.
- LIMA, M. *Pan-americanismo*. Brasília: Senado Federal, 1980.
- MALTHUS, T. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARCUSE, H. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: UNESP, 2001.
- MARINI, R. et al. *Teorías del imperialismo y la dependencia desde el sur global*. Buenos Aires: Cienfuegos; 2022.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, J. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MENEGAT, M. *Depois do fim do mundo: a crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- MENEGAT, M. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- PAIVA, B. & OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. *Katálysis*, vol. 9, n.º 2, jul.- dez. 2006, pp. 166-75.
- PETRAS, J. Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás. *Tensões Mundiais*, vol. 10, n.ºs 18 e 19, 2014, pp. 301-23.

- POCHMANN, M. *Neocolonialismo a espreita: mudanças estruturais na sociedade brasileira*. São Paulo: SESC, 2021.
- POCHMANN, M. *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural*. Campinas: UNICAMP, 2022a.
- POCHMANN, M. *A grande desistência históricu e o fim da sociedade industrial*. São Paulo: Ideias & Letras, 2022b.
- PRADO, E. *A ilusão americana*. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- PREBISCH, R. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e de tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- ROGERS, C. (ed.) *The Military Revolution Debate: Reading on the Military Transformation of Early Modern Europe*. London: Routledge, 1995.
- SANTOS, M. & SILVEIRA, M. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5.ª ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- SANTOS, T. *Teoria da dependência*. Florianópolis: Insular, 2020.
- SOMBART, W. *Guerra y capitalismo*. Madrid: Editora Galo Sáez, 1943.
- STREECK, W. *Tempo comprado – A crise anunciada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *OSAL*, Año XIII, n.º 32, nov. 2012, pp. 16-38.
- TARDO, P. & LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- TOYNBEE, A. *Guerra e civilização*. Oeiras: Presença, 1963.
- TZU, SA. *A arte da guerra*. São Paulo: Novo século, 2015.
- WALLERSTEIN, I. *The modern world-system: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.
- WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UnB, 1991.
- WRIGHT MILLS, C. *A elite no poder*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WRIGHT MILLS, C. *A elite no poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

# MUNDO EM TRÂNSITO. NOTAS SOBRE A CRISE E O FUTURO DA ORDEM INTERNACIONAL

*Sebastião C. Velasco e Cruz*

**Q**uem poderia imaginar! Mal debelada a pandemia — ao menos para os países mais fortemente afetados em suas primeiras ondas, o Brasil incluído — quando a ideia de retorno à normalidade, ou a algo assemelhado, começava a se desenhar no horizonte, sobreveio a crise. Os acontecimentos estão ainda frescos na memória de todos. Concentração de tropas, tentativas natimortas de negociação, comunicados alarmistas, trocas de acusações... até que, em 24 de fevereiro de 2022, os tanques russos atravessaram as fronteiras da Ucrânia. A reação não se fez esperar. Denunciando o ataque como violação flagrante dos princípios basilares do direito internacional, os EUA e seus aliados europeus garantiram ao governo ucraniano a assistência militar necessária para repelir o ataque, e adotaram sanções econômicas sem precedentes com o fim proclamado de sufocar a Rússia e de derrubar seu regime político. *Pari passu*, lançaram contra essa uma campanha global de propaganda cuja agressividade evocava os momentos mais tensos da Guerra Fria.

Um ano depois, o que parecia ser uma guerra de movimento — com participação indireta e limitada de terceiros — destinada a terminar mais cedo do que

tarde em uma mesa de negociação, está convertida em uma guerra de atrito, ao que tudo indica prolongada, que arrasta, cada vez mais, em seu vórtice os EUA e seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Em algum momento haverá negociações de paz, ninguém discute. Mas esse momento parece muito distante, e as condições em que se dará são uma incógnita — pois constituem exatamente, o objeto em disputa! Enquanto isso, prevalece a lógica da ascensão aos extremos, cujo limite é a generalização do conflito e a catástrofe nuclear.

Mas não é só. Entrementes, o risco de guerra entre grandes potências elevou-se perigosamente em outra parte do mundo. O estopim da crise foi a decisão de Nancy Pelosi, então presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, de viajar em caráter oficial a Taiwan, nos primeiros dias de agosto, para reforçar simbolicamente o apoio às suas pretensões independentistas. Grande espetáculo coreográfico, as imagens permanecem gravadas em nossa lembrança. Em resposta ao que denunciou como interferência inaceitável nos assuntos internos chineses, desafio à sua integridade territorial e à sua soberania, a China promoveu um cerco naval inédito, acompanhado por voos não autorizados de aviões de combate no espaço aéreo taiwanês e exercícios militares que incluíram disparos com fogo real no entorno da ilha.

Seis meses mais tarde, memorando assinado pelo general de quatro estrelas Michael A. Minihan, chefe do Comando de Mobilidade Aérea, que supervisiona a enorme frota de aeronaves de transporte e reabastecimento da Força Aérea dos EUA, instava seus subordinados a se preparar para a eventualidade de uma guerra contra a China já em 2025. Tendo causado escândalo por sua retórica necrofílica — “A letalidade é o que mais importa”; “Quando você pode matar seu inimigo, cada parte de sua vida é melhor. Sua comida tem um gosto melhor. Seu casamento é mais forte” — o documento foi contraditado por fontes autorizadas, que se apressaram em descartar o prognóstico sombrio. Mas o certo é que o general boquirroto não estava sozinho. Os planejadores estratégicos americanos trabalham com o cenário de guerra no Estreito de Taiwan a médio prazo e discorrem sobre ele, por vezes, em entrevistas ao público.

Ucrânia... Taiwan... situações críticas diversas, cada uma delas com seus determinantes e sua dinâmica própria, mas que se entrelaçam como aspectos de um conflito global considerados por muitos observadores acreditados como uma guerra mundial de novo tipo.

Reconhecidamente trivial, essa evidência suscita as perguntas: como definir a situação internacional presente? O que nos levou a ela? O que esperar do futuro?

Perguntas grandes, que demandariam muita pesquisa e o esforço combinado de estudiosos de várias disciplinas. Neste curto ensaio, vou tomar um atalho cômodo para apresentar sobre o problema proposto algumas hipóteses. Nesse sentido, vou me valer de um texto que escrevi em passado já distante, mas que ainda guarda, no meu entender, alguma atualidade.



## A ordem emergente no pós-Guerra Fria e suas falhas

*What is at stake is more than one small country, it is a big idea — a new world order, where diverse nations are drawn together in common cause to achieve the universal aspirations of mankind: peace and security, freedom, and the rule of law. Such is a world worthy of our struggle, and worthy of our children's future.*

Uma nova ordem mundial. Para além da retórica altissonante, característica nesse tipo de documento, mas acentuada em tempos de guerra (o pequeno país em questão era o Kuwait e a guerra feita em seu nome se estenderia ainda por um mês — de 2 de novembro de 1990 a 28 de fevereiro de 1991), era esse o horizonte que se descortinava no limiar da última década do século passado — impressão reforçada alguns meses depois (19 de agosto de 1991) pela tentativa frustrada de golpe que selou o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Combinando elementos com genealogias distintas, a face mais conhecida da ordem emergente evocada na fala do presidente dos EUA é a globalização neoliberal: remoção de barreiras ao comércio de bens e serviços; livre movimentação dos capitais; mercantilização sem peias da vida social e predomínio da lógica financeira em todos seus domínios; redução do papel do Estado como provedor de bens públicos e planejador estratégico; privatização, ampliação e reforço dos direitos de propriedade; desregulamentação; precarização da relação laboral — na linguagem insípida de seus cultores, flexibilização do mercado de trabalho.

Conformada em resposta à crise do capitalismo administrado do pós-guerra que atingiu o auge na segunda metade da década de 1970, a globalização neoliberal não denota um estado de coisas realmente existente, mas um discurso distópico, que passa a impregnar a realidade, ao se materializar em leis e regulamentos e ao se converter em programa institucionalizado de governos e organizações internacionais. Duas delas — o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial — tinham longa história e desempenhavam papel de relevo no enquadramento dos países da periferia na ordem econômica em construção, por meio das condicionais embutidas nos programas de estabilização fornecida por um e dos programas de ajuste estrutural vendidos pelo outro. No instante em que Bush celebrava a vitória antecipada sobre o Iraque, a organização mais cabalmente simbólica da ideia-força da globalização neoliberal ainda não saíra do laboratório — o longo processo de negociação aberto em 1986, na Conferência de Punta del Este (Uruguai), do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), cujo resultado mais vistoso, anunciado quase oito anos depois em Marrakesh, foi a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A matéria da nova ordem emergente era, portanto, a globalização econômica tal como definida. Mas sua caracterização ficaria incompleta se não contivesse uma palavra sobre o seu complemento espiritual, seu concomitante valorativo: a

consagração do tema dos direitos humanos como matéria de legislação internacional, e a transformação da democracia em requisito à aceitação de qualquer país como membro pleno da comunidade internacional reconstituída.

Porém essa afirmação precisa ser qualificada. Direitos humanos e democracia são conceitos políticos e, como tais, essencialmente contestáveis. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), evidencia esse fato ao alinhar — sem se ater às tensões entre eles — direitos individuais (liberdades negativas) e direitos sociais, de caráter substantivo (direitos a), que demandam ação da autoridade garantidora deles, assim convertida em agência incumbida de provê-los. No quarto de século que se seguiu ao fim da Segunda Guerra Mundial essas duas modalidades de direitos humanos coexistiram, embora nem sempre muito harmoniosamente. Não mais assim na nova ordem neoliberal. Nessa, os direitos individuais são tidos como sagrados, enquanto o acesso a bens e oportunidades de vida passa a ser visto como recompensa pelo esforço de cada um, fundada no livre funcionamento do mercado, cabendo ao poder público o papel residual de garantir o mínimo necessário à vida em sociedade, aos carentes de condições para obtê-lo por sua própria conta.

Esclarecimento análogo caberia fazer em relação ao outro componente do par. A democracia entronizada na nova ordem emergente pouco tem que ver com as noções clássicas de “bem comum” e “vontade do povo”, que ela mantém em seu vocabulário corrente como relíquias que contemplamos com reverência, mas não têm mais nenhuma serventia. A democracia em causa está reduzida ao acesso a postos de governo por meio da competição pelo voto, em eleições livres e honestas, entendido esse regime como o mais adequado para assegurar o respeito aos direitos individuais, fundamento da ordem em sua dupla natureza, econômica e política.

A advertência é indispensável porque da união entre o universalismo dos conceitos e o particularismo do conteúdo neles infundido resulta um traço perturbador da nova ordem: a exigência de dar efetividade aos dois imperativos em causa e o silêncio a respeito do sujeito dessa obrigação, sobre as condições de sua entrada em ação e sobre os meios empregados.

A tensão entre este discurso normativo e os princípios básicos do direito internacional — fundado no conceito de igualdade soberana dos Estados, com seu corolário, a não intervenção e a não ingerência nos assuntos internos de outros Estados — é patente. O debate em torno dela ocupará amplo espaço no trabalho da ONU e na agenda de movimentos sociais e de grupos intelectuais e políticos em todo o mundo. E ganharia intensidade variável de acordo com a dramaticidade das operações militares “redentoras” que se tornaram corriqueiras no período.

Operações salvadoras — sob distintas formas. Cumpre salientar a observação porque ela nos remete aos dois pilares em que a ordem emergente em questão repousa: a superioridade econômica das potências ocidentais, e a supremacia militar incontestável dos EUA.

Sobre o primeiro deles farei apenas um rápido registro a fim de deixar fixadas algumas balizas para o argumento que será traçado a seguir. Entre as potências ocidentais anteriormente referidas sobressaem-se claramente os EUA — pelo tamanho de sua economia; a extensão e profundidade de seu sistema financeiro; o lugar ocupado por sua moeda – divisa-chave na economia global —, mas também pelo papel de vanguarda desempenhado na reconfiguração produtiva conhecida como “terceira revolução industrial”. Esses atributos, aliados à sua posição geopolítica, garantiam aos EUA a condição de sede do modelo de capitalismo exemplar.

Menos conhecido do grande público, o segundo pilar demanda um comentário um pouco mais largo. Praticamente, todas as inovações que redundariam na terceira revolução industrial, bem como nos desenvolvimentos que nos levam agora à assim chamada indústria 4.0, tiveram origem em investimentos militares feitos pelo Estado americano no contexto da Guerra Fria. O resultado desse esforço prolongado — programas bilionários, custeados a fundo perdido durante décadas — tornou-se espetacularmente visível aos olhos do comum dos mortais na Guerra do Golfo — espécie de feira para exibição de sistemas de armas que pareciam ter saído de um filme de ficção científica.

E, como observa um estudioso, na base de todos eles a tecnologia de informação. Em suas palavras:

*It is information technology, in the shape of precision guidance, that permits aircraft to strike targets with great accuracy. It is information technology, in the form of situational awareness systems ... that permits ground formations to coordinate their operations more effectively. It is information technology, in the form of networked communications, that allows carrier battle groups to operate dispersed and yet mass their firepower.*

A noção de que o mundo estava nos umbrais de uma revolução na tecnologia militar foi formulada inicialmente por analistas soviéticos e, segundo muitos observadores, teve papel importante nas mudanças timidamente introduzidas por Andropov, depois amplificadas no duplo programa de reformas (Glasnost e Perestroika) de Gorbachev. A Guerra do Golfo universalizou essa percepção. Os EUA saem do episódio consagrados como poder militar inigualável, de novo tipo.

O paralelismo é notável. As tecnologias de informação e comunicação, que transformam a economia e pavimentam o caminho da globalização são ao mesmo tempo fator multiplicador do poder militar dos EUA.

A nova ordem emergente parecia assentada em sólidos alicerces, e assim foi percebida durante anos. Mas a dupla face das tecnologias de informação nos adverte para a existência nesta ordem de falhas, rachaduras, que se tornariam pouco a pouco cada vez mais evidentes.

A primeira a se manifestar e a mais óbvia foi sua propensão a viver crises financeiras recorrentes. Gestada na crise do capitalismo regulado, a liberalização dos

mercados de capitais, cerne da globalização neoliberal, tinha como consequência — previsível, mas desconsiderada — a propagação na economia real da volatilidade característica desses. Três grandes crises financeiras internacionais (o colapso da serpente monetária europeia, em 1992; o colapso do peso mexicano, em 1994, e a crise asiática de 1997-1998 — com suas sequelas: a crise da dívida russa e a crise cambial brasileira, no final de 1998, que levaria no início de 1999 à desvalorização do real, atingindo mortalmente o regime de convertibilidade argentino, fato que lançou o país, dois anos depois, em uma crise econômica e política catastrófica), além de um sem-número de episódios localizados em diferentes pontos da periferia. A localização dessas ocorrências na organização espacial da economia capitalista levou alguns analistas a lhes atribuir um papel funcional: essa seria a forma pela qual o capitalismo neoliberal se reproduziria ampliadamente. Havia um fundo de verdade no argumento, mas ele minimizava a possibilidade de que, em algum momento, a fragilidade financeira fosse se traduzir em crise econômica grave na capital do sistema, pois foi o que se deu com o colapso do mercado hipotecário nos EUA, em 2008.

O impacto social dessa crise — que cedo se estenderia à Europa — é conhecido. Aqui, importa observar que ela exacerbaria os traços mais perversos do capitalismo neoliberal — aumento das desigualdades e da pobreza; degradação das condições de trabalho e de vida — alimentando um mal-estar continuado, que está na origem do Brexit, do trumpismo e da expansão da extrema direita por todo o mundo.

Em outro plano, o pilar econômico da ordem emergente era minado pelo dinamismo pujante de novos polos de acumulação na Ásia, que se integram gostosamente nos mercados globais, mas praticam um tipo de capitalismo próprio, marcado por forte intervenção estatal na economia. À proporção que se expandem e ganham maior confiança em si mesmos, esses centros — penso, sobretudo na China, mas também na Índia — passam a disputar espaços com as potências ocidentais nas organizações internacionais e o poder de definir regras para a economia.

Contudo, era o alicerce militar que apresentava falhas mais graves e mais prementes. Uma delas surgia como contraface não antecipada dos avanços tecnológicos que haviam conferido supremacia incontestável nessa esfera aos EUA. Vimos como as tecnologias de informação e comunicação eram de uso dual e estavam revolucionando também a economia. Cabe indicar agora que o trânsito entre as duas vias podia se fazer iterativamente.

É o que os estudos sobre a difusão do poder militar nos ensinam. Se o sistema de posicionamento global e a internet, em suas sucessivas gerações, desempenharam papel decisivo na dianteira militar alcançada pelos EUA sobre seus rivais, ao se difundir na economia e na vida social criaram um ambiente propício para a ação de inimigos heterogêneos.

*The Internet is an accelerator for non-state actors. Non-state actors can leverage advances in information technology at almost no cost. NSAGs use information*

*technology across many activities, such as propaganda, recruitment, tactical communications, weapons procurement, research, and organizational communication. All this can be done, and done almost always better, online.*

A internet, porém, é apenas um exemplo conspícuo da conversão do uso civil ao militar. Casos mais banais, mas nem por isso menos importantes, são representados pelos dispositivos explosivos improvisados (IED, na sigla em inglês), fabricados com ingredientes de uso doméstico corrente e detonados por meio de rádios ou celulares. Embora não comparáveis, os números a seguir nos dão uma ideia a respeito da efetividade desse tipo de armamento. De acordo com os dados do Departamento de Defesa, no curso da Operação Liberdade do Iraque, iniciada em 2003 e concluída formalmente em 2010, descontadas as perdas por suicídio e acidentes, as forças americanas sofreram 35.429 baixas, entre mortos (3.482) e feridos (31.947). Outro banco de dados indica que, dos 5.413 soldados americanos mortos em ação, com causa conhecida, no Iraque e no Afeganistão entre 2011 e 2020, cerca de 2.640 deles foram vítimas de IEDs (52% para o Iraque; 48,2% para o Afeganistão). E estudo clínico realizado com amostra de 1.566 combatentes feridos em ação no Iraque evidencia que 38% deles foram atingidos por IEDs.

É comum na literatura de Relações Internacionais o erro derivado do que denomino concepção atuarial das relações militares de força. Compara-se gastos em defesa, ou em casos menos toscos “capacidades materiais”, e conclui-se daí que tal Estado tem poder militar maior do que outro. Por essa métrica os EUA — com um dispêndio superior ao gasto somado dos nove ou dez países que lhes seguem na lista dos maiores orçamentos em defesa, e com a indústria bélica tida como a mais avançada do mundo — seria imbatível. Deixa-se de considerar as variáveis organizacionais e as condições sociopolíticas envolvidas em seu exercício e as diferentes hipóteses de emprego da força. Nessa ótica, as sucessivas derrotas sofridas pelos EUA diante de inimigos muito mais fracos parecem surpreendentes.

Quando levamos em conta a complexidade envolvida na conversão entre recursos materiais e poder militar, podemos aquilatar adequadamente a relevância da proposição que se segue,

*... it was also the evolution of technology that enabled the weak to resort to asymmetric means. For it increasingly produces comparatively cheap and less sophisticated weapons systems which provide capabilities to strike back even against the most sophisticated forces. Consequently, the asymmetric advantages of the strong even among states do not necessarily translate into domination over an opponent any longer.*

Foi uma lição dura, que os planejadores estratégicos americanos custaram muito — e pagaram um preço enorme — para aprender. Não aconteceu o mesmo em relação a outra falha no alicerce militar da ordem emergente. Essa foi imediatamente identificada como uma falha congênita, e desde o primeiro

momento esse reconhecimento se constituiu em um dos fatores determinantes da conduta internacional dos EUA.

Muito simples. Guerra Fria foi a denominação cunhada para designar o que Thomas Schelling caracterizou como “jogo de motivos mistos”. Não estranha o fato de que o seu resultado tenha assumido a forma de uma situação igualmente mista: vitória parcial em uma “guerra” da qual a potência derrotada saía da rota, humilhada, ofendida, mas não submetida. A URSS foi politicamente esmagada, fragmentou-se e, como tal, deixou de existir. Mas não foi militarmente vencida, o seu território não foi ocupado, e sua sucessora — a Rússia — preservou o aparato militar da potência caída, com o arsenal nuclear respectivo.

Ironicamente, mantiveram-no com a ajuda dos EUA. Em seus derradeiros momentos, a URSS contava com um arsenal dotado de cerca de 30-40.000 armas nucleares, estratégicas e táticas, estacionadas em 14 das 15 Repúblicas. Nessas condições, o colapso da URSS gerava o tríplice problema de garantir a integridade e consolidar o arsenal de armas táticas; evitar a emergência de novos Estados nucleares, abastecidos de mísseis balísticos intercontinentais, e impedir o vazamento de material físsil para Estados falidos, organizações criminosas, ou grupos terroristas.

Graham Allison e colegas estudaram minuciosamente como os EUA lidaram com esses três desafios, salientando o que ainda restava a fazer no que concernia ao último. Para o argumento esboçado aqui, no entanto, o fundamental está contido na informação que aparece no início de seu livro.

*The Bush administration and the Congress wasted no time in deciding that the United States could accept only one nuclear successor state to the Soviet Union – Russia; this was a view shared by most other states on the planet... In practice, however, the process of denuding Belarus, Kazakhstan, and Ukraine of the strategic nuclear weapons they had inherited proved to be no simple matter, particularly in the case of Ukraine.*

Na ocasião, a Rússia estava mergulhada em crise econômica catastrófica, que lhe cobrou, em cinco anos, metade do PIB. Desde então, a vida política russa passou por várias fases, e o mesmo se deu com sua postura diante do mundo. Da cordura ocidentalista dos primeiros tempos, à assertividade do penúltimo Putin, diversas abordagens tendo em vista a integração na ordem emergente foram tentadas — inutilmente, como sabemos. A postura da Rússia varia em um espectro amplo, o que permanece fixo, sempre igual a si mesmo é o pressuposto da política norte-americana, logo “Ocidental”: a Rússia não é confiável; pode ser bem tratada, receber afagos mais ou menos generosos, mas decisões fundamentais não podem ser com ela divididas.

Isso não se deve à má vontade dos dirigentes ocidentais, seus esquemas de percepção, suas ideias, sua “imagem do outro” ... A dificuldade básica está ancorada neste dado duro da realidade. A ordem pós-Guerra Fria assentava-se no pressuposto do monopólio normativo (poder de gerar, interpretar e reinterpretar normas) e

coercitivo do condomínio ocidental, sob o comando dos EUA. Pois bem, por seu potencial destrutivo a bomba atômica foi definida certa vez como a arma absoluta. Independente de suas intenções reais ou proclamadas, a persistência de um Estado dotado de arsenal nuclear capaz de devastar os EUA, ainda que se condenasse nessa hipótese ao mesmo destino, lançava uma sombra sobre a ordem projetada.

## **A crise da ordem internacional do pós-Guerra Fria e a estratégia restauradora de Biden**

Falhas, ou se preferir contradições, da ordem internacional emergente no pós-Guerra Fria. Seus efeitos não tardaram a se manifestar.

Os deslocamentos sociais produzidos pela reorganização neoliberal do capitalismo — no centro e na periferia — engrossaram os movimentos migratórios e alimentaram um mal-estar difuso que cedo ganhou voz na nebulosa dos movimentos sociais antiglobalização os quais se projetaram na arena internacional durante a conferência da OMC, em Seattle, em novembro de 1999. Fortemente coreografados, os protestos encenados pelos ativistas na pacata cidade do Noroeste americano não foram os responsáveis principais pelo fracasso do conclave, mas chegaram como um sinal precursor de problemas vindouros. A globalização e seus descontentes. Como se verá a seguir, eles reaparecerão mais tarde com outras máscaras e uma contundência incomparavelmente maior.

A reforma intelectual-moral e política prometida na nova ordem logo passou a enfrentar sérios percalços, também, especialmente nas duas zonas principais de conflito na política internacional: o Oriente Médio e os Balcãs. Quanto aos primeiros, basta referir o fracasso do processo de paz israelo-palestino, depois do assassinato de Iitzak Rabin, em novembro de 1995, da eleição do ultradireitista Benjamin Netanyahu, em 1996, e das provocações de Sharon, que se elegeria a seguir ao cargo de primeiro-ministro no clima de tensão aguda adrede criado. A resultante final desse processo foi a montagem de um sistema de controle desumano que infirmava o discurso invocado pelos EUA em suas intervenções militares em outras partes do mundo. Como o fazia, embora mais silenciosamente, o regime de sanções imposto ao Iraque depois da Guerra do Golfo, que não provocou a queda de Saddam Hussein, objetivo pretendido, mas levou à destruição de milhares de vidas humanas (500 mil menores de 5 anos, entre 1991-1998, segundo relatório do Fundo de Crianças das Nações Unidas). Combinados, os dois desenvolvimentos davam caução ao discurso que articulava, em suas várias vertentes, o islamismo político radical — a primeira e até então mais séria contestação levantada contra a ordem internacional emergente.

O outro teste enfrentado por esta em suas pretensões normativas ocorria nos Balcãs. Mais particularmente na antiga Iugoslávia. Tida até o fim da Guerra Fria como modelo de caminho benigno (menos centralizado e menos repressivo) ao socialismo, a Iugoslávia desintegrou-se na esteira de guerras múltiplas. Eslovênia,

Croácia, Bósnia... Nessa última, os embates foram mais prolongados e envolveram atrocidades tanto mais chocantes porquanto perpetradas em solo europeu. A guerra civil na Bósnia motivou a intervenção da OTAN e conduziu a um acordo intermediado pelos EUA que se revelou infrutífero. Em 3 de junho de 1999, a OTAN, sob comando americano, inicia a operação militar contra a Sérvia. Foram 79 dias de bombardeios incessantes, que levariam à queda e à prisão do presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic, posteriormente condenado em Tribunal Penal Internacional *ad hoc* criado por decisão do Conselho de Segurança da ONU, em 1993, para julgar crimes contra a humanidade cometidos naquele conflito.

A questão do Kosovo representa um teste crítico para a ordem internacional emergente, porque a decisão de atacar a Sérvia não foi tomada pela ONU, mas pela OTAN, com base em razões humanitárias estranhas aos fundamentos conceituais do direito internacional. Além disso, tendo feito aflorar divergências não tão sutis no condomínio ocidental — e na opinião pública dos países integrantes —, ela levou as relações dos EUA com a Rússia a um ponto máximo de tensão, que em determinado momento chegou próximo ao enfrentamento físico entre tropas dos dois países.

Múltiplos testes, de variada natureza. Mas não se pode dizer que a ordem em construção tenha sido reprovada neles. Apesar de o desgaste, ainda que não tão lustroso, ela encerrava a década confiante e íntegra. Os grandes desafios estavam reservados para o novo milênio.

O primeiro a mencionar, em respeito à ordem da exposição, tem nome definido e inscrição temporal supostamente clara: a crise financeira global. Prenunciada já em meados 2007, quando se tornou evidente a situação precária do mercado norte-americano de dívidas hipotecárias, a crise manifestou-se abertamente em março, com a quebra do Bearn Stearns, quinto maior banco de investimento dos EUA, que fora antecedida de perto pela nacionalização temporária do Northern Rock pelo Banco da Inglaterra. O susto, porém, não durou muito, e pouco depois a estranha impressão que se tinha era de um rápido retorno à normalidade. A catástrofe ocorreu em 15 de setembro de 2008, quando o Tesouro americano decidiu deixar à sua própria sorte o Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimento, cuja falência, espalhou o pânico por todos os cantos do mundo, quebrando traumáticamente os laços de confiança que sustentam a cadeia do crédito. A conversão do choque financeiro em crise econômica foi quase imediata. Apesar de a resistência surpreendente exibida pela China e pela Índia, e da rápida e vigorosa recuperação brasileira, a crise econômica continuava uma realidade sombria no começo da década seguinte — os países bálticos mergulhados em profunda recessão e a moeda europeia ameaçada em sua integridade pela situação calamitosa das contas públicas em vários países da zona do euro, a começar pela Grécia.

Poderia ter sido muito pior, não fossem as medidas adotadas pelo governo dos EUA para conter a propagação da crise e debelar-lhe os efeitos: operação compulsória de salvamento de bancos organizadas pelo secretário do Tesouro de turno, Hank Paulson; resgate bilionário, com fundos públicos, da General Motors; linha de crédito aberta à



autoridade monetária europeia pelo Sistema de Reserva Federal (FED, sigla em inglês), que passava a atuar como banco de última instância global. Não posso me deter no tema. Relevante para os propósitos deste capítulo é ressaltar o impacto social da crise: a recessão; o desemprego renitente; as perdas financeiras dramáticas das famílias de classe média; o espetáculo chocante de “sem tetos”, aos milhares, acampados em espaços vazios em meio à opulência das grandes cidades. E apontar os seus reflexos políticos: a alavancagem de um movimento de extrema direita que aliava a indignação com a presteza do governo em gastar o dinheiro do distinto público a favor dos bancos e a rejeição profunda ao primeiro presidente negro na história dos EUA. O Tea Party manteve-se no centro da política americana durante o primeiro mandato de Obama, perdendo força a seguir. Mas os seus ativistas tiveram papel decisivo na eleição de Donald Trump, em 2016, e se mantiveram como um ingrediente fundamental do trumpismo.

Não se trata de um fenômeno de política doméstica. Com o duplo *slogan* que sintetizava sua plataforma eleitoral — *America First*, e *Make America Great Again* — Trump operou um giro na política externa da superpotência, que rompia frontalmente com o consenso bipartidário que a informou desde o final da Guerra Fria e, nesse sentido, presidiu a construção da ordem internacional criada sob sua batuta.

Além disso, Trump converteu-se em catalisador de movimentos de extrema direita por todo mundo, os quais em suas variadas modalidades contestavam (e contestam!) as crenças embutidas no discurso e nas práticas da nova ordem internacional, denunciadas como expressões do liberal-globalismo.

Nesse sentido, a grande crise financeira de 2008 está significativamente conectada a processos que minavam a ordem internacional em gestação em dois planos, por seus efeitos erosivos sobre suas bases de sustentação interna e pelo espaço que abriam para a contestação direta de suas pretensões normativas.

Antes disso, porém, a ordem internacional já havia sofrido o choque do atentado de 11 de setembro, com seus desdobramentos, a guerra no Afeganistão e no Iraque. A rigor, foi uma série de choques: o estupor causado pela descoberta repentina da vulnerabilidade — os ataques em Nova York e em Washington foram os primeiros sofridos pelos EUA em seu território desde a guerra contra os ingleses em 1812; a divisão na aliança Atlântica no debate sobre as supostas armas de destruição em massa no Iraque; a decisão de invadir esse país, mesmo sem o aval da ONU cujo Conselho de Segurança havia rejeitado pouco antes a resolução apresentada com esse fim pelos EUA — com o voto da França, da Alemanha... e da Rússia. A “Guerra ao Terror” parecia justificar os atos mais extremados, mas seus efeitos corrosivos sobre a legitimidade das instituições da ordem internacional vigente eram facilmente perceptíveis.

Mais importante do que o custo político foi a surpresa reservada aos EUA e aliados no campo de batalha. Deslançada em 19 de março de 2003, a Operação Liberdade do Iraque não encontrou grande resistência e três semanas depois os tanques norte-americanos adentravam Bagdá. As imagens das estátuas derrubadas simbolizando a queda do regime do Baath circularam o mundo, que viu pouco depois, capturado em um esconderijo subterrâneo, a figura imponente de seu líder agora

reduzido a um trapo. Nenhuma reserva no tratamento dado ao inimigo, nenhuma tentativa de cooptar parte de suas elites na tarefa de construir uma nova ordem política. A resposta veio meses depois, sob a forma da insurgência.

O Iraque se somava, assim, ao Afeganistão, ocupado por tropas da OTAN há mais de dois anos, dessa feita com autorização das Nações Unidas. Nos dois casos, as forças aliadas se viram envolvidas em longo e desgastante conflito com forças irregulares, que se valiam dos expedientes milenares da guerra assimétrica para infligir custos (objetivos e políticos) crescentes às forças de ocupação. Em ambos, os EUA e seus aliados fizeram o possível para contê-los, mediante o uso generalizado de companhias privadas de serviços militares e do aliciamento de forças locais — estratégia usual na política de impérios passados. Nada disso bastou para garantir o sucesso das empreitadas: os EUA foram obrigados a se retirar oficialmente do Iraque, que passou a girar na órbita do Irã, seu principal rival estratégico na região, transformando-se mais tarde em território disputado pelo ISIS (acrônimo inglês de Estado Islâmico do Iraque), organização jihadista criada na guerra contra o invasor ocidental; e acabou por abandonar o Afeganistão, assistindo impotente ao avanço das tropas do Talibã, já no começo de administração Biden.

O terceiro evento de implicações sistêmicas a assinalar foi a inflexão observada na Rússia com a ascensão de Vladimir Putin, depois das experiências amargas da guerra interna na Chechenia e da humilhação em face das forças da OTAN no Kosovo. A mudança no início não foi notável, em vista da prioridade dada à superação dos problemas internos e à solidariedade aos EUA logo após os atentados de 11 de setembro. Mas ela ficou patente em 2008, quando a Rússia reagiu militarmente, de forma fulminante, à tentativa do governo georgiano de assumir pela força o controle da província separatista da Ossétia do Sul. Esse movimento, que consternou os planejadores estratégicos nos EUA e alhures, se deu no contexto da expansão da OTAN até a fronteira da Rússia, e da instalação de um sistema antimísseis na Polônia, o qual ao afetar seriamente seu poder dissuasivo expunha a Rússia a uma situação de grande vulnerabilidade.

A ordem internacional emergente depois da Guerra do Golfo assentava-se no pressuposto de que os EUA e aliados podiam ser fustigados por atores não estatais e precisavam se preparar para derrotá-los, mas não sofriam ameaças mais sérias por outras potências. Os acontecimentos da Geórgia mostraram ao mundo que tal avaliação era equivocada. A partir daí o liberalismo internacionalista, guiado pela ideia reguladora da Cosmópolis, encontrava um desafiante de peso. O qual logo depois se lançava em amplo programa de reforma militar para se dotar dos meios correspondentes à sua política soberana. A disposição russa de empregá-los manifestou-se com assertividade brutal na crise ucraniana, em 2014, que culminou na anexação da Crimeia, e em uma crise prolongada no relacionamento entre a aliança Ocidental e a Rússia. Desde então, esse conflito vem se constituindo em uma das determinações gerais mais importantes da configuração geopolítica do mundo em que vivemos, fato patenteadado pela eclosão da guerra ora em curso na Ucrânia.

O quarto desenvolvimento transformador em escala global foi a continuidade do avanço econômico da China, no período aberto pela crise financeira de 2008, sua rápida ascensão nos setores de tecnologia de ponta — de uso dual (civil e militar) — e a crescente assertividade de sua política exterior a partir de 2013, sob o comando de Xi Jinping. Não obstante o elevado grau de integração econômica entre China e EUA — e o fato de a inserção da primeira na economia capitalista internacional ter se dado “a convite” da superpotência — o crescimento acelerado da China, com as propriedades estruturais que caracterizam a sua economia (coexistência entre um setor privado fortemente internacionalizado e amplo setor bancário e produtivo estatal), cedo despertaram inquietações nos círculos dirigentes dos EUA. Inicialmente focadas em aspectos pontuais de política econômica (manipulação cambial) e em práticas comerciais (violações de direitos de propriedade intelectual, por exemplo), depois da crise de 2008 elas adquirem clara conotação geopolítica. É sob esse prisma que deve ser entendido o pivô asiático anunciado pela então secretária de Estado Hillary Clinton, em 2010.

Assentada na ampliação e no estreitamento de laços com Estados refratários à influência chinesa na região, o coração da estratégia americana era o projeto da Parceria Transpacífica (TPP, no acrônimo em inglês). Tratava-se, claramente, de estabelecer um processo seletivo de geração de normas internacionais mais restritivas do que as convencionadas em negociações multilaterais no âmbito da OMC, a serem generalizadas posteriormente via adesão forçada ao conjunto do pacote. A China (mas também a Índia) foi mantida à distância desse processo, que culminou na assinatura do acordo, em outubro de 2015.

Como se sabe, o Congresso dos EUA não ratificou o acordo, que nem sequer foi submetido à sua apreciação. O governo Trump abandonou a estratégia de contenção indireta da China em prol de uma abordagem agressiva, aplicada via negociações bilaterais.

A reorientação política, porém, não obscurece o forte elemento de continuidade no plano estratégico: ligando os dois períodos há uma mudança drástica nos EUA quanto ao papel da China no mundo, que passa a ser encarada como rival estratégico dos EUA, em um consenso bipartidário com ampla aceitação na opinião pública americana. Consenso que se apoiava no reconhecimento tardio de que a China avançava celeremente na conquista de setores de tecnologia de ponta o que a qualificava para ocupar a curto ou médio prazo, no plano militar igualmente, a posição de grande potência.

A inflexão verificada na postura chinesa com Xi Jinping radicaliza uma correção de rumo incipiente que já se ensaiava há anos, a partir das lições extraídas pela elite chinesa da guerra movida pela OTAN na Iugoslávia. Ela se contrapõe à tentativa de contenção (ou socialização coercitiva, para usar a sugestiva expressão cunhada por Andrew Hurrell para interpretar a mudança no paradigma da política externa brasileira nos anos 1990), em dois planos interligados. No campo da diplomacia econômica, com o megaprojeto do *One Belt One Road*, que oferece a seus

parceiros (na Ásia, no Oriente Médio e na Europa) a oportunidade de se conectarem com o mercado chinês por meio de gigantescos planos de investimento em infraestrutura, generosamente financiados pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, e outras instituições financeiras chinesas. No plano militar, com um significativo incremento no orçamento de Defesa, cujas expressões materiais mais visíveis são a ampliação da frota de navés de médio porte da marinha de guerra, e a criação de uma frota de porta-aviões (o terceiro dos quais, ora em fase de acabamento, projetado e construído na própria China) e a expansão impactante de seu arsenal nuclear. Particularmente preocupante na grande estratégia chinesa para EUA era a ênfase posta na fusão da tecnologia civil e militar. Objetivo claramente enunciado em documentos oficiais de caráter público, essa diretiva refletia o aprendizado dos planejadores chineses no estudo atento da experiência americana.

Compreende-se, assim, a prioridade conferida ao desenvolvimento científico-tecnológico na estratégia do governo Biden e o seu esforço metódico por bloquear o acesso de empresas chinesas a bens requeridos para a fabricação de produtos de alta tecnologia — em particular, componentes de microprocessadores e equipamentos avançados para sua produção. Definindo a China como competidor estratégico com “intenção e, cada vez mais a capacidade de remodelar a ordem internacional (a seu favor)”, o governo Biden empenha-se em recompor aliança atlântica, esgarçada pela política de seu antecessor, e inclui entre os objetivos centrais de sua Estratégia de Segurança Nacional a implementação de programas ambiciosos de política industrial, com ênfase na cadeia produtiva de semicondutores e nos setores de computação avançada, comunicação, tecnologias de energia limpa e biotecnologia. Inclui também entre os seus objetivos centrais o fortalecimento da democracia, que implica o reconhecimento dos resultados das eleições, admitindo que: “*We have not always lived up to our ideals and in recent years our democracy has been challenged from within*”.

A securitização de temas de política industrial — até bem pouco tempo, anátema para os neoliberais — e de questões controversas de política doméstica, como a legitimidade dos resultados e os procedimentos eleitorais — são indicações eloquentes da situação crítica vivida pelos EUA, pelo menos aos olhos de sua elite — ou da fração dela que ora empolga o poder.

## **Mundo em trânsito. Presente prolongado... além do horizonte**

Pesquisa prospectiva realizada com especialistas em relações internacionais brasileiros há quase 20 anos apontou, como cenário mais provável em 2022, a “*desconcentração conflituosa*” do poder mundial — os outros foram batizados assim: “*multipolaridade benigna*”; “*unipolar consolidado*” e “*ordem liberal cosmopolita*”. No cenário mais provável a primazia dos EUA na economia e na política mundiais estaria reduzida pela ocorrência de um desses eventos, ou de sua combinação: fortale-

cimento econômico e militar da China; aprofundamento da União Europeia (EU). A pesquisa identificava ainda a ascensão da Índia e a integração da Rússia na EU como fatores que reforçariam aquele resultado. Não vem ao caso examinar aqui as hipóteses causais que levaram a tal conclusão. Mas creio ser interessante rever como o cenário tido como provável era caracterizado.

A transição para um sistema dotado de vários polos de poder é o elemento central neste cenário. Mas o elemento que o distingue é a maneira como ela se processa. Neste cenário, a desconcentração se opera de forma conflituosa, pela emergência de competidores com meios e disposição para contestar o papel de liderança da superpotência na condução dos assuntos internacionais.

A referência se justifica, a meu ver, porque o futuro antecipado em 2004 é agora o nosso presente, o que nos permite cotejar as projeções feitas no passado com os desenvolvimentos reais que se desenrolam à nossa vista.

O artigo que expunha os resultados da pesquisa completava o desenho do cenário mais provável em 2022, apontando cinco tendências que se manifestariam com força caso ele se materializasse.

1) “aumentam as tensões entre os principais atores da política internacional, que se lançam em jogos de aliança envolvendo também potências pequenas e médias”.

2) “conflitos étnicos e religiosos geram situações críticas, mas as discrepâncias entre as grandes potências inibem as intervenções internacionais para saná-las”.

3) as tensões no Oriente Médio continuam elevadas, (mas) “os Estados Unidos reduzem sua presença militar na região, pela dificuldade de arcar com os (seus) custos econômicos e políticos”.

4) “em outras regiões... conflitos étnicos e religiosos criam condições favoráveis para organizações terroristas, que intensificam sua atividade”.

5) “No plano das relações econômicas, as divergências entre os principais atores levam à multiplicação de acordos minilateralistas, em detrimento do sistema multilateral”.

6) “Em todos os níveis, decresce a importância e a participação das ONGs em organismos multilaterais, que passam a enfrentar sérias dificuldades”.

Por economia de espaço, deixo ao leitor a prerrogativa de conferir se — e em que medida — as tendências descritas se verificaram. Em vez disso, chamo a atenção para a grande lacuna contida no desenho daquele cenário. Com efeito, ele previa a multiplicação de conflitos e o apelo recorrente à violência nas relações internacionais. Mas não contemplava a realidade mais perturbadora do nosso presente: a hipótese do enfrentamento direto entre as grandes potências, a ocorrência da guerra interestatal.

No momento em que escrevo não se trata mais de uma hipótese, mas de um fato. A guerra na Ucrânia não contrapõe uma grande potência militar (a Rússia) e o país vizinho que luta desesperadamente para preservar sua independência. Desde o

início, a Ucrânia tem sido o teatro de operações militares de uma guerra que opõe a Rússia e o bloco Ocidental comandado pelos EUA. Foi o que Annalena Baerbock, ministra das Relações Exteriores da Alemanha, reconheceu em reunião plenária do Parlamento Europeu ao rebater as críticas a seu país pela relutância em fornecer tanques Leopard à Ucrânia com a frase desastrada: “... não fazemos o jogo da culpa na Europa, porque estamos lutando uma guerra contra a Rússia e não uns contra os outros”.

Em guerra contra a Rússia, a Europa parece estar também em rota de colisão com a China. Testemunham o fato a propaganda agressiva difundida pelos meios de comunicação, a atmosfera de suspeita que passa a cercar o intercâmbio cultural com esse país e as medidas restritivas de rigidez crescente adotadas contra suas empresas no Velho Continente. Rússia e China. Unindo as duas rejeições o discurso fortemente ideologizado, que faz apelo aos ideais dos direitos humanos e da democracia, e os pesados custos econômicos e sociais da ruptura (ou enfraquecimento, no caso chinês) dos laços com dois parceiros fundamentais em qualquer estratégia de afirmação autônoma. Com eles, a Europa se lança em um conflito ciclópico em que tem tudo a perder, como caudatária dócil dos EUA.

Este o principal desacordo entre o real e o previsto. Em 2004, um ano depois de ter sediado forte reação à política americana para o Iraque, as veleidades europeias de uma política externa e de defesa comuns ainda pareciam críveis. Tendo esbarrado sempre na resistência dos EUA, tais pretensões reduzem-se hoje a lembranças nostálgicas, alimentadas ocasionalmente por discursos edificantes entoados na língua de Molière.

O conglomerado ocidental (que inclui ainda a Austrália e o Japão) x Rússia e China. Uma nova Guerra Fria? Não exatamente. A semelhança entre o mundo de hoje e o que prevaleceu na segunda metade do século passado é superficial. Não mais dois blocos separados ideológica e economicamente. Não mais a certeza do absurdo da guerra entre as duas superpotências.

Mas a diferença principal está nas relações de força no campo internacional. Os EUA continuam como maior economia do mundo (embora não mais, se considerado o PIB em paridade de poder de compra) e seu poder militar — que inclui também o seu sistema de alianças e a rede sem igual de bases espalhadas por todos os quadrantes do mundo — continua formidável, ainda que não lhe garanta vitórias certas em todas e quaisquer hipóteses de guerra, e esteja ficando para trás em alguns itens importantes, como sistemas de mísseis hipersônicos, por exemplo, nos quais a vantagem da Rússia e da China é indiscutível. Mesmo assim, em perspectiva de longo prazo, seu peso relativo encolheu muito. Não apenas na comparação com a China — rival estratégico cujo avanço faz e fará todo o possível por conter, como prioridade número um de sua grande estratégia — mas em relação ao resto do mundo.

O qual percebe claramente que a superpotência está lançada em uma guerra defensiva, na tentativa desesperada de inverter tendências estruturais profundas

para manter indefinidamente a supremacia que hoje lhe foge aos pés. Por isso, a maioria dos países na Ásia, na África, no Oriente Médio e na América Latina não se sensibilizam facilmente pela retórica que divide ontologicamente o mundo entre democracias e autocracias e refugam a cobrança para envolver-se em conflitos que não lhe dizem respeito diretamente, cientes de que o significado dos valores invocados para esse efeito não é unívoco e está em disputa na casa de seus autoproclamados promotores.

Presente prolongado. Nada indica que a situação de alta conflitualidade atual esteja próxima do fim. Nesse sentido, o futuro que podemos antever é de um trânsito turbulento em que conhecemos o estado inicial, mas não temos ideia sobre o estado de coisas que haverá no final da travessia.

Mas para agir neste presente tão perigoso, precisamos visar além do horizonte. Nesse movimento, pessimismo e otimismo se fundem e a utopia se converte em condição necessária do realismo.

# ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E TECNOLOGIAS DA VIOLÊNCIA

*Eduardo Mei  
Héctor Luis Saint-Pierre*

*Vontade de tudo ver, de tudo saber a cada instante, em todo  
lugar,  
vontade de iluminação generalizada,  
uma outra versão científica do olho de Deus  
que proibirá para sempre a surpresa,  
o acidente, a irrupção do intempestivo.*  
Paul Virilio, *A Máquina de Visão*. Rio de Janeiro: José  
Olympio, 1994, p. 99.

**R**uído e fúria<sup>1</sup> despertam-nos novamente para a violência, parteira da história. A guerra na Ucrânia representa as dores de um parto longo, difícil e sangrento que, ao que tudo indica, culminará, no prazo de algumas décadas, na transferência do eixo de acumulação do capital do Atlântico Norte

---

<sup>1</sup> “Life’s but a walking shadow, a poor player that struts and frets his hour upon the stage, and then is heard no more. It is a tale told by an idiot, full of sound and fury, signifying nothing” (W. Shakespeare, *MacBeth*, 5,5).



para a Eurásia. Não é meramente casual que a violência deflagre na Ucrânia, mas o atrito localizado representa um sismo que confronta as duas imensas “placas tectônicas” em movimento de colisão na profundidade do equilíbrio de forças da segurança internacional. Não obstante, outros fatores e tendências devem excitar a violência no futuro indeterminado: além do declínio hegemônico dos EUA, das obsolescências política e econômica da Europa, da ascensão global da China e da capacidade militar da Rússia e do deslocamento do eixo da acumulação do capital, soma-se o acirramento da disputa por recursos estratégicos (água potável, combustíveis fósseis, minerais raros etc.) e as mudanças climáticas, estressando o mundo contemporâneo e exigindo capacidade de elaboração prospectiva pelos tomadores de decisão.

As tecnologias de vigilância, informação e aprendizagem automática abrem novas e sombrias perspectivas para a violência em suas múltiplas manifestações que concitam a atenção dos polemólogos contemporâneos. Entretanto, estamos no limiar da convergência de diversas tecnologias cujo impacto é difícil prever e, é imprescindível que estejamos preparados para ele. As principais tecnologias são as tecnologias de informação, a tecnologia genética, a tecnologia de materiais, a nanotecnologia aplicada a implantes biológicos e cerebrais e as tecnologias associadas aos psicofármacos. Neste texto, trataremos da primeira delas, pois, ao que parece, ela capitaneará as demais, pois são “tecnologias que têm uma relação simbiótica com a tecnologia da informática, em cujo âmbito são interdependentes, promovendo-se mutuamente” (Qiao & Wang, 2001). As tecnologias de vigilância — a serviço da acumulação de capital e da violência que a acompanha — incidem transversalmente em todas as atividades humanas, aí incluídas as diversas áreas da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico. Com efeito, toda a natureza e todo o produto da atividade humana, bem como a própria atividade, são passíveis, virtualmente, de serem transformados em informação (binária ou quântica, *bit* ou *q-bit*). E a informação é atualmente a mercadoria mais valiosa para a lógica da acumulação do capital.

Por isso, aqui decidimos refletir acerca da tecnologia e, embora o caminho pela linguagem não seja irrelevante (Heidegger, 2017), nossa reflexão debruça-se sobre o caráter prometeico da técnica. De fato, segundo o antigo mito — depois da distribuição inconsequente das dádivas por Epimeteu, seu irmão imprevidente —, Prometeu oferece aos homens o fogo que ele roubara do Olimpo e ensina-lhes a política. O homem permaneceria nu e inerme — portanto indefeso e inapto à sobrevivência — se não fosse a técnica, representada no fogo, e o diálogo, representado na política (embora sob o diálogo e a política oculte-se a violência doméstica e econômica [*οἶκος*] que excluía escravos, mulheres, crianças e estrangeiros). Dessa perspectiva, o homem não existiria sem a técnica e a política (e podemos acrescentar sem a coerção constitutiva da vida em sociedade), ele não seria o que é; não seria homem. Como observa Marcuse,

*No preguntamos por la influencia y el efecto de la tecnología sobre los individuos humanos, pues éstos son de por sí arte y parte de la tecnología, no sólo como personas que inventan o atienden la maquinaria sino como grupos sociales que dirigen su aplicación y empleo (2001, p. 53).*

Por conseguinte, homem e técnica são inseparáveis e, portanto, ela é elemento essencial do sociometabolismo do homem com a natureza. Mesmo que remon-temos às origens remotas da técnica, registramos a interação pela qual o homem alterou profundamente o ambiente, modificando-se a si mesmo (por exemplo, ao selecionar o trigo como gramínea essencial da sua alimentação — alterando os biomas nos quais habitava — ou ao introduzir os alimentos cozidos, incorporando a carne em sua dieta, promovendo a atrofia da musculatura mandibular e ampliando o espaço craniano para o desenvolvimento da sua massa cinzenta).

Entretanto, a indústria moderna impõe uma revolução na relação do homem com a natureza. O homem separa-se e se distancia da natureza, originando um sociometabolismo humano antinatural e uma revolução molecular (Santos, 2003a; 2003b). A indústria desnaturaliza a natureza e o próprio homem. E, não obstante, “a dominação do homem pelo homem ainda é, a despeito de toda transformação, o contínuo histórico que une Razão pré-tecnológica e Razão tecnológica” (Marcuse, 1973, p. 142). A tecnologia da sociedade atual, a sociedade do desempenho, levou o homem a ser o capataz de si mesmo, na “uberização” das condições de trabalho, o ser humano se frustra de suas próprias exigências e esquece de si como si mesmo. A sociedade contemporânea é essencialmente neuronal (Han, 2017). Por conseguinte, ao refletir acerca da tecnologia, a consideramos na dinâmica de acumulação do capital. E como esta é prenhe de violência, delinearemos as tendências ao uso militar da vigilância. Contudo, para não nos perdermos na névoa da guerra, convém situar os sismos recentes na longa duração. Por isso, apresentaremos os aspectos fundamentais de longo curso que afetam o desenrolar dos acontecimentos e, em seguida, trataremos dos possíveis impactos das novas tecnologias na gestação do futuro.

## **Longa duração e acumulação do capital**

A violência do presente tende a turvar os olhos e despertar a fúria das paixões. Não surpreende, portanto, a demonização de russos e chineses e a angelização de ucranianos, mesmo que isso obrigue a omitir-se perante as atrocidades cometidas contra a população civil no Donbass desde 2014. Por isso, uma visão de longo prazo tem o mérito de sugerir uma “perspectiva consoladora” (Kant, 1984) e menos parcial da história. As paixões tendem a opor “Oriente” e “Ocidente”, civilizados e bárbaros, mas um atento exame da história permite desvelar o que se oculta nessas

construções histórico-sociais. Para não remontarmos a uma época muito remota,<sup>2</sup> basta observar que, no segundo milênio antes da era cristã, o Mediterrâneo não conhecia distinção entre o Oriente e o Ocidente e que o mar Egeu se unia sem descontinuidade com a Anatólia, a Mesopotâmia e a Pérsia. Os fenícios legaram aos gregos o alfabeto e a escrita que irá fornecer “no plano propriamente intelectual, o meio de uma cultura comum e permitir uma completa divulgação de conhecimentos previamente reservados ou interditos” (Vernant, 2002, 56). E, enfim,

o restabelecimento dos contatos com o Oriente revela-se, esta vez ainda, de uma importância decisiva para o desenvolvimento de uma ciência grega em que as preocupações de ordem astronômica desempenharam um papel considerável (p. 130).

Subsequentemente, insuflado pelo “Oriente” (e condicionado pela escravatura, como bem aponta Benjamin Farrington [1961]) o pensamento grego, que viria a ser constitutivo do que se reclama ocidental e civilizado, dissemina-se no mundo helenístico pelo ecúmeno alexandrino antes de se propagar, por meio das hostes do Império Romano, no que veio a se chamar Europa Ocidental. Essa, como sabemos, era flanqueada pelos bárbaros germânicos na margem oriental do rio Reno. Como disse Júlio César dos belgas nos *Comentários*, “vizinhos dos germanos, que habitam além-Reno, *qui trans Rhenum incolunt*, que eles combatem perpetuamente” (apud Febvre, 2000, pp. 80-1).

Em seguida, outro movimento profundo, oriundo do “Oriente”, alastra-se pela Europa. O cristianismo insemna-se no Império Romano e propaga-se lentamente por toda a Europa. A queda do Império Romano desloca o centro e bastião da “civilização ocidental e cristã” para o Império Carolíngio cujo declínio faz dos povos germânicos, agora evangelizados, o novo bastião do papado. O Sacro Império Romano-Germânico, em nome de Cristo e obliterando impudicamente o Sermão da Montanha, avança a “civilização” e o “Ocidente” a ferro e fogo para além da margem oriental do Reno. Os bárbaros passam a ser os eslavos, judiciosamente escravizados, contribuindo para enriquecer o vocabulário do “Ocidente”: *esclavo, escravo, slave, esclave, schiavo, sklave, slaaf* etc. (Pirenne, 1992, p. 63). Entrementes, as luzes do “Ocidente” se perderiam nos séculos subsequentes à conquista do Mediterrâneo pelo Islã (Pirenne, 1992, pp. 35 y ss.). Os clássicos gregos, os algarismos indo-arábicos, a bússola e a pólvora serão preservados ou inventados e, posteriormente legados do Oriente à Europa, permitindo-lhe reiluminar as trevas nas quais essa mergulhara. Desse modo, o Oriente oferece graciosamente aos povos europeus os instrumentos que lhe permitirão conquistar e espoliar o novo mundo: o continente

---

2 Para a pré-história da Europa, cf. Duroselle, Jean-Baptiste. *L'Europe: Histoire de ses Peuples*. Paris: Hachette, 2006.

americano, a África, a Ásia e a Oceania. A pilhagem da América e a raça, a energia, o suor e o sangue africanos constituirão a acumulação primitiva do capital que permitirá à Europa subjugar o mundo inteiro. A partilha do espólio, entretanto, levará ao declínio da Europa e à ascensão de uma de suas colônias, deslocando ainda mais para o Ocidente o eixo da acumulação de capital. Os EUA assumiriam, então, o papel de império e algoz das colônias que se libertaram do jugo europeu. Por uma ironia da história, o mundo subjogado se volta contra o Ocidente, seja na forma do repovoamento da Europa pelos nativos das colônias, seja pela emergência tardia de negros e latinos na política interna estadunidense. Não obstante, a acumulação do capital tem uma dinâmica própria não totalmente controlável. Os capitais excedentes do mundo ocidental fecundaram o Extremo Oriente, criando as condições para que o Império Chinês ressuscitasse a sua milenar glória.

O aspecto crucial da longa duração nos últimos séculos é a acumulação do capital, perenemente sórdida e primitiva (Marx, 2013b). Ela se caracteriza pela ascensão e queda de países hegemônicos: Veneza, Holanda, Grã-Bretanha, EUA (Arrighi, 1996, p. 15) A acumulação do capital caracteriza-se, em todas as suas fases, pela expropriação — ora violenta, criminosa, ora dissimulada, legalizada — dos meios de produção. Essa dinâmica envolve o desenvolvimento das forças produtivas e os incrementos técnicos e tecnológicos que impelem sucessivamente o declínio e a ascensão dos países hegemônicos. Entretanto, a fase final de cada hegemonia, o seu canto do cisne, caracteriza-se pela subordinação das fases de expansão material — isto é, do circuito dinheiro-mercadoria (DM), fator de novos produtos e tecnologias — pelo curto-circuito mercadoria-dinheiro’ (MD’), típico da financeirização da economia decadente (Arrighi, 1996, p. 9). Desde os anos 1970, assistimos ao endividamento e ao declínio da economia estadunidense e ao deslocamento do eixo de acumulação para o Extremo Oriente. A condição de cão de guarda do Ocidente permitiu aos EUA desvalorizar o dólar — rompendo o acordo de Bretton Woods — e dar um novo fôlego à sua economia, mas o deslocamento do eixo continua impertérrito e apenas o seu poderio militar forneceu-lhes as condições favoráveis para sustentar o dólar como moeda de referência no comércio internacional. Entretanto, a galopante ascensão chinesa e a recuperação econômica e militar russa colocam obstáculos crescentes aos EUA e ao dólar.<sup>3</sup> Isso, associado à força política do seu complexo industrial-político-militar, explica a sua obstinação em ressuscitar a Guerra Fria e o seu interesse em expandir a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o Leste. Em suma, a decadência estadunidense arrasta consigo a Europa Ocidental, levando-a a sofrer os maiores impactos das guerras fomentadas por Washington na África, no Oriente Médio e agora no Leste Europeu. Contudo, o desafio representado pela China e pela Rússia são imensos. Ambas concentram e dominam vultosos recursos humanos e naturais e se notabilizaram no período

---

3 O comércio entre Brasil e China prescindirá do dólar. Ver de Jamil Chade “Brasil exportará para China sem passar por dólar”. In: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/03/29/brasil-exportara-para-china-sem-passar-por-dolar.htm>-. Consulta em: 9 abr. 2023.

recente por avanços tecnológicos em telecomunicações, informática e propulsão hipersônica, capacitando-se ao desenvolvimento de tecnologias defensivas e ofensivas extremamente desafiadoras. Ao que parece, a médio prazo, esse desafio é insuperável, uma vez que são crescentes os problemas internos das potências ocidentais.

Um olhar panorâmico das relações entre “Ocidente” e “Oriente” — que etimologicamente não representam nada mais do que os lados nos quais o Sol nasce e morre, levanta-se e descansa — permite-nos vislumbrar um movimento que sopra do Oriente próximo, dissemina-se na Europa “Occidental”, avança para o Leste por meio da pregação cristã, transpondo sucessivamente o Reno, o Danúbio, o Elba, o Vístula, o Dnieper, o Volga e o rio Ural e os montes Urais. Essa marcha para o Ocidente e depois para o Oriente enfrentará diversos obstáculos e assumirá diferentes ritmos: obstáculos físicos como o Atlântico e obstáculos linguísticos, étnicos e culturais na marcha para o Oriente. O segundo movimento sopra em sentido contrário, avançando do Oriente para o Ocidente sobre os escombros da antiga Rota da Seda. As canhoneiras e os preços das mercadorias ocidentais não foram suficientes para derrubar as muralhas da China nem solapar os alicerces de sua cultura milenar, mas conseguiram despertar o gigante que agora marcha silenciosa e firmemente para o Ocidente. Percebe-se, ademais, uma aceleração do tempo ao menos desde o século XVIII, e os movimentos, antes seculares, perfazem-se agora em décadas. O primeiro movimento apresenta um caráter dialético e contraditório: por um lado, uma tendência universalizante que se apresenta no ecúmeno cosmopolita helenístico e no caráter evangélico do cristianismo (*καθολικός* – católico), por outro, simultaneamente, ele se apresenta como imperialista e etnocida. Esse caráter imperialista e expansivo é acentuado paulatinamente a partir das Cruzadas, no ocaso do século XI da era cristã, quando hesitantemente as forças centrípetas da centralização estatal superaram as forças centrífugas da dispersão feudal (Elias, 1990). Esse movimento contraditório caracteriza o avanço ocidental, mormente a partir da expansão ultramarina europeia. O segundo movimento é milenar, não apresenta tendência evangelizadora, mas comercial, e seu aspecto imperial é, sobretudo, estático. De fato, a China assenta-se há séculos em seu território, não apresentando tendência expansionista. Os motivos desse caráter territorialmente não expansivo do Império Chinês talvez se devam — como observa Giovanni Arrighi, acompanhando a esse respeito Eric Wolf — ao fato de que

a Ásia fora [...] desde a época dos romanos, uma fornecedora de produtos valorizados para as classes coletoras de tributos da Europa e com isso, havia exercido uma poderosa atração sobre os metais preciosos da Europa (Arrighi, 1996, p. 35).

Destarte, em razão de suas características peculiares, a inserção internacional chinesa foi denominada “Consenso de Pequim” e caracterizada como “localista” e “multilateral”, pois respeitaria as peculiaridades locais e a necessidade da cooperação interestatal para construir uma nova ordem internacional (Arrighi, 2008). Os

passos recentes destes movimentos de longa duração testemunham o avanço chinês e a consolidação do Império Russo. A dinâmica do capital e o avanço tecnológico permitiram que esses dois gigantes, secularmente separados e alheios, se aliassem em uma superpotência transcontinental. Perante esse colosso, percebe-se o caráter atípico, excepcional e provisório da hegemonia europeia sobre o mundo, logrado apenas graças à pilhagem e à sangria dos recursos e povos da África, América, Ásia e Oceania. Por dois séculos, a Europa manteve-se sobranceira: da Revolução Industrial ao término da Segunda Guerra Mundial. Coube ao Exército Vermelho soviético encerrar a hegemonia europeia cuja derradeira manifestação foi o Terceiro Reich. A guerra europeia de 1914 a 1945 permitiu que os EUA — país mais favorecido pelo colapso europeu — exercessem a hegemonia mundial, disseminando bases militares por todo o planeta desde a Guerra Fria. Porém, os custos da reivindicação do monopólio da violência global e de uma sociedade de consumo nababesco parecem ter sido elevadíssimos e insustentáveis (Arrighi, 2008, pp. 389 e ss.). A tendência parece ser que o colosso eurasiático acabe se impondo, o que abrirá numerosas oportunidades às ex-colônias europeias e estadunidenses na América Latina, África, Ásia e Oceania e permitirá à Europa livrar-se do sequestro imposto pelo Pentágono por meio da OTAN — sob pena de, não o fazendo, naufragar com os EUA.

## Tecnologia e vertigem do futuro

Marx (2013b) observa que a acumulação originária inicia-se com o cercamento de terras comunais no final do século XV e na subjugação dos camponeses livres: “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” e, complementa, “o prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” resultante do “florescimento da manufatura flamenga de lã” (Marx, 2013b, pp. 516-7, *passim*). Em virtude de sua característica “originária”, podemos denominar “cercamentos” todos os processos de expropriação dos meios de produção constitutivos da acumulação do capital. Por meio dos cercamentos, o capital expropria os meios de produção dos trabalhadores. Porém, a acumulação primitiva não se encerra com essa expropriação. A violência originária da expropriação provoca uma ruptura da relação do trabalhador com a natureza. Como observa Kohei Saito, “nos *Grundrisse*, Marx aponta a mesma «separação» entre produtores e natureza como um passo decisivo para o surgimento da sociedade burguesa moderna” e “a ruptura da interação incessante entre humanos e natureza após a subsunção do processo de trabalho ao capital como a característica central da produção capitalista” (Saito, 2021, p. 89). Característica dessa ruptura é a alteração da relação do trabalhador com o tempo. Nos modos de produção pré-capitalistas, a atividade econômica e a vida em sociedade são regidas pelos tempos da natureza: dia e noite; marés; estações do ano; tempo do plantio e da colheita etc. As festas

religiosas também são determinadas pela natureza (fases da Lua, equinócios etc.), as divindades sendo relacionadas à fertilidade, ao plantio e à colheita. A acumulação primitiva do capital expropria, portanto, não apenas os meios de produção, mas o próprio tempo do trabalhador e suas tecnologias. O cotidiano, a jornada de trabalho e até os segundos serão sequestrados pelo capital. Não por acaso, o avanço do capital coincide com a disseminação do relógio, que será, por assim dizer, um instrumento da luta de classes (Thompson, 1998). Simultaneamente, o capital sequestra o conhecimento do trabalhador (Bolaño, 2008). Não por acaso, segundo Marx, “é dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII” (2013a, p. 304). A máquina-herramienta representa a expropriação do conhecimento, da essência tecnológica do trabalhador pelo capital:

Ora, se examinamos mais detalhadamente a máquina-ferramenta, ou máquina de trabalho propriamente dita, nela reencontramos, no fim das contas, ainda que frequentemente sob forma muito modificada, os aparelhos e ferramentas usados pelo artesão e pelo trabalhador da manufatura, porém não como ferramentas do homem, mas ferramentas de um mecanismo ou mecânicas (ibidem, p. 304).

Entretanto, embora a origem das máquinas-ferramentas esteja na atividade psicomotora do trabalhador, a máquina-ferramenta se autonomiza perante ele. Ela consiste, pois, na alienação dos conhecimentos coletivos dos trabalhadores pré-industriais. Como diz Marx, “o número de ferramentas que a máquina-ferramenta manipula simultaneamente está desde o início emancipado dos limites orgânicos que restringem a ferramenta manual de um trabalhador” (ibidem, p. 305). Em suma,

todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, fazendo dele um ser parcial, degradam-no à condição de um **apêndice da máquina**, aniquilam o conteúdo de seu trabalho ao transformá-lo num suplício, alienam ao trabalhador as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a tal processo se incorpora a ciência como potência autônoma, desfiguram as condições nas quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao despotismo mais mesquinho e odioso, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, arrastam sua mulher e seu filho sob a roda do carro de Jagrená do capital (ibidem, pp. 471-2, grifos nossos).

Entretanto, como dizíamos, os “cercamentos” representam todas as formas de expropriação dos trabalhadores. O desenvolvimento científico e tecnológico anuncia um futuro auspicioso e promissor, mas que, escindido do seu criador, desenvolvido autonomamente pelos desígnios do capital e em relação de estranhamento com aquele, se realiza de maneira sombria e às vezes catastrófica. Cada inovação tecnológica abre um novo campo de caça para o capital. Destarte, ao cercamento das terras

comunais, das terras da Igreja, das terras do Novo Mundo, seguiu-se — graças ao invento do navio a vapor e do sonar — o cercamento dos mares pela indústria da pesca. Em seguida, o espaço aéreo foi expropriado para uso da aviação e o espaço orbital para uso da espionagem e das telecomunicações. Porém, a acumulação do capital não se restringe à “natureza inorgânica” do homem. O desenvolvimento da medicina e da genética abre novos e imensos campos de caça e expropriação. O sequenciamento do genoma humano, o desenvolvimento de órgãos e tecidos artificiais, *biochips* e implantes orgânicos — potenciados pelo desenvolvimento da microeletrônica e da nanotecnologia — representam imensas e assombrosas oportunidades para o capital. E, no cercamento mais recente, abriu-se a caixa de pandora da mente humana, o mais profundo refúgio do nosso corpo orgânico. Por meio da expropriação da memória, dos segredos e sentimentos humanos o capital expropria a atividade neocortical, manipulando com grande êxito os desejos, as deliberações e a conduta humana, cujo exemplo mais notório é o dos crimes da Cambridge Analytical. Desde 1994, com a constituição da *World Wide Web*, processou-se uma revolução no mundo da vida cotidiana (Berger & Luckmann, 1985). De fato, considerando, como Berger & Luckmann (1985), que “a realidade da vida cotidiana além disso apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens” (p. 40), desde então, o processo de socialização ocorre intermediado por aparatos eletrônicos (computadores, celulares, *tablets* etc.) e redes sociais. A Geração Y é a primeira a ser socializada em rede. Em suma, embora a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico abram imensas perspectivas ao futuro do homem, uma vez que eles estão a serviço do capital, apresentam-se também como instrumentos da sua exploração e dominação e, no âmbito da divisão internacional do trabalho e das hierarquias políticas mundiais, como instrumentos de exercício do imperialismo e da hegemonia.

## Breve história da vigilância

Um breve excuro histórico permite dimensionar melhor as virtualidades das tecnologias de vigilância. Paralelamente à expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, o Estado expropria do “quadro administrativo” os meios civis e militares de dominação (Weber, 1999, p. 529). Desse modo, o moderno sistema tributário e o moderno sistema censitário servirão aos interesses do Estado associado ao capital, já que “A luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Cada Estado particular tinha de concorrer pelo capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso” (Weber, 1999, p. 517). Destarte, em 1625, Gustavo Adolfo modifica o método de recrutamento:



Introduziu-se um sistema no qual cada autoridade cantonal mantinha um registro de homens entre 18 e 40 anos. O serviço militar durava 20 anos, mas normalmente apenas um homem em cada dez era alistado, além de haver isenções por cargos ou por famílias. [...] Ao restante da população impuseram tributos para fornecer o equipamento necessário. Este sistema produziu um grande exército nacional de serviço prolongado, totalizando cerca de 40.000 homens; o primeiro na Europa (Rothenberg in Paret, 1992, p. 58).

A estatística seria aperfeiçoada pelo marquês de Vauban, juntamente com John Graunt y Sir William Petty (Guerlac in Paret, 1992, p. 88). Entretanto, o controle e a vigilância não se restringem ao âmbito social dos indivíduos, mas se entranha em seu corpo e seu íntimo. Na era do homem-máquina, o corpo humano é submetido a uma violência e disciplina brutais. Como registra Michel Foucault (1999),

O grande livro do Homem-máquina foi escrito simultaneamente em dois registros: no anátomo-metafísico, cujas primeiras páginas haviam sido escritas por Descartes e que os médicos, os filósofos continuaram; o outro, técnico-político, constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. E entretanto, de um ao outro, pontos de cruzamento. “O Homem-máquina” de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado (pp. 117-8).

Este processo, propiciado pela dinâmica de acumulação do capital e expropriação dos meios de produção, é paralelo ao fracionamento do trabalho do artesão em movimentos simples e sua substituição pela máquina-ferramenta, paralelo portanto ao desenvolvimento da mecânica. A técnica é expropriada pelo capital tanto no seu aspecto cognitivo como no seu aspecto corpóreo. Os movimentos não pertencem mais ao homem, mas à máquina, e aquele se torna um servo e apêndice dela.

Contudo, o avanço do controle e a vigilância continua e se acelera, seja na forma do panóptico (Foucault, 1999), seja na onipresença do Estado, captada por Kafka em *O Processo* (1995), na Máquina de Visão imaginada por Virilio, ou na modulação neuronal diagnosticada por Byung-Chul Han. De fato, a racionalização e a instrumentalização do cotidiano manifestam-se também espacialmente, por meio das reformas urbanas como a empreendida por Haussmann em Paris. O espaço urbano é meticulosamente dividido, organizado e policiado, e a circulação das

peças controlada. Subsequentemente, o desenvolvimento da administração como disciplina a serviço do capital, aliada ao uso da estatística e de novas tecnologias, alcança um novo e tenebroso patamar no Estado totalitário. A instrumentalização dos cartões perfurados da IBM para administrar o holocausto (Black, 2001) é o exemplo mais terrível desse processo, mas não o único. Com efeito, no Estado totalitário, todo indivíduo passa a ser um espião em potencial. Instaura-se uma meticulosa cultura da vigilância e controle. O Estado totalitário, antecipado por Fritz Lang no memorável filme *Metrópolis* (1927), que inspirará *1984* de Orwell (2019), fornecendo a metáfora cabal para o mundo contemporâneo, palmilhado por câmeras de vigilância, cartões eletrônicos, equipamentos eletrônicos com GPS e *drones*. Entretanto, as tecnologias que servem à vigilância e ao controle servem também ao castigo, à violência, à mutilação, à morte e à desintegração (nos casos em que sequer vestígios das vítimas são encontrados), em suma, à realização perfeita e asséptica da necropolítica de Achille Mbembe. Já não é necessário que Josef K. seja caluniado, pois ele é permanentemente vigiado, fornece as informações que o Big Brother garimpa e ainda por esse é manipulado até o violento e desgarrador esgotamento mental, a neurose e o suicídio.

O avanço do neoliberalismo, da acumulação flexível, da precarização do trabalho e da descartabilidade da força de trabalho criará, a partir dos anos 1970, o ambiente propício para a disseminação do autoritarismo e da cultura da violência. Embora não haja uma trajetória única e linear, o culto e a cultura da violência disseminam-se e progridem no mundo todo nas últimas décadas, paralelamente ao avanço das tecnologias de controle e vigilância. A rede mundial de computadores (e celulares, *tablets* etc.) e as redes sociais disseminam a cultura da violência propícia a uma rede planetária de controle e vigilância.

As novas condições socioeconômicas e culturais favorecem a terceirização das atividades militares e a emergência das empresas militares privadas. A banalização da violência e a militarização do mundo civil promovem a emergência de um novo tipo de “soldado”: o mercenário digital. A internet, os *games*, os jogos em rede oferecem o treinamento militar necessário à formação de um exército irregular. Na TV, no cinema e, principalmente, nos jogos eletrônicos, disseminam-se os inimigos a serem eliminados (russos, muçulmanos, zumbis, “terroristas”, alienígenas etc.) e a técnica mais valorizada: o *headshot* (Phillips, 2018). Uma coisa parece certa: as ameaças à sociedade de vigilância não chegam em metálicos submarinos, invisíveis aviões nem mísseis hipersônicos, mas nos mais transnacionais e instantâneos, eficientes, cruéis e perturbadores *bytes*.

Hoje a violência torna-se sistêmica, perde a teatralidade da ostensividade e “se retira para espaços subcutâneos, subcomunicativos, capilares e neuronais” (Han, 2019, p. 21), adotando uma forma microfísica, que pode ser exercida até mesmo sem a negatividade do domínio ou da inimizade. O sujeito se submete consensualmente às formas sutis da violência e deseja os instrumentos (computadores, *tablets*, celulares etc.) pelos quais ela é introjetada voluntariamente. A negatividade

do “outro” do “inimigo” é substituída pela hiperpositividade em que o “outro” é o próprio indivíduo que se vê idealizado como aquele que deve ser superado. “O sujeito do desempenho concorre consigo e se vê submetido à coerção destrutiva de ter de superar-se” (ibidem, p. 78), mas, idealizado, o objetivo de vida torna-se inalcançável, obrigando-o a um superesforço para se superar se autoimpondo uma violência que o exaure, frustra, deprime e pode levar ao suicídio. Assim, a violência se desloca do caráter visível para o invisível, do frontal para o viral, da força bruta para a medial, do real para o virtual, do físico para o psíquico, do negativo para o positivo:

*A decapitação na sociedade da soberania, a deformação da sociedade disciplinar e a depressão na sociedade de desempenho são estágios da mudança topológica da violência, que é sempre mais internalizada, psicologizada e, assim acaba se tornando invisível. Ela vai se livrando mais e mais da negatividade do outro ou do inimigo, tornando-se autorreferente (Han, 2019, pp. 10-1).*

## **Tecnologias de vigilância e subordinação estratégica**

Comparado ao período relativamente pacífico da Guerra Fria, quando a chamada “destruição mútua assegurada” impunha limites às aventuras bélicas das grandes potências, o futuro precipita-se em um cortejo de tensão e violência inéditas. A crise permanente do capital e a precarização do trabalho ensejam a principal característica do neoliberalismo: sua preferência pelos governos autoritários.<sup>4</sup> Ademais, a crise de hegemonia, representada pelo declínio estadunidense e pela ascensão chinesa, demandam os trabalhos da velha parteira. Destarte, as tecnologias de vigilância, controle e punição (Foucault, 1999), da mutilação e morte à desintegração do “inimigo”, estão na ordem do dia. Não sem motivo a bibliografia a respeito é imensa e se amplia diuturnamente. Além disso, romperam-se os grilhões que detinham Prometeu e a velocidade com a qual novos recursos tecnológicos são desenvolvidos assombra e prostra. Na impossibilidade de exaurir o assunto, apresentamos o aspecto que nos parece crucial e que representa a maior virtualidade das tecnologias de vigilância. Em seguida delinaremos os aspectos econômicos da aplicação militar de tais tecnologias e, finalmente, possíveis caminhos para o enfrentamento do déficit tecnológico.

As atuais tecnologias de vigilância são equipamentos de mineração e tratamento de imensas quantidades de informações digitais e sistemas de vigilância por meios de câmeras fixas e móveis e, em particular, *drones*: “logo após a guerra [a

---

<sup>4</sup> É célebre a franqueza de Hayek ao declarar a um jornal chileno, sob a ditadura de Pinochet, exatamente em 1981: “Minha preferência pende a favor de uma ditadura liberal, não a um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (Dardot & Laval, 2013, p. 184).

Primeira Guerra Mundial], os britânicos decidem abandonar um pouco os armamentos clássicos e investem na logística da percepção: filmes de propaganda, mas também materiais de informação, de detecção, de transmissão” (Virilio, 1994, p. 75). A era da guerra digital se inicia no imediato pós-Guerra Fria. De fato, a Guerra do Golfo inaugura a guerra remota, com a utilização maciça de imagens de satélites e mísseis teleguiados. As oportunidades comerciais da guerra digital se mostraram profícuas e receberam colossais investimentos desde então. Às imagens de satélite, acrescentaram-se as informações pelo GPS (*Global Positioning System*), pelo *Google Street View* entre outras tecnologias (como o Pokémon Go). Tais tecnologias, vinculadas aos computadores pessoais, celulares, *tablets*, cartões de crédito, entre outros equipamentos tendem a reconfigurar o ambiente no qual a guerra contemporânea é travada. Na Guerra Fria, a dimensão da profundidade emergiu com os movimentos revolucionários e de libertação nacional. Como observa Carl Schmitt (2008),

O partisan perturba, em sua clandestinidade, o jogo convencional e regular enenado no palco aberto. De sua irregularidade, ele modifica a dimensão das operações dos exércitos regulares não apenas táticas, mas também estratégicas. Grupos partisans proporcionalmente pequenos são capazes de comprometer grandes massas de tropas regulares ao fazerem uso das relações com o solo (p. 219).

O guerrilheiro, submerge na profundidade do tecido social. Entretanto, as tecnologias de vigilância já mencionadas tendem a anular essa profundidade. O caráter bidimensional da guerra — representado nas coordenadas traçadas na Guerra do Golfo — é substituído pelo rastreamento tri e tetradimensional do inimigo. O alvo não é mais um edifício nas coordenadas X e Y, mas o “terrorista” T, no andar N e, eventualmente, no instante I. As tecnologias de informação tendem, portanto, a anular a profundidade do campo de batalha. Elas permitem prever, com elevada taxa de acerto, onde o “inimigo” estará. Como se não bastasse isso, acrescenta-se outro aspecto da guerra contemporânea igualmente tenebroso: os conflitos bélicos interestatais estão em declínio e a guerra contemporânea é cada vez mais um fenômeno anônimo e difuso. A precarização do trabalho e o descarte de força de trabalho colocam à disposição do capital e do Estado contingentes crescentes de “soldados”. Porém, eles não se apresentam mais necessariamente como agentes fardados. Na guerra contemporânea, para combater um inimigo irregular, o “soldado” também é irregular, uma vez que precisa imergir no mesmo tecido social que o seu alvo. Perante condições econômica e sociais cada vez mais excludentes e limites crescentes à mudança política por vias democráticas, proliferam-se também os candidatos a inimigo do capital e do Estado.

## **Tecnologias de vigilância e (superação do?) déficit estratégico**

Desde a Revolução Industrial, a técnica e a tecnologia (isto é, a técnica que incorpora a pesquisa científica, mormente a partir de fins do século XIX) acompanham a dinâmica do capital. Os desenvolvimentos técnicos e tecnológicos demandam, portanto, montantes crescentes de capital (recursos financeiros, conhecimento, patentes, instalações fabris, laboratórios etc.) e domínio de força de trabalho capacitada. Nem o capital, nem a força de trabalho estão disponíveis e são, por conseguinte, objeto de disputas também crescentes. As disputas envolvem tanto o próprio capital na forma de concorrência intra e intersetoriais como aparatos estatais. Por conseguinte, os desenvolvimentos tecnológicos jamais são uma dádiva do mercado. Contudo, condições excepcionais podem estimular o empenho de um país em sua própria industrialização e, portanto, também no desenvolvimento tecnológico — cujo caso emblemático é o propiciado pela crise dos anos 1930 e pela guerra europeia (1939-1945). Não obstante, o surto desenvolvimentista que no Brasil se esgotou no início dos anos 1980 derivou em uma profunda crise hiperinflacionária, agravada pela adoção inopinada da agenda neoliberal do Consenso de Washington. Sabe-se que países periféricos — como os ibéricos e ibero-americanos — enfrentam sérias dificuldades na promoção do desenvolvimento. Elas decorrem do caráter subalterno de suas classes dominantes e elites tecnoburocráticas, mais propensas a mendigar migalhas do grande capital internacional e das potências hegemônicas do que enfrentar os riscos econômicos, políticos e sociais do desenvolvimento econômico autônomo. No caso do Brasil, como observou Florestan Fernandes, ao se despojarem das utopias e das ideologias que haviam adquirido dos modelos clássicos de revolução burguesa, os capitães da burguesia brasileira abandonaram

quaisquer veleidades reformistas e assumiram, sem hesitação, a defesa do único capital que lhes restou: a capacidade quase ilimitada de ajustar as condições sociais e econômicas às exigências do capital internacional (Fernandes apud Sampaio Jr., 1999, p. 429).

No que tange, às tecnologias de uso militar, à subalternidade das burguesias internas soma-se a peculiaridade do aparato militar. O caso do Brasil, mais uma vez, é exemplar. As forças armadas brasileiras são um subproduto da conquista colonial lusitana e se desenvolveram, após a aquisição da independência (Novais & Mota, 1996), como forças coloniais internas, garantidoras da continuidade da predação colonial no imenso território cuja ocupação foi acelerada justamente pelo golpe militar de 1964 e pelo governo militarizado de desmonte do Estado (2018-2022). As forças armadas brasileiras alternam o papel de garantidoras em última instância

da ocupação territorial com o golpismo, que lhes garante tanto o protagonismo na predação do país quanto as benesses da atividade parasitária do orçamento público.

Esse caráter predatório e parasitário e o protagonismo político das forças armadas, associados à subalternidade da burguesia interna, explicam a leviandade com a qual se aceitou a falácia da incorporação civil de tecnologia militar (*spin off*). Nas palavras de Dagnino (2008, p. 46), “a ideia de spin-off está baseada na suposição de que a tecnologia desenvolvida para a produção de material de defesa pode ter aplicações para a produção civil”. Embora tenha ocorrido em conjunturas específicas, o *spin off* é um fenômeno que não pode ser generalizado. Ademais, no caso de países subdesenvolvidos, a importação de equipamento militar tem outras implicações nefastas para a sua soberania. De fato, a incorporação de produtos de tecnologia militar amplia a dependência tecnológica e estratégica do país importador em relação ao exportador. Importa-se o produto e não a tecnologia. Ao importar o produto tecnológico, o país subdesenvolvido torna-se cliente de suprimentos, peças de reposição e serviços técnicos do fornecedor. Além disso, o fornecedor impõe restrições ao uso dos seus produtos e ao intercâmbio do país com terceiros, por serem concorrentes ou adversários políticos e militares. E, finalmente, ao importar material bélico, importa-se também, por emulação, a “forma da força”,<sup>5</sup> organização militar, a doutrina e até a caracterização do inimigo que justifica o uso de tais produtos.

O capital não tem nenhum interesse em exportar tecnologia e reduzir o déficit tecnológico dos seus clientes. Por conseguinte, a redução ou a superação do déficit tecnológico por países periféricos é uma tarefa árdua e depende, em grande medida, de uma conjuntura favorável. A crise hegemônica que ora testemunhamos pode ser uma oportunidade para identificar cosmotecnologias nacionais (Hui, 2020) e iniciar o processo de desenvolvimento de novas tecnologias autóctones de maneira autônoma. O desenvolvimento de tecnologia requer colossais investimentos em recursos materiais, especialmente em educação pública de qualidade, na pesquisa científica e tecnológica e na formação de força de trabalho qualificada. Mais uma vez não é do interesse do capital fazer investimentos que envolvem riscos e retornos no longo prazo nem superar a dependência que lhe rende frutos. A superação ou, ao menos, a redução do déficit tecnológico representa, portanto, um colossal esforço aos países periféricos, não apenas econômico, mas especialmente político, para demover as elites (econômicas, políticas, militares e acadêmicas) que encontram na dependência sua estabilidade e seu enriquecimento parasitário. Ademais, em razão das demandas sociais de curto prazo — tais como o combate à fome e a pobreza —, esses países enfrentam grandes limitações à sua capacidade de poupança e investimento. Os países periféricos não têm outro recurso que não seja a celebração

---

5 Mary Kaldor (1976) define a “forma da força” como “a composição entre a **técnica de força** e **relação de força**. As técnicas de força são os armamentos e a maneira como são utilizados. A relação de força corresponde à organização dos efetivos, a natureza da hierarquia militar, e o modo de ingresso nas Forças Armadas. As técnicas da força são ao mesmo tempo o produto do nível tecnológico da sociedade e a ferramenta apropriada a um tipo específico de relações militares. As relações de força são aquelas mais convenientes à organização do corpo de efetivos, em uma determinada sociedade, e com maior potencialidade de gerar lealdade à formação social” (p. 293).

de acordos de cooperação econômica, política e militar entre eles, visando a inibição de ingerências estrangeiras — e, em particular, no caso dos países sul-americanos, de ingerências da potência hegemônica decadente. A crise de hegemonia internacional em curso traz incertezas e perigos, como também oportunidades, como a de procurar por meio da cooperação Sul-Sul uma posição afastada do calor da fricção das grandes potências conflitantes, em uma posição de “não alinhamento pragmático” e a retomada da Terceira Posição na procura de defender os próprios interesses.

## Referências

- ARRIGHI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. Origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BLACK, E. *IBM e o holocausto: a aliança estratégica entre a Alemanha nazista e a mais poderosa empresa americana*. 3.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BOLAÑO, C. R. S. Sobre intelecto geral, capital, comunicação e conhecimento: uma leitura dos *Grundrisse*. *Revista de Economia*, vol. 34, n.º especial, pp. 35-49, 2008. Curitiba: Editora UFPR.
- DAGNINO, R. P. A revitalização da indústria de defesa brasileira: uma contri-buição ao processo decisório. *Carta Internacional*, jun. 2008. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/439/199/1346>. Acesso em: jun. 2022.
- DARDOT, P. & LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoli-beral*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUROSELLE, J.-B. *L'Europe: Histoire de ses Peuples*. Paris: Hachette, 2006.
- ELIAS, N. *O processo civilizador. Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FARRINGTON, B. *Ciência Grega*. Rio de Janeiro: IBRASA, 1961.
- FEBVRE, L. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasi-leira, 2000.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1999.
- HAN, B.-C. *Topologia da violência*. 2.<sup>a</sup> reimpressão. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.
- HEIDEGGER, M. La pregunta por la técnica. *Revista de Filosofía*, 5(1), 2017, pp. 55-79. [Recuperado de vol. 5, n.º 1 (1958)].
- HUI, Y. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- KAFKA, F. *O processo*. Tradução do alemão e posfácio: Modesto Carone. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- KALDOR, M. The Arms Trade and Society. *Economic and Political Weekly*, vol. 11, n.ºs 5-7, 1976.

- KANT, I. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004[1984].
- MARCUSE, H. *Guerra, tecnologia y fascismo*. Textos inéditos. Medellín: Otraparte/ Editorial Universidad de Antioquia/ Fundação Editora da UNESP, 2001.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial [One Dimensional Man]*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, K. Maquinaria e grande indústria. In: MARX, K. *O Capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013a.
- MARX, K. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, K. *O Capital* (Livro I). São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & Ensaio*, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n.º 32, dez. 2016.
- NOVAIS, F. A. & MOTA, C. G. *A independência política do Brasil*. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ORWELL, G. 1984. Apresentação e organização de Marcelo Pen. 1.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- PARET, P. (coord.). *Creadores de la estrategia moderna: desde Maquiavelo a la era nuclear*. Madrid: Ministerio de Defensa, Secretaría General Técnica, D.L. 1992.
- PIRENNE, H. *Historia de Europa. Desde las invasiones al siglo XVI*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- PHILLIPS, A. Shooting to Kill: Headshots, Twitch Reflexes, and the Mechropolitics of Video Games. *Games and Culture*, 2018; 13(2), pp. 136-52. DOI:10.1177/1555412015612611.
- QIAO, L. & WANG, X. *Guerra senza limiti: L'arte della guerra asimmetrica tra terrorismo e globalizzazione*. Gorizia: Casa Editrice LEG, 2001.
- SAITO, K. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política* [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2021.
- SAMPAIO JR., P. de A. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, L. G. dos. *Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética*. São Paulo: Ed. 34, 2003a.
- SANTOS, L. G. dos et al. *Revolução tecnológica, internet e socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003b.
- SCHMITT, C. *O conceito da política/Teoria do partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- THOMPSON, E. P. Tempo, Disciplina de trabalho e Capitalismo Industrial. In: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- VIRILIO, P. *A Máquina de Visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.



# A GEOPOLÍTICA DA DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA DO SUL

*Raphael Padula*

**E**ste capítulo busca relacionar a dependência das relações exteriores em países periféricos, em particular na América do Sul, nas esferas econômica (comercial, tecnológica e financeira) e política-militar com vulnerabilidades estratégicas, a ausência de autonomia e limitação da capacidade de projeção geopolítica.

Primeiro, argumenta-se que a dependência econômica e política e a vulnerabilidade estratégica dos países sul-americanos estão relacionadas nas suas formação estatal, político-territorial e socioeconômica. O segundo argumento é que tal dependência se acentua no século XXI, com a globalização e o neoliberalismo, a ampliação do poder monetário-financeiro dos EUA, as novas formas de projeção de poder e guerra, em um contexto de revolução e aprofundamento do distanciamento produtivo-tecnológico entre países, e de aceleração da disputa pelo poder global.

O capítulo busca então caracterizar e relacionar a dependência, a geopolítica e as vulnerabilidades estratégicas, apoiando-se em ampla literatura e conceitos de autores da economia política, geopolítica e economia política internacional. Para isso, está dividido em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção aborda as raízes da formação estatal, político-social e econômica da América do Sul, que geraram Estados fracos e economias dependentes das relações exteriores em termos econômicos e políticos. Na segunda seção, são tratados os aspectos geopolíticos da região, os interesses e as vulnerabilidades diante de

potências externas, e dos EUA em particular. A terceira seção trata das transformações dos anos 1970, com as origens da globalização econômica e o poder monetário-financeiro inédito dos EUA; e, em seguida, aborda a geopolítica e a geoeconomia do século XXI e a ampliação das vulnerabilidades econômicas e estratégicas dos países sul-americanos, em um contexto de aceleração da disputa pelo poder global.

## **Formação estatal, dependência, vulnerabilidades e ameaças**

A inserção colonial e a formação estatal particular dos países latino-americanos, somada à sua abundância de recursos naturais, servem como ponto de partida para a análise de Estados fracos e dependentes nas relações exteriores econômicas e políticas.

A interpretação de Charles Tilly sobre a formação estatal dos Estados europeus, presente em *Coerção, capital e Estados europeus*, acabou por gerar concepções gerais sobre supostos modelos de Estado. Na visão do autor, o ambiente de intensas competições entre unidades políticas fez que a guerra formasse os Estados, e esses fossem formados para fazer a guerra. Isso influenciou as percepções de ameaças nas sociedades, e, conseqüentemente, a importância de formar um aparato burocrático-estatal eficiente e uma economia nacional autossuficiente e desenvolvida voltada para a guerra e aos desafios geopolíticos.

A inserção internacional política e econômica colonial dos países sul-americanos ocorreu de forma subordinada, como um reflexo da expansão e associada à competição por poder e riqueza levada pelas potências europeias, que buscavam territórios com recursos e mercados para exploração, ou com localizações estratégicas em termos de segurança e rotas comerciais, mas, sobretudo se sobressair na disputa pelo poder.

Centeno (2002) afirma que o caso europeu se trata de uma exceção que na América Latina, seu objeto de análise, os processos de independência e formação estatal não se caracterizaram por lutas interestatais, mas por conflitos internos. Especialmente o caso do Brasil representou um acordo intrafamiliar com transferência de dívida e acordos da metrópole portuguesa com a Inglaterra. Como aponta Horwitz & Bagley (2016), os processos de independência ocorreram em um contexto global de enfraquecimento das metrópoles, difusão de ideias independentistas e libertárias da revolução francesa, que fizeram que elites locais, originárias ou descendentes de europeus, enxergassem uma oportunidade. As guerras foram internas, pois estas elites favoráveis angariavam parte da população originária e mestiça no enfrentamento às elites contrárias à independência. Em seguida, não houve a ocorrência de grandes guerras interestatais e centralização do poder. Centeno (2002) aponta que poucas guerras envolveram mais de dois países (somente a Guerra do Pacífico e a da Tríplice Fronteira), predominando “guerras limitadas” em termos geográficos, de mobilização da população e de recursos, que não ameaçaram de fato a sobrevivência dos Estados-sociedades.

As consequências deste processo de formação estatal foi que, uma vez prevalecendo poder, as elites buscaram manter sua propriedade, sua riqueza e seu poder, mesmo buscando aproximação e relações econômica e políticas dependentes com Estados e elites das potências centrais. Assim, mantiveram o modelo primário-exportador colonial e a subordinação hierárquica internacional em termos econômicos e político-militares, desinteressadas no desenvolvimento industrial e tecnológico autônomo. Com fraca centralização de poder estatal em termos de controles do território e da população, mas com o monopólio do uso da força aplicado, principalmente internamente, foram geradas sociedades fragmentadas, impactando na noção de ameaças mais voltadas para grupos e violência internas.

A ausência de percepção sobre a relevância de ameaças advindas de potências e atores externos pode reforçar a falta de interesse pela autonomia industrial e tecnológica, assim como o papel das forças armadas. Centeno (2002) afirma ainda que as guerras limitadas geravam fragmentação social, dependência das importações de armas e endividamento econômico, e a formação de Estados fracos, diferente do que ocorreu na Europa. São Estados que têm falhado ao longo da história em cumprir suas funções básicas de prover segurança e bem-estar às suas populações, e em especial na busca por autonomia econômica e política, tornando-se vulneráveis a influências externas.

Na economia política clássica, entre os séculos XVII e XIX, autores como o estadunidense Hamilton (1791) e o alemão List (1841) mostraram preocupação com a competição geopolítica e com a superação do atraso econômico de seus Estados de origem ante seus rivais. Uma preocupação fundamental dos autores foi a redução da dependência das relações exteriores, observada como causa de vulnerabilidades em termos econômicos, político e estratégicos, diante de um ambiente geopolítico competitivo. A ideia central seria de que a industrialização, impulsionando o avanço tecnológico e a diversificação produtiva, trabalhariam para construir uma economia nacional mais autossuficiente e, portanto, com maior independência e capacidade de projeção política. Assim, Hamilton e List fazem uma clara associação entre avanço industrial, autonomia política e segurança nacional diante de ameaças externas, destacando a autossuficiência em bens essenciais e estratégicos, incluindo a indústria militar, diminuindo a dependência de mercados externos (para exportações e importações), e assim reduzindo as vulnerabilidades a influências econômicas e políticas externas.

Hamilton (1791) e List (1841) perceberam como a Inglaterra utilizava seu poder econômico para projetar influência política sobre outras nações. Por isso, pensaram de forma defensiva e concluíram que os custos econômicos de internalizar atividades produtivas (em vez de comprar mais barato do exterior) seriam superados pelos ganhos de independência política e da autonomia e segurança do mercado interno. Hamilton (1790) também refletiu sobre como o desenvolvimento de um sistema financeiro nacional (de crédito e dívida pública) seria importante do ponto de vista estratégico, especialmente em momento de conflitos. Por outro lado, isso revela também que instrumentos econômicos podem ser utilizados intencionalmente

para fins políticos, algo presente na geopolítica clássica, em Ratzel e Mackinder, por exemplo. A exportação de bens essenciais, industriais e estratégicos, os investimentos e financiamentos externos, podem ser utilizados como meio de influência sobre Estados ou territórios de valor estratégico.

A dependência das relações exteriores e da lógica do mercado (a interdependência tão badalada pela ideologia da globalização) é essencialmente assimétrica, de forma desfavorável aos países sul-americanos, representando uma fonte de vulnerabilidade, visto que conflitos e decisões políticas externas (de outros Estados, empresas e investidores privados) poderiam prejudicar ou interromper fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos, causando danos à segurança e ao bem-estar econômico. Mais que isso, pode ensejar o poder de veto e a projeção de influência de potências externas em decisões de política interna e externa dos países.

Na literatura sobre economia política latino-americana, autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado e Theotônio dos Santos, abordaram o tema do subdesenvolvimento e da dependência dos países periféricos latino-americanos partindo de sua especialização produtiva e inserção econômica primário-exportadora.

Prebisch (1949) apontou uma divisão geográfica centro-periferia baseada em uma divisão internacional do trabalho entre países periféricos produtores e exportadores de bens primários e os centrais, especializados em bens industriais. Ele identifica que a especialização latino-americana leva a um problema estrutural no balanço de pagamentos, por conta de relações comerciais desfavoráveis baseadas na deterioração secular de termos de troca e na elasticidade-renda da demanda. O primeiro aponta que no longo prazo os preços dos bens primários exportados oscilam e crescem menos que os industriais importados. O segundo identifica que o aumento de renda impacta de forma menos favorável na demanda por bens primários quando comparado ao aumento da demanda por bens industriais. Assim, quando a renda cresce nos países periféricos e centrais há um impacto comercial desfavorável nos primeiros. Prebisch revela que os países latino-americanos não têm autonomia para decidir sobre o seu crescimento, pois dependem das exportações e, portanto, das decisões de investimentos e da demanda dos países centrais. Ainda que os frutos do progresso técnico se concentrem nos países centrais, pois suas inovações tecnológicas geram produtos diferenciados e monopólicos, de maior valor agregado e preço, com maiores rendas e salários; e já aumentos na produtividade na produção de *commodities* geram o aumento da oferta e a queda de preços de produtos padronizados com demanda inelástica. Por fim, as relações comerciais desfavoráveis geram um problema permanente de acesso a divisas internacionais e a necessidade de financiamento externo, levando à dependência financeira.

Santos (1970) abordou o tema da dependência do ponto de vista estrutural proveniente da divisão internacional do trabalho desigual e combinada. A dependência caracteriza-se por uma situação na qual os países dependentes exportadores de *commodities* não possuem autonomia para decidir sobre o seu destino, e só

podem crescer como reflexo das decisões dos países dominantes produtores de bens industriais, que podem trazer impactos positivos ou negativos. Ele aponta que diferentes formas de dependência se manifestam em maior ou menor grau em diferentes momentos históricos, por exemplo, comercial, financeira e tecnológica.

Para Santos (1970), a estrutura da dependência também se reproduzira internamente, nas elites econômicas que se beneficiam da exportação de *commodities*, das desigualdades e dos atrasos internos, e da manutenção da estrutura dependente, buscando relações privilegiadas com os países e as elites dominantes. Assim, Santos (1970) avançou em relação ao estruturalismo de Prebisch, ao inserir a dimensão política interna e internacional do ponto de vista marxista, em que a política e os conflitos internos e internacionais ocorrem predominantemente por questões econômicas, ou das relações sociais de produção.

Jaguaribe (2017) buscou construir uma visão sobre autonomia que busca um enfoque mais político, definindo-a como a capacidade de um Estado de tomar decisões e ações de forma independente segundo suas próprias perspectivas e interesses de desenvolvimento e segurança. Ainda, Fiori (2001) formulou uma crítica ao pensamento latino-americano argumentando que seria preciso inserir a competição geopolítica e poder como elementos centrais, do ponto de vista da guerra e da segurança, como estava presente na economia política clássica de Hamilton e List, olhando para o poder e a riqueza, segurança e desenvolvimento, em suas relações sinérgicas. Tal visão também estava presente na geopolítica clássica e na economia política internacional realista (Padula, 2019).

Aqui, é importante enfatizar como a formação estatal gerou elites desinteressadas no desenvolvimento nacional e em conflitos interestatais, que buscam manter sua riqueza e poder em decorrência de relações com mercados, atores e Estados no ambiente internacional, evitando guerras que interrompam seus fluxos de riqueza. Cada vez mais ganham liberdade para “globalizar” ou desnacionalizar seu processo de geração de riqueza, e o usam para manter seu poder interno. Portanto, foram gerados Estados fracos do ponto de vista geopolítico interno e externo, como será reforçado na próxima seção, que são fundamentais para a análise da dependência das relações exteriores e suas consequências.

## **A geopolítica da América do Sul e a geopolítica da dependência**

Um dos predecessores do pensamento geopolítico, o alemão Ratzel (1897) aponta dois fatores geográficos fundamentais a serem considerados na formulação de estratégias estatais: espaço e localização ou posição geográfica relativa. Quando analisamos esses aspectos nos países sul-americanos, relacionando à sua formação estatal e econômica que geraram Estados fracos e dependentes, revelamos aspectos

fundamentais de suas vulnerabilidades defensivas e de limitação de projeção de poder no sistema internacional.

O espaço é um elemento geográfico importante para a estratégia de um Estado em dois sentidos. Primeiro, no que suas características favorecem ou dificultam a integração física, o domínio e a coesão político-territorial nacional. Segundo, quanto ao seu conteúdo, ou seja, os recursos (minerais, animais, vegetais, hidrográficos, entre outros) presentes e exploráveis em um território. Quanto à localização, é importante situar geograficamente o território nacional em relação à vizinhança (existência de conflitos e contenciosos, dinâmica territorial, balanço de poder) e aos polos de poder internacionais e seus interesses estratégicos, em relação a territórios e rotas comerciais de valor econômico e/ou estratégico, rios, continentes, oceanos, portos, planícies, entre outros.

Tais características geográficas atribuem valor econômico e/ou estratégico aos diferentes espaços e territórios. Esse valor possui um caráter dinâmico, tanto em decorrência de mudanças tecnológicas quanto na balança de poder. A dinâmica tecnológica é um fator fundamental na geopolítica, porque afeta a possibilidade de explorar recursos, rotas comerciais e territórios, assim como a mobilidade sobre o espaço e a capacidade de defesa e projeção econômica, militar e de poder político de Estados. É importante notar que os conflitos não se resumem a razões econômicas, mas, na perspectiva geopolítica clássica, envolvem fundamentalmente rivalidades políticas e questões de segurança. Esses fatores geográficos e, especialmente a localização relativa podem informar os problemas de segurança, a vocação das relações exteriores (para projeção marítima ou terrestre) de um Estado, assim como seu perímetro de segurança, ou área de interesse ou entorno estratégico.

Quanto ao fator espaço territorial, os autores da geopolítica clássica observam seu aproveitamento do ângulo da busca pela autossuficiência produtiva em bens e fatores econômicos estratégicos, visão notadamente influenciada pela economia política clássica de Alexander Hamilton e Friedrich List (Padula, 2019). Isso pode ser observado no conceito de “espaço vital” de Ratzel, de “autarquia” de Kjéllen, de “heartland” de Mackinder, de “pan-regiões” de Haushoffer, e na visão sobre supremacia hemisférica dos EUA de Spykman.

A América do Sul apresenta abundância em matérias-primas e recursos estratégicos, tanto em sua base continental quanto marítima, como minério de ferro, cobre, lítio, nióbio, urânio, biodiversidade, petróleo, gás, hidroeletricidade, e água doce, entre outros. São recursos importantes para as indústrias tradicionais e de ponta. Esse potencial geográfico pode ser aproveitado a fim de formar indústrias que contribuam para o desenvolvimento autônomo dos países, ou, podem despertar o interesse de atores externos e representar uma maldição econômica, política e geopolítica.

Le Billon (2005) observa que nos países subdesenvolvidos abundantes em recursos naturais, de forma geral, a exploração de recursos não vem produzindo

sociedades mais estáveis, autônomas, igualitárias ou avançadas em termos socioeconômicos e políticos. Pelo contrário, a crescente dependência da exploração e exportação de recursos e mercados externos vem gerando disputas políticas internas em torno da apropriação da renda gerada por tais recursos, que estão conectadas e abrem oportunidade para a projeção de poder e a disputa de atores externos estatais e não estatais dentro dos países, gerando instabilidades política e econômica. Para o autor, as disputas intraestatal e interestatal por recursos influenciariam historicamente a construção de diferentes identidades e percepções de ameaças, práticas sociais e de governança, leis e instituições, que podem reproduzir e aprofundar a inserção histórica desses países.

Olhando para a localização geográfica, os EUA observam o hemisfério ocidental como seu perímetro de segurança e, por isso, buscam manter sua supremacia, afastar a influência de potências externas e a possibilidade de emergirem potências ou alianças nessa área. Hamilton e os *founding fathers* dos EUA deixaram claro a intenção de formar um Estado capaz de regular as relações do “velho mundo” com o “novo mundo”; visão reafirmada pela Doutrina Monroe anunciada em 1823. Os fundadores do pensamento estratégico dos EUA seguem tal concepção. Mahan enfatiza a importância da articulação marítima, do controle e do intervencionismo no “Grande Caribe”. Spykman (1942), além de reforçar a importância da “América Mediterrânea” (Grande Caribe somado ao Norte da América do Sul), apontava a manutenção da supremacia e do controle hemisférico (e de seus recursos) pelos EUA como estratégicos, pois serviria para contrabalançar a possibilidade de um Estado ou aliança vir a dominar a Eurásia. Para ele, dentro do hemisfério, os Estados fragmentados da América Mediterrânea seriam sempre fracos e dependentes, mas a possibilidade de ameaça viria da América Meridional, ao sul do Rio Amazonas, onde se situariam Estados mais importantes que poderiam formar alianças entre si (Argentina-Brasil-Chile) ou com potências externas (Kelly, 1997; Padula, 2018; Horwitz & Bagley, 2016).

No contexto da confrontação bipolar da Guerra Fria, Burnham (1947) escreveu sobre a necessidade de ampliar a política de contenção ao comunismo para a periferia, incluindo os países da América Latina, focando no combate a grupos insurgentes internos ligadas ao comunismo soviético. Portanto, esses Estados deveriam se alinhar aos EUA e suas forças armadas deterem-se ao papel de combate a ameaças internas de concidadãos; enquanto os EUA ficariam a cargo da disputa de poder global e de ameaças externas. A Escola do Panamá (U.S. Army School of the Americas) trabalhou pela difusão dessa agenda, que penetrou nas doutrinas de segurança de diversos países na região, incluindo o Brasil (Miguel, 2002).

É importante colocar luz nos interesses estratégicos dos EUA no hemisfério em geral e em sua sensibilidade estratégica em relação à área do “Mediterrâneo Americano”, assim como à sua difusão de agendas funcionais aos seus objetivos. Partindo de uma perspectiva histórica global, Horwitz & Bagley (2016, pp. 5 e 141) destacam:

*[Latin American Countries] prime global position has kept it as an active participant in the struggle for supremacy among world powers.  
[...] The role LAC plays in the present and future will determine whether the West in general (and the U.S. in particular) retains its hold on the international economic system and, ultimately, its influence in world affairs.*

Como afirma Brzezinski (2012b), “U.S. hegemony over the Western Hemisphere has been the overarching goal of U.S. foreign policy since at least as far back as 1823, and a reality since 1898”. Por conta disso, para os EUA, de forma bilateral ou multilateral regional ou global, é importante influenciar a agenda de segurança dos países da região de forma a mantê-los submissos às orientações, aos interesses e, sobretudo, à supremacia dos EUA. Como contrapartida, tal localização implica que, uma vez que os EUA alcançaram o *status* de potência global, a América do Sul e seus países podem ser alvos da projeção de potências externas que desejam impor custos ou enfraquecer os EUA na disputa de poder global.

Assim, o que se busca sublinhar é que a formação estatal, a fragmentação sociopolítica, a dependência econômica das relações exteriores, a inferioridade político-militar, combinadas à abundância de recursos naturais e à localização geográfica estratégica para os EUA, colocam os países da América do Sul em posição de vulnerabilidade diante dos interesses e das projeções de potências externas, ao mesmo tempo que limitam suas capacidades de projeção externa.

Nas relações interestatais regionais, a América do Sul é historicamente caracterizada pela fragmentação na distribuição de poder e pela ausência de um projeto de integração coeso entre Estados. Não se revelou na região a presença de uma potência regional com capacidade promover um projeto regional coeso ou de repelir a atuação de potências externas, o que também enseja a projeção e disputas econômicas e políticas de potências de fora da região. Como resultado do controle das elites locais sobre suas atividades, a especialização nas exportações de *commodities* deixa implicações econômicas, políticas e geopolíticas.

O quadro descrito anteriormente levou a literatura geopolítica à discussão sobre a região caracterizar-se como um *shatterbelt*. *Shatterbelts* podem ser definidos de diferentes formas. Para Kelly (1997, p. 5), “Shatterbelts are regions where military rivalries between outside great powers tie into local connections and bring the possibility of conflict escalation”. Cohen (2003, p. 43) aponta que regiões configuradas como *shatterbelts* são aquelas que, ao mesmo tempo, registram profunda fragmentação política entre Estados e estão presas à competição entre grandes potências por domínios geoestratégicos; e sua profunda divisão é intensificada pelas pressões de grandes potências externas à região, que por sua vez provém de sua esfera de competição global. Vale notar que *shatterbelt* é uma condição, pois tais regiões estariam sempre sob o controle ou em disputa entre potências externas, portanto,



seu quadro pode ser mutável. Para Kelly, o período da Guerra Fria caracterizou a América do Sul como um *shatterbelt*. Para Cohen, a região sempre esteve sob o controle de alguma potência externa e o período mencionado não chegou a ameaçar a *pax* estadunidense.

## **Aspectos contemporâneos na geopolítica do século XXI**

As vulnerabilidades e limitações na capacidade de projetar influência dos países sul-americanos se potencializam e agravam em um contexto de aceleração da disputa pelo poder global e pelo controle de recursos naturais no século XXI, com a ascensão da China e da Índia, e retomada da Rússia, e a tentativa de manutenção do *status quo* pelos EUA. Nesta seção será argumentado que isso ocorre, em particular, por conta das escolhas pela liberalização econômica, pela globalização financeira e ampliação do poder monetário-financeiro dos EUA, em um cenário de revolução e ampliação da diferença tecnológica, e quando ganham maior importância novas agendas de segurança, formas de guerra e de projeções de poder.

### *O poder do dólar, a globalização e a agenda neoliberais*

No contexto da Guerra Fria, os EUA atuaram de forma favorável ao desenvolvimento de países em regiões estratégicas, como a Europa Ocidental e o Sudeste da Ásia, tolerando e até incentivando políticas protecionistas e intervencionistas na economia, baseadas na ideologia keynesiana, e abrindo unilateralmente seu mercado. Como consequência, no fim dos anos 1960, os EUA passaram a registrar déficits comerciais com seus principais “convidados”, a Alemanha e o Japão (Medeiros & Serrano, 1999). Esse quadro gerou uma pressão internacional pela desvalorização da paridade do dólar em relação ao ouro, desafiando a confiabilidade e a supremacia do dólar, e, portanto, o padrão dólar-ouro acordado em Bretton Woods.

Em resposta, os EUA lançaram uma ofensiva para enquadrar tanto seus aliados quanto seu rival declarado na disputa bipolar, acelerando a disputa pelo poder global. O presidente Nixon decidiu declarar a não conversibilidade do dólar em ouro em 1971, assentado no poder militar e tecnológico dos EUA, jogando o sistema internacional em uma crise, mas auferindo aos EUA a liberdade inédita no sistema internacional de emitir a moeda internacional sem lastro (no qual “um dólar vale um dólar”).

Os EUA passaram então a pressionar pela abertura econômica-financeira global, a fim de aumentar a demanda por dólares e ativos denominados na moeda, incluindo os títulos da dívida dos EUA (Helleiner, 1994). Paralelamente, no âmbito dos choques do petróleo, a aliada estratégica estadunidense Arábia Saudita decidiu

comercializar seu petróleo somente em dólares. Ou seja, surge aqui, interesses e ações dos EUA em busca da manutenção de sua supremacia e de seu poder monetário-financeiro, a pressão política pela promoção de uma ordem econômica liberal, da globalização econômica e financeira, assim como da ideologia neoliberal que a embasa. Trata-se, portanto, de um fenômeno político, que não se apoiou meramente em forças de mercado e de novas tecnologias.

A liberdade de emissão de moeda internacional sem lastro pode ser usada para investimentos em setores estratégicos. Ainda, Tavares (1997) aponta que, em 1979, o choque do aumento significativo da taxa de juros de Paul Volker (presidente do FED) atraiu grande influxo de investimentos de aliados que serviram para fortalecer e valorizar o dólar, consolidando a força do padrão dólar e a retomada da hegemonia dos EUA. Mas, especificamente com Reagan na década de 1980, esse financiamento passou a ser direcionado para investimentos vultuosos no complexo industrial-militar voltados para tecnologias de ponta, presentes, por exemplo, no Programa Militar *Strategic Defense Initiative* de 1983. Assim, os EUA consolidaram sua supremacia monetária-financeira e tecnológica-militar, e alcançaram uma capacidade sem igual de enquadramento geopolítico e geoeconômico de rivais revelados e potenciais, até mesmo no hemisfério ocidental, seu perímetro de segurança mais imediato. Isso obviamente representa um aumento da vulnerabilidade e uma redução da capacidade dos países sul-americanos de exercerem sua autonomia política e econômica.

As pressões políticas e ideológicas pela liberalização econômica chegaram com mais força na América Latina nos anos 1980. Com juros internacionais elevados e a decisão de não rolar a dívida dos países da região, os EUA, as grandes potências aliadas, o Fundo Monetário Internacional (FMI), e os credores internacionais, passaram a pressionar governos pela adoção do receituário de abertura de mercados e Estado mínimo, posteriormente traduzidas nas recomendações do Consenso de Washington. Além da pressão e da influência para que organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, impulsionassem a liberalização econômica, os EUA passaram a liderar maior liberalização econômica no âmbito das rodadas de negociações do GATT.<sup>1</sup>

Tavares (1997) assinalava que a forma como os países latino-americanos negociariam suas dívidas e inserção internacional neste momento seria decisiva para o seu futuro. Para ela, uma negociação individual e subordinada resultaria no aprofundamento do padrão exportador primário, do atraso tecnológico (inclusive no campo militar) e da vulnerabilidade financeira, mas ampliados com o poder monetário-financeiro inédito dos EUA. Assim como a globalização foi um fenômeno

---

<sup>1</sup> Na Rodada Tóquio (1973-1979) foi negociada a primeira tentativa significativa de eliminar barreiras não tarifárias, que se tornaram mais importantes do que as tarifárias no pós-Guerra. A Rodada Uruguai (1986-1994) foi a maior e mais ampla negociação comercial, estendendo-se para áreas como propriedade intelectual (TRIPS), investimentos e serviços (TRIMS), dando origem à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, patrocinada pelos EUA, criada como organização permanente com missão de promover a liberalização comercial global.

político impulsionado pelos EUA, a negociação da dívida e a restrição externa dos países sul-americanos, seguidos das condicionalidades impostas ao acesso a financiamentos externos, não podem ser interpretados simplesmente como uma crise do Estado desenvolvimentista, sem olhar a política mais ampla dos EUA de enquadramento de países ou áreas, de acordo com seu interesse estratégico.

A política e a ideologia neoliberal pregam a especialização na produção e na exportação de *commodities* para os países do Sul, abundantes (com vantagens comparativas em termos de dotação) em fatores como recursos naturais e trabalho não qualificado. As políticas “bem comportadas” de mercado levariam à atração de investimentos dos países do Norte, abundantes em capital e tecnologia, e, assim, a uma integração Norte-Sul que seria mutuamente benéfica. Do ângulo aqui defendido, tal forma de inserção aprofunda o padrão colonial e a vulnerabilidade estratégica dos países sul-americanos, quanto às suas possibilidades de autonomia produtiva e tecnológica em bens essenciais e estratégicos. Ainda, possibilitam que empresas transnacionais e potências externas se apropriem de recursos estratégicos por meio de investimentos e financiamentos.

Na literatura de Economia Política Internacional, Klaus Knorr (1973; 1977) chama a atenção para o potencial e o poder econômicos e suas relações com o poder militar, além de suas utilizações para fins estratégicos defensivos e ofensivos. Olhando para os fenômenos dos anos 1970 e a crescente interdependência econômica, assinala que os Estados tenderiam a buscar soluções individuais em busca de maior autonomia e menor vulnerabilidade, o que fortaleceria a competição, e como países dependentes se tornaram mais vulneráveis. Knorr (1977) aponta a economia como vital para a segurança nacional, ampliando a visão sobre segurança para além da esfera militar. A carência de acesso a recursos econômicos essenciais deve ser encarada como um tema estratégico que pode ser politizado e se tornar um problema de segurança nacional. Além do abastecimento militar, ele aborda temas como acesso a alimentos e energia, assim como financiamento e tecnologias.

Os aspectos históricos da dependência também são aprofundados nas chamadas Cadeias Globais de Valor (CGVs), um fenômeno que vem avançando desde os anos 1970. Com a maior liberdade para atuação das empresas transnacionais, elas promoveram uma fragmentação global de produção e redes de contratos (terceirização) entre empresas, na qual o processo produtivo envolve o cruzamento de pelo menos duas fronteiras entre suas etapas (materiais e não materiais).

Os países da América do Sul se inseriram nesse processo em atividades de baixo valor agregado e intensidade tecnológica, que geram menores lucros e renda. A competição nessas etapas entre países se dá por meio de baixa regulação (ambiental e trabalhista) e incentivos tributários que visam atrair investimentos e contratos das grandes empresas transnacionais, que decidem e comandam as cadeias. Os países ocupam etapas iniciais intensivas em *commodities* ou atividades finais de montagem de indústrias, que geram menos valor em seu território e maior valor agregado externamente. Também se inserem na produção final em indústrias de baixa

intensidade tecnológica e valor, como as intensivas em recursos naturais, têxteis e vestimentas. Enquanto isso, os países desenvolvidos e suas empresas transnacionais se inserem em atividades mais rentáveis ligadas a *design*, *marketing*, pesquisa e desenvolvimento (P&D) e propriedade intelectual, que são intensivas em alta tecnologia e de alto valor agregado. Assim, os países sul-americanos, ao longo das CGVs, transferem renda aos países desenvolvidos por meio do comércio, das rendas financeiras e de direito de propriedade intelectual (Medeiros & Trebat, 2017).

As possibilidades de promover um *upgrade* nas CVGs para atividades de maior valor agregado e intensidade tecnológica são limitadas. Do ponto de vista econômico, os mercados possuem alto custo de entrada e são cada vez mais concentrados em grandes empresas transnacionais. Do ponto de vista político, Estados poderosos atuam para que suas empresas possuam produtos cada vez mais diferenciados e monopolísticos, e concentrem direitos de propriedade intelectual e financeiros, gerando então barreiras econômicas e políticas. Além de aprofundar seu padrão produtivo e tecnológico colonial, longe de buscar autonomia produtiva e tecnológica em setores mais complexos e fundamentais para sua soberania, as CGVs ampliam a dependência econômica e a vulnerabilidade estratégica dos países sul-americanos, que não logram aproveitar seus recursos naturais em prol de sua autonomia.<sup>2</sup>

Por outro lado, os países da América do Sul possuem uma inserção limitada nas CVGs e níveis de integração regional significativamente baixos quando comparado com outras regiões.<sup>3</sup> Portanto, há uma oportunidade para ampliar as cadeias regionais aumentando o comércio intrarregional baseado em indústrias, com uma divisão regional do trabalho mutuamente benéfica.

A adoção de políticas econômicas e o predomínio da ideologia neoliberal na periferia latino-americana também colocaram os países em condição de maior vulnerabilidade em relação a decisões e oscilações financeiras internacionais de agentes públicos e privados. Ainda, com maior liberdade, as elites econômicas dos países periféricos podem experimentar um processo de maior financeirização e globalização de sua riqueza, descolando seus interesses do desenvolvimento produtivo e tecnológico dos seus países de origem. Esse quadro, coloca a política econômica desses países como reféns da adoção de políticas “bem comportadas” da avaliação dos agentes privados de mercado, e dificulta as possibilidades de soberania monetária e financiamento de projetos industriais e tecnológicos de maior complexidade e fôlego, inclusive na área de defesa e segurança nacional, que exigem vultuosos recursos

---

2 Segundo relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês, 2015, p. 26) citado em Medeiros & Trebat (2017): “Wealthy countries capture a disproportionate share of the benefits from GVC trade. Estimates based on OECD data suggest the share of developed nations in total value added created by GVCs was 62%”.

3 Seus países exportam para outros países da região 31% de suas exportações totais, comparado com 59% na União Europeia e 55% no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês). As importações regionais dos países sul-americanos equivalem a 34% do seu total de importações, enquanto a média é de 60% na União Europeia e 43% no NAFTA. As cadeias regionais de valor registram 14% do comércio intrarregional na região, mas a maioria das exportações regionais são manufaturas de maior valor com 82% do comércio intrarregional (CEPAL, 2019, p.23).

e longa maturação, além de elevado risco. Todos passaram a ficar mais vulneráveis a riscos de acesso a divisas internacionais, de solvência e liquidez do balanço de pagamentos, acentuando o problema da restrição externa (Medeiros & Serrano, 1999).

### *A geopolítica e a geoeconomia do século XXI*

Com o fim da Guerra Fria e da ameaça comunista, a visão sobre ameaças difundida pelos EUA foi reformulada, dando ênfase às chamadas “novas ameaças”, configuradas pelo narcotráfico, crimes transfronteiriços, desastres naturais, degradação ambiental, terrorismo, e líderes políticos beligerantes que ameaçam a estabilidade, a paz, a liberdade e a democracia nos Estados e global — incluindo Estados falidos e *rogue states* que apoiariam grupos terroristas. Essa mudança buscava manter a legitimidade interna e internacional dos altos orçamentos militares e da presença militar global dos EUA.

Nos documentos estratégicos dos EUA, a retórica geral passou a se voltar para tais ameaças em um mundo globalizado economicamente, e a uma governança global liderada pelos EUA, mas combinada a uma preocupação pragmática com a manutenção de sua supremacia unipolar diante de ameaças interestatais (Padula, 2018).

Já em 1991, o documento presidencial *National Security Strategy* (NSS) enfatiza o foco nas novas ameaças na seção sobre hemisfério ocidental. A Estratégia Militar de 1991 aponta que as forças armadas dos países da América Latina deveriam se manter restringidas ao combate às novas ameaças, voltadas à segurança interna e participando de missões capitaneadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) ou Organização das Nações Unidas (ONU), sob liderança estadunidense. O governo William Clinton deu continuidade a tal ênfase nas suas NSS (1994 e 1996). Ainda, a Cúpula das Américas e as Conferências de Ministros da Defesa foram utilizadas como ferramentas para disseminar a agenda dos EUA. Na OEA, sob a liderança dos EUA, a “Declaração de Santiago” de 1995 e na “Declaração de Manaus” da IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas de 2000 colocam em primeiro plano o narcotráfico e as novas ameaças. Ao mesmo tempo, em 1999, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) flexibilizou seu alcance geográfico de atuação e revisou sua doutrina de atuação estratégica sob o objetivo de garantir os “interesses vitais” de seus membros. Essa é uma razão subjetiva que pode incluir temas desde a promoção da democracia até o acesso a recursos energéticos, especialmente em conjunturas conflituosas.

Desde os anos 1970, a “guerra contra as drogas” promovida pelos EUA na América Latina vem registrando o que Horwitz & Bagley (2016) chamam de vitórias parciais ou sucesso limitado, com consequências destrutivas, especialmente nos Andes. Para os autores, esse resultado não seria intencional, mas seria conveniente aos EUA, pois justificaria o prosseguimento da promoção de sua presença militar na região. Por outro lado, a história e a conjuntura socioeconômica dos

países sul-americanos favorecem o avanço de atividades ilícitas, envolvendo a população menos favorecida, além de ser um problema de saúde e de consumo global, em que os países consumidores devem cuidar nos seus territórios — como os EUA, maior consumidor do mundo. Ou seja, há um problema social, de saúde, e global, que devem ser levados em conta, para além de uma visão meramente militarizada do tema a ser empregada tendo os países produtores como alvos. É importante frisar também que o cultivo e o uso da folha de coca é uma prática milenar que acompanha os povos originários nos países andinos, reconhecida pela União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2012 e pela ONU, em 2013.

Do ponto de vista econômico, os EUA seguiram promovendo uma ampla agenda de liberalização econômica para o continente americano, de forma bilateral ou regional — com a NAFTA, efetivada em 1994, e o projeto da área de livre comércio hemisférica. Todos os documentos estratégicos citados apontam esses objetivos, ligando a política de segurança à política comercial no âmbito da política externa.

As agendas global e hemisférica das novas ameaças e de um mundo supostamente livre de disputas de poder interestatais, liderados por uma governança estadunidense em que os países da América do Sul deveriam delegar sua segurança externa, coaduna-se à agenda da liberalização econômica, que reduz as possibilidades de industrialização de maior valor agregado e intensidade tecnológica, e, conseqüentemente, de formar uma indústria bélica autônoma e robusta nos países na região. A ausência de percepção de ameaças interestatais justificaria a limitação do papel e do equipamento das forças armadas ao combate interno, combinada à carência de preocupações com a dependência produtiva e tecnológica em setores estratégicos, trabalhando a fim de reproduzir e ampliar a inferioridade militar dos países sul-americanos e sua especialização colonial-dependente.

Com a chegada do século XXI, a geopolítica passa a ser caracterizada por tendências a mudanças na distribuição de poder em direção a uma ordem mais multipolar, concomitante a uma crescente competição pelo poder e pelo acesso e controle de recursos naturais. Com a chegada de Putin ao poder, a Rússia, uma antiga potência, nacionalizou empresas e recursos estratégicos e retomou uma política externa assertiva no seu entorno, importante em recursos e rotas comerciais energéticos. Nessa conjuntura, destaca-se a ascensão da China e da Índia, com altas taxas de crescimento do PIB e significativas populações, que buscam incorporar à urbanização e aos mercados de trabalho e consumidor, combinada à carência e crescente necessidade de recursos naturais.

A corrida pelo controle de recursos promovida pelos países do Norte sobre os países do Sul, que caracterizou a unipolaridade estadunidense pós-Guerra Fria nos anos 1990, passou por mudanças e desafios complexos diante da geopolítica do século XXI. Há uma competição mais ampla pelo controle de recursos e mercados envolvendo a ascensão de países do chamado Sul Global, gerando conflitos e busca por recursos tanto nos continentes quanto nos fundos marinhos. São recursos críticos cujo domínio, acesso ou carência, geram implicações econômicas, políticas

e estratégicas, na autonomia, na segurança, na projeção externa e nos projetos políticos dos Estados.

Becker (2005) aponta que existem três “eldorados naturais” da expansão do capitalismo no século XXI, todos envolvendo a América do Sul: os fundos marinhos, a Amazônia e a Antártica. Nessa expansão, a geopolítica se caracteriza por uma “coerção velada”, em que diferentes atores e interesses, dentro dos Estados e internacionalmente, usam diferentes meios (políticos, econômicos, informacionais) para pressionar os Estados nas suas decisões em relação ao uso e acesso aos seus territórios e recursos.

Ademais, a crescente demanda global por recursos naturais, liderada pela expansão da China, seguida pela Índia, impactou no aumento dos preços e volumes de exportações dos países sul-americanos, caracterizando o chamado *boom* de *commodities*. Isso gerou aumento da participação relativa das *commodities* na produção e nas exportações dos países, em relação ao setor industrial de maior intensidade tecnológica e valor agregado. Ou seja, ampliou a dependência de *commodities* e o *gap* tecnológico, mas em um contexto de bonança de divisas que puderam trazer alívio na restrição externa e recursos para investimentos e políticas sociais (Ocampo, Bastian & Reis, 2018).

A China vem ganhando crescente projeção econômica na América do Sul. Sua estratégia *going out*, anunciada em 2000 no seu décimo plano quinquenal, deixou claro seu objetivo de utilizar instrumentos econômicos e empresas estatais para acessar recursos naturais em outros países, para sustentar seu processo de ampliação da urbanização, industrialização e poder militar. Nas relações com a região, busca também mercados para suas manufaturas baratas e isolar Taiwan. A partir de 2015, a China passou a focar sua estratégia no avanço de indústrias de alta intensidade tecnológica e de ponta, que impactam na segurança, como a inteligência artificial e o 5G, como mostra seu documento Made in China 2025 (Padula & Pizetta, 2022).

O comércio e o financiamento da China na região cresceram significativamente, alcançando a posição de principal parceiro comercial de quase todos os países (exceto Colômbia). Privilegiando relações Estado-Estado, atua por meio de financiamentos de infraestrutura, produção de empresas e compras de ativos, que buscam garantir acesso a longo prazo a recursos estratégicos em forma bruta, na qual a busca por lucros não se mostra uma variável relevante. Assim, a China passou a ser encarada por autores da literatura de Geoeconomia como o principal símbolo da utilização de instrumentos econômicos para fins estratégicos (Blackwill & Harris 2016). Sua presença envolve crescentemente ativos que são estratégicos para a diversificação de fontes de abastecimento, que atenua suas vulnerabilidades decorrentes da carência de recursos naturais. Além disso, de forma intencional ou não, sua crescente presença tem implicações geopolíticas para os países da região. A busca pelo aumento das exportações de *commodities* fomenta o padrão de inserção colonial dependente e uma postura individualista nos países da região, na qual eles

possuem menor poder de barganha e vão na direção contrária à integração regional do ponto de vista político e da formação de cadeias industriais de maior valor e intensidade tecnológica. Ainda, fomenta a reprodução da infraestrutura exportadora de *commodities* e da fragmentação territorial nos países e na região.

A adoção de políticas neoliberais pelos países sul-americanos ampliou a especialização produtiva e o distanciamento tecnológico, de riqueza e de renda em relação aos países desenvolvidos, ao longo dos anos 1990 (UNCTAD, 2003). Ao mesmo tempo, ampliou as assimetrias de poder político e militar. No século XXI, em um contexto favorável de *boom* de *commodities*, de termos de troca favoráveis e bonança de divisas que perdurou até cerca de meados da segunda década, apesar de diversos avanços, as diferenças seguiram sendo ampliadas em termos de número de registros de patentes e gastos em P&D (Ocampo, Bastian & Reis, 2018). Isso é particularmente preocupante em um contexto de revolução da chamada indústria 4.0, com o distanciamento na corrida por tecnologias como semicondutores, 5G e inteligência artificial (IA), que demandam enorme e contínuo esforço das políticas estatais, geram maiores vulnerabilidades na esfera econômica e militar (ver Mariuti, neste volume).

No contexto de crescente disputa e mudanças do poder global no século XXI, acirraram-se os debates por recursos abundantes da região, com a projeção da China e a busca pela manutenção da supremacia dos EUA. Tais disputas ainda se deram em um contexto de crescentes descobertas energéticas importantes, como o Pré-Sal, no Brasil e a Faixa Petrolífera do Orinoco, na Venezuela, e a identificação de importantes reservas de lítio, na Bolívia, ainda não totalmente contabilizadas. Com Estados lidando com a fragmentação política histórica e vulnerabilidade econômicas, tecnológicas e estratégicas, tornaram-se presas fáceis das disputas de potências externas que se projetam para a região e podem se aliar a grupos internos. Assim, enquadram-se crescentemente na descrição de *shatterbelt* de Kelly (1997) ou da “maldição dos recursos” descrita por Le Billon (2005), em uma conjuntura de avanços das tecnologias de guerra e crescente utilização de meios escondidos para alcançar fins geopolíticos, como instrumentos econômicos e informacionais.

A Venezuela vem sendo vítima de sanções econômicas dos EUA desde 2014, e com maior força após 2016, o que tem impactado na crise econômica, de inflação, de produção, exportações e acesso a divisas, e de abastecimento no país. Por outro lado, isso levou a uma maior presença econômica e militar da China e da Rússia no país. Contando com a presença estadunidense na Colômbia, Guiana e Suriname, especialmente após descobertas de petróleo, é possível identificar uma intensa competição no Norte da América do Sul, área estratégica por ser parte da América Mediterrânea e da Amazônia.

No século XXI, no debate estratégico estadunidense sobre áreas geográficas prioritárias, visando a possibilidade de manutenção da supremacia global dos EUA, mesmo autores divergentes sobre forma e intensidade de atuação na Eurásia concordam sobre a necessidade de manutenção da supremacia hemisférica (Padula, 2018).



Um exemplo é Brzezinski (2012a), que defende que os EUA devem ter como principal foco a Eurásia, mas ressalta o controle hemisférico como algo primário. Para ele, a contenção do avanço da China ou de qualquer outra potência externa na América do Sul deveria ser levada por meio de ações indiretas e não explícitas, visando não incitar uma divisão de alinhamento aos EUA, que não seria desejável (2012b).<sup>4</sup> Tal recomendação remete ao receituário prescrito pelo autor para os EUA na confrontação bipolar, em que pregou uma atuação indireta e de longo prazo para fomentar fragmentações internas a fim de promover a implosão do estado soviético. Aqui podemos encontrar uma das origens das formas de atuação indiretas que hoje são conhecidas como guerras não convencionais ou híbridas, que estiveram presentes nas revoluções coloridas do Leste Europeu, e estão presentes na América do Sul na segunda década dos anos 2000, conforme aponta Korybko (2018).

As novas tecnologias de comunicação ampliaram as possibilidades das abordagens indiretas nas chamadas guerras não convencionais ou de quarta geração. A disseminação de informações com intenção de conquistar corações e mentes, mobilizar grupos para provocar conturbações internas, enfraquecimento, caos e mesmo mudanças de governos, tornaram-se uma forma eficaz de projeção de poder sobre espaços, especialmente para frear a projeção de poder de governos não alinhados em regiões estratégicas e, se possível, estabelecer um governo aliado. Considerando a formação estatal e a fragmentação sociopolítica dos países sul-americanos, é possível afirmar que são alvos significativamente vulneráveis a tais ações indiretas, ou mesmo a ações encobertas no campo da inteligência.

A ampliação do distanciamento tecnológico também resulta na maior vulnerabilidade no campo cibernético, no qual ataques de potências ou atores externos podem paralisar o sistema bancário, de informações e *site* de governos, projetos militares e nucleares, causando impactos econômicos e/ou de segurança nos países.

No pós-Guerra Fria, a literatura acadêmica sobre segurança internacional caminhou em direção à ampliação de sua agenda, ganhando caráter multidimensional, alargando e aprofundando os temas de segurança para além do âmbito militar. Além da abordagem da Economia Política Internacional (EPI) de Knorr (1973; 1977) já mencionada, Buzan (1991) ampliou os temas de segurança incluindo, além do militar, as seguranças societal, ambiental, política e econômica, e sinalizou que os temas não seriam esgotáveis, desde que sejam passíveis de politização e securitização. Diversos temas que são potenciais causadores de problemas de segurança na periferia passaram a ser então abordados, ainda que sob o risco de confusão sobre o emprego das forças armadas, da importância da segurança no âmbito militar e das ameaças que advêm de interesses e disputas interestatais.

Padula, Noronha & Mitidieri (2015) trouxeram o conceito de segurança de saúde ligado à busca pela autossuficiência na produção de bens e serviços de saúde,

---

<sup>4</sup> Ver *The Diplomat*, “The Interview: Zbigniew Brzezinski”, por Zachary Keck, 10 sep. 2012. Disponível em: <https://thediplomat.com/2012/09/the-interview-zbigniew-brzezinski/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

como um tema de segurança nacional, conectado a tecnologias portadoras de futuro e ao complexo industrial militar. Tal preocupação se justificava diante das crescentes disputas de poder global, conflitos em torno de direitos de propriedade intelectual, e crescente demanda por importações de bens biotecnológicos impactando em países não produtores, e cuja produção e tecnologias se concentram na tríade EUA, Europa e Japão. A pandemia da Covid-19 e o aumento da desconexão de cadeias produtivas globais vêm mostrando as vulnerabilidades políticas e econômicas geradas pela dependência e a importância estratégica da internalização ou autosuficiência nacional da produção de bens que são essenciais para o funcionamento e desenvolvimento das economias, acentuadas em contextos de crise e conflitos globais que podem levar a bloqueios de fluxos econômicos.

O último tema tratado aqui se explicitou para a maioria dos analistas recentemente: o poder dos EUA de praticar sanções financeiras. Torres (2022) identifica como a globalização financeira e o poder monetário-financeiro inédito dos EUA acentuaram seu poder de praticar sanções financeiras, e, conseqüentemente, a vulnerabilidade dos demais países. O autor aponta a utilização do controle dos fluxos e as informações do sistema financeiro internacional atrelado ao poder de emissão do dólar como uma arma para alcançar fins estratégicos, ou sua militarização, o que chama de “bomba-dólar”. Nas palavras de Torres (2022, p. 74), uma “exclusividade dos EUA”. A posição do sistema monetário e financeiro americano e a regulação financeira em vigor ao redor do mundo dão aos os EUA a possibilidade de assegurar sozinhos “o bloqueio financeiro — e, conseqüentemente, o comercial — do país alvo, mobilizando para isso apenas algumas dezenas de funcionários de seu Departamento do Tesouro”.

Torres (2022) descreve o desenvolvimento desse sistema de controle de informações pelos EUA no período recente, remontando aos anos 1990, com o avanço da globalização financeira, quando no âmbito da “guerra contra as drogas” foram desenvolvidos mecanismos de acompanhamento da circulação de dinheiro e de ativos denominados em dólares. Esses novos instrumentos esbarravam em entraves fora dos EUA, em razão de muitas barreiras legais e políticas, ao depender da autorização de governos de outros países para obter acesso a informações financeiras, que, “na prática, o mais importante obstáculo se concentrava no SWIFT” (p. 77).<sup>5</sup>

Com os ataques terroristas e a guerra contra o terror levada pelos EUA desde 2001, esse obstáculo foi superado, com o objetivo de monitorar e estrangular as atividades financeiras globais ligadas a grupos e atividades terroristas. Segundo Torres (2022, p. 77), “o sucesso inicial obtido com a utilização desse novo instrumento levou o Tesouro americano a rapidamente identificar sua potencialidade como uma arma contra uma nova categoria de inimigos, os Estados Nacionais em conflito com os EUA”. Os alvos foram Coreia do Norte (2005), Irã (2006-2015 e a partir de

---

<sup>5</sup> Empresa belga que maneja a troca de informações das transações internacionais realizadas entre as instituições financeiras.

2018) e atualmente Rússia, o caso de medidas mais extremas — como a proibição do uso do dólar em transações internacionais, sanções ao Banco Central e congelamento de reservas internacionais mais líquidas do país. Os EUA mostraram capacidade inédita de desconectar o país-alvo do sistema financeiro internacional, bloqueando dutos financeiros que sustentam suas relações comerciais, de investimento e financeiras com seus parceiros internacionais. De acordo com Torres (2022), a crise financeira de 2008 reforçou a centralidade do dólar, ao corroborar ainda mais a desregulamentação e variedade de serviços no âmbito financeiro, com toda essa engrenagem denominada em moeda dólar e estabilidade sistêmica resguardada pelo Banco Central dos EUA. As consequências das sanções financeiras coercitivas contra o alvo e seus parceiros comerciais são problemas econômicos internos e externos contundentes (queda do PIB, inflação, desvalorização da moeda e acesso a divisas, desabastecimento), e a redução drástica da capacidade do país de projetar poder.

## **Considerações finais**

Os países sul-americanos em sua formação estatal tardia geraram Estados frácoes e desintegrados internamente, ao mesmo tempo dependentes economicamente e politicamente das relações exteriores, ou seja, vulneráveis à influências externas, com falta de capacidade de gerar economias nacionais autossuficientes em bens e tecnologias estratégicas. O poder e a capacidade limitada dos Estados no plano internacional e regional, combinado à abundância de recursos naturais e à sua localização estratégica para os EUA, colocam a região como alvo vulnerável à projeção de potências externas, que até podem aproveitar disputas internas para formar alianças.

A dependência e as vulnerabilidades econômicas e geopolíticas da região acentuaram no século XXI. Começando pelas transformações dos anos 1970, o estabelecimento do padrão dólar pelos EUA, sua pressão política pela liberalização econômica nos demais países, e a formação das CGVs, levaram a uma inserção econômica, comercial, tecnológica e financeira, desfavorável aos países sul-americanos, ampliando a assimetria, especialmente em relação à potência hemisférica estadunidense.

No século XXI, as vulnerabilidades se ampliaram ainda mais com a agenda de segurança voltada às “novas ameaças”, a formas pacíficas ou escondidas de projetar poder decorrentes da geoeconomia e da guerra não convencional (ou híbrida), ampliação do atraso tecnológica e vulnerabilidade no âmbito militar, em um contexto de aceleração da disputa pelo poder global no século XXI e crescente projeção da China para a América do Sul. Do ponto de vista monetário-financeiro, as vulnerabilidades se aprofundaram com a globalização financeira e com o avanço da capacidade geoeconômica dos EUA, de emissão da moeda internacional sem lastro, e de monitoramento e sanções via controle das informações financeiras. Do ângulo produtivo-tecnológico, o avanço das CGVs impactaram negativamente nos países.

Todos esses aspectos, somados à agenda de segurança voltada às “novas ameaças” internas ou transnacionais, impactam na dependência militar, produtiva e tecnológica, e na vulnerabilidade política.

Ao mesmo tempo, tais desafios explicam a necessidade ou as oportunidades de os países sul-americanos superarem sua dependência e suas vulnerabilidades geopolíticas de forma conjunta, em busca por sua autonomia por meio de um projeto de integração regional pautado no desenvolvimento industrial planejado e conjunto, de maior poder de barganha em negociações internacionais, da autonomia em bens estratégicos, e de um posicionamento conjunto de segurança e soberania sobre recursos estratégicos diante de ameaças externas que possam advir da disputa de poder global. No campo monetário-financeiro, de forma defensiva, os países podem estabelecer comércio e financiamentos fora do dólar, em moeda comum. E as possibilidades iniciais para países alvos de sanções financeiras estadunidenses passam pela centralização da administração de câmbio e de capitais, no curto prazo, e constituição de sistemas alternativos ao SWIFT, no longo prazo. Todas as iniciativas mencionadas certamente iriam interagir com pressões e influências dos EUA e de outras potências, no contexto de disputa de poder global, e se aproveitando da dependência econômica e política dos países da região e de suas divisões sociopolíticas internas.

## Referências

- BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, vol.19, n.º 53, São Paulo, USP, 2005.
- BLACKWILL, R. & HARRIS, J. *War by othermeans. Geoeconomics and statecraft*. Harvard: Belknap Press, 2016.
- BRZEZINSKI, Z. *Strategic vision: America and the crisis of Global Power*. New York: Basic Books, 2012a.
- BRZEZINSKI, Z. Balancing the East, Upgrading the West - U.S. Grand Strategy in an Age of Upheaval, *Foreign Affairs*, january-february, 2012b.
- BURNHAM, J. *The Struggle for the World*. New York: The John Day company, 1977.
- BUZAN, B. New Patterns of Global Security in the Twenty-First Century. *International Affairs*, vol.67, n.º 3, jul. 1991, pp. 431-51.
- CENTENO, M.A. *Blood and debt*. Pennsylvania: Penn State Press, 2002.
- COHEN, S. *The Geopolitics of the World System*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2003.
- FIORI, J. L. Sistema mundial, império e pauperização: para retomar o pensamento latino-americano. In: FIORI, J. L. & MEDEIROS, C. (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HAMILTON, A. *First Report on the Public Credit*. 1790. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-06-02-0076-0002-0001>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- HAMILTON, A. *Relatório sobre as Manufaturas*. Rio de Janeiro: MSIA, 2000[1791].

- HELLEINER, E. *States and the Reemergence of Global Finance – From Bretton Woods to the 1990s*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1994.
- HORWITZ, B. & BAGLEY, B. *Latin America and the Caribbean in global context*. New York: Routledge, 2016.
- JAGUARIBE, H. Dependência y autonomía en América Latina. In: JAGUARIBE, H.; FERRER, A.; WIONCZEK, M. S. & SANTOS, T. dos. *La dependência político-econômica de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2017[1969].
- KELLY, P. *Checkerboards & Shatterbelts. The Geopolitics of South America*. Texas: University of Texas Press, 1997.
- KNORR, K. *Power and Wealth*. New Jersey: Princeton University Press, 1973.
- KNORR, K. Economic Interdependence and National Security. In: KNORR, K. & TRAGER, F. N. *Economic Issues and National Security*. Kansas: Allen Press, 1977.
- KORYBKO, A. *Guerras Híbridas*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.
- LE BILLON, P. *The Geopolitics of Resource Wars*. New York: Routledge, 2005.
- LIST, F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983[1841].
- MEDEIROS, C. & SERRANO, F. Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MEDEIROS, C. A. de & TREBAT, N. Inequality and Income Distribution in Global Value Chains. *Journal of Economic Issues*, 51(2), 2017, pp. 401-8.
- MIGUEL, L.F. Segurança e desenvolvimento: peculiaridades da ideologia da segurança nacional no Brasil. *Diálogos Latinoamericanos*, n.º 5, 2002. Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca.
- OCAMPO, J. A.; BASTIAN, E. & REIS, M. The myth of the ‘Latin American decade’. *PSL Quarterly Review*, vol. 71, n.º 285, jun. 2018.
- PADULA, R. A geopolítica estadunidense e a Eurásia. In: FIORI, J. L. (org.). *Sobre a guerra*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- PADULA, R. A Economia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra... *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 18, n.º 2, 2019.
- PADULA, R. & PIZETTA, D. The increasing dispute between USA and China over international standardization. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 65(1), 2022.
- PADULA, R.; NORONHA, G. & MITIDIERI, T. *Complexo Econômico-Industrial de Saúde, Segurança e Autonomia Estratégica: para pensar a inserção do Brasil frente ao mundo*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2015.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 3, n.º 3, Rio de Janeiro, FGV, 1949.
- RATZEL, F. Ubicación y espacio. In: RATTENBACH, A. B. *Antologia Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, 1897, pp. 13-51.
- SANTOS, T. The Structure of Dependence. *The American Economic Review*, vol. 60, may 1970, pp. 231-6.
- SPYKMAN, N. *Estados Unidos frente al mundo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1942.

- TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana (1985). In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TILLY, C. Coerção, capital e Estados europeus. São Paulo: UNESP, 1993.
- TORRES, E. T. Sanções contra a Rússia: bomba-dólar, desglobalização e geopolítica. *Oikos*, Rio de Janeiro, vol. 21, n.º 2, 2022, pp. 73-85.
- UNCTAD. *Trade and Development Report, 1997*. Geneva: United Nations, 1997.
- UNCTAD. *Trade and Development Report, 2003*. New York: United Nations, 2003.

# CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DO FINANCIAMENTO DA DEFESA NA AMÉRICA DO SUL

*Diego Lopes da Silva*

Como os países sul-americanos financiam suas atividades militares? A militarização, aqui compreendida como o acúmulo das capacidades de coerção, é uma atividade que demanda a provisão de volumosos recursos por períodos relativamente longos. A despeito dessa necessidade, os investimentos militares na América do Sul são realizados de forma cíclica. O caráter errático da disponibilidade de recursos financeiros representa um dos principais obstáculos à sustentabilidade dos projetos de Defesa. Neste capítulo, argumento que o caráter cíclico da militarização na América do Sul é tributário de especificidades nos processos de formação econômica e estatal dos países que a compõem. A forma econômica exportadora de *commodities* e os impedimentos políticos ao avanço da extração fiscal renderam as finanças estatais dependentes de financiamento externo via endividamento ou exportações de *commodities*. Esses traços, emersos dos processos formação econômica e estatal de outrora, mostram-se resilientes e ainda influentes no período contemporâneo. Nesse predicamento, a militarização, em essência, é um problema de receita: o acúmulo das capacidades de coerção se relacionará a momentos de disponibilidade de crédito externo e/ou apreciação nos preços das *commodities*.

Espero jogar nova luz sobre a militarização sul-americana transcorrida entre meados dos anos 2000 e meados dos anos 2010. À época, muito se escreveu sobre o aumento expressivo nos gastos militares e nas importações de armamento. As aquisições bélicas foram de tal monta que a hipótese de uma corrida armamentista na América do Sul foi levantada, ainda que tenha sido rejeitada logo em seguida por análises mais sóbrias. Do mesmo modo, uma pletora de artigos, teses e dissertações foi dedicada às iniciativas de revitalização das indústrias de Defesa em diversos países da região. Essa literatura certamente contribuiu sobremaneira à nossa compreensão sobre as motivações políticas dessas iniciativas. Entretanto, alguns aspectos desse período careciam de uma análise mais pormenorizada. Refiro-me, por exemplo, à associação entre o aumento nos investimentos militares e a alta nos preços das *commodities*. Haveria nessa relação uma condicionalidade que permitiria explicar a militarização na América do Sul? Na tentativa de responder essa questão, vi-me compelido a ampliar o escopo temporal. Foi preciso conferir uma perspectiva histórica mais profunda à militarização do período.

Em termos gerais, o problema ao qual me dedico neste capítulo refere-se às possibilidades, às características e aos limites da militarização em países periféricos. A questão tornou-se objeto de grande interesse acadêmico na década de 1970, época marcada pela difusão das capacidades de produção de armamentos no Terceiro Mundo. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, apenas quatro países em desenvolvimento possuíam os recursos necessários para a produção de sistemas de armas; até fins da década de 1980, o número havia crescido para 50 (Rosh, 1990). O valor da produção de armamentos no Terceiro Mundo aumentou cinco vezes (Brzoska & Ohlson, 1986) nesse período. O fenômeno parecia reconfigurar os termos da relação entre a periferia e o centro, uma vez que a eventual diminuição das importações de armamentos potencialmente erodiria as capacidades de influência política dos fornecedores.

Ao analisar a conjuntura dos anos 1980, Steven Miller (1980) argumentou que a difusão das capacidades de produção de armamentos integrava um processo abrangente de transição de poder. Não obstante, Miller enganou-se sobre a dimensão dessa transformação. Análises posteriores indicaram que a disposição hierárquica entre os produtores de armamentos, a despeito da emergência de novos fornecedores, prevaleceu. A sustentabilidade daquelas indústrias de armamentos emergentes mostrou-se uma tarefa árdua. As adversidades eram várias: economias de escala limitada, instituições frágeis e baixos investimentos em pesquisa e desenvolvimento são algumas delas. Nesse aspecto, Conca (1997) expressa o quão intrigante fora a experiência brasileira: “se a ascensão do Brasil expôs a falta de consenso sobre o que faz a industrialização militar no Terceiro Mundo possível, sua queda subsequente evidenciou a pobre compreensão sobre o que a faz sustentável” (p. 5). O atual cenário ímprobo à Defesa na América do Sul nos compele a revisitar as possibilidades de sustentação a médio e longo prazo dos projetos militares na sub-região. Sem embargo, argumentamos ser necessário considerar as especifici-



dades da militarização sul-americana e sua relação com a capacidade fiscal estatal. Dessa forma, acatamos à recomendação de Ayoob (1995, p. 194): “é essencial considerar a construção estatal como o ponto de partida no estudo da segurança no Terceiro Mundo”. Minha análise parte dessa consideração.

## Uma economia da violência organizada

A formação dos Estados na periferia<sup>1</sup> apresenta idiosincrasias que questionam a pretensa validade universal da experiência europeia. Em diversas ocasiões, Mohamed Ayoob (1989; 1991; 1995) apresentou críticas obtundentes à generalização do modelo de construção estatal europeu como referência de análise e processo. A dificuldade em se empregar categoricamente a experiência europeia, segundo Ayoob, encontra-se, sobretudo na desproporção de tempo disponível aos países periféricos para que esses completassem o mesmo percurso de construção estatal logrado pelo centro. Os processos de centralização das autoridades políticas na Europa duraram longos séculos (Strayer, 1991), o que permitiu o reconhecimento da legitimidade política e um paulatino acúmulo das capacidades de coerção. Por sua vez, os países periféricos, precipuamente aqueles rebentos da descolonização, não usufruíram de quartel equivalente para completar o mesmo decurso Ayoob (1995).<sup>2</sup> À época de suas independências, o sistema internacional já se encontrava com suas bases institucionais sedimentadas. De tal sorte, restou-os a incorporação tardia à estrutura internacional em termos excepcionalmente desfavoráveis. Apesar de à primeira vista elementar, uma das principais contribuições de Ayoob (1991) foi sublinhar o fato de que a construção dos Estados na periferia não se deu no vácuo.

As ideias apresentadas por Ayoob (1997)<sup>3</sup> questionam sobretudo a obra de Charles Tilly (1985).<sup>4</sup> O historiador norte-americano produziu um sólido corpo bibliográfico sobre a criação dos Estados na Europa (Tilly, 1975; 1985; 1990). Em seu esforço mais referenciado, Tilly discute a relação simbiótica entre a guerra e a formação estatal (Tilly, 1990). Uma vez que o fenômeno bélico se tornou mais complexo, argumenta o autor, os governantes viram-se ante a necessidade

---

1 As noções de Periferia, Semiperiferia e Centro serão utilizadas recorrentemente ao longo deste capítulo. Nosso entendimento sobre esses termos é baseado nas leituras de Raúl Prebisch (1962) e Immanuel Wallerstein (2006).

2 Ayoob faz a ressalva de que, a despeito de terem completado seu processo de independência com mais de um século de antecedência que as colônias africanas, os países latino-americanos não puderam desfrutar de tal vantagem. Para o autor, fatores estruturais, como a importação da cultura política e econômica da Ibéria pré-industrial, e a composição ibérica das elites nacionais, fossilizaram o desenvolvimento das antigas colônias até o início do século XX (p. 33).

3 Outro autor de destaque no tema é Acharya (1997).

4 É bem verdade, contudo, que Tilly nunca pretendeu que sua teorização sobre a construção estatal europeia fosse aplicada em sua totalidade a outras regiões. Essa restrição é expressa no seguinte trecho: “O Terceiro Mundo do século XX não se assemelha muito à Europa do século XVI ou XVII. Em nenhum sentido simples podemos ler o futuro dos países do Terceiro Mundo no passado dos países europeus” (p. 169).

de incrementar as capacidades de organização, mobilização e armamento dos seus exércitos, o que resultou na criação de sistemas ostensivos de impostos e regiões administrativas. Tendo em vista isso, o empreendimento da guerra demandou uma burocratização da vida social que, por sua vez, favoreceu o estabelecimento de uma autoridade central.

Em suma, o modelo de criação estatal de Tilly (1985) orienta-se por quatro processos fundamentais:

1) Guerra: eliminação ou neutralização dos rivais fora dos territórios nos quais haja claro controle e contínua prioridade como empregadores da força; 2) construção estatal: eliminação ou neutralização dos rivais dentro dos territórios controlados; 3) proteção: eliminação ou neutralização dos rivais dentro de seus protegidos; 4) **extração: aquisição dos meios necessários às três primeiras atividades — guerra, construção estatal e proteção** (p. 181, grifo nosso).

Do excerto reproduzido, resta claro que a extração dos recursos financeiros é condição de possibilidade da construção estatal e do exercício da coerção. De fato, a atividade coercitiva requer instrumentos e organização que consomem financiamento, de maneira que, em certo sentido, o exercício da violência política é um fenômeno econômico. Isso não significa dizer, nem contradizer, que determinadas modalidades econômicas compelem à violência; essa seria a base da relação entre militarismo e imperialismo em Luxemburgo (Luxemburgo, 2003[1913]). Também não abordaria a violência somente como um subproduto econômico, perdendo assim a dimensão cultural tão necessária à sua compreensão (Fernandes, 2006; Keegan, 2006). Porém, o que tenciono dizer com tal afirmação é que o monopólio da violência requer investimento de fatores produtivos, seja trabalho ou capital, como qualquer outra mercadoria, de maneira que a extração de recursos é essencial à coerção e ao governo da coisa pública.

Definamos, pois, coerção:

**A coerção compreende toda aplicação combinada — ameaçada ou real — de uma ação que comumente causa perda ou dano às pessoas ou às posses de indivíduos ou grupos, os quais estão conscientes tanto da ação quanto do possível dano** (Essa definição desajeitada exclui o dano não intencional, indireto e secreto.) Onde o capital define um domínio de exploração, a coerção define um campo de dominação. Os meios de coerção estão centralizados nas Forças Armadas, mas se estendem às oportunidades de prisão, expropriação, humilhação e divulgação de ameaças (Tilly, 1990, p. 67, grifo nosso).

O entendimento de coerção apresentado por Tilly guarda um aspecto especialmente relevante ao meu argumento. O primeiro refere-se ao fato de que a coerção não se restringe ao domínio interno. Não há, por definição, um vetor; a violência

organizada orienta-se tanto ao externo quanto ao interno. Isso posto, tenho que o **processo** de **acúmulo** dessa capacidade de coerção refere-se ao **aumento** dos potenciais danos infringidos aos indivíduos, aos grupos, e a suas propriedades. Entendo que esse incremento na capacidade de coagir é conceitualmente equivalente àquele da militarização. É bem verdade que há um debate em torno da definição de militarização (Stravianakis & Selby, 2013). Não obstante, é possível discernir as linhas fundamentais desse conceito. Meu entendimento alinha-se àquele proposto por Eide & Thee (1990), a quem a “militarização manifesta-se no incremento dos armamentos, avanços na capacidade destrutiva dos armamentos, aumento no número de efetivos das Forças Armadas, e incrementos dramáticos nos gastos militares” (p. 9). Todos esses indicativos, hoje conceitualmente relacionados à militarização, são os avanços fundamentais à monopolização da violência e à construção estatal de outrora. A similaridade entre a definição de Tilly sobre a coerção e a de militarização proposta por Eide & Thee é evidente. Não há, portanto, prejuízo analítico e nem distorção conceitual significativos no tratamento desses dois termos como equivalentes. Por conseguinte, o processo de acumulação das capacidades de coerção será tratado doravante como correspondente àquele da militarização.

## **Outras vias ao Leviatã: endividamento, exportação e inflação**

Por outro lado, é necessário reconhecer que a emergência dos Estados latino-americanos aconteceu por vias distintas. Centeno (2002) afirma que a explicação belicista para a formação do Estado encontrada em Tilly — a guerra como o primeiro termo de sua tríade — é dificilmente defensável se aplicada à América Latina. A permanência de divisões sociais preveniu que um Estado unificado, centralizado e robusto tirasse proveito dos estímulos das guerras que assolaram a região. Na região, o Estado “não foi capaz de impor a unidade interna necessária para o processo de extração, mesmo quando ameaçado militarmente” (Centeno, 2002, p. 138). Apesar dos conflitos ocorridos na região, nenhuma transformação profunda na estruturação fiscal foi realizada. Essa observação histórica é compartilhada pela maioria da literatura sobre a formação estatal latino-americana, como vemos em Deas (1982) e Gootenberg (1996). Isso posto, a tríade de Tilly, especialmente seu elemento bélico, precisa ser considerada com prudência.

Interessa-me aqui discutir o caráter idiossincrático do financiamento do processo de construção estatal, e consequentemente de militarização, na América do Sul. Ao passo que na Europa a condensação das capacidades do Estado foi financiada em larga medida por meio da extração impositiva dos recursos da população ou por empréstimos domésticos, o mesmo não ocorreu na América do Sul — ao menos não na mesma intensidade. Nessa sub-região, o financiamento das atividades estatais deu-se majoritariamente pela via externa, isto é, por meio do recurso aos

empréstimos internacionais e às divisas oriundas das exportações. A disponibilidade de fontes de financiamento externo permitiu que os Estados não entrassem em conflito com os setores da sociedade que se opunham à implementação de impostos (Centeno, 2002).

Por certo, as taxações compunham parcela diminuta das finanças centrais na América do Sul do século XIX. Na década de 1860, por exemplo, a coleta do dízimo colonial no Chile representava menos de 3% das receitas do Estado, parcela equivalente àquela dos arrendamentos de terra cobrados pelo governo argentino. Pouco maior do que isso era a porção que os impostos cobriam nas receitas totais do Império brasileiro, cuja fração não passava dos 4% (Centeno, 2002). No Peru, por sua vez, as reservas de guano possibilitaram ao Estado a obtenção de fundos sem que ele tivesse de recorrer a um aumento na extração de impostos. Por conseguinte, o Estado peruano evadiu-se de modernizar sua estrutura fiscal em benefício do *status quo* social.<sup>5</sup> As exportações de nitrato e iodo do Chile no início do século XX tiveram um papel similar ao guano peruano (Centeno, 2002). Esses traços fundamentais na estrutura de financiamento permanecem, ainda que em intensidades diferentes, até os dias atuais.

As receitas das exportações, apesar de representarem um montante relativamente substantivo do erário, não foram suficientes para o financiamento da militarização. Foi necessário contrair pesadas dívidas, majoritariamente com o capital europeu. Esses empréstimos não só custearam as guerras de independência, mas também os conflitos internos que se seguiram ao período pós-colonial (Sicotte & Vizcarra, 2009). Em decorrência, um dos principais desafios postos aos novos países, e que empenharia o seu futuro, foi o pagamento da dívida externa adquirida. Há uma vasta literatura dedicada à história financeira latino-americana e, em particular, às dívidas adquiridas ainda nos anos iniciais dessas nações (Halperín-Donghi, 1982; Vizcarra, 2009), sendo o trabalho de Carlos Marichal (1989) uma das principais referências nessa matéria.

Ainda que em menor escala, outro recurso utilizado pelos Estados da América do Sul para o pagamento das suas dívidas de guerra foi a impressão de dinheiro. Na época do confronto com o Brasil,<sup>6</sup> a Argentina aumentou expressivamente a emissão de sua moeda, causando o depauperamento da economia nacional. O preço da onça de ouro, avaliada em 17 pesos em 1824, passou a custar 112 pesos em 1830. No Brasil, durante na mesma época, a impressão de moeda fez que os réis perdessem metade de seu valor. A dimensão das emissões monetárias no Brasil alcançou seu ápice com a Guerra da Tríplice Aliança: em 1864, estima-se que 29 milhões de mil-réis circulavam na economia brasileira, ao passo que em 1870, apenas seis anos depois, esse número saltou para 151 milhões (Castro Carreira, 1980; Centeno,

---

<sup>5</sup> Sobre a utilização das receitas das exportações de guano e sobre o endividamento peruano no século XIX, ver Vizcarra (2009, pp. 358-87).

<sup>6</sup> De 1825 a 1828.

2002). A preferência dada à impressão de mais dinheiro é outro indicativo do poder que os grupos exportadores tinham nessas sociedades, uma vez que a desvalorização da moeda nacional tornava os preços das *commodities* mais atrativos ao mercado internacional (Centeno, 2002).

O financiamento da acumulação das capacidades de coerção pelas receitas das exportações de *commodities* e pelo endividamento externo possui duas características fundamentais para este estudo. A primeira delas é sua inerente instabilidade como fonte de provisão de recursos. O caráter cíclico e volátil da precificação das *commodities* é largamente evidenciado pela literatura econômica, como visto em Carmen M. Reinhart & Peter Wickham (1994), Radetzki (2006), e Kablana et al. (2017). De tal modo, o processo de militarização, dependente dessas receitas, também se dá em ciclos. O acúmulo das capacidades coercitivas torna-se errático, uma vez que a receita necessária ao seu desenvolvimento lhe é disponível apenas episodicamente. A segunda característica à qual sublinhamos é o caráter resiliente dessa modalidade de financiamento da coerção. As débeis estruturas de taxaço erigidas naqueles momentos iniciais dos Estados latino-americanos possuem uma inércia de difícil conversão (Tanzi, 2008). Profeta & Scabrosetti (2008), por exemplo, apontam a ausência de mudanças substantivas na estrutura fiscal dos países latino-americanos mesmo após transformações políticas expressivas.

A persistência das instituições é hodiernamente um dos elementos mais estudados pela Economia, compondo o ponto fundamental da escola da Nova Economia Institucional (NEI) (Ankarloo, 2002). Douglass North (1990), principal nome da vertente, pondera a História na Economia:

A História importa. Importa não somente porque podemos aprender do passado, mas porque o presente e o futuro estão conectados ao passado pela continuidade das instituições de uma sociedade. As escolhas de hoje e amanhã são formadas pelo passado. E o passado só pode tornar-se inteligível como uma história de sua evolução institucional (Prefácio, iv).

No bojo da NEI, houve um renovado interesse acadêmico na última década pela história econômica da América Latina e por como suas instituições coloniais e pós-independência ainda afetam as condições econômicas contemporâneas (Cárdenas, 2010; Przeworski, 2008; Thies, 2005). De certo modo, os trabalhos recentes da NEI interessados no contexto latino-americano compartilham com a Teoria da Dependência, em suas distintas vertentes, o interesse por explicar os entraves ao desenvolvimento econômico da região. Coatsworth (2008) destaca no trecho a seguir as linhas comuns não somente entre essas duas escolas — NEI e Dependência —, mas também indica sua relevância ao estudo do processo de formação estatal:

Muitos dos novos trabalhos [da Nova Economia Institucional], tais quais aqueles dos marxismos, Escolas da Dependência, e modernizacionistas (*sic*) escritos

1960 e 1970, levam a história a sério não somente como uma fonte de anedotas coloridas, mas como um laboratório para o estudo do que Charles Tilly chamou de “grandes estruturas, largos processos, e comparações gigantes” em longos períodos de tempo (pp. 545-69).

A citação, resta claro que o apreço pela História declarado pela NEI não lhe é exclusivo nem muito menos novo. É bem possível afirmar que a Economia se atrasou muito em considerar algo tão essencial a todas as outras Ciências Sociais. As interações entre as instituições políticas e o processo histórico de formação econômica sempre foram caras à Teoria da Dependência, por exemplo. Não nos interessa aqui discutir qual Escola oferece as previsões, explicações ou prescrições mais adequadas. Existem diferenças profundas entre essas duas leituras. Conquanto diverjam em seus enfoques, ambas reconhecem os efeitos a longo prazo dos arranjos políticos e econômicos coloniais e pós-independências.<sup>7</sup> Ainda que meu interesse imediato não seja o desenvolvimento econômico, mas os processos de militarização, entendo que a inércia dos arranjos institucionais, sejam econômicos ou sociais, é certamente um elemento que dever ser considerado.

Em suma, o quadro que se delinea é o seguinte: o financiamento das atividades militares dependeu na América do Sul de provimentos externos, como a disponibilidade de crédito e as melhorias nos termos de troca pelo valor das *commodities*. A inércia desses desenhos institucionais originais, por assim dizer, somada à permanente importância econômica das exportações de *commodities*, sugere que essa mesma dependência de fatores externos continuará sendo observada, ao menos com alguma intensidade, em diferentes momentos históricos da América do Sul.

## **Castelos de areia: a militarização entre 2005-2015**

A discussão feita até este ponto fornece alguns elementos importantes para compreendermos a onda de militarização que ocorreu entre meados dos anos 2000 e meados dos 2010. O período foi marcado por um aumento considerável nos gastos militares sul-americanos. Os recursos destinavam-se ao financiamento de ambiciosos projetos de modernização militar e/ou produção doméstica de armamentos. Eu não pretendo fazer uma revisão detalhada do período. Isso já foi feito por diversos trabalhos anteriores e os limites de tamanho e escopo deste capítulo me impedem. O que farei é explorar alguns traços desse período buscando ressaltar os elementos estruturais identificados nas seções anteriores, porém confesso que de

---

<sup>7</sup> É evidente que qualquer momento após a independência poderá ser chamado de pós-independência. Esclarecida essa obviedade, gostaríamos de estabelecer que, ao mencionarmos esse termo, pretendemos fazer alusão apenas às primeiras décadas transcorridas após a independência.

maneira superficial. Dentre eles, o mais importante é a vulnerabilidade dos gastos militares às flutuações da economia internacional.

Houve aumento expressivo nos gastos militares da sub-região entre 2005 e 2015. Desde então, as cifras têm se mantido relativamente estáveis, o que indica a exaustão do ciclo. Outro ponto interessante no gráfico é a clara delimitação de uma onda anterior, iniciada nos primeiros anos da década de 1970, e que termina ao fim dos anos 1980. Essa onda anterior também foi muito documentada e estudada. Também nesse período, os países da região buscaram aumentar suas capacidades militares, talvez com mais sucesso do que na onda mais recente. O relativo sucesso do Brasil como exportador de armas deu-se no decorrer dessa onda anterior.

Os investimentos militares entre 2005 e 2015 foram feitos em condições econômicas excepcionalmente favoráveis. Uma alta nos preços das *commodities* na primeira metade dos anos 2000 permitiu que maiores recursos fossem alocados aos seus projetos de Defesa. Podemos observar uma alta correlação entre o aumento nos preços das *commodities* e os gastos militares no Brasil e Chile. É importante acen-tuar que a correlação é uma estatística descritiva e por isso não tem nenhum valor inferencial. As correlações a seguir são meramente uma exploração inicial da relação entre gastos militares e *commodities*; uma abordagem mais robusta — que está fora do escopo deste capítulo — deveria investigar a associação por meio de regressões múltiplas. Entretanto, ainda que relativamente simples, as correlações sugerem que a associação é forte.

Aliado à melhoria momentânea nos termos de troca, observou-se em alguns desses países a emergência de um paradigma político neodesenvolvimentista,<sup>8</sup> cujo alcance se estendia também ao setor militar. Nesse modelo político-econômico, propunha-se que o Estado adotasse uma postura ativa na promoção do desenvolvimento e da industrialização. Battaglino afirma que a retomada dos investimentos na indústria de Defesa argentina foi tributária desse modelo neodesenvolvimentista. Para sustentar seu argumento, o autor reproduz uma fala de Kirchner proferida em 2003 que situa a contribuição da Defesa ao seu projeto político: “as Forças Armadas podem ser um motor do desenvolvimento na implementação de uma política de reativação produtiva neokeynesiana” (Di Tella, 2003 apud Battaglino, 2013a, p. 9). Outros exemplos dessa associação entre a Defesa e o desenvolvimento nacional são vistos no Brasil, cuja Estratégia Nacional de Defesa apresenta-se como instrumento inseparável do desenvolvimento, e no Chile, onde o setor militar deve contribuir para o desenvolvimento nacional e cooperar com as demais capacidades do país (Chile, 2010).

Battaglino (2013b) apresenta uma hipótese interessante que, apesar de referente à Argentina, pouco perde em relevância se orientada aos demais países da sub-região: o vigor deste novo ciclo produtivo dependerá do interesse político a ele atribuído. Em outra oportunidade, o autor reitera a pertinência de sua preocupação

---

8 Para uma apresentação dos principais ditames desta corrente, ver Bresser-Pereira (2017).

ao afirmar que “talvez uma das questões mais plausíveis a serem levantadas refere-se à sustentabilidade da revitalização [dos temas de Defesa]” (p. 39); nos alertando ainda sobre a possível reversão das políticas de promoção da Defesa, Battaglino antecipava que “[...] a estratégia neodesenvolvimentista pode ser abandonada rapidamente por uma nova administração” (p. 13). A nós, a questão da sustentabilidade parece fundamental, porém ela também tem bases materiais que estão além da vontade política.

A despeito dos esforços implementados, o cenário econômico e político ao final dos anos 2010 era distinto daquele da primeira metade da década de 2000. Os índices econômicos pujantes de outrora foram substituídos por taxas de crescimento tímidas e economias recessivas. O cenário favorável dos anos 2000 foi conjuntural, uma vez que as estruturas desiguais do desenvolvimento não foram reformadas. As condições econômicas propícias ao neodesenvolvimentismo e à promoção dos projetos de Defesa a ele atrelados parecem minguar. Por conseguinte, a questão da sustentabilidade dos projetos de Defesa mostra-se premente. O fim de um segundo ciclo de militarização nos obriga a reavaliar seus condicionantes e suas possibilidades.

## Conclusões

A militarização na América do Sul é estruturalmente limitada por elementos de sua composição social e inserção na economia mundial. As restrições fiscais resultantes da incapacidade do Estado em estabelecer mecanismos robustos de extração e a importância econômica das exportações das *commodities* determinou a extensão e cadência da militarização na região. O acúmulo das capacidades de coerção organizada deu-se, portanto, na presença de provimentos externos, como a disponibilidade de crédito e melhorias na precificação das *commodities*. Argumentei que esse arranjo, em curso desde meados do século XIX, persiste em diferentes intensidades até a contemporaneidade.

A inclusão de uma perspectiva histórica de longo prazo permite interpretar os projetos de Defesa sul-americanos postos em marcha desde os anos 2000 de modo distinto daquele predominante na literatura. A larga parte dos estudos produzidos sobre o tema discutiu as importações de armamentos, por exemplo, como um episódio particular, com razões e dinâmica idiossincráticas. Em diversos aspectos, certamente o são; contudo, há certos traços na militarização desse período que manifestam estruturas prévias relativamente consolidadas. Diversos autores apontaram que a alta no preço das *commodities* possibilitou que maiores recursos fossem destinados à Defesa. Porém, limitaram-se a tanto, abstendo-se de questionar se havia nisso alguma regularidade. Em contrapartida, nosso objetivo foi deslindar ao longo das páginas precedentes os elementos fundamentais da militarização na América do Sul.



O propósito deste capítulo não é fazer predições. Contudo, a argumentação colocada cria a expectativa de que, caso os fatores estruturais associados à militarização na América do Sul não sejam modificados, novos projetos de Defesa também terão vida curta. Essa limitação nos convida a pensar sobre a sustentabilidade das estratégias de crescimento econômico e desenvolvimento. Ou seja, pensar a Defesa para além de seu aspecto militar e localizá-la em um contexto econômico concreto. Pode um país com estruturas econômicas simples, baseadas na exportação de *commodities*, estruturar uma Defesa eficaz? A experiência histórica não parece corroborar essa possibilidade.

## Referências

- ACHARYA, A. The Periphery as the Core: The Third World and Security Studies. In: KRAUSE, K. & WILLIAMS, M. C. *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- ANKARLOO, D. New Institutional Economics and Economic History. *Capital & Class*, vol. 26, n.º 3, 2002.
- AYOOB, M. The Third World in the System of States: Acute Schizophrenia or Growing Pains?. *International Studies Quarterly*, vol. 33, n.º 1, 1989, pp. 67-79.
- AYOOB, M. The Security Problematic of the Third World. *World Politics*, vol. 43, 1991, pp. 257-83.
- AYOOB, M. *The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and International System*. Boulder: Lynne Rienner, 1995.
- BATTAGLINO, J. The Politics of Defense Revival in Argentina. *Defense & Security Analysis*, vol. 29, n.º 1, 2013a.
- BATTAGLINO, J. Auge, caída y retorno de la defensa en la Argentina. *Foreign Affairs Latinoamérica*, vol. 13, n.º 1, mar. 2013b, p. 39.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. La nueva teoría desarrollista: una síntesis. *Economía UNAM*, vol. 14, n.º 40, 2017, pp. 48-66.
- BRZOSKA, M. & OHLSON, T. Arms Production in the Third World; An Overview. In: BRZOSKA, M. & OHLSON, T. (eds.). *Arms Production in the Third World*. London: Taylor & Francis, 1986, p. 9.
- CÁRDENAS, M. State Capacity in Latin America. *Economía*, vol. 10, n.º 2, 2010, pp. 1-45.
- CASTRO CARREIRA, L. de. *História Financeira e Orçamentária do Império no Brasil*. Brasília: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 743.
- CENTENO, M. A. *Blood and debt: war and nation-state in Latin America*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.
- CHILE. Ministerio de Defensa Nacional. Libro de la Defensa Nacional de Chile. Gobierno de Chile, 2010, p. 128. Disponível em: <http://www.defensa.cl/temas-de-contenido/libros-de-la-defensa-nacional/libro-de-la-defensa-nacional-de-chile-2010/>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- COATSWORTH, J. Inequality, Institutions and Economic Growth in Latin America. *J. Lat. Amer. Stud.*, 40, pp. 545-69.

- CONCA, K. *Manufacturing Insecurity: The Rise and Fall of Brazil's Military-Industrial Complex*. London: Lynne Rienner, 1997, p. 5.
- DEAS, M. The Fiscal Problems of Nineteenth Century Colombia. *Journal of Latin American Studies*, vol. 14, 1982, pp. 287-328.
- DI TELLA, T. *Después del Derrumbe: Teoría y Práctica Política en la Argentina que Viene: Conversaciones Néstor Kirchner*. Buenos Aires: Galerna, 2003, p. 193.
- EIDE, A. & THEE, M. Introduction. In: EIDE, A. & THEE, M. (eds.). *Problems of Contemporary Militarism*. London: Croom Helm, 1980.
- FERNANDES, F. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.
- GOOTENBERG, P. Paying for Caudillos: The Politics of Emergency Finance in Peru, 1820-1845. In: PELOSO, V. & TENENBAUM, B. (eds.). *Liberals, Politics and Power*. Athens GA: University of Georgia Press, 1996.
- HALPERÍN-DONGHI, T. *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino, 1792-1850*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.
- KABLANA, S.; FTITI, Z. & GUESMIC, K. Commodity price cycles and financial pressures in African commodities exporters. *Emerging Markets Review*, vol. 30, 2017, pp. 215-31.
- KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- LUXEMBURGO, R. *The Accumulation of Capital*. London: Routledge, 2003[1913].
- MARICHAL, C. *A Century of Debt Crises in Latin America: From Independence to the Great Depression 1821-1930*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- MILLER, S. E. Arms and the Third World: Indigenous Weapons Production. *PSIS Occasional Paper*, n.º 3, dec. 1980, p. 25.
- NORTH, D. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press, 1990. Prefácio, iv.
- PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais. *Boletín económico de América Latina*, vol. 7, n.º 1, Santiago do Chile, 1962.
- PROFETA, P. & SCABROSETTI, S. Political Economy Issues of Taxation. In: BERNADI, L et al. *Tax Systems and Tax Reforms in Latin America*. Londres: Routledge, 2008.
- PRZEWORSKI, A. Does Politics Explain the Economic Gap between the United States and Latin America?. In: FUKUYAMA, F. *Falling Behind: Explaining the Development Gap between Latin America and the United States*. Oxford University Press, 2008.
- ROSH, R. Third World Arms Production and the Evolving Interstate System. *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 34, n.º 1, 1990, pp. 57-73.
- RADETZKI, M. The anatomy of three commodity booms. *Resources Policy*, vol. 31, n.º 1, 2006, pp. 56-64.
- REINHART, C. & WICKMAN, P. Commodity Prices: Cyclical Weakness or Secular Decline?. *IMF Staff Papers*, vol. 41, n.º 2, 1994, pp. 175-213.
- SICOTTE, R. & VIZCARRA, C. War and Foreign Debt Settlement in Early Republican Spanish America. *Journal of Iberian and Latin American Economic History*, vol 27, n.º 2, Fall 2009.
- STRAVIANAKIS, A. & SELBY, J. Militarism and International Relations in the

- Twentieth-Century. In: STRAVIANAKIS, A. & SELBY, J. (eds.). *Militarism and International Relations: Political Economy, Security, Theory*. London: Routledge, 2013.
- STRAYER, J. On the Medieval Origins of the Modern State. Princeton: Princeton University Press, 1970, p. 23.
- TANZI, V. Tax Systems and Tax Reforms in Latin America. In: BERNADI, Luigi et al. *Tax Systems and Tax Reforms in Latin America*. Londres: Routledge, 2008.
- THIES, C. G. War, Rivalry, and State Building in Latin America. *American Journal of Political Science*, vol. 49, n.º 3, 2005, pp. 451-65.
- TILLY, C. Reflections on the history of European state-making. In: TILLY, Charles (ed.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton: Princeton University Press, 1975.
- TILLY, C. War Making and State Making as Organized Crime. In: EVANS, P.r; RUESCHEMEYER, D. & SKOCPOL, T. (eds.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- TILLY, C. *Coercion, capital, and European states, AD 990-1990*. Cambridge: Basil Blackwell, 1990.
- VIZCARRA, C. Guano, Credible Commitments, and Sovereign Debt Repayment in Nineteenth-Century Peru. *The Journal of Economic History*, vol. 69, n.º 2, 2009, pp. 358-87.
- WALLERSTEIN, I. *World-System Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2006.



**II**

**O BRASIL E SUA INSERÇÃO  
INTERNACIONAL**



# O EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA NACIONAL

Adriana A. Marques

*Há um tempo atrás se falava em bandidos  
Há um tempo atrás se falava em solução  
Há um tempo atrás se falava em progresso  
Há um tempo atrás que eu via televisão  
Chico Science & Nação Zumbi<sup>1</sup>*

**A** recusa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em decretar uma operação de garantia da lei e da ordem (GLO) após o ataque à sede dos três poderes da República no Distrito Federal, em 8 de janeiro,<sup>2</sup> colocou em outros

---

<sup>1</sup> Chico Science & Nação Zumbi. Monólogo ao pé do ouvido. *Da lama ao caos*. Rio de Janeiro: Chaos, 1994.

<sup>2</sup> Em 8 de janeiro de 2023, um grupo de vândalos que estava em um acampamento golpista localizado na frente do Quartel General do Exército, na Praça dos Cristais, marchou para a Praça dos Três Poderes onde invadiu e depredou o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Na ocasião o presidente

termos uma discussão que vem mobilizando a academia e a opinião pública nos últimos anos: **em que medida a participação rotineira das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem contribuiu para o processo de politização dos militares e consequentemente para a erosão da democracia no Brasil?** Essa discussão ganhou corpo com a recente circulação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do deputado federal pelo estado de São Paulo, Carlos Zarattini, do Partido dos Trabalhadores que altera a redação do artigo 142 da Constituição Federal retirando das forças armadas a missão constitucional de garantia da lei e da ordem (Zarattini, 2023).

Na justificação da proposta argumenta-se que as legislações decorrentes dessa prerrogativa constitucional, como o Decreto n.º 3.897, de 24 de agosto de 2001, que tem por finalidade o estabelecimento das diretrizes que orientam o planejamento, a coordenação e a execução das ações das forças armadas para a garantia da lei e da ordem, teriam levado à extrapolação do que é lícito e adequado prever como papel das forças armadas (Zarattini, 2023). O Decreto n.º 3.897 determina que as forças armadas podem ser empregadas para ações de garantia da lei e da ordem objetivando a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio e, sempre que se faça necessário, desenvolver ações de polícia ostensiva de natureza preventiva ou repressiva. No seu artigo 5.º, o decreto determina ainda que as forças armadas podem ser empregadas em situações nas quais se presume ser possível a perturbação da ordem, como eventos com a participação de chefes de Estado, ou de governo, estrangeiros e a realização de pleitos eleitorais (Brasil, 2001).

Quase duas décadas depois, em 2019, o Ministério da Defesa editou a Portaria n.º 3.576 que regula o emprego das forças armadas, sob a coordenação do Ministério, na garantia da lei e da ordem e para ações subsidiárias, em articulação com os órgãos de segurança pública e com os órgãos e entidades públicas de proteção ambiental. A portaria autoriza a realização de operações GLO e atividades subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos estados da Amazônia Legal que requererem, ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, para o levantamento e o combate a focos de incêndio (Brasil, 2019). Com essa medida, o governo de turno tentava dar uma resposta às críticas recebidas de entidades e personalidades nacionais e

---

Lula, em entrevista à jornalista Natuza Nery, da Globo News, afirmou que não decretou uma operação de GLO para poder cumprir as suas funções e exercer o poder em sua plenitude. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TWmtwBC0Hpg>. Acesso em: 8 maio 2023.

Em meados de março, o presidente Lula descartou novamente a possibilidade de decretar uma operação de GLO em razão de uma onda de depredações e incêndios criminosos em ônibus no Rio Grande do Norte, preferindo o envio da Força Nacional para auxiliar com a crise no estado. Sobre esse assunto ver: Lauriberto Pompeu, “Pacheco pede a Lula que autorize GLO por ataques no Rio Grande do Norte”, *O Globo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/03/pacheco-pede-a-lula-que-autorize-glo-por-ataques-no-rio-grande-do-norte.ghhtml>. Acesso em: 8 maio 2023.



estrangeiras, que foram amplamente divulgadas na imprensa, ao aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia brasileira.<sup>3</sup>

O documento de 2019 conclui um ciclo de produção de normas para o emprego das forças armadas em atividades que não tem natureza militar, iniciado nos anos 2000, que legitimou a expansão da atuação dos militares em áreas de competência de outras agências governamentais.<sup>4</sup> A face mais conhecida dessa expansão deu-se na área segurança pública com as grandes operações de GLO e a intervenção federal realizada no Rio de Janeiro (Rocha, 2021). Nesse sentido, a decisão do novo governo de buscar outras alternativas para debelar as crises na área de segurança pública que surgiram no início do mandato é alvissareira. No entanto, os apelos para uma maior participação das forças armadas na solução da crise humanitária e ambiental instalada na Amazônia Legal e a sinalização de que elas podem vir a desempenhar um papel maior em atividades de natureza policial e subsidiária na região,<sup>5</sup> convidam a uma reflexão sobre o legado das operações GLO durante a Nova República para o setor de defesa e para a cidadania.

Neste capítulo procurarei contribuir para essa reflexão destacando a visão de oficiais das forças armadas que ocuparam posições privilegiadas na decisão, no planejamento ou na condução de missões de segurança pública e também de missões de paz sobre o emprego das tropas em operações de GLO. A principal fonte de pesquisa para a elaboração desse capítulo é um acervo de entrevistas realizadas entre 2018 e 2022 no âmbito de dois projetos de pesquisa desenvolvidos na Fundação Getúlio Vargas. Para o projeto de pesquisa “Transformações da profissão militar no Brasil e na Argentina” entrevistei, com Celso Castro, nove dos onze generais

---

3 Em agosto de 2019, várias celebridades internacionais do esporte, do entretenimento se engajaram nas críticas ao governo brasileiro em razão do aumento das queimadas na Amazônia e o Papa Francisco falou sobre os incêndios na região antes de rezar o Angelus com os fiéis na Praça de São Pedro. Sobre esses assuntos ver: “CR7, Madonna, DiCaprio: queimadas na Amazônia mobilizam famosos”. *Portal UOL*, 22 de agosto de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/lewis-hamilton-e-outras-famosos-fazem-campanha-pela-preservacao-da-amazonia.htm>. Acesso em: 8 maio 2023.

4 Por que a floresta amazônica pode se tornar foco de crise entre Bolsonaro e a Igreja Católica”. *BBC News Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49478346>. Acesso em: 8 maio 2023.

5 Sobre os documentos normativos que orientaram a atuação das forças armadas em operações de GLO, ver Janot e Soares nesta obra.

6 Em novembro de 2022, o grupo de Justiça e Segurança Pública do governo de transição do presidente Lula, especialmente o subgrupo responsável por crimes ambientais, avaliava ser importante aumentar o efetivo de tropas das forças armadas na região amazônica para coibir crimes relacionados ao meio ambiente. Ver: Bruna Lima. “Transição quer espaço no orçamento para aumento de militares na Amazônia”. *Portal Metrópoles*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/transicao-quer-espaco-no-orcamento-para-aumento-de-militares-na-amazonia>. Acesso em: 8 maio 2023.

7 Em janeiro de 2023, diante da crise humanitária no território Yanomami, o governo Lula criou uma força-tarefa para enfrentar a emergência sanitária e coibir o garimpo clandestino na terra indígena com a participação do Ministério da Defesa. Discuti o papel dos militares nessa crise em algumas intervenções públicas: Mariana Vick. “Qual é o papel dos militares na crise na terra Yanomami”. *Nexo Jornal*. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/01/30/Qual-o-papel-dos-militares-na-crise-na-terra-Yanomami>. Acesso em: 8 maio 2023.

8 Anna Beatriz Anjos. “Visão da ditadura sobre Amazônia operou “totalmente” na gestão Bolsonaro, diz pesquisadora”. Disponível em: <https://apublica.org/2023/03/visao-da-ditadura-sobre-amazonia-operou-totalmente-na-gestao-bolsonaro-diz-pesquisadora/>. Acesso em: 8 maio 2023.

brasileiros que exerceram a função de comandantes militares da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, dois deles haviam falecido quando realizamos as entrevistas.<sup>6</sup> E para o projeto “Forças Armadas na Segurança Pública no Brasil” entrevistei, com Celso Castro, Igor Acácio e Verônica Azzi 16 oficiais, sendo 13 generais, 2 almirantes e 1 coronel.<sup>7</sup>

As entrevistas realizadas para os dois projetos se inserem no Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil que tem uma longa experiência na utilização desse método com militares brasileiros. Esse tipo de registro é um recurso importante para compreendermos como indivíduos dentro de uma instituição, experimentam e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral (Alberti, 2013). Em uma instituição altamente hierarquizada como as forças armadas, entrevistar em profundidade um conjunto de oficiais-generais nos permite acessar um conjunto de ideias que estão disseminadas na alta oficialidade e orientam a formulação de estratégias e doutrinas militares. Nas entrevistas que realizamos, os militares relataram suas experiências nas operações de GLO realizadas desde o início da década de 1990 e nas missões das Nações Unidas em que as forças armadas brasileiras estiveram engajadas na América Central, na África e especialmente no Haiti, onde as tropas brasileiras permaneceram de 2004 a 2017. As entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, mas aqui utilizarei o material que foi editado e publicado em dois livros, *Missão Haiti: a visão dos force commanders* (Castro & Marques, 2019) e *Forças Armadas na Segurança Pública: a visão militar* (Castro et al., 2023).

## Forças armadas para quê?

O Brasil é o país latino-americano com o maior contingente militar e o maior orçamento da região. As forças armadas brasileiras são compostas por aproximadamente 356 mil homens e mulheres da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e respondem por cerca de 45% dos gastos militares na América Latina e no Caribe. Ainda que o país não tenha tido necessidade de mobilizar suas tropas para a defesa do território nacional desde 1870, quando teve fim a Guerra do Paraguai, os recursos destinados à manutenção das forças militares são vultosos e o Ministério da Defesa, criado em 1999, possui um dos maiores orçamentos da União (Castro et al., 2023).

---

6 Para este projeto foram entrevistados os generais Heleno Ribeiro Pereira, José Elito Carvalho Siqueira, Carlos Alberto dos Santos Cruz, Floriano Peixoto Vieira Neto, Luiz Guilherme Paul Cruz, Eduardo Ramos Baptista Pereira, Fernando Rodrigues Goulart e Edson Leal Pujol.

7 Para este projeto foram entrevistados os generais Roberto Jugurtha Camara Senna, Franklimberg Ribeiro de Freitas, José Elito Carvalho Siqueira, Adriano Pereira Júnior, Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva, Joaquim Silva e Luna, Sergio Westfalen Echegoyen, Walter Souza Braga Netto, Sergio José Pereira, Richard Fernandez Nunes, Edson Massayuki Hiroshi, Sergio Luiz Tratz e Fernando Azevedo e Silva, os almirantes Carlos Chagas Vianna Braga e Reinaldo Reis de Medeiros e o coronel Romeu Antonio Ferreira.

A Constituição de 1988, que estabeleceu as missões das forças armadas após o final da ditadura militar, determina que, além de se preparar para a defesa contra ameaças externas e se engajar em operações de paz no exterior, as forças armadas podem atuar no ambiente doméstico realizando atividades subsidiárias que contribuem para o desenvolvimento nacional e a defesa civil e participando de ações que se destinam às operações de GLO. Essas operações no âmbito doméstico foram se ampliando durante a Nova República e atualmente abarcam um grande e diverso conjunto de atividades (Mathias & Guzzi, 2010).

O almirante Carlos Chagas, comandante geral do corpo de fuzileiros navais, que participa de operações de GLO desde o início da sua carreira, utiliza uma tipologia muito didática para definir as principais atividades nas quais as forças armadas são empregadas no âmbito das operações de GLO. Para ele existem cinco tipos de operações GLO: as eleitorais, as de grandes eventos, as de greves policiais, as de violência urbana e, mais recentemente as ambientais (Castro et al., 2023, pp. 102-3).<sup>8</sup>

As operações de GLO de tipo eleitoral consistem no emprego das forças armadas para o policiamento e o apoio logístico durante a realização de eleições. E mesmo quando o dispositivo da GLO não é acionado, a participação militar no processo eleitoral brasileiro tem sido sistemática. É praxe que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) solicite o apoio dos militares no período eleitoral para o transporte de urnas eletrônicas, pessoas e materiais para locais de difícil acesso, tanto que esse tipo de tarefa já tem até uma nomenclatura consolidada, ela é conhecida como operação de Garantia de Votação e Apuração (GVA) (Tribunal Superior Eleitoral, 2022).

As operações de GLO voltadas para a segurança de grandes eventos teve início em 1992 quando as forças armadas foram responsáveis pela segurança da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro. Essa experiência se repetiu em uma escala maior quando o país sediou a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016. Em 2014, a jurisdição da operação abrangeu todo o território nacional e, em 2016, as forças armadas operaram nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, da Bahia, do Amazonas, de São Paulo e no Distrito Federal como força de contingência, na proteção de infraestruturas críticas e no policiamento. A militarização da segurança de grandes eventos não é uma peculiaridade brasileira, há uma literatura nacional e internacional que discute essa tendência, acentuada, particularmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 (Boyle & Harggerty, 2009; Whelan, 2013; Azzi, 2017; Rodrigues, Brancoli, Kalil, 2018).

As operações de GLO para prover segurança em casos de greves das polícias militares foram muito frequentes durante a década de 1990 e início dos anos 2000. A atuação nesse tipo de operação consiste no restabelecimento da ordem e na

---

<sup>8</sup> A tipologia criada pelo almirante Chagas é muito próxima da utilizada pelo Ministério da Defesa para categorizar as operações de GLO em 2022. Vale lembrar que o almirante Chagas foi assessor especial do general Fernando Azevedo e Silva no Ministério da Defesa de 2019 a 2021. Para uma leitura atenta dos manuais que orientam as operações de GLO ver Janot e Soares nesta obra.

garantia da incolumidade de patrimônio. As operações de GLO executadas durante as greves de policiais sempre geraram um grande desconforto na caserna, dado o caráter militar da corporação e o seu enquadramento constitucional como força auxiliar do Exército. O caráter ilegal dessas greves é recorrentemente lembrado pelos militares em seus depoimentos, bem como a sua semelhança com um motim. O risco de ocorrer um confronto entre as forças armadas e os policiais militares nessas situações com consequências imprevisíveis é outro fator muito citado:

São operações difíceis [...] porque a gente vai ocupando um lugar de uma força que está em greve — muitas vezes se parece até com um motim —, e as Forças Armadas entram. Então elas incomodam porque elas estão fazendo o papel de outra força. Às vezes, existe uma possibilidade de confronto, a linha é muito tênue entre as coisas todas (Castro et al., 2023, p. 103).

Ainda tivemos aí a greve da polícia militar do Espírito Santo. Também foi sensível, porque houve uma adesão muito grande, as Forças Armadas tiveram que cerrar lá, porque os grevistas estavam amotinados dentro das unidades. Então operação de GLO são muito sensíveis, porque em torno dela está a população brasileira, e nós somos parte dela (Castro et al., 2023, p. 318).

As operações de GLO ambientais são recentes. Até o momento elas foram realizadas na região amazônica em duas ocasiões, nos anos de 2020 e 2021, e receberam o nome de Verde Brasil e Verde Brasil II. Esse tipo de operação consiste no apoio logístico a órgãos ambientais, como o fornecimento de transporte a agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), e no provimento de segurança para a realização de operações de combate a queimadas, desmatamentos e outros crimes ambientais (Brasil, 2020).

Já a GLO ambiental ocorreu num outro contexto muito interessante e que foi muito difícil. É uma coisa nova. Basicamente, dando aos órgãos ambientais duas coisas principais: a parte logística, ou seja, levá-los aonde eles precisam ir, e a segurança para fazer a sua atuação. Muitas vezes a gente tem na Amazônia, ou em outros locais, um fiscal do Ibama para um número grande de coisas a serem feitas [...] o pessoal ficou até envelhecido, de certa forma. Então, tenta-se atenuar as carências todas com o emprego das Forças Armadas para dar essa parte logística e dar a parte de segurança (Castro et al., 2023).

Por fim, o tipo de operação de GLO mais frequente durante a Nova República é a de violência urbana. Entre 1994 e 2021, mais de 40% das operações de GLO executadas no Brasil foram de segurança pública (Castro et al., 2023). De 2010 a 2018, a cidade do Rio de Janeiro foi o palco de grandes operações de segurança pú-

blica em que milhares de militares participaram de missões de policiamento e operações interagências com o objetivo de reduzir a criminalidade e apoiar os órgãos de segurança pública, especialmente a polícia militar, na implementação de projetos de “pacificação” da cidade, como a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) (Mendonça, 2017; Azzi, 2020; Acácio, 2022; Donadelli, 2022; Passos, 2022; Succi Junior, 2022). Um dos aspectos mais relevantes das operações de grande escopo que ocorreram na década de 2010 é a utilização no ambiente doméstico de tropas que haviam passado pela Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (Marques, 2018; Marques, 2021; Castro et al., 2023).

Quatro operações de GLO realizadas na cidade do Rio de Janeiro foram fundamentais para a evolução doutrinária, normativa e a produção de percepções sobre o papel das forças armadas, o poder público e as questões sociais que acompanharam o emprego militar de tropas para atividades de natureza policial: a Operação Rio (1994) que tinha por finalidade cooperar com os órgãos de segurança pública para a redução das ações do crime organizado; a Operação Arcanjo (2010-2012) cujo objetivo era contribuir com os órgãos de segurança pública nos complexos da Penha e do Alemão; a Operação São Francisco (2014-2015) que tinha como mandato contribuir para a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio no Complexo da Maré; e a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro (2018) na qual os militares assumiram o setor de segurança pública do estado do Rio de Janeiro (Mendonça, 2017; Janot, 2020; Castro et al., 2023).

A utilização rotineira das forças armadas no ambiente doméstico consolidou no imaginário castrense um conjunto de ideias que aparecem recorrentemente nas entrevistas realizadas com oficiais que participaram de operações de GLO. Os militares estabelecem uma ligação histórica entre o que a Constituição de 1988 definiu como missão de garantir a lei e a ordem e as tarefas atribuídas às forças armadas nas constituições anteriores. A evidência é que, com exceção da constituição promulgada durante o Estado Novo, todas as constituições republicanas preveem o emprego de tropas militares para a manutenção da ordem pública (Castro et al., 2023, p. 101), logo, o que nominamos atualmente como operações de GLO, inserem-se, na visão dos militares, em uma longa tradição de atuação no âmbito doméstico:

Foi ótimo a GLO acontecer, porque tornou-se um decreto, uma lei em que você *formatiza*, dá direções e limites. Isso foi muito bom, mas não foi uma novidade operacional. A gente operava na Amazônia; eu era tenente, nos anos 1970, e já estava dentro da selva amazônica. Não fiquem vendo a GLO como uma coisa inusitada. Não é (Castro et al., 2023, p. 93).

Garantia da Lei e da Ordem já se encontra desde as primeiras Constituições que nós tivemos, mas não era usado com esse termo: era usado como segurança interna, defesa interna. Este tipo de conceito que era o emprego das forças no ambiente interno do país sempre existiu. Mas, com o advento da Constituição

de 1988, esses termos, segurança interna, defesa interna, acredito que sofreram um certo preconceito, em termos de mudança de regime e do contexto do país naquela oportunidade. Aí acabou se agregando esse termo GLO (Castro et al., 2023, p. 296).

Essa percepção de que as operações de GLO são um nome novo para uma atividade antiga fica clara na catalogação retroativa de operações que anteriormente eram designadas de “proteção integrada” ou “defesa interna” como sendo operações de garantia da lei e da ordem. A terminologia garantia da lei e da ordem é utilizada pela primeira vez em um documento oficial em 2001, no Decreto n.º 3.897, mas o conjunto de operações que são reconhecidas como GLO por alguns agentes, remontam, em alguns casos, ao final da década de 1970, como, por exemplo, o controle a proteção de instalações públicas em situações de greve:

Quando eu cheguei à tropa, em 1979, todas as unidades mantinham um pelotão especial, que era treinado [...] no que a gente chama de operações de polícia [...] normalmente é controle de distúrbio e o que a gente dizia que era ponto de controle de trânsito [...] Greve de trem, quebra-quebra na estação de trem, você ia para ocupar a estação, mas, no fundo, você não tinha poder de prender ninguém [...] A partir de 1989 começou a surgir o conceito de operação integrada [...] Eu tinha que fazer a integração com a PM e com o Corpo de Bombeiros. [...] Depois, a partir da Rio Eco-92, começou a haver as operações de GLO (Castro et al., 2023, pp. 227-8).

Participo de operações de GLO desde quando cheguei na tropa, em 1987. No dia em que me apresentei, falei: Olha estou pronto para o serviço; quero minha instalação. Meu comandante me falou o seguinte: Não vai em instalação não. Amanhã tua companhia está indo para o Campo de Instrução Marechal Hermes, porque estão invadindo lá o campo de instrução. Aí eu fiquei um mês lá, naquela operação, teve uma greve de ferroviários o Paraná... Eu estava em Curitiba; fui aspirante lá. Porventura meu pai era vice-presidente do Sindicato dos Ferroviários do Paraná em Santa Catarina. Aí do lado de fora estava meu pai fazendo piquete, e eu ocupando o ponto sensível dentro da oficina da Rede Ferroviária Federal. Tudo dentro do arcabouço democrático (Castro et al., 2023, pp. 301-2).

Esta “tradição de invenção”<sup>9</sup> de GLO também pode ser observada em levantamentos sobre o número de operações de GLO que foram realizadas no Brasil. Cada força armada contabiliza essas operações retroativamente a partir de critérios

---

<sup>9</sup> Celso Castro (2002) refletindo a partir do conceito de *invenção de tradição* sustenta que o Exército brasileiro tem uma *tradição de invenção*, esse fenômeno fica particularmente evidente na criação de datas comemorativas como o dia do Exército.

próprios, o que resulta em números diferentes a depender de onde as informações foram sistematizadas (Donadelli, 2022).

Outra ideia central na narrativa dos militares sobre a atuação em operações de GLO é a necessidade de amparo jurídico para o cumprimento dessa missão. O termo “insegurança jurídica” é frequentemente evocado por profissionais que participaram de operações realizadas diversos períodos e conecta-se a crença muito difundida de que o poder político historicamente atribui às forças armadas um papel de polícia sem lhes fornecer a devida liberdade de ação e isso teria consequências para os resultados alcançados nas operações de GLO e para as tropas:

[...] mesmo estando com a polícia —, como você pode ajudá-la no emprego se você não está amparado juridicamente para fazer? Quando nós entramos no Alemão, estava a delegacia lá dentro, o Ministério Público. Eu fiz 52 regras de engajamento, claríssimas, do que todos podíamos fazer lá dentro, aprovadas pelo governo do estado e pelo Ministério Público. Porque você tem que amparar (Castro & Marques, 2019, pp. 66-7).

[...] esse modelo que foi executado é um modelo inseguro, que não produz um efeito que seja duradouro. É inseguro para a tropa e é inseguro para a população [...] E é inseguro para a tropa porque o cara não se sente totalmente seguro para, dentro das regras de engajamento, atuar às vezes em defesa própria. Ele fica preocupado com as consequências que virão depois (Castro et al., 2023, pp. 158-9).

No que diz respeito à conduta dos militares no terreno, as chamadas regras de engajamento, os ecos da experiência de mais de uma década ocupando áreas urbanas no Haiti são evidentes (Castro & Marques, 2019).

## **O Haiti é aqui?**

A experiência no Haiti é constantemente utilizada para exemplificar porque as tropas brasileiras foram bem-sucedidas, na visão dos militares, no país caribenho e teriam dificuldades no Brasil. O primeiro ponto destacado para estabelecer as diferenças entre as duas situações é o escopo do mandato. Na visão dos militares, as regras de engajamento são mais estritas no ambiente doméstico do que nas missões de paz e isso cria entraves para o cumprimento da missão. A necessidade de obter um mandado de segurança para entrar em cada residência da área de jurisdição da operação e as restrições para atirar nos chamados agentes de perturbação da ordem pública (APOP) são os “entraves” mais citados por eles:

Há o aspecto, por exemplo, de você poder disparar contra uma pessoa armada. Ora, é claro que você tem que disparar, se você estiver em uma missão [...] Na ONU nós fizemos isso. Qualquer cidadão ou cidadã que está ostensivamente carregando a arma e fazendo ameaças à tropa, nós podíamos eliminar. Nós passamos todos aqueles anos todos no Haiti e não tivemos nenhum efeito colateral (Castro et al., 2023, p. 93).

Qual é a dificuldade que tem o militar de trabalhar com GLO com a população no território nacional? É bem diferente de trabalhar com a ONU [...] Então, a operação de imposição de paz, se o outro lado está armado, você atira. Você não pergunta (Castro et al., 2023, p. 129).

Teve uma hora que o procurador falou: “Eu não gostaria que se fizesse um mandado de busca coletiva no meu condomínio”. Aí fiquei curioso, perguntei: “Onde é o seu condomínio?” [...] Eu disse: “Olha só, aquilo que você entende como invasão do estado democrático de direito ou dos direitos individuais da pessoa, entendo como seguro de vida. Quando entro em uma comunidade, que o bandido se esconde em sua casa, se você abrir a porta para mim, se eu não tiver um mandado e prender o bandido, quando eu sair, a quadrilha vai lá e te mata”. Então, para ele é um seguro de vida, porque se eu tiver um mandado você não pode me impedir de entrar. Aí eu prendo o bandido. Senão, fica uma coisa inócua (Castro et al., 2023, p. 240).

Outro ponto utilizado para estabelecer as diferenças entre a atuação das tropas no Haiti e no Brasil é o amparo jurídico aos membros da tropa empregada no terreno. O general Villas Bôas, ex-comandante do Exército, fez um périplo no Congresso e nos meios de comunicação em 2017 defendendo que os “eventuais excessos” cometidos por militares em operações de GLO fossem julgados pela Justiça Militar. Na ocasião ele chegou a comparar o julgamento de militares pela justiça civil a uma Comissão da Verdade (Lôbo, 2018). Os apelos do general foram atendidos e a Justiça Militar assumiu a prerrogativa de julgar os casos de militares implicados em situações ocorridas durante a vigência dos mandatos de GLO (Castro et al., 2023).

O contato com os protocolos e as regras de engajamento utilizadas pelas tropas das Nações Unidas em operações de paz impulsionou um movimento de adaptação da legislação nacional voltada para o emprego dos militares na segurança pública. A partir de 2004, ano em que Brasil assumiu o comando militar da MINUSTAH, são promulgadas uma série de leis e decretos que complementaram a prerrogativa constitucional de 1988, expressa no artigo 142, e permitiram a criação e o desenvolvimento de um arcabouço legal e doutrinário que estabeleceu uma sistematização das diretrizes e dos procedimentos a serem observados nas operações de GLO (Castro & Marques, 2019; Donadelli, 2022; Succi Junior, 2022).



O entrecruzamento das experiências na MINUSTAH e nas grandes operações de GLO realizadas no Rio de Janeiro na década de 2010 é profundo e extenso. Esse movimento pode ser acompanhado por meio da trajetória de oficiais como o general Elito Siqueira que foi o terceiro *force commander* brasileiro no Haiti, de 2006 a 2007, chefe do Estado-Maior da Defesa entre 2009 a 2010 e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional de 2011 a 2015. De acordo com o general, na ONU há mais de cem regras de engajamento que são flexíveis e adaptáveis para cada situação. No Ministério da Defesa brasileiro, os egressos do Haiti usaram a mesma lógica, criaram regras de engajamento para o emprego das tropas nas operações de GLO e adaptaram o modelo caso a caso (Castro et al., 2023, p. 89).

Este processo de *normatização*, de produção de diretrizes e procedimentos, levou à *normalização* do emprego de tropas militares na segurança pública. Uma vez que os militares se sentiam respaldados pelas diretrizes que orientariam a atuação no terreno, havia menos hesitação em atender os pedidos, cada vez mais frequentes, dos governadores do Rio de Janeiro na década de 2010 para o desdobramento de grandes contingentes militares que ficaram estacionados em diferentes regiões da capital carioca por um longo período.

No que se refere às consequências materiais do uso frequente das forças armadas na segurança pública, é possível afirmar que essa prática impactou profundamente o desenvolvimento da doutrina militar brasileira. Os “manuais de lições aprendidas” elaborados a partir das experiências em missões de paz e de GLO e o intercâmbio de tropas que serviram nos dois tipos de missão foram moldando a doutrina de emprego das forças armadas e reforçando a percepção de que as experiências no âmbito doméstico e internacional são em certa medida intercambiáveis. Dito de outra forma, há um esforço em mostrar que as operações de GLO oferecem às forças armadas brasileiras uma experiência de emprego real, em que atributos como liderança e outros que são necessários para desempenhar missões de defesa externa são testados:

Porque de fato muita coisa da GLO dá para utilizar na guerra urbana. Não acho que GLO é guerra, não. Mas muita coisa que aprendo para a guerra urbana — como entrar num edifício com segurança — serve também para GLO (Castro et al., 2023, pp. 301-2).

O Alemão e a Maré foram dois grandes laboratórios de combate em localidades, de guerra eletrônica e de inteligência: a forma de operar, de organizar, de se deslocar, os equipamentos, o que dá certo e o que não dá certo — foram os grandes ensinamentos que saíram de lá (Castro et al., 2023, p. 204).

[...] os governos mais recentes nos empregaram amplamente, principalmente no Rio de Janeiro. Então houve, a meu ver, um fenômeno aí de duplo sentido: a participação do Brasil em missões de paz enriqueceu e atualizou a nossa doutrina

de participação em operações de GLO e a nossa experiência em atuação em operações de GLO facilitou em muito a assimilação de padrões internacionais para a participação nessas missões (Castro et al., 2023, p. 250).

Ainda no que diz respeito à interconexão entre o doméstico e o externo no campo doutrinário, é interessante ressaltar a trajetória da 11.<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Motorizada, localizada em Campinas no estado de São Paulo. Em 2005, em consonância com o Decreto n.º 3.897, a Brigada recebeu a designação de “Infantaria Leve (GLO)” e foi criado um Centro de Instrução de operações (CIOpGLO) para preparar militares de carreira para tais operações. Em 2013, a 11.<sup>a</sup> Brigada perdeu a designação GLO, uma vez que havia o entendimento de que todos os recrutas e cadetes do Exército deveriam receber o treinamento básico para esse tipo de operação, logo, não havia sentido em manter apenas uma brigada com essa designação. A década de 2010, como já foi enfatizado anteriormente, foi marcada pelas grandes operações de GLO que contaram com a participação de tropas de todo país. Em 2021, a 11.<sup>a</sup> Brigada recebeu a designação de Infantaria Motorizada e o CIOpGLO foi transformado em um Centro de Instrução de Operações Urbanas (CIUO). A justificativa para a mudança na designação da brigada e na natureza do centro seria a comprovação que o ambiente urbano é o palco dominante da guerra convencional, das missões de paz e das operações de GLO (Castro et al., 2023, pp. 280-2; Exército Brasileiro, 2023).

Essas mudanças doutrinárias têm sido acompanhadas da aquisição de equipamentos, armamentos e munições adequadas para o combate urbano. O Exército e a Marinha recentemente compraram veículos blindados de transporte de pessoal muito mais eficientes para operar no terreno urbano do que os veículos anfíbios que foram utilizados na época da ocupação dos complexos da Penha e do Alemão em 2010 (Castro et al., 2023).

Mas a elaboração de regras, o aperfeiçoamento da doutrina e a aquisição de material bélico não são as únicas consequências da utilização prolongada de tropas militares em atividades de segurança pública. A convivência rotineira com as corporações policiais e autoridades públicas municipais e estaduais foi reforçando nos militares algumas percepções a respeito do poder e da gestão pública. Ainda que os militares sejam unânimes em dizer que as operações de GLO não são a missão preferida das forças armadas, que esse tipo de missão serve apenas para “enxugar gelo”, é importante compreender o subtexto presente nessa narrativa (Castro et al., 2023).

Assim como na máxima sátriana, para os militares o inferno são os outros. O principal problema das operações de GLO, na visão castrense, não é o fato de tropas militares estarem realizando operações de tipo policial, mas sim a incapacidade de as forças policiais manterem quaisquer ganhos em redução de criminalidade advindos de operações de GLO. O argumento que organiza o discurso militar sobre o fracasso das operações de GLO é o mesmo que organiza o discurso militar sobre a retomada da violência no Haiti após a MINUSTAH ou o aumento do desmata-

mento na Amazônia após a operação Verde Brasil: o descaso das autoridades civis. Para os militares, falta vontade política e um planejamento de longo prazo para lidar com a questão da criminalidade nas grandes cidades. Não à toa, o principal legado da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro em 2018 seria um planejamento estratégico, uma espécie de reforma do setor de segurança adaptada para o ambiente doméstico, elaborada pelos militares que participaram do gabinete da intervenção (Janot, 2020).

## Considerações finais

A participação das forças armadas em operações de GLO precisa ser rediscutida. O arranjo que se institucionalizou na Nova República, no qual os militares são chamados a desempenhar funções de outras agências governamentais, mostrou seus limites e seus perigos nos últimos anos. O processo de *militarização* da segurança pública e *policialização* das forças armadas não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, mas o protagonismo político de militares que se envolveram, enquanto estavam no serviço ativo, em atividades relacionadas à segurança pública e à ajuda humanitária, infelizmente se tornou uma marca nacional. O candidato à vice-presidência e membro do Partido Liberal, Walter Braga Netto, e o deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Eduardo Pazuello encarnam com propriedade esse papel.

Além de fomentar a politização dos militares, a atribuição de tarefas de outras agências governamentais às forças armadas obstrui a reforma destas agências. As reformas do sistema policial e o fortalecimento dos órgãos voltados à defesa civil e à ajuda humanitária ficarão sempre em segundo plano enquanto o dispositivo do artigo 142 estiver à disposição das autoridades civis como uma solução fácil e demagógica para um problema complexo.

A ordem internacional passa por transformações substantivas e impõe numerosos desafios a países emergentes como o Brasil, desafios esses que só poderão ser enfrentados com um instrumento militar bem preparado para assegurar nossa soberania. A defesa nacional da forma como está organizada atualmente não atende a esse objetivo e a utilização das forças armadas para atividades que fogem ao escopo da defesa é um dos motivos da nossa insegurança nacional.

## Referências

- ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- ACÁCIO, I. *The Politics of Military Deployments for Public Security*. Doutorado em Ciência Política. Department of political Science. Riverside: University of California-Riverside, 2022.

- AZZI, V. F. Security for Show? The Militarisation of Public Space in Light of the 2016 Rio Olympic Games. *Contexto Internacional*, vol. 39, pp. 589-607, 2017.
- AZZI, V. F. *Law and order enforcement operations (Op GLO) and the militarization of public space in Rio de Janeiro: considerations on limits, territoriality, pacification and sovereign practices*. Doutorado em Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2020.
- BOYLE, P. & HARGGERTY, K. Spectacular Security: Mega-Events and the Security Complex. *International Political Sociology*, vol. 3, 2009, pp. 257-74.
- BRASIL. Decreto n.º 3.897, de 24 de agosto de 2001. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3897&ano=2001&ato=e7cATSU90MNpWT953>. Acesso em: 8 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria n.º 3.576/GM-MD, de 23 de agosto de 2019. Aprovar a Diretriz Ministerial n.º 15/2019. Disponível em: [https://mdlegis.defesa.gov.br/norma\\_html/?NUM=3576&ANO=2019&SER=A](https://mdlegis.defesa.gov.br/norma_html/?NUM=3576&ANO=2019&SER=A). Acesso em: 8 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria n.º 3.693/GM-MD, de 1.º de novembro de 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/11/operacao-verde-brasil-2.pdf>. Acesso em: 8 maio 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Histórico de operações GLO 1992-2022*. Brasília, 2022.
- CASTRO, C. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.
- CASTRO, C. & MARQUES, A. *Missão Haiti: a visão dos force commanders*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.
- CASTRO, C.; MARQUES, A.; ACÁCIO, I. & AZZI, V. *Forças Armadas na segurança pública: a visão militar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2023.
- DONADELLI, L. M. *Em nome da lei e da ordem: Emprego interno das Forças Armadas brasileiras na Nova República (1985-2020)*. Doutorado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. São Paulo, 2022.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. *Histórico da Brigada*. 2023. Disponível em: <https://11bdainfmec.eb.mil.br/index.php/historico>. Acesso em: 8 maio 2023.
- JANOT, M. *Interpretação brasileira da reforma do setor de segurança: atualização da Doutrina de Segurança Nacional*. Mestrado em Estudos Estratégicos. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Instituto de Estudos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- LÔBO, C. Militares precisam ter garantia para agir sem o risco de surgir uma nova Comissão da Verdade, diz comandante do Exército. *Portal G1*. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/cristiana-lobo/post/general-vilas-boas-militares-precisam-ter-garantia-para-agir-sem-o-risco-de-surgir-uma-nova-comissao-da-verdade.ghtml>. Acesso em: 8 maio 2023.
- MARQUES, A. A. Missões de paz e relações civis-militares: reflexões sobre o caso brasileiro. *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, vol. 7, pp. 242-62, 2018.

- MARQUES, A. A. A conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *Os militares e a crise brasileira*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Alameda, 2021, pp. 245-56.
- MATHIAS, S. K. & GUZZI, A. Autonomia na lei: as Forças Armadas nas Constituições nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, 2010, pp. 41-57; 219-241.
- MENDONÇA, T. C. *Pacificação e contrainsurgência: as forças de Pacificação do exército brasileiro nos complexos do Alemão e da Penha (2010-2012)*. Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Instituto de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- PASSOS, A. M. *Democracies at War Against Drugs: The Military Mystique in Brazil and Mexico*. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2022.
- ROCHA, P. D. Forças Armadas e Segurança Pública no Brasil: um perfil do emprego das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (1992- 2020). *Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos*, vol. 9, n.º 2, pp. 216-43, 2021.
- RODRIGUES, T.; BRANCOLI, F.& KALIL, M. Brazil, Pacification and Major Events: Forging an Ambience of Security in Rio. *Revista de Estudios en Seguridad Internacional*, vol. 4, n.º 1, pp. 87-105, 2018.
- SUCCI JUNIOR, D. P. *Legitimizing violence: military operations within Brazilian borders*. Doutorado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas. São Paulo, 2022.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Apoio das Forças Federais para a garantia da segurança nas eleições está previsto desde 1965*. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/apoio-das-forcas-federais-para-a-garantia-da-seguranca-nas-eleicoes-esta-previsto-desde-1965-723818>. Acesso em: 8 maio 2023.
- WHELAN, C. Surveillance, Security and Sports Mega Events: Toward a Research Agenda on the Organization of Security Networks. *Surveillance & Society*, vol. 11, n.º 4, pp. 392-404, 2013.
- ZARATTINI, C. Câmara dos Deputados. Gabinete do Deputado Federal Carlos Zarattini. *Proposta de Ementa à Constituição. Altera o Artigo 142 da Constituição Federal*. Brasília, 2023.

# **ROMPENDO MONOPÓLIOS MILITARES: EDUCAÇÃO, ORÇAMENTO, JUSTIÇA E INTELIGÊNCIA**

*Ana Penido*

*Jorge M. Oliveira Rodrigues*

*Suzeley Kalil*

**N**os momentos em que as disputas pela hegemonia global se acirram, como atualmente nas tensões entre EUA e China, intensifica-se também o domínio sobre as diferentes periferias globais, até mesmo as europeias, como a Ucrânia. As periferias despontam assim como o terreno no qual as guerras são travadas diretamente, ou como os territórios reserva para a extração de recursos materiais, humanos ou mesmo de poder simbólico pelas distintas partes em disputa.

Governos de Estados periféricos, crendo-se aliados das potências hegemônicas, abrem mão de parcelas das soberanias dos próprios Estados nacionais. Governos divergentes que buscam ampliar as margens de autonomia para a atuação dos seus próprios países no sistema internacional sofrem duras represálias. Em suma, reforçam-se as estruturas de poder no sistema internacional, alijando os “divergentes” e controlando os “alinhados” (Penido & Stedile, 2021).

Do ponto de vista dos países da periferia do sistema, portanto, pensar em soberania implica a consideração detida dos entraves existentes em âmbito nacional e

internacional para que aliados ou controlados tenham reais condições de trabalhar conforme seus desígnios e em prol de seus objetivos políticos no cenário internacional, sem com isso sofrerem com os contingenciamentos oriundos de interesses políticos exógenos às suas terras.

Neste capítulo, parte-se do pressuposto de que o incremento da soberania de um país passa dialeticamente pelo fortalecimento simultâneo do Estado nacional e do controle popular sobre esse Estado. Em outras palavras, a partir da lente adotada, a soberania precisa ser necessariamente acompanhada do compromisso com um projeto político popular. Um Estado só é forte se forte também é o seu povo. Assim, visando compreender a dialética entre fortalecimento do Estado nacional e controle desse Estado no marco de um projeto popular, pretende-se debruçar aqui sobre um dos aspectos necessários à garantia da soberania, qual seja, a formulação de uma política de defesa consistente, e os entraves domésticos e internacionais que esse processo encontra no Brasil.

Pensando no sistema global, Samir Amin (2005) indica a existência de cinco monopólios do centro que perpetuam as desigualdades: tecnologia; controle de fluxos financeiros; acesso aos recursos naturais; comunicação e mídia; armamentos de destruição em massa. As restrições advindas desses monopólios são comuns a todos os países do Sul Global.

Por outro lado, a histórica tutela militar sobre a política brasileira impõe aos analistas deste país a identificação de quatro monopólios que as forças armadas (FFAA) detêm ao longo da história e que constituem entraves para a reformulação da política de defesa de maneira específica e para a democracia de maneira geral. São eles: a educação dos militares, o orçamento da área de Defesa, a Inteligência Militar e a Justiça Militar. Os monopólios podem ser pensados como áreas de “reserva de domínio”, nos termos de Mares & Martínez (2014), áreas de autorregulação da corporação ou sobre as quais os militares deteriam autonomia operacional e organizacional, tomadas como centrais para a autopreservação.

Nos últimos anos a já histórica ingerência militar na política brasileira se ampliou. Do protagonismo sorrateiro no governo Temer à ocupação aberta em Bolsonaro (Penido et al., 2020), as áreas de monopólio citadas evidenciaram-se importantes fontes de poder paralelo, com a fragilização da democracia e a consequente dificuldade para projetos soberanos e populares no Brasil.

Nesse sentido, em que pese a possibilidade de adoção de um conjunto de medidas pertinentes de curto e médio prazo para enfrentar a crise militar que se instalou no Brasil durante o governo Bolsonaro e se agudizou com a destruição das sedes dos três Poderes ocorrida em 8 de janeiro de 2023, apenas o enfrentamento aos quatro monopólios aqui citados pode trazer soluções estruturais para a crise (Tricontinental, 2023).

Considerando o escopo do trabalho, discutiremos duas destas áreas de domínio: a educação dos militares e o orçamento de Defesa. Parte-se do entendimento de que essas duas áreas carregam em si aspectos fundamentais para pensar não apenas

a política de defesa no marco de um projeto soberano e popular, mas também o próprio desenho adequado para as FFAA nesse projeto. Busca-se, portanto, semear possibilidades de futuro que superem a crise política atual a partir da abordagem de suas raízes estruturais.

Não se trata de discutir aqui sobre como reenviar os militares de volta aos quartéis depois do amplo cenário de militarização da política e politização militar, ou, em linguagem popular, “como devolver a pasta de dente de volta para o tubo”. Trata-se de construir novos parâmetros de controle popular sobre os instrumentos de força estatais (materiais e humanos), notadamente nos quatro monopólios que lhes são mais caros, esforço que é condição fundamental para o desenvolvimento democrático brasileiro.

## **Um problema estrutural: tutela militar como entrave à soberania**

Apesar de concordarmos que o governo Bolsonaro expressa de forma particular a marcha dos militares sobre a política (Rodrigues, 2023; Rodrigues & Mathias, 2022; Penido et al., 2020), convergimos com a afirmação de Andrade (2023, p. 136) de que “a história do Brasil é também a história da intervenção militar”. Reiterados episódios da história do país justificam tal entendimento: a participação dos militares na Proclamação da República, o tenentismo, o período Vargas e a ditadura instalada em 1964 são apenas alguns deles (D’Araujo, 2016; Carvalho, 2019; Stepan, 1975).

A incursão dos militares na política brasileira se repete ao longo da história do país, na maioria das vezes como tragédia. A farsa se expressa na crença do sistema político de que a mudança desse cenário ocorrerá por inércia, sem os custos políticos inerentes a enfrentamentos que atingem relações de poder. Entende-se, ao revés, que o enfrentamento à tutela militar deve ser pensado como algo estrutural da formação social brasileira, tal qual o racismo, e não como algo esporádico, ou uma questão lateral que merece aguardar por uma correlação de forças políticas melhor.

A criação do Ministério da Defesa em 1999 alimentou a promessa nunca cumprida de controle civil sobre as FFAA. A importância institucional desse marco é inegável. Também se destacam os diferentes documentos orientadores da área: Estratégia Nacional de Defesa, Política Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa. Todavia, a história que se segue indica que movimentos institucionais são apenas uma face de um problema que exige muito mais.

De forma simplificada, pode-se dividir o período subsequente à criação do Ministério da Defesa em três fases: de intervencionismo institucionalizado, protagonismo sorrateiro e atuação aberta do partido militar. Primeiramente, um período de intervencionismo brando (Rodrigues & Janot, 2020), marcado especificamente por uma equidistância protocolar durante os dois mandatos de Lula da Silva (Penido et al., 2020). É possível entender ainda tal período como um “intervencionismo institucionalizado”, uma vez que se expressava por meio e em torno de questões



institucionais — e nem por isso, menos problemáticas — relacionadas à política de defesa e sua condução.

Observa-se então a busca das FFAA pela prevalência de sua visão e garantia de seu domínio sobre a política de defesa e sobre a própria estrutura do Ministério da Defesa. Episódios como a demissão do ex-ministro José Viegas, a crise da aviação civil e a permanência da presença de militares em cargos no Ministério da Defesa são indicadores dessa disputa “institucionalizada”. Além disso, vale ressaltar o grave e recorrente recurso a operações de garantia de lei e ordem (GLO) no período (Penido et al., 2020; Cortinhas & Vitelli, 2020); a instauração da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti, que externalizou o problema do controle; e o emprego militar em operações durante grandes competições esportivas, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Esse cenário deteriorou-se paulatinamente culminando nos atritos em torno da Comissão da Verdade já no governo Rousseff, mas que contam apenas parcialmente essa história. As diversas frentes de desgaste e a articulação entre sistema político, judiciário e FFAA gestaram a crise que desaguou no governo Temer (Rodrigues & Mathias, 2022). Nele, a atuação política das FFAA passa a se caracterizar pelo que denominamos de protagonismo sorrateiro (Penido et al., 2020), em virtude do caráter dissimulado do movimento de (re)ocupação castrense do Estado. Vale dizer que a infiltração militar sob Temer, cuja ascensão ocorre nos marcos de um golpe jurídico-parlamentar, é convenientemente secundarizada pelos veículos de imprensa majoritários. Duas nomeações em áreas sensíveis da administração pública ilustram esse argumento, quais sejam: as dos generais Santos Cruz para a Secretaria de Segurança Pública e a de Sérgio Etchegoyen para o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). É fundamental também lembrar a intervenção federal na segurança pública no Rio de Janeiro, que alçou ao cenário nacional outro general, Walter Braga Netto, que viria a ser ministro de Bolsonaro e, no pleito eleitoral de 2022, candidato a vice-presidente em sua chapa. Esse período construiu a base para a ocupação aberta da política pelos militares a partir do morbo-governo Bolsonaro.

No morbo-governo Bolsonaro, passamos a discutir “a atuação dos militares no governo da mesma forma em que falamos sobre acordos entre partidos políticos ou parlamentares eleitos pelo voto popular” (Rodrigues & Janot, 2020, p. 103). Da militarização da administração pública no Executivo federal à opção dos militares pela disputa de cargos no Legislativo, o que vemos é a busca pela implementação de um projeto amplamente refutado por estudiosos das relações civis-militares (Martins Filho, 2021; Domingos Neto, 2022).

Dado o significativo e crescente número de militares no governo, a ingerência militar passou a ser encarada como problema para a construção de um regime democrático no Brasil. Winand & Saint-Pierre (2007, p. 52), ao analisar os processos de transição dos regimes burocrático-autoritários (O'Donnell, 1990) de Argentina e Brasil, afirmam que “as bases institucionais não se constroem por decretos formais”, resultando “da cristalização de uma correlação de forças que depende da

vontade política e dos valores de uma sociedade, assim como do esforço de seu governante para conduzir o país atento a essas variáveis” (Winand & Saint-Pierre, 2007, p. 52). Há, portanto, uma anterioridade às mudanças institucionais que demanda a análise minuciosa e o enfrentamento irrestrito à estrutura que baliza — e, por sua vez, sustenta — a tutela militar no Brasil.

Nesse sentido, identificamos quatro áreas de domínio monopolizadas pelas FFAA ao longo da história e que constituem entraves para a reformulação da política de defesa, assim como para a autonomia estratégica brasileira e para a democracia, constituindo, portanto, uma barreira à soberania popular. São elas: a educação dos militares, o orçamento da área de Defesa, a Justiça Militar e a Inteligência Militar.

Como já informado, aqui serão tratados duas dessas áreas. No então, cabe mencionar que são julgados pela Justiça Militar brasileira, que permanece existindo em tempos de paz, diferentes crimes cometidos por militares e até mesmo por civis. No campo da Justiça Militar, são conhecidos os casos em que militares julgados por crimes comuns têm, em uma corte composta por seus pares, garantida a impunidade por seus atos. Os casos resultantes da intervenção dos militares na segurança pública são particularmente elucidativos desse problema (Viana, 2021). A dimensão da questão fez que o Supremo Tribunal Federal fosse provocado a julgar a competência da Justiça Militar para processar e julgar militares durante operações de GLO. O julgamento, atualmente suspenso, é resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5032, que trata da ação subsidiária das forças em operações de GLO (Alcântara, 2023). A notória participação de militares nos atos do dia 8 de janeiro de 2023 colocou ainda mais ênfase no tema. Deveriam os militares e civis que praticaram os mesmos crimes contra o povo brasileiro durante o planejamento, financiamento, estímulo e execução da quebradeira no dia 8 serem julgados por distintas justiças, recebendo dessa maneira punições também distintas, apenas por serem civis ou militares?

No tocante à Inteligência Militar, é sintomática a falta de controle civil. Mesmo as instituições de inteligência civil, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), foram as mais amplamente militarizadas durante o último período, quando subordinadas ao Gabinete de Segurança Institucional, comandado pelo general Heleno (Oliveira & Kalil, 2021). Nesse sentido, a decisão de retirada da ABIN do âmbito do Gabinete de Segurança Institucional e de integrá-la à Casa Civil (Poder 360, 2023) é alvissareira, mesmo que insuficiente, na busca pela superação desse monopólio. É importante ter em mente que a atividade de inteligência é o que baliza, a partir da coleta de informações — de fontes abertas ou não —, as decisões estatais.

A respeito da educação militar e do orçamento de Defesa, iniciamos por mencionar que ambas as áreas são posteriores à própria discussão de uma política de defesa, pois perpassam a discussão do modelo de FFAA adotado no país, ou ainda pela pertinência da sua existência. Em outras palavras, forma-se/educa-se alguém para um e com algum objetivo. A definição da pergunta “para que servem as forças armadas” é, portanto, anterior à discussão de como devem ser formados os militares. Além disso, a educação é o espaço de autorreprodução simbólica da sociedade em geral e também

das suas instituições. A análise sobre a educação dos militares permite compreender os mecanismos de doutrinação e reprodução de perspectivas ideológicas nas forças, elucidando sob quais bases é formado esse instrumento armado do Estado.

Pensados os modelos de FFAA, é preciso discutir a dotação necessária de recursos para que cumpram os objetivos que lhes foram dados. Nesse caso, o orçamento de Defesa cumpre a função de adequação de meios e fins, dando materialidade para que esse instrumento cumpra sua função, politicamente delimitada. Aqui, todavia, não basta que a discussão seja eminentemente matemática. É preciso que haja participação política e, principalmente, democratização do debate para que o orçamento condiga com os objetivos de uma instituição que, em tese, fornece um bem público e não apenas protege interesses particulares ou corporativos que gravitam em torno dela. Os dois temas serão discutidos a seguir.

## **Quando o autoritarismo finca raízes: o caso da educação militar**

A educação dos militares não sofreu nenhuma intervenção pela autoridade civil que assumiu o poder político após 1985. Regulamentando a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/1996) reconheceu a autonomia militar para construir seus próprios sistemas de ensino. Destaque-se que o Brasil não tem apenas um sistema civil e um militar de ensino, mas quatro sistemas: o sistema civil, regido pelo Ministério da Educação; e os sistemas de ensino do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, cada um regido por uma legislação própria (as mais recentes datam de 2011-2012). Por isso, mesmo com mudanças estruturais no mundo, as doutrinas militares não foram revistas, notadamente aquelas que tratam da existência de um inimigo interno, desestabilizador da ordem. Temas como a entrada de mulheres em armas combatentes, ou a homossexualidade nas fileiras seguem sendo problemáticos em 2023. Eventualmente, reformas são feitas, mas é como jogar palha em profundas rachaduras existentes em paredes de pedras.

Note-se que tratamos aqui de educação dos militares, e não de educação militar, ou de educação militarizada. A educação dos militares diz respeito à formação dos oficiais e praças pertencentes às FFAA brasileiras. A educação militar é componente dela, e diz respeito ao adestramento adequado para o manejo de armamentos. Por fim, a educação militarizada são diversas iniciativas voltadas ao ensino fundamental e médio, em parceria com diferentes forças de segurança, e que emulam práticas e valores militares. O modelo de educação militarizada não é adequado ao regime democrático e deve ser completamente extinto.

A educação dos militares precisa observar três princípios e três aspectos. Em primeiro lugar, ela é essencial para a superação da autonomia militar, condição essencial para a construção de uma democracia real com FFAA adequadas a tal regime. Em segundo lugar, ela é fundamental para a formação do profissional destinado

à defesa do seu país, preparados para as transformações sociotécnicas que impactam a guerra no mundo contemporâneo. Em terceiro lugar, ela pode auxiliar na construção da cooperação em defesa com civis do próprio país, e com civis e militares de outros países. A essas três questões, a própria instituição castrense acrescenta uma quarta, superior às demais: autorreprodução simbólica da corporação.

Também são três os aspectos da educação do militar: o adestramento, ou treinamento militar, quando o soldado se torna hábil no manejo de armas, tecnologia ou do próprio corpo; o ensino formal, que capacita intelectualmente para o exercício da profissão; e a endoutrinação quando, por meio do convívio com seus pares, o recruta aprende a ser militar, introjeta valores, culturas e tradições próprias das FFAA. Ocorre um processo de despersonalização individual para a internalização nos soldados de valores da corporação (Ludwing, 1998). Neste texto, defendemos que só cabe o monopólio militar sobre o primeiro aspecto; os demais são parte da educação do povo e deve responder às transformações sociais gerais, especialmente quanto às possibilidades de emprego.

Como em qualquer profissão, atividades diferentes exigem treinamentos distintos. Não é possível ser bom “do alfinete ao foguete”, como prega o jargão militar, e a educação dos militares precisa estar eminentemente voltada para a defesa nacional. Apesar de ser pequena a probabilidade de envolvimento brasileiro em uma guerra convencional, essa possibilidade não pode ser descartada e é função precípua das FFAA. Demais hipóteses de emprego só fazem sentido se não prejudicarem essa finalidade (Saint-Pierre, 2015).

Historicamente, o Exército, e em menor grau as outras forças, atuaram na vigilância de fronteiras para evitar o tráfico de drogas, armas e pessoas; socorro a populações vítimas de desastres em pontos de difícil acesso do território nacional; operações de paz sob a égide das Nações Unidas; operações ambientais variadas; construção de obras de infraestrutura; ações de GLO em periferias urbanas etc.

Nesse caso, se apresentam dois entraves para a educação dos militares. O primeiro, é quando a possibilidade de emprego pede distintas doutrinas, armamentos e organização, como no caso do emprego nos marcos da defesa e nos marcos da segurança pública. O segundo, ainda mais difícil, é ensinar o oficial a distinguir de que situação se trata, para aí sim buscar seu conjunto de conhecimentos adequados para atuar nesse ambiente (Penido & Kalil, 2021, p. 226).

A aprendizagem constante e a capacidade de trabalho integrado se evidenciaram com os avanços tecnológicos, exigindo uma integração civil-militar (Paile, 2011). As tecnologias com maior potencial destrutivo podem ser concentradas em uma única pessoa, com alta capacidade decisória e operando longe da base, como no caso dos pilotos. Erros podem custar a própria vida, e o treinamento é feito com a expectativa de zerar o erro.

Embora o mundo do trabalho caminhe para a especialização, é importante não perder a noção de totalidade imprescindível para a atuação conjunta em combate

no nível das identidades. A junção de partes não necessariamente forma um todo orgânico, ainda mais em ambientes nos quais predominam a fricção e a incerteza, como as guerras. Por isso, embora o ensino por níveis seja um fator organizativo relevante para a organização da carreira e ascensão dos soldados em tempos de paz, o aprender a aprender deve ser o objetivo almejado. Caso contrário, a educação, especialmente entre os postos mais avançados, será percebida como um trampolim salarial, e não como uma oportunidade de aperfeiçoamento (Fázio, 2008).

A cooperação pode ocorrer em diversas instâncias: armas/quadros/serviço de uma mesma força, entre as forças nacionais, entre as FFAA e as demais forças de segurança, entre as FFAA de diferentes países, entre as forças de segurança e a sociedade em geral. A existência de um Ministério da Defesa forte é pré-condição para a cooperação em todos os níveis. O momento educacional é privilegiado nesse sentido, pois a cooperação precisa ser objeto de preocupação e prática em tempos de paz, e não de guerra. Entretanto, no Brasil, ainda reina a ideia de que “educação militar é coisa de militar”. Na Estratégia Nacional de Defesa, o governo é responsável por estimular a discussão de defesa no interior da sociedade, formando especialistas civis.

No âmbito das escolas militares, também foram criados programas abertos aos civis, autorizados pela Capes, e foram contratados professores civis. Os cursos obrigatórios para a ascensão na carreira militar, todavia, permanecem restritos à participação civil, ou seja, a reciprocidade de estudos entre as escolas civis e militares não é completa. Da mesma maneira, se um oficial fizer cursos extras no mundo civil, tais cursos não podem ser aproveitados para a sua ascensão na carreira militar (Penido & Kalil, 2021, s/p.).

A cooperação com outros países em cursos é tópico para outro texto, mas deve-se mencionar que a profissionalização das FFAA de periferia foi feita por países centrais. Por isso, a principal preocupação com cursos com países como os EUA, Rússia, Alemanha ou China deve ser a autonomia estratégica, superando a colonização epistêmica que nos torna compradores não apenas de armamentos, mas de maneiras de pensar e de fazer a guerra (Wendt & Barnett, 1993).

Diferentes propostas são pertinentes para romper com o monopólio militar sobre a educação. A primeira delas é a extinção das escolas militares, escolas civico-militares, escolas militarizadas e outros modelos nos níveis de ensino infantil, fundamental e médio, público ou particular. Educação específica para militares é pertinente em nível superior ou de pós-graduação/especializações. A segunda questão, essa em termos normativos, é a necessidade de termos apenas um sistema de ensino no Brasil, subordinado ao Ministério da Educação.

Especificamente quanto à educação dos militares, são comuns comentários apontando a necessidade de reformas. O próprio Exército, por exemplo, fez um importante movimento nesse sentido quando construiu o Plano de Modernização do Ensino do Exército, em 1995. A maioria das reformas propostas trata de materiais

didáticos que seguem apresentando o golpe de 1964 como revolução, ou das disciplinas ministradas nas academias, sugerindo a necessidade de inclusão de conteúdos de direitos humanos nos currículos.

As propostas de mudanças conhecidas são, todavia, muito tímidas, apontando para a necessidade de diretrizes gerais. Aqui sugere-se duas. A primeira, é a construção de pontes e a integração entre civis e militares em disciplinas comuns, jogos, olimpíadas escolares, entre outros. Disciplinas como português, matemática, administração, inglês, podem ser objeto de aprendizagem conjunta entre civis e militares, sob a condução de professores civis federais concursados nas disciplinas e em ambientes mistos. Dessa maneira, a identidade militar é afetada, passando a ver civis como parceiros na defesa nacional. A segunda, é tomar em conta que a educação dos militares deve estar voltada para a formação de um profissional para a defesa nacional, e não para a gestão pública, para a segurança pública, ou outras atividades.

Como horizonte, pode-se pensar a necessidade de discutir uma educação para a defesa, destinada a civis e militares, especialistas ou não. Talvez nesse novo paradigma seja possível construir uma cultura estratégica de defesa efetivamente brasileira, na qual o primeiro aprendizado é a importância da ação coletiva e cooperativa entre os cidadãos do próprio Estado, civis e militares, e o trabalho conjunto com outros países da América do Sul nos assuntos de defesa.

## **Quando civis abrem mão da autoridade: o caso do Orçamento de Defesa**

O Glossário do Portal da Transparência do governo federal designa Orçamento Público como a previsão de “quantias de moeda que, em um período determinado, devem entrar e sair dos cofres públicos” e que, “formalizado por lei de iniciativa do Poder Executivo, estima a receita e fixa a despesa da administração pública, com a especificação de suas principais fontes e financiamentos e das categorias de despesas mais relevantes” (Brasil, [s.d.]a).

No Brasil, o orçamento é construído a partir das seguintes leis: o Plano Plurianual (PPA), “com vigência de 4 anos, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública”; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), anual, e que orienta a elaboração orçamentária; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), cujo objeto é “fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Chamadas leis orçamentárias, são apresentadas ao Congresso Nacional no formato de projeto de lei pela Presidência da República (Brasil, [s.d.]c). Sua elaboração, portanto, segue um complexo processo político, de negociação de prioridades orçamentárias que, como argumentamos aqui, refletem as prioridades políticas de parlamentares, Executivo e diversos interesses com maior ou menor capacidade de influenciar no processo decisório. Segundo Fabrício Augusto de Oliveira (2017),

o orçamento pode ser visto como o espelho da vida política de uma sociedade, uma vez que registra e revela, em sua estrutura de gastos e receitas, as classes e/ou frações de classes que arcarão com o maior ou menor ônus da tributação, assim como as que mais se beneficiam com a destinação destes recursos (p. 3).

Ainda, segundo o autor,

Como essa equação (entre ônus, ou imposto, e bônus, ou gasto/investimento público) vai ser estabelecida depende, por outro lado, não somente da natureza do Estado, mas principalmente como essas forças sociais estão representadas no parlamento, pois serão os seus representantes, em regimes democráticos, que irão negociar e decidir essas questões (p. 4).

Em síntese, é a correlação de forças entre os diferentes grupos de interesse que gravitam em torno do processo orçamentário que define, ao fim, a alocação orçamentária e o encaminhamento dos gastos públicos. Em que pese a definição do orçamento anual ser eivada de aspectos técnicos, esses não se sobrepõem ao caráter essencialmente político do orçamento. É partindo dessa perspectiva que devemos analisar o orçamento na área de Defesa.

Os dados disponibilizados pelo Ministério da Defesa indicam uma trajetória ascendente do orçamento da pasta desde 2010, com leve retração em 2020 e posterior retomada em 2021. Por sua vez, os dados do Portal da Transparência reforçam essa trajetória ascendente, com uma despesa orçamentária prevista para o Ministério da Defesa de R\$ 116,7 bilhões — equivalente a 2,63% de todo o gasto público naquele ano e aproximadamente R\$ 2 bilhões de reais a mais que em relação a 2021 (Brasil, [s.d.];a; Brasil, [s.d.].d). Soma-se a isso o fato de que o orçamento da Defesa tem sido, ao longo dos anos, um dos maiores da administração pública (Matos et al., 2017; Matos, 2020). Em resumo, faça chuva ou faça a sol, com ou sem crise econômica, com ou sem pandemia, com presidências de esquerda ou direita — o orçamento cresceu. Ressalte-se que somos um país sem guerras ou problemas fronteiriços.

O argumento corrente, todavia, é que o orçamento da área não é suficiente. Com efeito, o argumento em prol do aumento dos gastos militares angaria apoios por todo o espectro político. Como exemplo, citamos seminário (*on-line*) realizado pelo Centro de Defesa e Segurança Nacional — um *think tank* ligado ao ex-embaixador Rubens Barbosa em 6-5-2022 —, no qual os deputados federais Luiz Philippe de Orléans e Brança (PL-SP) e Perpétua Almeida (PCdoB-AC) discutiam com o ex-ministro Raul Jungmann sobre “o Congresso Nacional e a Política de Defesa”, ocasião na qual os debatedores, em que pesem divergências políticas contundentes, apresentam pontos de convergência, a exemplo do aumento de recursos para investimentos em Defesa e da importância da indústria de defesa.

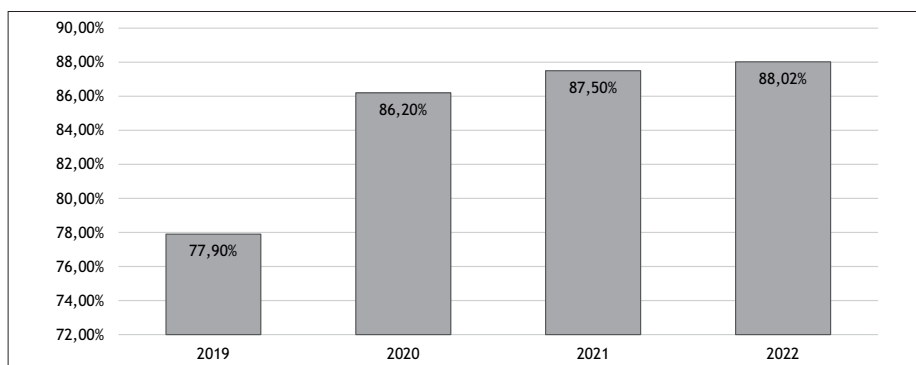
Em Matos et al. (2017) vemos reproduzido o discurso em prol de maior dotação de verbas para a Defesa a partir do argumento de que a defesa nacional seria “um bem

público por excelência”, o que justificaria, quase que aprioristicamente, o pleito por mais recursos. O próprio Ministério da Defesa apresenta tal linha argumentativa quando, tomando por parâmetro a evolução orçamentária em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), observa uma leve queda — de 1,53% em 2019 para 1,31% em 2021 —, apresentando-a como sintoma de perda de relevância da área (Brasil, [s.d.]d).

O argumento, entretanto, não se sustenta. Primeiramente, o próprio aumento do orçamento do Ministério da Defesa em termos absolutos indica crescimento constante, um processo de, ao menos, dez anos de aumento das dotações orçamentárias da pasta. Em outras palavras, a retração observada quando tomado o percentual do orçamento em relação ao PIB não implica que houve redução na dotação orçamentária para a Defesa. Ao que parece, reflete a típica disputa orçamentária no âmbito da administração pública. Faz sentido, por exemplo, que a relação orçamento-PIB tenha diminuído de 2019 a 2021, considerando que vivemos um período de pandemia, em que os gastos com saúde, ao menos em tese, seriam priorizados. Esse raciocínio — meramente especulativo, destacamos — não encerra a discussão em si, mas reforça a necessidade de que o debate sobre o processo orçamentário seja feito de forma qualificada e baseado na premissa de que a disputa por recursos públicos entre diferentes setores do governo é natural na democracia. Vejamos, pois, como ocorre o gasto em Defesa no Brasil.

Ainda segundo o Ministério da Defesa (Brasil, [s.d.]d), o orçamento da pasta para o ano de 2021 foi de R\$ 113,9 bilhões, com exceção de Créditos Extraordinários. Desse total, R\$ 97,7 bilhões foram destinados a pagamento de pessoal — incluindo benefícios e encargos sociais. Ou seja, 85,8% do orçamento da Defesa foi destinado a gastos com pessoal. Esse cenário se repete ao longo dos anos (MATOS et al., 2017). Em uma rápida análise da função defesa nacional no Portal da Transparência, observamos que durante os quatro anos do morbo-governo Bolsonaro, o Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo representou entre 77,9% e 88,02% da verba destinada à função Defesa (Brasil, [s.d.]a), conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1. Programa de Gestão e Manutenção X Função Defesa Nacional



Elaborado pelos autores com base em dados do Portal da Transparência



Esse dado é muito relevante, pois o Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo para a função Defesa engloba justamente gastos com pessoal ativo, inativo, benefícios, assistência médica, dentre outros. Assim, mesmo constante entre as maiores cifras da administração pública, a Defesa tem a maior parte de seu gasto alocado no pagamento de pessoal, o que reflete sua baixa capacidade de investimento em inovação. Vale frisar, ademais, a tendência de ganhos financeiros concretos aos militares nos quatro anos, como são exemplos as condições da reforma da previdência militar, muito mais positivas que a imposta aos civis, e a ocupação aberta de cargos na administração pública, refletida nos supersalários de altos oficiais em cargos no primeiro escalão do governo (Penido & Kalil, 2021).

Nesse sentido, o discurso de que seria necessário destinar 2% do PIB à Defesa (emulando o que é previsto na Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]), materializado na última versão da Estratégia de Defesa Nacional atualmente em análise no Congresso, encontra uma barreira racional contundente (GEDDES, 2020). Considerando que os gastos com pessoal são obrigatórios, em que mudaria a alocação de mais verba em um setor que, conforme indicam os dados, sofre de um problema mais profundo? Faz sentido manter uma instituição armada tão intensiva em pessoal em tempos de paz? Assim, parece seguro afirmar que a questão é menos o montante destinado à Defesa e mais a forma como essa verba é administrada — o que, por sua vez, está diretamente relacionado com a construção do orçamento de Defesa e, principalmente, com o modelo de FFAA vigente no Brasil.

Ao aceitarmos *a priori*, sem qualquer demonstração factual, que a mera destinação de um percentual maior do PIB à Defesa resolveria os problemas financeiros da pasta, não apenas enrijecemos o debate, como perpetuamos o mesmo estado de coisas antidemocrático que gira em torno da definição do orçamento da Defesa. Nesse sentido, é importante questionar: se o sistema político segue alheio a tal discussão e a sociedade civil não tem mecanismos apropriados de incidência nesse processo, quem e quais interesses têm prevalecido?

A gravitação de interesses em torno do orçamento de Defesa fica evidente ao considerarmos a indústria de defesa como parte, ao mesmo tempo, do aparato defensivo estatal e do sistema econômico nacional — e internacional. Destarte, a íntima relação entre indústria e FFAA — aquela pelo lucro e essa pelo desejo constante de reaparelhamento e atualização de seus armamentos — torna sua incidência no debate orçamentário, no mínimo, enviesada (Rodrigues, 2019). Atuando de modo absolutamente autorreferenciado e visando interesses próprios, FFAA e indústria de defesa perpetuam um ciclo vicioso em torno daquilo que deveria se configurar um bem público — a defesa nacional.

A discussão sobre orçamento de Defesa deve estar inserida no debate mais amplo sobre orçamento público como um pilar central da democracia, tomando as alocações orçamentárias como representação das prioridades políticas de um governo e, portanto, como objeto natural de disputa. É no debate e no escrutínio público sobre o orçamento, portanto, que jaz o exercício da autoridade popular, natural de

regimes democráticos, afinal, “quem paga a banda escolhe a música”. Nesse sentido, a ausência do controle popular sobre o orçamento de Defesa mais que um problema meramente administrativo, expressa, entendemos, um monopólio militar e, portanto, um entrave estrutural para a construção da democracia no Brasil.

Dois movimentos parecem necessários. No curto prazo, é preciso acabar com o serviço militar obrigatório. Não faz sentido a manutenção de uma instituição armada intensiva em pessoal quando o país não se encontra envolvido em conflitos externos — esses sim exigindo o emprego de FFAA —, assim como quando observamos no cenário internacional o fazer a guerra pautada por amplo emprego tecnológico. Aqueles que não detêm tecnologias sensíveis se utilizam de estratégias de resistência em contextos de guerras contra potências, para as quais o apoio popular é mais importante do que o soldado profissional padrão (Penido & Stédile, 2021), ou nos termos de Wendt & Barnett (1993), exércitos baseados em “mão de obra intensiva” e não no investimento em capital intensivo. No médio prazo, e de forma diretamente associada ao ponto anterior, é preciso repensar o desenho das FFAA brasileiras. Sem um debate qualificado acerca de que FFAA queremos e qual o orçamento adequado para mantê-las, seguiremos perpetuando um ciclo vicioso de demanda por mais verba sem que, com isso, consigamos atingir aos objetivos politicamente definidos no âmbito do sistema político nacional.

Se as críticas ao chamado orçamento secreto se sustentam justamente na ausência de transparência nas dotações orçamentárias, parece igualmente grave que a definição de tais dotações para a Defesa sejam feitas a portas fechadas e restritas as duas partes mais interessadas — e, reforçamos, autointeressadas — nessa alocação. Mais grave ainda é que se trata da alocação de verbas para o exercício da violência estatal. Ora, sendo a definição desse orçamento privada, como esperar que o resultado seja um bem público com ênfase na proteção da pessoa humana e na garantia de sua dignidade — no caso específico, contra ameaças externas? Parece pouco provável que indústria de defesa e FFAA sejam guiadas por uma percepção abnegada nesse processo. Indo além, vale questionar: se interesses privados têm acesso privilegiado à discussão das verbas destinadas ao exercício da violência estatal, a quem esse exercício responderá?

## **Considerações finais**

A quebra de monopólios ou a destruição de áreas de domínio não será objeto de uma “canetada”. Também não deve ocorrer apenas tomando em conta a opinião de especialistas nos temas, civis ou militares. É fundamental a democratização da discussão sobre a defesa nacional, por exemplo, por meio da realização de uma Conferência Nacional sobre Defesa. Nesse caso, movimentos populares, moradores de fronteiras, povos indígenas, praças e oficiais militares, industriais da área de defesa, representantes do sistema judiciário e de outras forças de segurança, deverão

conversar ombro a ombro sobre questões tão amplas como geopolítica, que país desejamos ser no mundo, o que e quem nos ameaça, como devemos organizar a defesa do Brasil, para que servem as nossas forças armadas etc.

## Referências

- ALCÂNTARA, M. STF adia julgamento sobre competências da Justiça Militar. *Metrópoles*, 8 de março de 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/stf-adia-julgamento-sobre-competencias-da-justica-militar>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- AMIN, S. O Imperialismo, Passado e Presente. Dossiê: Impérios e Imperialismos. *Revista Tempo*, vol. 9, n.º 18, jun. 2005, pp. 77-123.
- ANDRADE, P. L. Militares e a Nova República: da Constituinte ao governo Bolsonaro. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, vol. 18, n.º 38, pp. 135-58, 2023.
- BRASIL. Governo Federal. *Portal da Transparência*. [s.d.]a. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em: 5 mar. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Fluxos do Processo Orçamentário*. [s.d.]b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/fluxo>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Entenda o Orçamento no Congresso Nacional*. [s.d.]c. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/materias-orcamentarias/entenda-o-orcamento>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Orçamento e Finanças*. [s.d.]d. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/orcamento-e-financas-1>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. *Decreto n.º 6.703*, de 18 de dezembro de 2008.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394*, 20 de dezembro de 1996.
- CARVALHO, J. M. de. *Forças armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.
- CEDESEN. Centro de Defesa e Segurança Nacional. *O Congresso e a Política de Defesa*. 06 de maio de 2022. Disponível em: <https://cedesen.com.br/o-congresso-nacional-e-a-politica-de-defesa/>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- CORTINHAS, J. da S. & VITELLI, M. G. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). *Rev. Bras. Est. Def.*, vol. 7, n.º 2, jul.-dez. 2020, pp. 187-216.
- D'ARAUJO, M. C. S. A persistente primazia política da corporação militar. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 3, n.º 2, jul.-dez. 2016.
- DOMINGOS NETO, M. (org.). *Comentários a um Delírio Militarista*. Ceará: Gabinete de Leitura, 2022.
- FÁZIO, E. *A política de ensino do Exército brasileiro na Nova República: o projeto de modernização (1985-2000)*. Doutorado. Franca: UNESP, 2008.
- GEDES. Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional. *Policy paper*. Subsídios para a discussão da minuta dos documentos de defesa nacionais

- elaborados pelo Conselho Nacional de Defesa, a saber: a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa, e o Livro Branco de Defesa. São Paulo, agosto de 2020. Disponível em: <https://gedes-unesp.org/wp-content/uploads/2020/08/Contribui%C3%A7%C3%A3o-do-GEDES-ao-debate-sobre-os-documentos-de-defesa.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- HABERMAS, J. *Técnica e ciência como “ideologia”*. São Paulo: UNESP, 2014.
- LUDWING, A. C. W. *Democracia e Ensino Militar*. São Paulo: Cortez Ed, 1998.
- MARES, D. & MARTÍNEZ, R. (orgs.). *Debating civil-military relations in Latin America*. Chicago: Sussex Academic Press, 2014
- MARTINS FILHO, J. R. (org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
- MATOS, P. de O. Orçamento de Segurança Pública e Orçamento de Defesa no Brasil: análise comparativa da estrutura e variação dos gastos públicos (2003-2017). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, vol. 14, n.º 1, 2020.
- MATOS, P. de O.; FINGOLO, J. M. & SCHNEIDER, R. A. Orçamento Público e Defesa Nacional: uma análise do orçamento de Defesa brasileiro no período de 2000 a 2016. *R. Esc. Guerra Naval*, Rio de Janeiro, vol. 23, n.º 1, 2017.
- MEI, E. Pandemia e necropolítica Brasileira: as forças repressivas e a gênese contínua do capital. In: MARTINS FILHO, J. R. (org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021.
- NOZAKI, W. A Militarização da Administração Pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?. *Fonacate – Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado: Caderno da Reforma Administrativa*, Brasília, maio 2021.
- O’DONNELL, G. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, A. & KALIL, S. “Ação política do Partido Militar no Brasil sob Bolsonaro”. *Anuario Latinoamericano de Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales*, vol. 11, 2021, pp. 63-82.
- OLIVEIRA, F. A. de. O orçamento como instrumento da democracia e da cidadania. *III Simpósio de Orçamento Público e Políticas Sociais: o Controle Social como Instrumento Político na Gestão do Orçamento Público*. Londrina, 17 e 18 de outubro de 2017.
- PAILE, S. *Europe for the Future Officers, Officers for the Future Europe: Compendium of the European Military Officers Basic Education*. Varsóvia: Polish Ministry of National Defence, 2011.
- PENIDO, A. & KALIL, S. A carreira militar em tempos de paz: vantagens e desvantagens. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, 4 de junho de 2021. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/a-carreira-militar-em-tempos-de-paz-vantagens-e-desvantagens/>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- PENIDO, A. & STÉDILE, M. *Ninguém Regula a América*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- PENIDO, A.; RODRIGUES, J. & KALIL, S. As Forças Armadas no governo Bolsonaro. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/as-forcas-armadas-no-governobolsonaro/>. Acesso em: 27 jan. 2023.
- PODER 360. Governo tira Abin do GSI e transfere para a Casa Civil. *Poder360*,

- 2 de março de 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/governo-tira-abin-do-gsi-e-transfere-para-a-casa-civil/>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- RODRIGUES, J. *A autonomia de interesses e os interesses da autonomia: a indústria de defesa brasileira nos governos petistas*. Mestrado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNESP, Unicamp, e PUC-SP, 2019.
- RODRIGUES, J. Uma ponte para o abismo: o projeto de poder militar. *Revista Estudos do Sul Global*. Soberania no Bicentenário da Independência, n.º 3, fev. 2023.
- RODRIGUES & JANOT. Documentos de Defesa e Autonomia Política: entraves para o controle civil. *Política Hoje*, vol. 29, n.º 1, 2020.
- RODRIGUES, J. O. & KALIL, S. O militarismo como variável interpretativa: Forças Armadas e política nos governos Temer e Bolsonaro. In: BUZETTO, M. (org.). *Democracia e Direitos Humanos no Brasil: a ofensiva das direitas (2016/2021)*, vol. 2. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2022.
- SAINT-PIERRE, H. Breve reflexión sobre el empleo de las Fuerzas Armadas. *La revista del Plan Fênix*, Córdoba, ano 6, n.º 48, pp. 14-21, 2015.
- SANT'ANNA, L. Militares querem destinar 2% do PIB à Defesa. *CNN*, 16 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/militares-querem-destinar-2-do-pib-a-defesa/>. Acesso em: 9 mar. 2023.
- STEPAN, A. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- TRICONTINENTAL. Instituto. *Passado, presente e futuro em 20 pontos: como prosseguir no enfrentamento à tutela militar*. 27 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/passado-presente-e-futuro-em-20-pontos-como-prosseguir-no-enfrentamento-a-tutela-militar/>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- TRICONTINENTAL. Instituto. *Boletim especial: militares e eleições 2022 no Brasil*. 23 de setembro de 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/boletim-especial-militares-e-eleicoes-2022-no-brasil/>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- VIANA, N. *Dano colateral: A intervenção dos militares na segurança pública*. São Paulo: Editora Objetiva, 2021.
- WENDT, A. & BARNETT, M. Dependent state formation and Third World militarization. *Review of International Studies*, n.º 19, pp. 321-47, 1993.
- WINAND, É. & SAINT-PIERRE, H. O legado da transição na agenda democrática para a Defesa: os casos brasileiro e argentino. In: SAINT-PIERRE, H. (org.). *Controle civil sobre os militares e política de defesa na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai*. São Paulo: UNESP, Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UNESP, Unicamp, e PUC-SP, 2007.

# INDÚSTRIA DE DEFESA NO BRASIL DEMOCRÁTICO: POR REFORMAS PROFUNDAS NO NOSSO APARATO INSTITUCIONAL

*Juliano Cortinhas  
Matheus Dalbosco Pereira*

**A**s diferentes vertentes teóricas que analisam as relações entre Estados concordam que os países precisam investir na construção de sistemas de defesa para se protegerem de ameaças que possam surgir do sistema internacional (Cortinhas, 2018). Não há, porém, consenso sobre como tal construção deva ser realizada. Teóricos como Kenneth Waltz (1979), que trabalham a partir de generalizações, indicam que há dois comportamentos básicos que os países podem adotar para maximizar sua segurança internacional: Estados poderosos devem equilibrar o poder uns dos outros por meio de uma balança de poder. Países periféricos, por outro lado, terão melhores resultados ao se associarem a Estados mais fortes, repassando para eles a responsabilidade por garantir sua sobrevivência.

Visões gerais, porém, não são suficientes para fundamentar a construção de políticas de defesa. Quando a discussão é construída a partir de critérios mais específicos, poucas são as concordâncias na literatura sobre como países periféricos podem maximizar sua capacidade de defesa, desafio que se torna ainda mais difícil

em um cenário de concentração de riquezas e de capacidades tecnológicas (Neuman, 2010). Nesse sentido, e no caso específico da indústria de defesa, é necessário pontuarmos que também existe uma hierarquia global na produção e na transferência de armamentos (Krause, 2006). Poucos países no mundo detêm capacidades tecnológica e econômica para produzir os sistemas de armamentos mais avançados, que têm suas comercialização e emprego rigidamente controlados pelos países produtores dessas tecnologias.

Nesse contexto competitivo, os países com maiores capacidades buscam garantir relativa autonomia na obtenção de material bélico, mas eles dependem de fatores muito específicos para ter sucesso. Os custos necessários para criar uma empresa, pública ou privada, capaz de produzir os complexos sistemas bélicos modernos, são altos mesmo para tais países. Nenhuma empresa de defesa intensiva em tecnologia consegue se sustentar vendendo apenas para seu país de origem,<sup>1</sup> com uma possível exceção para a indústria estadunidense e, desse modo, o grande fator decisivo para o desenvolvimento e a sustentabilidade de uma indústria bélica nativa é a sua capacidade de exportar.

A condição dos países periféricos, que possuem pouca capacidade de desenvolvimento autônomo de novas tecnologias ou para promover o equilíbrio de sua indústria por meio do mercado interno, é ainda mais difícil. Para eles, uma possível solução é a concentração de esforços no desenvolvimento de tecnologias muito específicas de armamentos, pois a busca por autonomia produtiva de todos os equipamentos necessários para seu aparato de defesa seria impossível. Em larga medida, essa discussão foi organizada por Kurç et al. (2021).

Os países periféricos democráticos, em especial, precisam ser cuidadosos na seleção dos nichos que serão desenvolvidos, variáveis domésticas se somam às sistêmicas nos cálculos sobre a política para desenvolver a indústria de defesa. Se, em países autoritários, como a Jordânia, é possível investir cerca de 9% do PIB no aparato militar, o que amplia a margem de escolhas possíveis (Amara, 2006); em países democráticos a necessidade de priorizar políticas sociais e outros setores se impõe (Kurç, 2017; Brauer & Dunne, 2002). Por isso, para os países periféricos democráticos, o ambiente doméstico se torna o ponto de partida para determinar que equipamentos e tecnologias devem ser privilegiados.

Não obstante, reconhecemos que a política internacional também é relevante. Os limites de atuação dos países periféricos dependem de suas alianças internacionais, já que restrições a tecnologias e a mercados são comuns na área da Defesa. Diante da complexidade das restrições tanto domésticas quanto internacionais, torna-se praticamente impossível que um país periférico adquira autonomia absoluta no âmbito de sua defesa. É preciso, assim, decidir racionalmente sobre que nichos serão explorados e como se diferenciar em áreas específicas.

---

<sup>1</sup> Essa assertiva se mostra especialmente verdadeira no caso brasileiro.

É nesse debate que se encaixa este capítulo, que, com base nos pressupostos descritos anteriormente, tratará do desenvolvimento da indústria de defesa no Brasil, um país periférico democrático. O argumento central estará nos principais empecilhos para que o Brasil desenvolva uma indústria de defesa adequada para suas dimensões. O tema se torna relevante porque, diferentemente do que afirmam os documentos que fundamentam o planejamento da defesa nacional, principalmente a Estratégia Nacional de Defesa (END) (Brasil, 2020, p. 41), investimentos em defesa não levam, automaticamente, a um estímulo para a indústria civil e para o desenvolvimento nacional. Há diferentes resultados para a contribuição da Base Industrial de Defesa para o desenvolvimento nacional, não havendo consenso sobre a existência de relação direta e constante entre ambos (Achmadi et al., 2019; Scheetz, 2002).

Diante dessa conjuntura, o presente artigo pretende fazer recomendações para o Brasil aprimorar o desenvolvimento de sua indústria de defesa. A discussão partirá de um pressuposto fundamental: o Brasil se manterá como país democrático e o desenvolvimento de uma indústria de defesa adequada para o país se dará no âmbito desse regime político. Esse pressuposto embasa os dois argumentos que serão desenvolvidos para que o Brasil possua uma indústria de defesa adequada. Observamos que esses argumentos não são suficientes para determinar que setores devem ser priorizados, mas entendemos que são essenciais para que a discussão sobre o tema avance no país.

No primeiro, defendemos que o desenvolvimento futuro da indústria de defesa brasileira não pode ser baseado no nosso passado de relativo sucesso nesse setor. O modelo adotado na ditadura traz algumas lições relevantes, mas não serve para um país democrático. O exame desse primeiro argumento nos levará ao segundo.

Como é natural em uma democracia, a sociedade brasileira precisa ser incluída no debate sobre que projetos estratégicos devem ser privilegiados. Isso significa que devem ser construídos instrumentos de verificação e *accountability* sobre decisões que hoje vêm sendo impostas pelas forças armadas sem uma ampla discussão nacional. O primeiro passo para isso é construir instituições que democratizem o debate sobre defesa nacional no Brasil. Sem essas instituições, cujas características descreveremos adiante, a discussão sobre projetos estratégicos e tecnologias específicas continuará em desacordo com as necessidades nacionais.

O capítulo está dividido em três subtítulos principais: de início, será realizada uma análise sobre o processo histórico de desenvolvimento da indústria de defesa nacional, de modo a embasar o primeiro argumento já mencionado. No segundo subtítulo, argumentaremos que o histórico da relação civil-militar no Brasil é relevante para explicar por que, até hoje, não há instrumentos democráticos adequados para desenvolver o setor. Com base nessas análises, o terceiro subtítulo fará uma análise dos reflexos do histórico apresentado e breves recomendações para a reestruturação dos órgãos que tratem da construção da nossa indústria de defesa, com substrato no exame de como outras democracias desenvolvem essa tarefa. Defen-



demos que somente a partir da democratização de nosso aparato de defesa teremos condições de desenvolver uma indústria de defesa adequada para o país.

Como o conceito de indústria de defesa é amplo, entendemos que é essencial, já no início do primeiro subtítulo, refletir sobre ele. Como se verá, o foco do capítulo recairá sobre indústrias complexas e que possuem capacidade de produzir materiais que gerarão dissuasão convencional.

## **As peculiaridades da indústria de defesa e o período inicial do setor no Brasil**

A definição mais genérica do conceito entende que a indústria de defesa é composta por toda empresa, pública ou privada, que oferece bens ou serviços para as forças armadas. Essa definição inclui, portanto, empresas que fornecem equipamentos com baixa tecnologia agregada, como fardamento e alimentação dos militares. Essa parece ser a definição que sustenta o conceito de Base Industrial de Defesa (BID), amplamente utilizado pela escassa (porém crescente) literatura sobre o tema no Brasil e, principalmente, pela legislação nacional.

Apesar da importância que adquiriu no país, entendemos que tal grau de generalidade não é adequado. Tanto para a análise deste artigo quanto para políticas de fomento, igualar empresas que fornecem munição de armas leves (ou mesmo fardamento e comida) com as que desenvolvem alta tecnologia, apenas por terem o mesmo cliente, não produz resultados satisfatórios. A parcela das indústrias de defesa que desenvolvem tecnologias de ponta demanda mão de obra qualificada, estabilidade de recursos orçamentários para pesquisa e, a partir do sucesso no desenvolvimento de produtos, garantias de aquisição e apoio financeiro e político para exportações. As lógicas da contratação por menor preço, do lado governamental, e da maximização do lucro, pela empresa, não se aplicam para a parcela mais especializada da indústria de defesa.

Para que sobrevivam no disputado mercado mundial globalizado, as empresas de defesa intensivas em tecnologia precisam que o governo se posicione tanto como cliente quanto como parceiro, principalmente em países periféricos. Trata-se de uma relação diferente das que tipicamente o Estado e o mercado têm com empresas mais simples e cujas vendas não dependem somente de compras governamentais. Embora necessários em uma guerra, equipamentos mais simples (quando comparados com a complexidade de equipamentos intrincados como caças, submarinos de propulsão nuclear e outros) não necessitam ter os mesmos benefícios fiscais, por exemplo.

Se considerarmos somente as empresas que compõem o nicho tecnologicamente intensivo da defesa, seu surgimento no Brasil é relativamente recente: a partir da década de 1960. Foi somente nesse período que foram fundadas empresas como a Avibras (1961) e a Embraer (1969), duas das três principais empresas brasileiras que, juntas, foram responsáveis pela maior parte das exportações de materiais

bélicos a partir de nosso país no auge do setor, a década de 1980 (Franko-Jones, 1988, p. 42). A terceira, a Engesa, foi fundada em 1958. Reforçando a complexidade dessas três empresas, cabe frisar que a criação delas somente foi possível após o desenvolvimento de um parque fabril de maiores capacidades em decorrência da criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e dos centros tecnológicos como o Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e do Instituto Tecnológico Aeroespacial (ITA), entre outros.

Apesar de a Avibras e a Engesa terem sido fundadas antes de 1964, o crescimento delas e sua consolidação ocorreu em uma segunda etapa da indústria brasileira de defesa, que somente aconteceu pela existência da ditadura militar. Desde o seu início, a ditadura buscou fortalecer a indústria de defesa do país, oferecendo subsídios e aumentando a demanda por bens militares. A partir de um período inicial de desenvolvimento lento, essas empresas cresceram em paralelo ao chamado “milagre econômico” e aos “anos de chumbo”. Foi a partir dos anos 1970 que a indústria bélica brasileira começou a desenvolver armamentos mais aprimorados e maiores, com preços estabelecidos para a competição no mercado internacional, e a modernizar seus métodos de produção. Diversas análises sobre o período apontam para um “grau incomum” de atenção e coordenação política do regime militar para com o setor militar-industrial.

A construção dessas políticas em um período de total ausência de debate público sobre as prioridades do país impossibilita que tais políticas sejam tomadas como exemplo para um país democrático. A indústria de defesa brasileira prosperou em um período de forte crescimento da desigualdade social (Marreiro, 2015; Padrós, 2008), de flexibilização e degradação das condições de trabalho e vida dos trabalhadores (Lara & Silva, 2015) e de uma repressão que ceifou a vida de muitos brasileiros. Além disso, o avanço do setor não foi decorrente da construção de uma sólida política de avanço da ciência no país. Ao contrário, a indústria bélica nacional cresceu em forte contraste com as políticas nacionais para ciência e tecnologia e desenvolvimento industrial do setor civil, caracterizadas principalmente por falsos começos, apoio inconsistente e incentivos contraditórios (Conca, 1992, p. 145).

O desenvolvimento do setor de Defesa, ao longo da ditadura, foi amplamente marcado por uma política que privilegiava suas empresas principais. As benesses iam além do isolamento internacional típico da política de substituições de importações aplicada no período. A evolução das empresas e dos programas da indústria de defesa naquele período teve duas características importantes: (1) a ênfase na tentativa de desenvolver capacidade para inovação tecnológica autônoma, o que já se mostrava um objetivo utópico; e (2) uma ampla influência dos militares nas empresas, mantidas por meio de políticas de apoio de aquisição ou colocação de oficiais superiores e gerais em posições-chave da gestão, o que era facilitado pela falta de transparência e pela baixa participação de grupos externos, como a comunidade acadêmica, no debate.

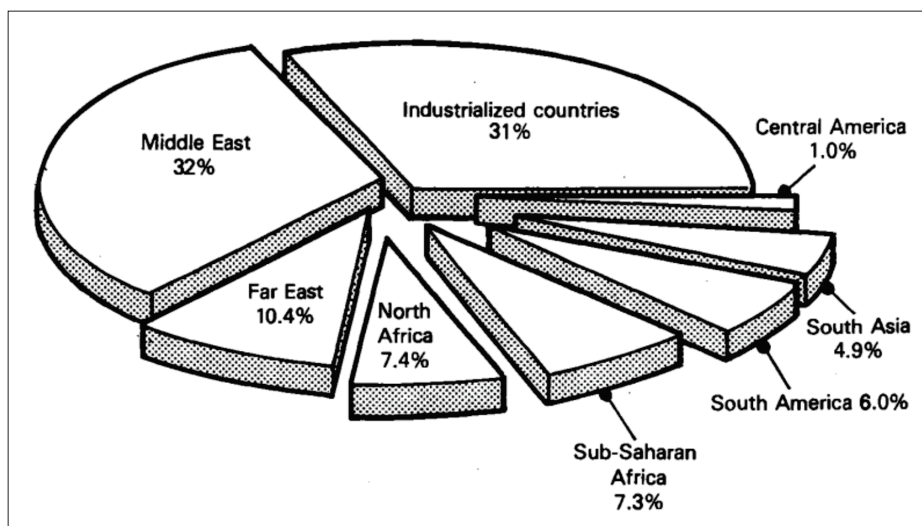
Nesse contexto, apesar de haver relações importantes entre a elite industrial do país, marcadamente a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e a ditadura (Casado & Otávio, 2013; Mendonça, 2014; Neto e Lemos, 2018), as empresas especificamente de defesa eram ainda mais privilegiadas. Contrariando o que passou a acontecer ao redor do mundo, em que tecnologias militares e civis eram interconectadas, Conca (1992) argumenta que as duas décadas da ditadura militar criaram uma estrutura isolada de atividade de ciência e tecnologia nacional para as forças armadas. A atividade militar seria responsável por algo entre 20% e 25% do investimento anual em ciência e tecnologia no país e, com algumas poucas exceções, as forças armadas criaram apenas ligações mínimas entre as principais universidades brasileiras e as pesquisas para a defesa. Desse modo, o autor entende que há poucas evidências no Brasil que possam apoiar as frequentes reivindicações de um extenso efeito de “spin-off” da tecnologia desenvolvida pelo setor de Defesa para o campo civil (Conca, 1992, p. 147). O discurso propagado pela END (Brasil, 2020, p. 41) de que vale a pena investir no setor de Defesa para criar tecnologias duais que beneficiem tanto o esse setor quanto o civil é, portanto, discutível. A lógica aplicada em muitos países do mundo é exatamente contrária a essa, havendo estudos que demonstram ser mais comum a absorção pela indústria de defesa de tecnologias desenvolvidas pela indústria civil, o chamado “spin-in” (Leske, 2018; Dunne & Braddon, 2008) do que o contrário.

Para além dos períodos inicial e de consolidação, o terceiro e último período do crescimento da indústria de defesa foi justamente o auge da participação brasileira no mercado bélico internacional. Entre o final da década de 1970 e início de 1980, o país chegou a entrar para a lista dos dez maiores exportadores de armas do mundo, embora fosse responsável por pouco mais de 1% das exportações globais (em razão da elevadíssima concentração nos países centrais, especialmente EUA e URSS [SIPRI 1988, p. 176]).

Apesar da relevância do ambiente interno para esse desempenho, três variáveis sistêmicas foram fundamentais para que a indústria bélica brasileira tenha chegado a esse patamar. Primeiro, a ditadura militar coincidiu com o crescente envolvimento dos EUA no Vietnã, o que diminuiu sua venda de materiais bélicos do pós-Segunda Guerra a baixo custo para países periféricos, inclusive para o Brasil (Brigagão, 1986, pp. 104-5). Isso abriu nichos de mercados relevantes, que foram em parte ocupados pela indústria nacional. Em segundo, começou a se consolidar, nesse período, o processo histórico de descolonização da África e da Ásia, iniciado nas décadas de 1960 e 1970. Esse processo ampliou consideravelmente a quantidade de Estados no sistema internacional e os novos países passaram a consumir produtos de defesa de modo mais sistemático, aumentando o número de possíveis clientes de produtos brasileiros. A terceira variável, a mais importante, foram os choques do petróleo em 1973 e 1979, que ampliaram consideravelmente a receita dos países árabes, principais produtores de petróleo e importadores de produtos de defesa do Brasil.

A região do Oriente Médio merece uma atenção especial. Motivados pelos valores do panarabismo e pelas derrotas acachapantes nas guerras contra Israel, diversos países da região passaram a investir pesado na compra de materiais bélicos. Não por acaso, entre os países periféricos, os maiores importadores de armas entre 1977 e 1980 foram todos dessa região: Irã (por outras razões), Arábia Saudita, Jordânia, Síria, Iraque e Líbia<sup>2</sup> compõem, respectivamente, os primeiros seis colocados da lista. Israel em 9.º lugar, Yemen do Sul em 14.º, Kuwait em 18.º e Egito em 21.º completam a lista.

Figura 1. Maiores importadores de armamentos por região (1977-1980)



Fonte: SIPRI, 1981, p. 178.

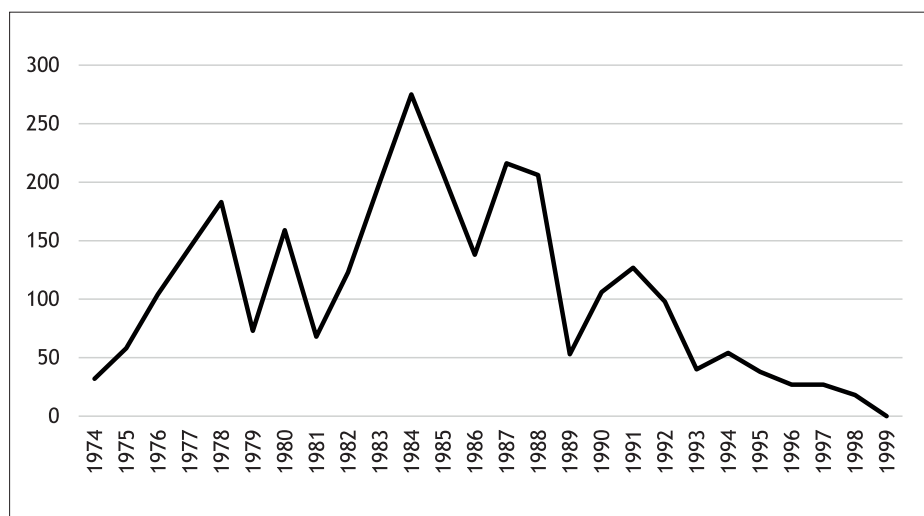
O alto preço e a importância do petróleo conferiram enorme poder comercial aos seus países exportadores, que passaram a exigir pagamentos à vista e em dólares na venda de petróleo. Uma exceção, porém, era conferida aos produtos de defesa, que eram aceitos como trocas comerciais. Em um período em que o Brasil importava a maior parte do petróleo que consumia, exportar armamentos se tornou uma alternativa interessante para ampliar a captação de recursos e poupar divisas na importação do petróleo (Ladeira Junior, 2013, p. 70). Nesse sentido, destaca-se o Iraque, que foi um dos maiores parceiros econômicos do Brasil na década de 1970 em função da venda de petróleo e que, posteriormente, tornou-se também o

<sup>2</sup> A Líbia fica no Norte da África e não entra na definição mais comumente usada de Oriente Médio. No entanto, faz parte da Liga dos Estados Árabes e esteve envolvida fortemente no panarabismo, além de ser um grande produtor de petróleo.

responsável por quase 40% do total das exportações da indústria de defesa brasileira, em especial durante sua guerra contra o Irã (1980-1988) (SIPRI, 1990, p. 247).

Esse conflito representou justamente a ascensão e a queda do período áureo da indústria de defesa brasileira. Foi durante ela que o Brasil teve seu melhor ano como exportador de armamentos; no entanto, o seu término também determinou a maior crise do setor. A queda foi muito rápida: se em 1987 o Brasil teve o seu melhor ano de exportações, os anos seguintes foram marcados por uma redução conjunta das aquisições dos seus principais clientes (Iraque, Arábia Saudita, Líbia e Egito), que passaram de US\$ 6,6 bilhões para menos de US\$ 2,3 bilhões em valores da época (Conca, 1998, p. 506). Não obstante, ainda em 1987, um Iraque exaurido pela guerra não conseguiu mais honrar seus contratos e cessou os pagamentos. Esses dois fatores fizeram que a indústria bélica brasileira, que nunca conseguiu diversificar muito os seus clientes, sofresse um duro golpe.

Gráfico 1. Exportações brasileiras de armamentos em Trend-indicator Value (TIV)



Fonte: Elaboração dos autores, com base em dados da SIPRI.<sup>3</sup>

Em resumo, o que se pode apreender dessa breve análise histórica é que a indústria de defesa brasileira somente teve relativo sucesso pela combinação de variáveis domésticas e sistêmicas muito específicas, que se encerraram abruptamente na década de 1980. Internamente, a ditadura foi fator importante. Externamente, o fim da Guerra Fria e, principalmente, da guerra Irã-Iraque esfriaram o mercado de defesa em todo o mundo. Como se observa, o crescimento da indústria de defesa

<sup>3</sup> A unidade de medida desenvolvida pelo SIPRI busca representar o valor da transferência de recursos militares, e não financeiros.

brasileira no período foi mais relacionado com a percepção de uma oportunidade de negócio do que decorrente de uma decisão estratégica de nossa defesa ou de política externa.

A mudança abrupta da conjuntura favorável vivida pela indústria de defesa do Brasil até meados dos anos 1980 teve consequências devastadoras para nossas principais empresas. O primeiro governo eleito democraticamente aderiu amplamente a uma ideologia neoliberal (Batista, 1993; Casarões, 2014), deixando de conceder os investimentos e as proteções comerciais a que a indústria estava habituada. Como consequência, a Engesa decretou falência em 1993, a Avibras entrou em processo de recuperação judicial e a Embraer foi privatizada em 1994, selando o projeto de desenvolvimento militarista da ditadura.

A reconstrução dessa indústria, em um ambiente democrático e levando-se em conta a nossa crescente incapacidade de competir contra concorrentes internacionais cada vez mais tecnologicamente avançados, demandaria uma grande reorganização do setor a partir de parâmetros democráticos, acompanhada de grandes investimentos em pesquisa e desenvolvimento nos nichos da indústria de defesa que fossem considerados prioritários. Como veremos a seguir, porém, o desequilíbrio histórico na relação entre civis e militares dificulta que o país estabeleça uma estratégia coerente.

## **O desequilíbrio nas relações civis-militares no Brasil como principal problema para o desenvolvimento da indústria de defesa nacional em um ambiente democrático**

A partir da Constituição Federal de 1988, o rol de direitos sociais e individuais a serem garantidos pelo governo federal aumentou, levando o percentual do PIB do país reservado ao orçamento de Defesa a diminuir. Em média, 2,1% do PIB brasileiro foi para a defesa entre 1965 e 1984. De 1985 a 2022, esse percentual caiu para uma média de 1,6% (SIPRI, 2023). Apesar de diminuírem a parcela do PIB investida em defesa, os governos brasileiros não fizeram o que outras democracias vêm realizando. Não houve, no país, qualquer esforço de racionalização da defesa, o que seria essencial para manter um orçamento equilibrado e adequado para nossas prioridades estratégicas em um ambiente de maior restrição orçamentária.

A ausência dessa racionalização nos remete a um problema muito maior do país: a ausência do controle civil sobre os militares. Trata-se de um problema histórico, que teve início ainda no Brasil colônia, permaneceu após a independência e se estendeu ao longo dos últimos séculos. Esse problema é decorrente da soma de dois fatores.

Durante o período colonial, a elite brasileira tinha participação limitada no Exército de Portugal e, após a independência, optou por carreiras mais lucrativas (Holanda, 2004, pp. 279-80). Mesmo para as camadas mais pobres, o tratamento

que os soldados recebiam, muito próximo ao dos escravizados, tornava o recrutamento um castigo a ser evitado (Mcbeth, 1977, p. 71). Além disso, a grande quantidade de oficiais e soldados portugueses que permaneceram na força brasileira levou a instituição a se tornar alvo de desconfiança e de ataques xenofóbicos. Após o desempenho desastroso na Guerra da Cisplatina (1825-1828), a desconfiança da população sobre os militares era tamanha que motivou a criação da Guarda Nacional em 1831, uma força militar de controle civil, em uma clara tentativa de enfraquecer ainda mais o Exército regular (Mcbeth, 1978, p. 126).

Como as principais ameaças do período imperial eram principalmente domésticas, como revoltas escravas e movimentos separatistas, a elite brasileira manteve como prioridade a aplicação da coerção no ambiente interno, utilizando os militares frequentemente como instrumento de opressão dessas revoltas, não tendo havido a preocupação de criar um Exército profissional para defender o país de ameaças externas (Souza et al., 2017). Por ser um país que raramente enfrenta conflitos externos e possui problemas domésticos de difícil solução, o vácuo deixado pelos civis no Brasil foi, com o tempo, prontamente ocupado pelos militares, situação que permaneceu inalterada mesmo depois da redemocratização (Lima et al., 2020).

O descaso com as ameaças externas teve um alto custo na Guerra do Paraguai (1864-1870), em que modelos de recrutamento da época demonstraram uma clara deficiência. A necessidade de empregar pessoas escravizadas como soldados fez que as gerações mais novas de militares,<sup>4</sup> desconectadas da elite, passassem a questionar o modelo da sociedade imperial, agrário e escravista, e desejassem uma modernização. A partir daí, e motivados pelos ideais positivistas que foram difundidos pela tropa, o Exército tomou para si uma suposta função de desenvolver o país (presente em diversos discursos e documentos emitidos pela força ainda na atualidade).

Essa atuação política dos militares foi realizada com base no desenvolvimento de uma autoimagem, processo que teve a conivência de civis. Na lógica militar, as forças armadas teriam legitimidade para “consertar” o país sempre que achassem necessário. Fuccille (2021, p. 210) lista os principais momentos em que houve tentativas (ou efetiva realização) de exercício pleno do controle político do país pelos militares: a) a proclamação da República, em 1889; b) a Revolta da Armada, em 1893; c) o movimento Tenentista, nos anos 1920; d) a “Revolução” de 1930; e) a instituição do Estado Novo, em 1937; f) a deposição de Getúlio Vargas, em 1945; g) a tentativa de impedir a manutenção da democracia entre 1954-1955; h) o golpe civil-militar de 1964. A ascensão dos militares ao poder durante o governo Bolsonaro pode ser incluída nesse rol, pois parcela expressiva dos militares assumiram postos no governo federal e, no auge da ameaça golpista, o Exército claramente protegeu indivíduos que tentaram uma ruptura institucional e evitaram suas prisões.

---

<sup>4</sup> Conforme a força brasileira foi se nacionalizando com a saída dos portugueses, o novo quadro de oficiais era composto por indivíduos de classes mais baixas. Até a Guerra do Paraguai, entretanto, as patentes mais altas do oficialato brasileiro ainda eram preenchidas por membros da elite ou conectadas a ela, como, por exemplo, Lima e Silva, o Duque de Caxias (Graham, 2002; Holanda, 2004).

Esse retorno às origens sociais de nossas forças armadas é importante porque a história da relação civil-militar no país mostra que, enquanto os civis tiveram pouca preocupação com as questões militares e de defesa, os militares seguiram uma trajetória de autonomia nesses assuntos e constantemente tutelaram o Estado em nome do desenvolvimento nacional e da manutenção da ordem. Evidencia-se, portanto, a ausência de um controle efetivo das autoridades civis sobre os militares. Como as forças armadas continuam sendo instituições capazes de definir seus interesses e bloquear reformas, elas também ficam estagnadas ou progridem muito lentamente (Kadercan, 2013). Na prática, isso significa que, para além da democracia, a defesa nacional e a soberania do país também ficam prejudicadas.

A constituinte foi um momento em que, após anos de ditadura, mais uma vez os civis perderam a oportunidade de impor o controle civil e de consolidar a liderança sobre a construção de uma política de defesa centralizada nos governantes eleitos, tendo sido o processo de elaboração da Carta Magna amplamente influenciado pelos militares (Schinke, 2022; Carvalho, 2005). A influência que as forças armadas tiveram sobre a redação do art. 142 e a descentralização ocasionada pela manutenção de diversos ministérios militares na estrutura do Estado (o Ministério da Defesa somente foi criado em 1999) facilitaram a manutenção da autonomia de que os militares sempre gozaram.

Apesar de o Estado democrático que adveio da constituinte ter levado à diminuição da parcela do PIB investida em defesa, os governos eleitos a partir de 1989 não realizaram as tarefas mais relevantes sobre o tema: a democratização e a racionalização das instituições de defesa. Isso se reflete, ainda hoje, na relação entre o Estado e as indústrias de defesa.

Se partirmos das noções de que a redução da desigualdade é o principal objetivo do Estado brasileiro e de que um país periférico como o Brasil somente dispõe de opções e recursos limitados para a defesa, ideias já desenvolvidas neste capítulo, a única saída possível para que o Brasil pudesse desenvolver uma indústria de defesa adequada seria a centralização das decisões orçamentárias no Ministério da Defesa, garantindo que os recursos disponíveis sejam aplicados de forma eficiente. Veremos, no próximo subtítulo, como a configuração do aparato de defesa do Brasil na atualidade prejudica a consolidação de uma indústria de defesa adequada em nosso país.

## **Democratizar estruturas: tarefa prioritária para reconstruir a indústria de defesa do Brasil**

Em todas as democracias maduras do mundo, há órgãos semelhantes ao Ministério da Defesa (MD) brasileiro, que foi criado apenas tardiamente em nosso país. A discussão sobre a importância de ministérios da Defesa foi aprofundada por Bruneau & Goetze Jr. (2006, p. 80), que percebem que esses ministérios de países



democráticos possuem três funções básicas: a) assegurar a legitimidade dos civis eleitos, estabelecendo o controle civil dos militares; b) associar essa legitimidade política à *expertise professional* dos militares; c) assegurar a efetividade (capacidade de cumprir a missão) e a eficiência (racionalização dos gastos) das forças armadas.

Trazendo a discussão para nosso tema central, percebe-se a necessidade de que o MD possua ferramentas para tomar decisões estratégicas que visem a consolidação de suas indústrias de defesa. Entre os principais objetivos relacionados com o tema, estão a manutenção da coesão entre as prioridades estratégicas definidas para a defesa nacional e os equipamentos prioritários para as forças armadas, a racionalização do orçamento e o planejamento e o desenvolvimento de uma política industrial para a defesa, que possibilite a manutenção de uma base industrial de defesa própria.

No Brasil, porém, o MD é um órgão que não tem recursos institucionais, humanos e políticos para exercer tais competências, o que repercute fortemente para que não tenhamos uma indústria de defesa mais desenvolvida. Estruturalmente, não há órgão ou servidores que possam consolidar os pedidos orçamentários das forças armadas e decidir sobre eles a partir de uma estratégia central que determine prioridades diante dos conceitos abstratos construídos na Política Nacional de Defesa e na Estratégia Nacional de Defesa. Em termos gerais, como o MD é o órgão que determina as prioridades políticas do governo para as forças armadas, caberia a esse órgão a construção de uma política industrial para a defesa, definindo a relação do Estado com as empresas desde o início das pesquisas até a venda ao comprador final.

A própria definição de quais são os projetos estratégicos que deveriam ser priorizados em uma situação de limitações orçamentárias deveria caber ao MD, não as forças armadas. Isso porque a guerra moderna, com armamentos de grande letalidade e alcance, exige forças armadas bem treinadas e que operem conjuntamente, com equipamentos intensivos em tecnologia e que possuam grande mobilidade. Em um conflito nessas condições, agilidade deve ser priorizada em detrimento de tamanho.

O MD brasileiro, porém, não possui um órgão que possa analisar o cenário internacional atual e traduzir, de modo centralizado, as características deste ambiente em prioridades orçamentárias e de equipamento sem a interferência dos interesses burocráticos das forças armadas. Para que isso fosse possível, seria necessário que o MD possuísse um corpo de servidores civis com carreira própria, composto por profissionais provenientes de diferentes áreas do conhecimento, desde as engenharias até as relações internacionais. Contudo, o MD está amplamente dominado por militares, situação que é decorrente dos aspectos históricos anteriormente mencionados, que não foi resolvida durante os governos do Partido dos Trabalhadores (Cortinhas & Vitelli, 2020) e que certamente foi agravada por Bolsonaro. Como a discussão global sobre a estrutura do MD para fomentar a racionalização orçamentária exigiria um capítulo próprio, vamos nos concentrar somente no exame da constituição do único órgão daquela estrutura que teria competência para

desenvolver uma política industrial para o setor: a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD).

Em países que empoderaram seus ministérios da Defesa para regularem, incentivarem e controlarem sua indústria de defesa, os órgãos de política industrial têm composição numerosa e diversificada, sendo dominados por civis. Entre as principais funções a serem exercidas por esses órgãos, estão a definição de prioridades de equipamentos que serão desenvolvidos, com base nos documentos políticos sobre defesa nacional, a definição sobre a quantidade de equipamentos que serão adquiridos e como serão distribuídos entre as forças, que indústrias e setores serão privilegiados e como haverá o fomento à sobrevivência das empresas nacionais. Quanto a esse último ponto, parece-nos relevante mencionar que cabe ao órgão de fomento à indústria encontrar meios para politicamente garantir que os projetos tidos como prioritários tenham previsibilidade de recursos orçamentários, de modo a permitir investimentos de longo prazo pelos entes privados no desenvolvimento desses equipamentos.

É interessante observar, mesmo que brevemente, como a França e o Reino Unido organizam essas funções em seus ministérios da Defesa. São casos interessantes porque são países com economias de tamanho semelhantes à nossa,<sup>5</sup> o que permite a comparação. Além disso, são países que já estruturaram seus aparatos de defesa a partir de critérios democráticos, reduzindo o tamanho de suas forças armadas (apesar de terem interesses globais) e equilibrando seus orçamentos de defesa a partir do padrão ideal da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o que significa que mantêm acima de 20% (ambos estão em cerca de 28%) do orçamento para a conta de investimentos e cerca de 40%, no máximo, para pessoal (OTAN, 2022).

Para chegar a esses números, ambos possuem ministérios da Defesa fortes e com áreas orçamentárias muito empoderadas. No Ministério da Defesa do Reino Unido, há 35.560 civis alocados (Reino Unido, 2022) nas áreas superiores de orçamento (Top Level Budgetary Areas – TLBA). Na França, as definições sobre as prioridades em termos de projetos estratégicos e a área de fomento à indústria, além de diversas definições orçamentárias relativas a equipamentos, estão concentradas na Delegação Geral de Armamentos (DGA), um órgão que combina civis e militares. Por se concentrar nas áreas específicas da definição orçamentária que dizem respeito a armamentos, a DGA possui estrutura mais restrita que as TLBA do Reino Unido, mas ainda assim é uma estrutura muito robusta. Em 2021, a DGA contava com 10.118 servidores, e apenas 18% deles eram militares (França, 2022).

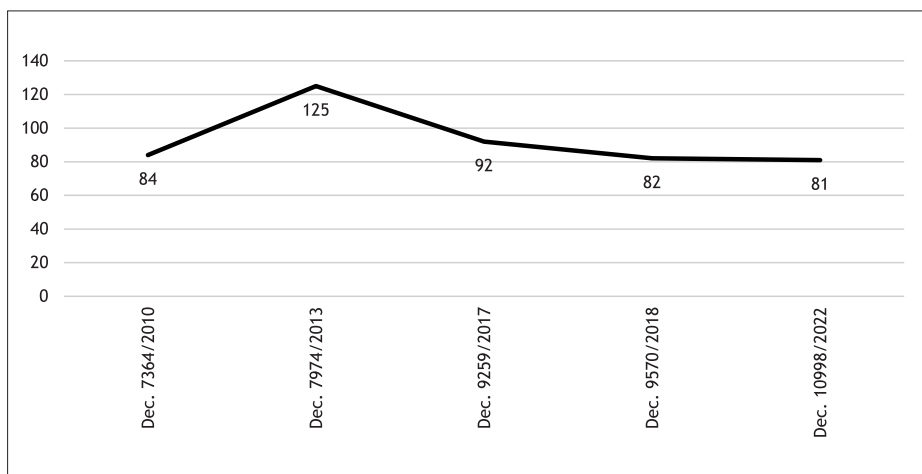
Ambos os ministérios, como se observa, possuem estrutura robusta e diversificada, incluindo civis de diversas áreas e militares das distintas forças armadas. O MD brasileiro, por outro lado, não possui estrutura que possa sequer ser comparada

---

<sup>5</sup> De acordo com o World Factbook (CIA, 2023), o Brasil tem a oitava maior economia do mundo, a França tem a nona e o Reino Unido a décima no comparativo de PIB real (PPP).

com as descrições citadas. A relação do Ministério com as empresas está concentrada na SEPROD, que apresenta estrutura precária, com limitações organizacionais e burocráticas que a impedem de exercer a função adequadamente. O órgão tem um número extremamente reduzido de servidores, como é possível observar pelo Gráfico 2.

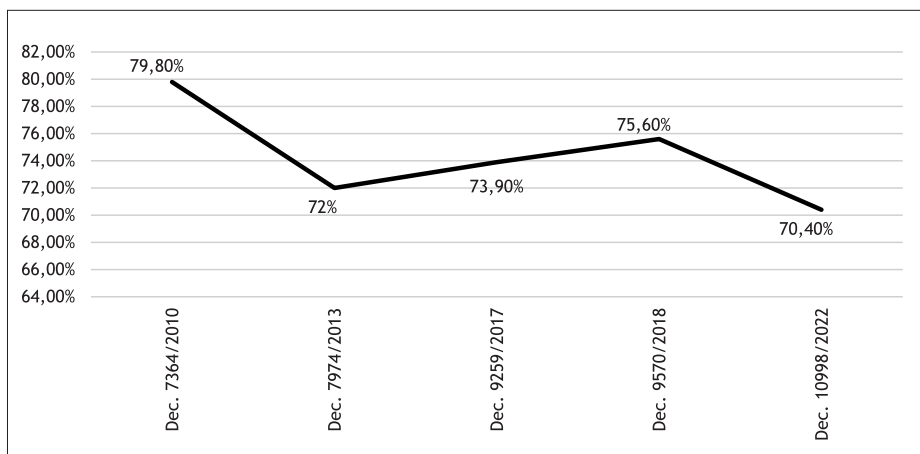
Gráfico 2. Número total de servidores da SEPROD



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos decretos citados.

Percebe-se que, apesar do aumento do número de servidores após 2010, quando a Estratégia Nacional de Defesa e a Lei Complementar n.º 136/2010 haviam sido aprovadas, os anos subsequentes foram de retrocessos. O número de servidores foi reduzido para o mesmo montante inicial do órgão e, ao mesmo tempo, o percentual de cargos exclusivos de militares passou a ser novamente ampliado, como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3. Percentual de cargos exclusivamente militares na SEPROD



Fonte: Elaboração dos autores, com base nos decretos citados.

Apesar de os percentuais parecerem extremamente altos, o número real é certamente muito maior. Como militares podem ocupar cargos civis, mas o contrário não ocorre, o número de militares na SEPROD facilmente ultrapassa os 75%. Além disso, ainda que fossem mantidos os 125 servidores (número máximo aprovado em 2013), esse número é ínfimo se comparado a órgãos internacionais que são responsáveis por organizar a indústria de defesa em seus países.

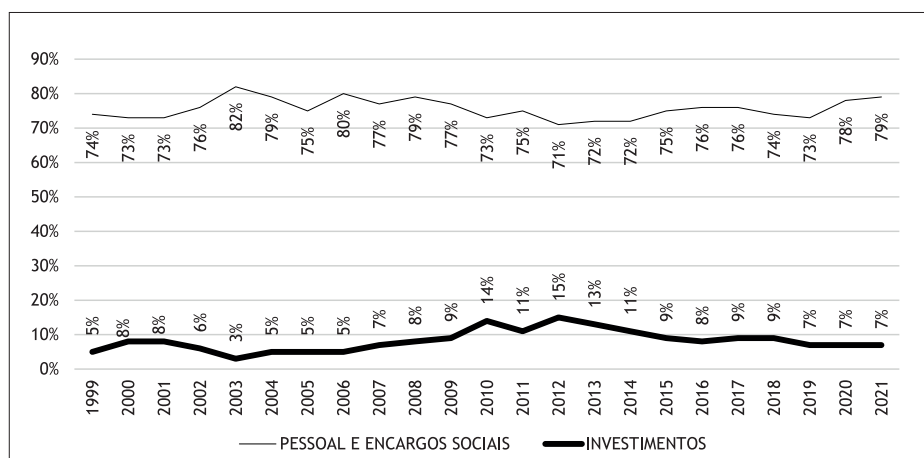
Nesse sentido, importa esclarecermos as três principais consequências de termos uma política de defesa formulada predominantemente por militares: a) as políticas de defesa, até mesmo a industrial, são claramente improvisadas; b) o conservadorismo militar impede mudanças; c) baixa interoperabilidade.

Primeiramente, embora o Brasil esteja relativamente habituado a uma ideia de que militares possam exercer qualquer função (como se viu durante o governo Bolsonaro), a formação militar é dedicada (ou deveria ser) a prepará-los para o combate. Levando-se em conta que os armamentos se tornaram extremamente letais e a guerra é um fenômeno extremamente complexo “fortemente inter-relacionado de cobertura, ocultação, dispersão, supressão, manobras independentes de pequenas unidades e armas combinadas no nível tático” (Biddle, 2006, p. 3), qualquer erro pode trazer consequências desastrosas. Esse cenário exige intenso treinamento dos militares, variável mais determinante para o resultado das guerras do que quantidade, tanto de soldados quanto de equipamentos. O militar deveria ser, desse modo, um profissional especializado para uma função específica. Não se trata de um generalista que entende de todos os temas da política nacional como, por exemplo, políticas fiscais para a indústria de defesa, política externa para exportações e outros temas afins. Colocá-los nessa função configura desvio inadequado de função e prejudica tanto a indústria de defesa quanto o profissionalismo das forças armadas.

A segunda consequência diz respeito ao fato de que, por terem influência política, os militares têm conseguido evitar reformas, levando à permanência de uma ideologia conservadora que impede reformas, fica incorporada na instituição e os afasta ainda mais de sua atividade profissional. Um exemplo disso são as comemorações que celebram o golpe militar de 1964 como “revolução democrática”. O comprometimento orçamentário decorrente desse conservadorismo pode ser descrito por meio de dois exemplos: o serviço militar obrigatório, que é defendido pelos documentos de defesa e pelo Exército, mas é apontado por estudos da própria força como a causa da baixa capacidade operacional das unidades (Valentini, 2013, p.178). O segundo exemplo, que está relacionado com o primeiro, é a manutenção de um importante desequilíbrio das contas orçamentárias desde a criação do MD.

Desde 1999, mais de 70% dos recursos são gastos com pessoal, deixando uma pequena margem do orçamento para investir em equipamentos. Além desse desequilíbrio afetar a indústria de defesa, que poderia ter as forças brasileiras como clientes de maior relevância, a prioridade em manter tanto pessoal revela uma estratégia questionável de defender o país com grande contingente, não necessariamente bem armado ou bem treinado. Como o orçamento para a defesa é limitado pela maior relevância que as políticas sociais têm em um país periférico como o Brasil, e é importante que elas continuem sendo priorizadas, é preciso escolher entre muito pessoal ou equipamentos modernos e plenamente operacionais. Somente um reequilíbrio das contas poderia abrir margem para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos equipamentos, além da manutenção e atualização de equipamentos mais antigos.

Gráfico 4. Distribuição das principais contas do orçamento de Defesa (1999-2021)



Fonte: Elaboração dos autores, com SIGA Brasil (<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>). Acesso em: 14 jun. 2023).

Por fim, a baixa interoperabilidade surge como terceira consequência. Sem uma instituição capaz de centralizar as aquisições de materiais bélicos, elas ocorrem de maneira arbitrária dentro das forças. Como são muitos os equipamentos de cada força, cada um com suas características, e não há órgão capaz de supervisionar o conjunto, as aquisições são feitas de modo individual e se tornam objeto constante de mudanças de planos ou de prioridades. O Exército, por exemplo, já aprovou vários projetos de modernização ao longo dos últimos anos<sup>6</sup> (basicamente um por década, um espaço curtíssimo de tempo para projetos que deveriam mirar o longo prazo). O portfólio do Escritório de Projetos da Força menciona 13 programas estratégicos,<sup>7</sup> um número que indica, de fato, ausência de prioridades e de uma verdadeira estratégia. Por fim, para a indústria de defesa brasileira, tantos projetos e a falta de prioridade trazem incerteza, seja pelo abandono de projetos ou por uma redução da compra de unidades. Uma falta de previsibilidade que, curiosamente, pode ser resumida como “falsos começos, apoios inconsistentes e incentivos contraditórios”, expressão utilizada por Conca (1992, p. 145) para se referir às indústrias civis no período da ditadura militar.

Sem fatores que proporcionem a racionalização, tanto a grande estratégia do país quanto a política de obtenção de material militar acabam se tornando alvo de corporativismo.

## Conclusão

O exame das possibilidades e prioridades para reconstruir a indústria de defesa do Brasil pode ser realizado de diversas maneiras. Ao iniciar os debates para a redação deste capítulo, porém, os autores selecionaram concentrar a discussão nas questões estruturais do aparato de defesa brasileiro porque entendem que, quaisquer reformas que não forem iniciadas por uma ampla reforma do MD brasileiro levarão a resultados insatisfatórios. Enquanto o Brasil não fortalecer o MD de modo a centralizar nele todo o planejamento e a consolidação de sua indústria de defesa, unificando decisões que vão desde o início da pesquisa de novas tecnologias até a aquisição/venda final de sistemas militares, não teremos quaisquer condições de fomentar nossa indústria no longo prazo e de mantê-la competitiva em um sistema internacional com diversos países investindo de modo racional e eficiente nessa área.

Diante dos dados apontados neste capítulo, acreditamos que fica evidente que discussões sobre o nível de gasto em defesa do país em relação ao seu PIB ou sobre que projetos estratégicos devem receber investimentos se tornam secundárias. O

---

<sup>6</sup> FT 90, FT 2000 e o Projeto de Transformação. Nenhum deles sendo concluído no tempo previsto, e muitos objetivos acabaram sendo abandonados.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/texto-explicativo>. Acesso em: 18 mar. 2023.

fato mais relevante é que o orçamento de Defesa do país está desequilibrado e, se reformas estruturais profundas não forem realizadas, assim continuará.

O Brasil não gasta necessariamente pouco em defesa, em especial se levarmos em consideração que somos um país com baixo índice de conflitividade internacional, em que a população está faminta e em que os serviços públicos apresentam deficiências importantes. Nesse contexto, é mais importante concentrar esforços na racionalização do gasto que vem sendo realizado do que insistir no aumento do orçamento, em especial porque, ao deixar de priorizar os investimentos em equipamentos em tecnologia e para o desenvolvimento de novos equipamentos, o país cria uma dinâmica negativa entre gastos com defesa e desenvolvimento (Scheetz, 2002). Isso é justamente o que tem ocorrido ao longo dos anos: em vez de concentrar o gasto com defesa para promover novas tecnologias e desenvolvimento, o orçamento tem privilegiado a manutenção de forças armadas cada vez mais obsoletas diante dos países que vêm modernizando seu aparato militar.

A indústria de defesa, nesse contexto, não consegue garantir sua sobrevivência. Mesmo que surjam pequenos períodos de esperança, não há quaisquer sinais de uma revitalização duradoura.

## Referências

- ACHMADI, B.; ZAUHAR, S.; SH, Bambang & FEFTA W, A. The Implementation of the Defense Industrial Base (DIB) a Comparative Study of Indonesia and Brazil. *Wacana*, 22(2), pp. 141-52, 2019.
- AMARA, J. *Military Industrialization and Economic Development: Jordan's Defense Industry*. Working Paper Series. Defense Resources Management Institute. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36725263.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.
- BATISTA, P. N. A Política Externa de Collor: modernização ou retrocesso? *Política Externa*, 4(1), pp. 103-35, 1993.
- BIDDLE, S. *Military Power: Explaining Victory and Defeat in Modern Battle*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BRASIL. *Política Nacional de Defesa/Estratégia Nacional de Defesa*. 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesapt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesapt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressional_22_07_2020.pdf). Acesso em: 14 set. 2022.
- BRAUER, J.; DUNNE, J. P. (eds.). *Arming the South: The Economics of Military Expenditure, Arms Production and Arms Trade in Developing Countries*. London: Palgrave Macmillan, 2002.
- BRIGAGÃO, C. The Brazilian Arms Industry. *Journal of International Affairs*, 40(1), pp. 101-14, 1986.
- BRUNEAU, T. & GOETZE JR., R. Ministries of Defense and Democratic Control. In: BRUNEAU, T. & TOLLEFSON, S. *Who Guards the Guardians and How: democratic civil-military relations*. Austin: University of Texas Press, 2006.

- CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005
- CASADO, J. & OTÁVIO, C. O elo da Fiesp com o porão da ditadura. *O Globo*, 9 mar. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/o-elo-da-fiesp-com-porao-da-ditadura-7794152>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- CASARÕES, G. S. P. e. “*O tempo é o senhor da razão?*” *A política externa do governo Collor, vinte anos depois*. Doutorado em Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.
- CONCA, K. Technology, the Military, and Democracy in Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 34(1), pp. 141-77, 1992.
- CONCA, K. Between global markets and domestic politics: Brazil’s military-industry collapse. *Review of International Studies*, 24(4), pp. 499-513, 1998.
- CORTINHAS, J. S. Anarquia Internacional. In. SAINT-PIERRE, H. L. & VITELLI, M. G. *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Ed. UNESP: 92-115, 2018. Disponível em: <https://editoraunesp.com.br/catalogo/9788595463004,dicionario-de-seguranca-e-defesa>. Acesso em: 14 nov. 2022.
- CORTINHAS, J. S. & VITELLI, M. G. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 7(2), pp. 187-216, 2020.
- DUNNE, J. P. & BRADDON, D. *Economic Impact of Military R&D. Brussels: Flemish Peace Institute. Oxford Economics: The Economic Case for Investing in the UK Defence Industry. Final Report*. Bristol: University of the West of England, 2008.
- FRANÇA. Ministère des Armées. *Key Figures 2021*. 2022. Disponível em: [https://www.defense.gouv.fr/sites/default/files/dga/022\\_chiffres\\_cles\\_DGA\\_num\\_uk.pdf](https://www.defense.gouv.fr/sites/default/files/dga/022_chiffres_cles_DGA_num_uk.pdf). Acesso em: 14 set. 2022.
- FRANKO-JONES, P. Public Private Partnership: Lessons from the Brazilian Armaments Industry. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 29(4), pp. 41-68, 1988.
- FUCCILLE, A. A. As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito por fazer. In. MARTINS FILHO, J. R. *Os Militares e a Crise Brasileira*. São Paulo: Alameda, pp. 209-20, 2021.
- GRAHAM, R. Brazil from the middle of the nineteenth century to the Paraguayan War. In. BETHELL, L. (org.). *The Cambridge History of Latin America*, vol. III. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HOLANDA, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira - Declínio e Queda do Império*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.
- KADERCAN, B. Strong Armies, Slow Adaptation: Civil-Military Relations and the Diffusion of Military Power. *International Security*, 38(30), pp. 117-52, 2013.
- KRAUSE, K. *Arms and the State: Patterns of Military Production and Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- KURÇ, Ç. Between defence autarky and dependency: the dynamics of Turkish defence industrialization. *Defence Studies*, 17(3), pp. 260-81, 2017.
- KURÇ, Ç.; BITZINGER, R. & NEUMAN, S. *Defence industries in the 21st century: a comparative analysis*. London: Routledge, 2021.
- LADEIRA JÚNIOR, P. *A Ascensão e Queda, e os desafios ao crescimento das empresas*



- de defesa Avibras e Engesa*. Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- LARA, R. & SILVA, M. A. da. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, 122, 2015. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NGwM4fhVhW4rhdnTN-XZhpmm/?lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- LESKE, A. D. C. A review on defense innovation: from spin-off to spin-in. *Brazilian Journal of Political Economy*, 38(2), pp. 377-91, 2018.
- LIMA, R. C.; PETERSON F. S. & GUNTHER, R. No power vacuum: national security neglect and the defense sector in Brazil. *Defence Studies*, 21(1), pp. 84-106, 2020.
- MARREIRO, F. Série inédita brasileira mostra salto da desigualdade no começo da ditadura. *El País*, 4, 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/29/economia/1446146892\\_377075.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/29/economia/1446146892_377075.html). Acesso em: 14 dez. 2022.
- McBETH, M. The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier?. In: ALDEN, D. & DEAN, W. (orgs.). *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: The University Press of Florida, 1977.
- McBETH, M. The Brazilian Army and Its Role in the Abdication of Pedro I. *Luso-Brazilian Review*, 15(1), pp. 117-29, 1978.
- MENDONÇA, R. Papéis de militares expõem atuação da Fiesp no golpe de 64. *Folha de S.Paulo*, 1.º jun. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/06/1463226-papeis-de-militares-expoem-atuacao-da-fiesp-no-golpe-de-64.shtml>. Acesso em: 22 mar. 2022.
- NETO E LEMOS, R. L. C. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) e o regime ditatorial no Brasil pós-1964. In: MARTINS, M. de S. N.; CAMPOS, P. H. P. & BRANDÃO, R. V. da M. *Política Econômica nos Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/39279021/O\\_Grupo\\_Permanente\\_de\\_Mobiliza%C3%A7%C3%A3o\\_Industrial\\_GPMI\\_e\\_o\\_regime\\_ditatorial\\_no\\_Brasil\\_p%C3%B3s\\_1964](https://www.academia.edu/39279021/O_Grupo_Permanente_de_Mobiliza%C3%A7%C3%A3o_Industrial_GPMI_e_o_regime_ditatorial_no_Brasil_p%C3%B3s_1964). Acesso em: 14 mar. 2023.
- NEUMAN, S. Power, Influence, and Hierarchy: defense industries in a unipolar world. *Defense and Peace Economics*, 21(1), pp. 105-34, 2010.
- OTAN. Organização do Tratado do Atlântico Norte. *Defence Expenditure of NATO Countries (2014-2022)*. 2022. Disponível em: [https://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/220627-def-exp-2022-en.pdf](https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2022/6/pdf/220627-def-exp-2022-en.pdf). Acesso em: 24 abr. 2023.
- PADRÓS, E. S. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C.; FERREIRA, M. DE M.; ARAÚJO, M. P. & QUADRAT, S. V. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.
- REINO UNIDO. *MOD biannual civilian personnel report*, oct. 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/statistics/mod-biannual-civilian-personnel-report-october-2022/mod-biannual-civilian-personnel-report-october-2022>. Acesso em: 24 abr. 2023.

- SCHEETZ, T. Military Expenditure and Development in Latin America. In: BRAUER, J. & DUNNE, J. P. *Arming the South: the economics of Military Expenditure, Arms Production and Arms Trade in Developing Countries*. New York: Palgrave MacMillan, 2002.
- SCHINKE, V. D. A Assembleia Nacional Constituinte e as Forças Armadas: os trabalhos da subcomissão. *Revista Direito e Praxis*, 13(3), pp. 1.820-46, 2022.
- SIPRI. *World Armaments and Disarmament*. London: Taylor & Francis, 1981.
- SIPRI. *SIPRI Yearbook 1988 World Armaments and Disarmament*. New York: Oxford University Press, 1988.
- SIPRI. *SIPRI Yearbook 1990 World Armaments and Disarmament*. New York, Oxford University Press, 1990.
- SIPRI. *Military Expenditure Database*. 2023. Disponível em: <https://www.sipri.org/databases/milex>. Acesso em: 30 maio 2023.
- SOUZA, A. B.; SILVA, A. M. D.; MORAES, L. E. & CHIRIO, M. (eds.). *Pacificar o Brasil: das guerras justas às UPPs*. São Paulo: Alameda, 2017.
- VALENTINI, F. A. da S. *O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes*. Mestrado. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2013.
- WALTZ, K. *Theory of International Politics*. Reading: Addison-Wesley Publishing Co., 1979.

# LAWFARE, DEMOCRACIA E A TRANSIÇÃO INACABADA BRASILEIRA

Rodrigo Lentz

**E**m 2019, o então presidente do Tribunal Regional Federal da 2.a Região (2019-2021), Reis Friede, publicou artigo na revista da Escola Superior de Guerra (ESG) associando a “corrupção” às “novas formas de guerras” que ameaçavam países em desenvolvimento com a falência do Estado nacional. Para o desembargador federal, a chamada “Operação Lava Jato” teria preservado com eficiência a normatividade do “Movimento Revolucionário de 1964” que, ao estruturar a justiça federal brasileira, teria garantido a ela a sucessão do papel “estabilizador” antes atribuído às forças armadas (Reis Friede, 2019).<sup>1</sup>

A formulação de Reis Friede ilustra o propósito deste capítulo: analisar o Estado de Direito como um instrumento de guerra em tempos de paz — a chamada guerra jurídica (*lawfare*) — e sua relação com o processo de democratização do país após 1985. Tal análise tem como hipótese a convergência entre a atual doutrina de

---

<sup>1</sup> Quanto a “normatividade”, Reis Friede, que também é professor emérito da Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), se referiu aos seguintes: Ato Institucional n.º 2/65 (art. 6.º), Lei n.º 4.878/65 (criação da Polícia Judiciária Federal), Lei n.º 5.010/66 (criação do Poder Judiciário Federal), Lei Complementar n.º 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN) e a Lei Complementar n.º 40/81 (organização do Ministério Público).

ação política das forças armadas e a premissa política que atribuiu ao Poder Judiciário o papel de “centro gravitacional” do sistema político, incluindo o uso do Estado de Direito no período democrático em uma “guerra preventiva” para preservar as conquistas de poder da ditadura de 1964.

Para tanto, o primeiro passo será situar teoricamente a chamada guerra jurídica no espectro mais amplo da guerra (Mei, 2018). A partir de revisão bibliográfica, serão explorados os diferentes sentidos atribuídos ao termo “lawfare”, desde a considerada primeira aparição do termo resgatada por Dunlap Jr. (2001; 2008; 2017) no início do século XX como um instrumento de “inimigos dos EUA” às caracterizações mais recentes da guerra jurídica como uma ferramenta de desestabilização de democracias em países da periferia do capitalismo como uma política de segurança nacional dos países do centro do capitalismo (Kittrie, 2010).

Em seguida, será analisado o papel atribuído ao Poder Judiciário na atual versão da doutrina de segurança nacional brasileira com base no conceito de “poliarquia de segurança nacional” (Lentz, 2021). A partir do exame das edições do “Manual Básico” da ESG realizadas após 1988, a concepção das forças armadas sobre a democracia contemporânea relacionada com o *lawfare*, sobretudo nos aspectos prescritivos sobre o papel do Judiciário no saneamento das “disfuncionalidades” do sistema político que ameaçariam a estabilidade do regime político e, por consequência, a segurança nacional. Por fim, as consequências dessa formulação para a democracia brasileira e como elas se relacionam com o contexto mais amplo da crise das democracias liberais.

## Da guerra contemporânea e sua variação jurídica

Ao buscar delimitações para o estudo da ciência política, Schmitter (s.d.) observa que um dos grandes problemas dessa área de conhecimento seria investigar as formas de “resolução dos conflitos de forma não-violenta”. Partindo da premissa que às relações de poder o conflito seria inerente, não se trataria de eliminá-lo, mas sim de domesticá-lo. Daí que a própria terminologia “resolução” seria imprópria, uma vez que o conflito sobrevive, porém, dentro de parâmetros anteriores à violência explícita, direta e bélica entre grupos de determinada comunidade política.

Trata-se justamente de evitar a guerra, uma vez ser essa “o confronto violento entre grupos politicamente organizados” (Mei, 2018, p. 474). Se a função da política seria essa, nos termos de Clausewitz, a própria guerra seria uma extensão da política, só que por outros meios — a violência. É dizer que política e violência estão diretamente ligadas às relações de poder moderno. Não por acaso, a própria definição já clássica de Weber sobre o Estado destaca o meio distinto que essa organização reivindica — o monopólio da violência legítima.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Eis delimitação conceitual: “o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima

Isso demonstra que a guerra é um fenômeno intrinsecamente político, isto é, de natureza histórico-social e, por essa razão, polissêmico (Mei, 2018). Estando a paz no outro extremo, o intervalo que a separa da guerra admite todas as variações possíveis que as vontades políticas estabelecem nas relações conflitivas ou cooperativas. Em uma só palavra: a guerra é um camaleão (Mei, 2018, p. 487). São os contextos históricos de cada época, com suas configurações de relações de dominação social e política, que definem os contornos conjunturais e estruturais da guerra, assim como suas variações intermediárias entre os dois extremos. Por se constituir um fenômeno histórico-social, não apenas fatores militares importam para a guerra, mas também políticos, econômicos, culturais e científicos-tecnológicos, sobretudo para sua delimitação mais abrangente. Dessa maneira, o senso comum que reduz a guerra à sua variação militar estereotipa, por seu típico instrumento, tanto as causas quanto os objetivos políticos que estruturam a noção da guerra.

É nesse contexto mais amplo que podemos incluir a chamada “guerra jurídica” — o *lawfare*. Após os dois grandes conflitos mundiais do século XX, sobretudo com a introdução das armas nucleares e da escala industrial da carnificina humana, a guerra interestatal entrou em declínio, seja por imperativos morais, seja por sobrevivência do próprio sistema capitalista em nível global. Com isso, especialmente “em tempos de paz”, outras formas de domesticação de conflitos ascenderam nas relações interestatais, assumindo-se múltiplas nomenclaturas que destacam os aspectos táticos e subjagam seus aspectos políticos: guerra não convencional, guerra irregular, guerra de quarta geração (4GW), guerra pós-moderna, guerra degenerada, guerra assimétrica, guerra antiterrorista (Mei, 2018).

Como fruto dessa inflexão, a variação tática do Estado de Direito como instrumento de guerra assumiu diversas formulações descritivas e conceituais. Conforme aponta a revisão da literatura específica elaborada por Silva Filho & Fernandes (2023), uma das primeiras formulações definiram o *lawfare* como a substituição da guerra, constituindo-se um instrumento pacífico de resolução de conflitos — seria um duelo entre palavras e não de espadas.

Em sentido distinto, a definição que destaca o “uso estratégico do direito” para efetivar objetivos políticos seria observada pelos generais chineses Liang & Xiangsui (1999, pp. 124-51) ao descreverem as novas formas de guerra contemporânea, é dizer, as formas alternativas de guerra ou ainda “não militares”. É nessa direção “realista” do *lawfare* que frequentemente são lembradas as duas formulações do general Dunlap Jr. (2001). A primeira, como uma manipulação estratégica de leis humanitárias contra a liderança global dos Estados Unidos da América (EUA) (Dunlap Jr., 2001). A segunda “tecnifica” o *lawfare*, o descrevendo como uma “estratégia de usar — ou abusar da lei — como substituto dos meios militares tradicionais para alcançar um objetivo de combate” (Dunlap Jr., 2008, p. 146). Essa visão

---

como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão” (Weber, 1993, p. 62).

mais operativa — e despolitizada — do *lawfare* também é descrita por Martins et al., como “o uso estratégico do direito para deslegitimar, prejudicar ou aniquilar o inimigo” (2019, p. 26).

Ainda que variem as definições, importa observar o direito como um instrumento de guerra que, como tal, se constitui meio para objetivos políticos. É nessa perspectiva que países centrais do capitalismo incluem o *lawfare* em suas doutrinas estratégicas — mormente de segurança nacional. No caso dos EUA, a guerra ao terrorismo para a segurança nacional teria incorporado o uso estratégico do direito para objetivos operacionais — uma vez mais aprimoradas e menos letais, algumas variações de *lawfare* seriam instrumentos eficazes para promover os objetivos de segurança nacional do país (Kittrie, 2010). A principal variação seria aquela articulada com operações psicológicas orientadas por fundamentos da semiótica no amplo sistema de informações em determinado território (Tiefenbrun, 2010).<sup>3</sup> Tal qual um teatro de guerra, o *lawfare* se desmembraria em suas dimensões geográficas — território, armamentista — sistema de justiça, e externalidades — meios de comunicação (Comaroff & Comaroff, 2006). Por fim, a visão operativa destaca um adversário político — e não um militar — como alvo do *lawfare* por meio de ações políticas — e igualmente não militares (Silva Filho & Fernandes, 2023).

A partir do contexto regional recente, algumas interpretações recorrem justamente à noção de *lawfare* como instrumento de guerra para atingir objetivos de natureza geopolítica dos EUA na América Latina (Skinner, 2023; Amorim & Proner, 2022). Considerando contrariar seus interesses hegemônicos a inflexão de políticas neoliberais e a ascensão de iniciativas regionais de desenvolvimento, o país teria lançado os instrumentos de *lawfare* por meio “da manipulação da vontade política, seja por golpes de Estado ou sanções econômicas capazes de destruir a economia nacional [desses países], utilizando a informação, as sanções econômicas e a desmoralização intelectual dos opositores” (Skinner, 2023, p. 56). Esse condicionamento dos Estados nacionais latino-americanos à “geopolítica do desenvolvimento” seria identificada na mudança estratégica dos EUA em sua política externa — as motivações ideológicas e morais (democracia, direitos humanos e desenvolvimento econômico) para construir um império militar foram substituídas por diversas intervenções indiretas (desestabilizações de governos) para atingir seus objetivos geopolíticos (Fiori & Nozaki, 2019).

---

3 Um bom exemplo — contrainteligência — Influência cibernética — ferramenta da estratégia de segurança e revisão estratégica de defesa e segurança do Reino Unido, revelada por Edward Snoden. Ciência comportamental (behaviorismo) e psicologia social; “O JTRIG tem como alvo uma série de atores individuais, de grupo e estatais em todo o mundo que representam ameaças criminais, de segurança e de defesa. A equipe do JTRIG usa uma variedade de técnicas para, por exemplo, desacreditar, interromper, atrasar, negar, degradar e dissuadir. As técnicas incluem: upload de vídeos do YouTube contendo mensagens persuasivas; estabelecer pseudônimos online com contas do Facebook e Twitter, blogs e membros de fóruns para conduzindo HUMINT ou incentivando a discussão sobre questões específicas; enviar e-mails e mensagens de texto falsos, bem como fornecer recursos on-line falsos; e criação de sites de comércio falso” (Dhami, 2011, p.2).

## Da poliarquia de segurança nacional<sup>4</sup>

É neste quadro conceitual do *lawfare* como um instrumento de guerra, segundo seus objetivos geopolíticos, que se propõe mirar para o caso brasileiro conforme seu contexto doméstico. A transição operacional — ou ainda, a integração entre os meios militares e jurídicos da guerra — pode ser observada pela transição inacabada para um regime liberal-pluralista (Dahl, 2015).

O último período autoritário brasileiro foi marcado pelo signo ideológico da segurança nacional configurada também por seu alto grau de coesão entre Judiciário e forças armadas no uso do Estado de Direito para legalizar o aparato repressivo e o regime de exceção (Pereira, 2010; Schinke, 2016).<sup>5</sup> Após as ditaduras dos generais, a permanência dessa cultura política das elites ancoradas nas estruturas institucionais remanescentes oferecia poucos empecilhos — se é que algum — para a reconfiguração do direito como instrumento de guerra visando atingir objetivos políticos.<sup>6</sup> Notadamente, a desestabilização e derrubada de um governo contrário aos “objetivos nacionais fundamentais” segundo a mirada da segurança nacional.

Isso pode ser melhor observado na “versão democrática” da doutrina de ação política das forças armadas (Lentz, 2021). Primeiro, como um dos sintomas da transição inacabada: a manutenção da escola de ação política das forças armadas que recruta e socializa uma elite liberal-conservadora no país (ESG) e segue institucionalizada no sistema de ensino do Exército; da permanência de sua mentalidade nas relações civis-militares; e de sua atualização para os novos contextos conjunturais pós-1985. Segundo, como expressão da concepção peculiar do regime democrático contemporâneo dessa doutrina institucional: a poliarquia de segurança nacional.

Basicamente, a mudança mais significativa operada após 1988 foi a incorporação de diversos elementos poliárquicos na concepção de regime democrático da doutrina. A virada pluralista ampliou o espectro de centros de poder como atores relevantes do sistema político (grupos de pressão e eleitorado), valorizou o poder da influência na formação de comportamentos e do papel politizador dos partidos políticos e integrou o respeito às minorias e aos direitos individuais. Além disso, suprimiu uma visão da democracia a partir de seus antagonistas, excluindo o “princípio da autodefesa” e pondo no centro de seu modelo a formação de consensos, maiorias e solução pacífica de conflitos.

Essa virada pluralista foi absorvida pela permanência de convicções que já se aproximavam da democracia liberal-pluralista e se afastavam da democracia

---

<sup>4</sup> Esta seção é uma versão revisada de alguns fragmentos da tese de doutorado que abordou o tema (Lentz, 2021).

<sup>5</sup> Vale mencionar que essa integração foi média no Chile e muito baixa na Argentina, como demonstra o estudo comparativo de Pereira (2010).

<sup>6</sup> Note-se que, no ambiente interno, o terrorismo de estado permaneceu como instrumento estrutural de dominação social e política nas periferias brasileiras.

participativa. Ao manter as elites como as intérpretes legítimas da “Vontade Nacional”, a doutrina conservou o confinamento da participação política ao voto, relegando a grande maioria “não elite” ao papel de eleitor na democracia, sem engajamento da cidadania no processo decisório nacional. Pelo contrário, haveria uma tácita relação de subordinação entre elites e não elites associada às relações entre capital e trabalho na hierarquia social, pois a doutrina reconhece sua preferência pelo empresariado nas relações eleitorais. Nessa direção, cultura política e ideologia hegemônica do sistema político permaneceram como pontos estruturais e o humanismo cristão conservador a principal base ontológica da democracia.

Apesar dessas adaptações, a poliarquia de segurança nacional preservou plenamente sua vocação contrarrevolucionária: a estabilidade política da ordem de segurança nacional presidiria o processo decisório nacional. Reconhecendo o conflito político como uma disfunção do sistema político, a doutrina estabelece diversos parâmetros de natureza ideológica para os atores políticos do regime democrático, visando condicionar sua interação política e a própria política nacional ao núcleo de crenças dos objetivos nacionais. Nesse ponto, ressalta-se a importância da memória política, pois seria sua interpretação que estabeleceria um veto ideológico aos atores políticos no exercício do poder político.

Daí que a tradução da estabilidade política como manutenção da ordem estabelecida em face de contestações ganha relevo. A doutrina refinou o complexo de interações políticas, considerando que os atores individuais e coletivos “competem, cooperam e, eventualmente, mas não raramente, entram em conflito” visando uma melhor posição junto “ao centro (ou centros) do processo decisório nacional” (Brasil, 2002, p. 81; 2006b, p. 25; 2009b, p. 35; 2014b, p. 35). Em certa medida, a “expressão aberta de divergências” poderia ser resolvida pela competição política, conforme seus canais institucionais “que possibilitam a negociação e a alternância” e pressupõem existir entre os atores políticos “um consenso em profundidade quanto à suas regras básicas de funcionamento, isto é, as regras estruturadoras, concernentes à conquista, à manutenção, ao exercício e ao controle do poder” (Brasil, 2002, pp. 80-2; 2006b, pp. 24-7; 2009b, p. 35; 2014b, pp. 35-7).

Entretanto, na poliarquia de segurança nacional o conflito político foi incorporado como uma disfunção do sistema político. Assim como os inconformismos, para a doutrina os conflitos admitem diferentes graus e em determinadas hipóteses poderiam acarretar a desestabilização ou até a derrubada da ordem estabelecida. Como resultado, o anterior índice de estabilidade e suas variáveis do inconformismo político foram substituídos pelos fatores de interação dos Poderes do Estado e de estabilidade do sistema político democrático a serem mensurados segundo seus mecanismos de freio e contrapesos, considerando que o “centro decisório estatal — O Governo, com seu braço executivo e seu suporte legislativo — deve ser capaz de responder com decisões adequadas, suficientes e oportunas, às demandas do Povo” (Brasil, 2002, pp. 72-3; 2006b, p. 16; 2009b, p. 26; 2014b, p. 26). Quanto melhor a qualidade dessa interação, maior seria a capacidade do centro decisório estatal em



“responder com decisões adequadas, suficientes e oportunas às demandas do Povo” (Brasil, 2002, pp. 72-3; 2006b, p. 16; 2009b, p. 26; 2014b, pp. 25-6).

Quadro 1. Disfuncionalidades do sistema político

	Executivo	Legislativo
Disfunções	populismo	fisiologismo clientelista
	perda de iniciativa	atitudes meramente eleitoreiras
	perda do poder de barganha	ausência ou excesso de liderança
	desvios no exercício da representação	
	tentativa da concentração hegemônica do Poder	
	inadequação do processo legislativo	
	desestruturação ou polarização ideológica do quadro partidário	

Fonte: Elaboração própria.

No caminho inverso, seria a “baixa qualidade” desta interação que produziria as disfuncionalidades do sistema político. É nesse quadro conceitual que a doutrina exemplifica os fatores desestabilizantes da ordem que “ultrapassam os níveis ordinários de tolerância” (Brasil, 2009b, p. 35; 2014b, p. 36). Sem a doutrina revelar o significado de cada comportamento evocado, tampouco quais seriam esses “níveis ordinários de tolerância”, é interessante notar como esses fatores desestabilizantes se apresentam de forma altamente discricionária e, implicitamente, interpretados pelo conjunto de crenças ontológicas e políticas da doutrina.

De regra, tais disfuncionalidades, em um primeiro estágio, seriam superadas pelos “mecanismos reequilibradores” do sistema político, seja ele presidencialista ou parlamentarista (Brasil, 2002, pp. 80-2; 2006b, pp. 24-7; 2009b, p. 36; 2014b, pp. 35-7). Porém, na poliarquia de segurança nacional, uma vez fracassados os mecanismos, as disfuncionalidades caminhariam rumo ao *estado de tensão*, gerado tanto por “intransigência dos atores” quanto pela “dimensão das demandas ante a capacidade de resposta do Sistema” que, uma vez agravado, se desdobraria “em manifestações de inconformismo, mais ou menos agressivas, oriundas do ambiente político-social interno” (Brasil, 2002, pp. 80-2; 2006b, pp. 24-7; 2009b, p. 36). É nesse terceiro estágio disfuncional do sistema político que as manifestações de inconformismos revelariam indesejadas tendências revolucionárias, especialmente porque as crises geradas por tentativas de atores em estabelecer “comunicação paralela em relação aos canais institucionalizados e com os ocupantes do centro decisório do Sistema”

poderia abrir caminhos a serem explorados “por outros atores políticos no sentido de atacar as bases estruturais desse mesmo Sistema, para rompê-lo e substituí-lo, em claro processo de mudança revolucionária” (Brasil, 2002, pp. 80-2; 2006b, pp. 24-7; 2009b, p. 36; 2014b, pp. 35-7).

Quadro 2. Estágio das crises

CONTROLÁVEL		INCONTROLÁVEL
aspirações e necessidades atendidas	instabilidade política	invasão do território
credibilidade do governo/instituições		dever de ingerência
harmonia internacional	crise econômica	insurreição interna
	exclusão social	antagonismo histórico
	pressão sobre interesses vitais	
	contestação interna às instituições	
Conflito		
Paz	Crise Interna e Crise internacional	Conflito Político-Estratégico
Negociação		
Força		

Fonte: Elaboração própria.

A partir da edição de 2009, a doutrina passou a prever que tanto na crise quanto no processo de mudança revolucionária ocorreria um *vácuo de poder*, isto é, um conflito no “processo decisório central” provocado tanto por decisões quanto por ausência delas, a respeito de demandas sociais ou específicas (Brasil, 2009b, p. 36; 2014b, p. 37). Uma vez instaurado, seria inevitável que esse vácuo fosse “preenchido por meio de mecanismos institucionalizados de reequilíbrio do Sistema” ou, frisa a doutrina, caso eles não cheguem “a tempo”, o vácuo de poder seria resolvido “seja pelo deslocamento, não institucionalizado, do poder decisório para determinados atores conjunturalmente relevantes, no que se denomina golpe de Estado, seja pela mudança radical do próprio Sistema em suas estruturas, no que se denomina ‘Revolução’” (Brasil, 2002, pp. 80-2; 2006b, pp. 24-7; 2009b, p. 36; 2014b, pp. 35-7). A doutrina não é categórica, mas *pode-se concluir que o golpe de Estado seria a solução estabilizante* — definida assepticamente como um “deslocamento não institucionalizado do poder decisório para determinados atores conjunturalmente relevantes” — e a *Revolução a solução desestabilizante*.

É a partir deste terceiro estágio de saneamento das disfuncionalidades do sistema político que a poliarquia de segurança nacional indica se relacionar diretamente com o *lawfare*. De maneira geral, a virada pluralista da doutrina resultou na revisão do tratamento anterior dispensado às instituições políticas. Primeiro, na caracterização dos três Poderes instituidores do Estado de Direito. Segundo, no alargamento

dos centros de poder na disputa pela direção do processo decisório nacional e na qualificação das variáveis que delimitam o sistema de comportamento político da democracia.

O *Estado de Direito* esteve em todas as edições pesquisadas como elemento indispensável dos regimes considerados democráticos, especialmente *por instituir o ordenamento jurídico* para disciplinar as relações entre Estado e sociedade visando a “prevenção do arbítrio” (Brasil, 1975, p. 362; 1988, p. 26; 2002, p. 44; 2006a, pp. 15-6; 2009a, pp. 23-4; 2014a, p. 24). Quanto a seu estatuto na doutrina, o ordenamento jurídico passou a ser elevado a uma instituição política, uma “macroinstituição” que se confundiria com o próprio Estado e a lei, tendo repercussão em todas as dimensões da vida em sociedade por formalizar a expressão política e produzir estímulos em todas as demais expressões do Poder Nacional (Brasil, 2002, p. 70; 2006b, pp. 13-4; 2009b, p. 23; 2014b, p. 23). Nessa mudança de patamar foram conservados os *condicionamentos “histórico-culturais” ao Estado de Direito*, devendo o ordenamento jurídico se constituir uma “expressão da cultura do Povo”, espelhando “o próprio caráter do Povo e a natureza do desenvolvimento de suas elites, notadamente as elites políticas e jurídicas” (Brasil, 2002, p. 71; 2006b, p. 14; 2009b, p. 23; 2014b, p. 24). Por isso, para a doutrina o Estado de Direito refletiria “as doutrinas ou ideologias políticas dominantes”, se constituindo parte imprescindível “à aplicação destas, ou de seus critérios, ao corpo social” (Brasil, 2002, p. 71; 2006b, p. 14; 2009b, p. 24; 2014b, p. 24).

Nesse sentido, após 1988 a natureza política do Poder Judiciário foi acentuada, pois a doutrina passou a descrevê-lo como *parte da elite política, responsável pela representação política* como intérprete “consciente e criativo” da “Vontade Popular” articulada aos “Objetivos Fundamentais” (Brasil, 2002, p. 72; 2006b, p. 15; 2009b, pp. 24-5; 2014b, p. 25):

nas sociedades democráticas, esse papel de intérprete consciente e criativo é desempenhado pelas elites e lideranças políticas, seja sob a instituição da representação política, seja através do exercício de cargos no legislativo, no executivo e no judiciário, recebendo apoio ou crítica de outras parcelas das elites e de outras lideranças, políticas ou não, que atuam nos partidos ou nos grupos de pressão.

Na esteira desta atribuição representativa, a poliarquia de segurança nacional atribuiu ao Judiciário a função de ser o centro gravitacional do sistema político, tendo em vista que “os Órgãos de Cúpula do Poder Judiciário desempenham frequentemente, nas democracias, papel de moderador nos impasses entre os demais Poderes” e, ao manter a “equidistância dos interesses políticos em jogo”, realizaria a “moderação” do sistema político lançando mão “dos instrumentos institucionais para zelar por seu reequilíbrio em face de crises graves” (Brasil, 2002, p. 77; 2006b, p. 21; 2009b, p. 30; 2014b, pp. 30-1). Já a equidistância se refere a existência “de um Judiciário independente e imparcial, acessível à população e que lhe inspire

confiança” como indispensável para sua função moderadora visando “a manutenção do equilíbrio e da paz social” (Brasil, 2014b, p. 30; 2009b, p. 30; 2006b, p. 20; 2002, p. 76).

É exatamente a cobrança de eficácia desse papel que podemos observar nas declarações do então general da ativa Hamilton Mourão, em setembro de 2017. Em palestra prestada aos “irmãos” da loja maçônica do Grande Oriente em Brasília, o general fardado sentenciava que o Judiciário deveria solucionar a crise política resultada da Operação Lava Jato, pois “ou as instituições solucionam o problema político, pela ação do Judiciário, retirando da vida pública esses elementos envolvidos em todos os ilícitos, ou então nós teremos que impor isso” e, completava o general, “as aproximações sucessivas terão que ser feitas” (Valente, 2017). Aqui se poderia inferir um encontro entre teoria e prática, resultando no “deslocamento” de poder em face das “disfuncionalidades” mencionadas.

Em relação à teoria democrática, é de se anotar que a doutrina claramente sugere a *conservação do mito moderador*, até 1988 atribuído às forças armadas, mas *descoloca sua responsabilidade institucional para a cúpula do Poder Judiciário*, cabendo a essa a função estabilizante da ordem de segurança nacional. Logo, o poder de transformação da soberania popular e da representação seriam “moderados” por essa instituição, para que não escapem da síntese ideológica dos objetivos nacionais.

## Considerações finais

A partir do exposto até aqui, este pequeno ensaio vislumbra ao menos três relações incipientes entre o *lawfare* e a democracia no caso brasileiro. Primeiro, a convergência da percepção de Reis Friede (2019) sobre o “papel moderador” do Judiciário com a concepção atual de democracia das forças armadas. O legado autoritário entre as elites judiciárias e militares parece ter criado as condições domésticas para a utilização do sistema judiciário como instrumento de guerra para atingir determinados objetivos.

Segundo, a natureza geopolítica desses objetivos pode ser observada pelos seus efeitos no desenvolvimento nacional do país. Segundo dados do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural y Biocombustíveis (INEEP), a operação de *lawfare* no Brasil produziu ao menos três vezes mais danos econômicos do que os recursos recuperados (Skinner, 2023). Em relação ao principal alvo da operação, somente a Petrobras passou de 446 mil empregados em 2013 para cerca de 186 mil em 2016; a construtora Engevix, no mesmo período, encerrou contratos de 82% de seus funcionários (de 17 mil a 3 mil). Ao todo, segundo o Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), foram perdidos R\$ 172 milhões de investimentos e 4,4 milhões de empregos. Nesse ponto, as perdas alcançam 40 vezes o valor recuperado pela operação (Alonso Jr. et al., 2021).

Terceiro, o impacto do *lawfare* no sistema político foi desestabilizador. O deslocamento do poder político para o Judiciário, a partir de práticas de exceção, valeu-se da partidarização do aparato do Estado “para perseguir, combater e impedir seus opositores políticos” e de diversas maneiras sabotar políticas públicas, produzindo “desequilíbrio e instabilidade jurídica e política e esconde as condições necessárias para a manutenção do próprio Estado Democrático de Direito” (Aguiar apud Silva Filho & Fernandes, 2023).

Por fim, é de se perguntar se o emprego do *lawfare* na democracia brasileira não se constituiria uma variação conjuntural das formas desviantes de participação desviante dos militares no Estado (Saint-Peirre, 2022). Uma, pela permanência da posição institucional das forças armadas no sistema político que por solicitação política participa de um golpe de Estado parlamentar. Outra, pela imposição de sua vontade, aliada a parcela civil que busca destituir a vontade soberana da representação popular. Seja como for, persistirá dúvida de uma atuação sorrateira nessa integração entre militares e Judiciário que abalaram a jovem democracia brasileira.

## Referências

- ALONSO JR., A.; AUGUSTO JR., F. & GABRIELLI, J. S. (orgs.). *Operação Lava Jato: crime, devastação econômica e perseguição política*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- AMORIM, C. & PRONER, C. Lawfare e geopolítica: América Latina em foco. *Sul Global*, 3(1), pp. 16-33, 2022.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1975.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1988.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Fundamentos do método de planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: ESG, 2002.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: elementos doutrinários*. Rio de Janeiro: ESG, 2006a, vol. 1.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: assuntos específicos*. Rio de Janeiro: ESG, 2006b, vol. 2.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: elementos doutrinários*. Rio de Janeiro: ESG, 2009a, vol. 1.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: assuntos específicos*. Rio de Janeiro: ESG, 2009b, vol. 2.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: elementos fundamentais*. Rio de Janeiro: ESG, 2014a, vol. 1.
- BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico da Escola Superior de Guerra: assuntos específicos*. Rio de Janeiro: ESG, 2014b, vol. 2.
- COMAROFF, J. & COMAROFF, J. L. *Law and disorder in the postcolony*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2006.
- DAHL, R. A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

- DHAMI, M. K. *Behavioural Science Support for JTRIG's (Joint Threat Research and Intelligence Group's) Effects and Online HUMINT Operations*. Human Systems Group, Information Management Department, Dstl, 2011.
- DUNLAP JR., C. Law and Military Interventions: Preserving Humanitarian Values in 21st Conflicts. *Humanitarian Challenges in Military Intervention Conference Carr Center for Human Rights Policy Kennedy School of Government*, Harvard University Washington, D.C., november 29, 2001.
- DUNLAP JR., C. Lawfare Today: A Perspective. *Yale Journal of International Affairs*, winter, 2008.
- DUNLAP JR., C. Introdução a la guerra jurídica – Manual básico. *Military Review*, ago. 2017.
- FIORI, J. L. & NOZAKI, W. Conspiração e corrupção: uma hipótese muito provável. *Jornal GGN*, 25-7-2019. Disponível em: <https://www.bresserpeireira.org.br/index.php/third-part-works/good-articles-that-i-recently-have-read/11237-7714>. Acesso em: 4 maio 2023.
- KITTRIE, O. F. Lawfare and U.S. National Security. *43 Case W. Res. J. Int'l L.*, 393, 2010. Disponível em: <http://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol43/iss1/23>. Acesso em: 13 maio 2023.
- LENTZ, R. *Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)*. Doutorado em Ciência Política. Universidade de Brasília (UnB). Brasília, 2021.
- LIANG, Q & XIANGSUI, W. *Unrestricted Warfare*. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, February, 1999.
- MARTINS, C.; MARTINS, V. T. & VALIM, Rafael. *Lawfare: uma introdução*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.
- MEI, E. Guerra. In: SAINT, H. L. S. & VITELLI, M. G. (orgs.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora UNESP Digital, 2018.
- PEREIRA, A. W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- REIS FRIEDE. A corrupção enquanto fenômeno mundial e fonte de financiamento das novas guerras. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, vol. 34, n.º 71, pp. 178-91, maio-ago. 2019.
- SAINT-PIERRE, H. L. Além do Golpe de Estado: as outras formas dos militares intervir na política. *Democracia e Direitos Fundamentais*, vol. 1, pp. 1-15, 2022.
- SCHINKE, V. D. *Judiciário e autoritarismo: regime autoritário (1964-1985), democracia e permanências*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.
- SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o conceito de política. *Cadernos da UnB*, s/d., pp. 31-9.
- SILVA FILHO, J. C. M. da & FERNANDES, L. R. S. R. Lawfare e Danos Sociais no Impeachment de Dilma Rousseff em 2016. In: RAMINA, L. (org.). *Lawfare e américa latina a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida*. 1.ª ed. Curitiba: Íthala, 2023, vol. 2, pp. 957-76.
- SKINNER, M. Lawfare y el desmantelamiento del desarrollismo en América Latina. In: RAMINA, L. (org.). *Lawfare e américa latina a guerra jurídica no contexto da guerra híbrida*. 1.ª ed. Curitiba: Íthala, 2023, vol. 2, pp. 55-92.

- TIEFENBRUN, S. W. Semiotic Definition of Lawfare. *43 Case W. Res. J. Int'l L.*, 29, 2010. Disponível em: <http://scholarlycommons.law.case.edu/jil/vol43/iss1/3>. Acesso: 13 maio 2023.
- VALENTE, R. General fala em intervenção se Justiça não agir contra corrupção. *Folha de S.Paulo*. 17-9-2017, Poder. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/09/1919322-general-do-exercito-ameaca-impor-solucao-para-crise-politica-no-pais.shtml>. Acesso em: 9 maio 2023.
- WEBER, M. A Política como vocação. In: WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993, pp. 55-124.

# **UMA “GUERRA INTROVERTIDA” E O PLURIVERSO DECOLONIZADO: ANÁLISE DAS PRÁTICAS SECURITÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL**

*Mariana da Gama Janot  
Samuel Alves Soares*

*E pela paz derradeira que enfim vai nos redimir  
Deus lhe pague  
Deus lhe pague, Chico Buarque*

**A** indistinção histórica entre as forças policiais e as forças armadas é um traço relevante no campo da segurança em países da América do Sul. Hodiernamente tal hibridismo sofre um impulso interno, decorrente de interesses de sistemas políticos excludentes, como também de países do Norte, para os quais as maiores ameaças à paz e à estabilidade internacional seriam originadas em Estados periféricos em razão do subdesenvolvimento e à má governança, levando à prolifera-



ração do tráfico de drogas, crime organizado e terrorismo, além de conflitos civis. Nesse contexto, essas regiões tornam-se objeto do empenho de países centrais para que seus respectivos aparatos de segurança sejam orientados e possam cumprir o papel — praticamente exclusivo — de combater tais ameaças e se eximam do preparo para o afrontamento a ameaças externas.

Entretanto, o embate é mais fictício, como se houvesse efetivamente uma resistência ao emprego interno da força letal. No caso brasileiro, práticas securitárias discursivas são claramente orientadas para o uso das forças armadas no âmbito doméstico e podem ser identificadas nos documentos normativos de Defesa ou Manuais Doutrinários, como o Manual de Operações de Pacificação e o Manual de Garantia da Lei e da Ordem de maneira mais específica, ou de forma mais abrangente nas edições das Políticas de Defesa e Estratégias de Defesa, além de outros documentos produzidos pelo Ministério da Defesa e pelas forças armadas. Esses documentos disseminam uma perspectiva neoliberal, a encobrir os desígnios gerais da normatividade em segurança que tem sua gênese nos aparatos de força do Estado (Neocleous, 2000), articulados aos interesses hegemônicos de um sistema político colonial moderno que estabelece os marcos das ações nessa área, reproduzindo um conjunto de violências inter cruzadas de gênero, raça e classe (Davis, 2016; Souza, 2018). Dentre outros aspectos, a perspectiva colonial — de claro corte liberal — parte de concepções que reificam o Estado-nação, promovem a fragmentação do conhecimento, alicerçam as bases do racismo e do patriarcado. A opção pela análise de práticas securitárias discursivas assenta-se na perspectiva de que não há separação entre discurso e prática, bem ao contrário, a linguagem pode ser “um elemento mortífero” (Gros, 2012).

A reprodução do esquema epistêmico (Grosfoguel, 2008) do centro estabelece o alinhamento dos conceitos e da linguagem, o que se faz presente também no campo da Segurança Internacional e da Defesa. Sendo o lócus da enunciação o mundo europeu/euro-norte-americano, as demarcações do que é o conflito, as ameaças, os mecanismos de mobilização dos recursos de força obedecem a uma lógica externa, mas de tal forma imposta pela “colonialidade do poder” (Quijano, 1992), que acaba por ser naturalizada e estabelecida como a chave única e exclusiva de dotação de estratégias e de meios para a Defesa. Os formuladores das políticas e das estratégias — militares, assim como parcela de acadêmicos — reproduzem sentenças como imperativos, já que “o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (Grosfoguel, 2008, p. 119).

Busca-se, neste texto, e em uma versão inicial, apresentar uma proposta de *decolonização* do tema da Segurança Internacional e da Defesa, no intuito de contribuir para um debate que tensione a colonialidade e os nós histórico-estruturais (Mignolo, 2017), tanto para afrontar um sistema interestatal de organizações político-militares controladas por homens euro-americanos e institucionalizado em

administrações coloniais e que ditam os formatos do exercício da violência, quanto para contrapor-se a uma hierarquia epistêmica que privilegia o conhecimento e a cosmologia ocidentais, em detrimento de outros conhecimentos e cosmologias.

Um dos resultados mais palpáveis da imposição epistêmica são as formas “violentas”, ou primitivas, de acumulação do capital. Nesse contexto, as práticas securitárias são um dos mecanismos mais duradouros às quais se dedicam os profissionais da segurança (Bigo & Tsoukala, 2008).

A decolonização do tema implica analisar, dentre outros aspectos, como se organizam e se estabelecem as práticas que produzem o campo da Segurança nestas regiões em específico, sem perder de vista suas dimensões globais, porém reposicionando a perspectiva: por mais que considerem as múltiplas transversalidades das práticas e suas *assemblages*, os desenhos topográficos ou, mais especificamente, topológicos (Bigo, 2008; Laughan et al., 2015) do campo são mormente traçados a partir do centro. Não por acaso, a literatura que acessa o tema o faz mediante observações daquilo que se manifesta como questões críticas de segurança para o “Norte global”, tais quais as formas de controle sobre a migração, a própria ideia de desdiferenciação entre o policial/militar, policialização/militarização, e como aquilo que é praticado na periferia retorna ao centro (seguindo a metáfora do bumerangue), “ou vice-versa”. O problema do “vice-versa” é que induz uma associação simétrica, quando, na circulação de práticas globais, há uma série de assimetrias e singularidades locais em questão.

Nesse conjunto de práticas, considerando a singularidade sociopolítica brasileira de uma organização militar fortemente autônoma, há aquelas que merecem destaque para observar a construção dos temas de Defesa/Segurança, como o discurso especializado dos profissionais que se concretiza em sua rede de produções doutrinárias (Bonditti & Olsson, 2017), desde políticas e estratégias nacionais até manuais operativos e de instrução cotidiana. Nesse texto, nos debruçamos sobre esses últimos, especificamente os manuais de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) (2013) e de Pacificação (2015), no intento de identificar em que medida conferem um entendimento similar para o emprego da força em âmbitos externo e interno e, mais ainda, até que ponto reproduzem concepções aderentes a uma modernidade imposta. Entendemos que essa documentação é mais interessante como fonte primária para compreensão da organização da violência, já que refletem mais diretamente a experiência profissional cotidiana dos militares.<sup>1</sup>

As práticas securitárias aludem a um processo de (in)securitização pelo qual se reforça a *introjeção* da sensação de ameaça, e, portanto, o não rebotar do inimigo para o exterior, pelo menos não de forma acentuada. Ao revés, a incapacidade de *extroversão* produz uma lógica de guerra para dentro, uma “guerra introvertida”. Acentua-se, de forma cruenta, os impactos do capitalismo sobre esta parte do globo.

---

<sup>1</sup> Ainda, a produção desses documentos é mais uma prática do meio educacional militar, e como reforçam Penido, Rodrigues e Kalil nesta obra, trata-se de um meio no qual o autoritarismo finca raízes.

A guerra é uma relação social, uma força constitutiva, ontológica, do capitalismo. Assume, a guerra, um patamar que vai para além de considerar que não apenas atores estatais se envolvem nas “novas guerras” (Kaldor, 2012), mas compreendê-la como um “continuum de poder isoformo para todas as formas de valor”, como propõem Alliez & Lazzarato (2021).

Com base nestes questionamentos referentes aos mecanismos de reprodução da lógica da guerra para dentro como tributários da colonialidade do poder, neste texto remetemos a duas grandes ordens de questões: autonomia estratégica e marcos da democracia, considerando que essas concepções podem e devem ser propostas com outros parâmetros.

Decolonizar o tema da Segurança Internacional e da Defesa significa ultrapassar as medidas impostas pela colonialidade, e apresentar respostas transmodernas, de sorte a compor uma perspectiva pluriversal que acolha as particularidades epistêmicas.

## **Os ordenamentos da pacificação por forças nacionais em âmbitos internos**

Documentos doutrinários sobre a pacificação apontam que seu objetivo é atingir uma condição de paz. Em outra chave interpretativa, aqui adotada, a pacificação é parte da lógica constitutiva do capital, que se fundamenta em “assegurar a insegurança” (Neocleous, 2000). De outro modo, para o autor, a pacificação é uma tecnologia política indispensável para a construção da ordem liberal. Ocorre que essa ordem não é espontânea, precisa ser criada e mantida — fabricada. Esse escopo permite ir além de uma abordagem que identifica a pacificação como busca da paz. Ao revés, a pacificação é um processo em que a violência é marca constitutiva do processo de sua imposição.

Os documentos seminais do século XX que tratam da pacificação insistem que sua realização decorre do emprego mitigado da violência. É o caso da pacificação da Argélia. Galula (2006) considera que a paz deveria ser restaurada nas vilas, porém o atributo da pacificação é uma “dádiva” do poder colonialista. A pacificação, por mais que seja edulcorada, é um ato de força contra aqueles considerados insurgentes. A insurgência pode ser qualificada de distintas formas, porém uma possível seria: “Do lado dos insurgentes, um pequeno grupo de líderes visa derrubar a ordem existente” (p. 5). No caso de a Argélia buscar a independência de uma ordem imposta, de uma perspectiva do colonizado, a guerra franco-argelina visava, pelos governos franceses, “esfacelar a vontade argelina, reforçar a opressão, aniquilar o espírito argelino” (Fanon, 2021, p. 69). Não houve, do colonizador, alívio da violência. O fenômeno da violência é uma “característica permanente na regulação das relações sociais das sociedades de classes” (Saint-Pierre, 2000, p. 81).

A pacificação visa o insurgente. Atualizando o conceito, as forças armadas francesas postulam que o insurgente constitui os grupos que não respeitam as regras legais, éticas e morais comumente aceitas (France, 2013). De maneira convergente, o Exército dos EUA considera a insurgência como “um movimento organizado que visa a derrubada de um governo constituído através do uso de subversão e conflito armado” (USA, 2009). São dois exemplos de forças que impõem uma ordem política a outras sociedades. Cabe analisar como se processam os casos em que a pacificação se constitui em aparato interno.

Em uma primeira aproximação a ordem refere-se a uma condição de normalidade pública, em que as normas estabelecidas são seguidas pela maior parte da sociedade. O afrontamento ao ordenamento legal demarca as situações de afastamento da ordem, casos demandantes de medidas de segurança, muitas vezes consideradas excepcionais. A ordem pública é uma forma de imposição de práticas de segurança, que muitas vezes se voltam para categorias sociais específicas. Mais ainda, ao apontarem para crimes contra a ordem, criam uma “zona nebulosa entre crime e guerra” (Mendonça, 2020). É exatamente esse aspecto que se pretende apresentar tendo como base a análise dos documentos propostos.

Para tanto, é importante contextualizar essas operações (GLO e Pacificação) no cenário pós-1988. A década de 1990 marca o quadro de orfandade funcional e institucional das forças armadas brasileiras após a extinção formal da Doutrina de Segurança Nacional. Em contrapartida, o contexto internacional introduz (ou atualiza) ações voltadas para a segurança que diluem as fronteiras entre funções militares e policiais, em operações que utilizam a força para intervir e garantir ambientes seguros propícios para os desenvolvimentos social, econômico e político. Consequentemente, abre-se um caminho para a institucionalização de uma função militar interventora.

Durante o processo da Constituinte de 1987-1988 ficam evidenciadas as pressões militares pela preservação da formulação constitucional da possibilidade de atuação militar no âmbito interno para garantir a lei e a ordem (D’Araujo & Castro, 2000). É nesse ínterim que se negocia o conteúdo do artigo 142, que determina a função constitucional das forças armadas voltada para a preservação da Lei e da Ordem. Essa demanda militar, reforçam Mathias & Guzzi (2010), tinha o objetivo mais firmemente delineado de assegurar um espaço de atuação política para o contexto pós-transição, refletindo o poder castrense no processo e, por isso

oferece pistas sobre as consequências políticas para o período posterior, como aquelas sentidas nas áreas da defesa, segurança pública, e mesmo no funcionamento do próprio sistema político. Um desses efeitos é o emprego amplo das forças armadas internamente, inclusive nos casos de lutas sociais, fruto da combinação da crise na segurança pública com um Estado militarizado (Penido, 2019, pp. 107-8).

Por Estado militarizado (Mathias, 2004), compreende-se a transferência do *ethos* militarista para a administração política, característica do período ditatorial, que mesmo após a transição conserva a lógica de Segurança Nacional de que todos os assuntos da vida pública, da segurança pública à saúde e cultura, estão sob escopo da ação militar, pois podem ameaçar o ordenamento social e político. A construção histórica do amplo engajamento militar doméstico, sua regulamentação<sup>2</sup> e suas formulações doutrinárias refletem essa lógica. Um dos primeiros exemplos é a repressão à greve na Companhia Siderúrgica Nacional ainda em 1988, ação militar que resultou em três trabalhadores mortos e dezenas de feridos (Oliveira & Brito, 2013). Desde então, e, principalmente a partir de 2001, quando foram regulamentadas para atribuir poder de polícia às forças armadas, as operações de GLO se transformaram em um guarda-chuva de diferentes modalidades de ação doméstica, desde a segurança durante as eleições até as mais recentes operações ambientais.<sup>3</sup>

Um elemento importante dessas operações é que além de os militares atuarem como polícia, as forças armadas reaprenderam a cooperar com e coordenar outras forças, não apenas policiais, mas diversas instâncias governamentais, pois se mobiliza o Ministério da Defesa, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Ministério do Planejamento e outros órgãos que possam vir a ser julgados necessários, até mesmo o Ministério das Relações Exteriores (MRE), caso a ação militar interna possa repercutir internacionalmente (Brasil, 2013).

Essa coordenação entre agências é uma *expertise* adquirida, sobretudo, nas operações de GLO voltadas para segurança de grandes eventos e nas operações de violência urbana que se transformaram em operações dentro do território nacional, ou aquelas com as Nações Unidas.<sup>4</sup> Como indicamos, a lógica de pacificação é inerente à fabricação do ordenamento liberal e informa a construção dos Estados em diferentes níveis (Mendonça, 2017). Trata-se de uma lógica particularmente intensa na formação territorial e organização política, e não por acaso o patrono do Exército, Duque de Caxias, é referido como o Pacificador.

As operações de Pacificação — sob essa nomenclatura — no contexto recente como a “Operação Arcajo”, no Complexo do Alemão e da Penha, entre 2010 e 2012 e a “Operação São Francisco”, na Maré, em 2014, foram GLOs deflagradas para conter a violência urbana e funcionaram como força de Pacificação para instalação de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As UPPs já faziam parte da cena da segurança pública no Rio de Janeiro desde 2008, quando a primeira unidade foi instalada no Morro Santa Marta. Marielle Franco (2015) reforça que apesar de as UPPs terem sido uma política de Segurança Pública executada entre 2008 e 2014,

---

2 Ver neste livro, de Adriana A. Marques, “O emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem e suas implicações para a defesa nacional”.

3 Ver neste livro, de Jonathan de Araújo de Assis, “Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos”.

4 Ver neste livro, de Jonathan de Araújo de Assis, “Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos”.

seu amparo legal só foi promulgado em 2011. Seus objetivos, segundo a orientação oficial, eram:

I) retomar territórios sob o grupo de grupos criminosos, visando a extinguir a coação ilegal sobre seus moradores; II) Reduzir a violência armada, especialmente a letal; III) Recuperar a confiança e a credibilidade dos moradores na polícia; IV) Contribuir para uma cultura de paz, regulando, de forma pacífica, os conflitos no interior das áreas atendidas, sob a orientação de padrões não violentos de sociabilidade (Rio de Janeiro, 2015, p. 1).

Ao longo de seis anos, mais de 30 UPPs foram instaladas nas favelas do Rio de Janeiro, com o propósito de estabilizar as áreas afetadas pela violência associada ao crime organizado, vinculando a provisão de segurança à geração de estruturas socioeconômicas. A estratégia empreendida pelas UPPs segue as orientações do policiamento comunitário, que almeja aproximar a população das forças de Segurança. Nesses processos de instalação das unidades, as forças armadas atuaram como parte das forças de Pacificação iniciais, responsáveis por estabilizar militarmente os locais, a fim de permitir a entrada da UPP.

Na “Operação Arcanjo”, o Exército atuou como principal agente de Pacificação no terreno durante dois anos, para que a Polícia Militar pudesse substituir as tropas militares e liderar as unidades instaladas. Já na “Operação São Francisco”, o corpo de fuzileiros navais atuou com o Exército no processo de Pacificação que havia sido iniciado pela Polícia Militar. Para que uma operação de Pacificação seja desencadeada em território nacional, é necessário que haja decreto presidencial específico — o que não foi o caso para nenhuma das operações citadas (Janot, 2020).

Intimamente associada à contrainsurgência e a lógica de combate ao inimigo interno da Pacificação é a provisão de estruturas sociais, políticas e econômicas que conquistem o apoio da população e estabilizem o ambiente em longo prazo. Reforçando a conexão com o engajamento em operações da ONU, essa também é a orientação das ações de *peacebuilding*, com as quais as forças armadas brasileiras se familiarizaram via ONU centros de treinamento dedicados a esse tipo de operação, como o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOpab) e a Escola de Operações de Paz de Caráter Naval, da Marinha (Janot, 2020).

Durante e após essas operações nas comunidades do Rio de Janeiro, as forças armadas se engajaram nas GLOs dos grandes eventos, como a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016), e a partir de então, GLOs mais voltadas para o policiamento diminuíram, e operações de larga escala cresceram, como a Operação Acolhida para gerenciamento da migração na fronteira entre Brasil e Venezuela, a Intervenção Federal no Rio de Janeiro que submeteu a administração de toda a segurança pública ao Comando Militar, e as Operações Verde Brasil que colocaram as forças armadas na gestão do combate aos crimes ambientais na Amazônia.

Análises sobre esses engajamentos merecem uma atenção especial, principalmente por atravessarem contextos políticos específicos e recentes. Entretanto, para este capítulo, cabe sublinhar que as próprias forças armadas reconhecem o aprendizado com as operações de GLO e de Pacificação como legados positivos para a organização militar, pois contribuíram para a *expertise* no engajamento doméstico, coordenação entre agências de segurança e com organizações da sociedade civil e governo, relações com a população, com a imprensa, e o aprimoramento nos sistemas de vigilância e informação (Brasil, 2018a; 2018b). Todos esses elementos — novamente, intimamente associados à contrainsurgência e à pacificação como um processo político mais amplo — já se manifestam na formulação doutrinária das GLO e Pacificação, como detalhamos a seguir.

## **Formulação doutrinária como prática: o passo a passo da guerra introvertida**

No Manual de Garantia da Lei e da Ordem podem ser identificadas as concepções de pacificação que orientam as ações das forças armadas no âmbito interno. Desde 1996, não houve um ano sem que uma GLO tenha sido empreendida no Brasil, todavia, foi apenas no ano de 2013 que o Ministério da Defesa publicou um documento doutrinário que estabelecesse as diretrizes de atuação das forças armadas nessas operações. Essa primeira versão do Manual de GLO ficou poucos meses no ar e foi substituída no ano seguinte por uma versão com conteúdo reduzido. A análise recai sobre a primeira versão do documento, pois explicita com maior evidência os marcos designatórios das ações castrenses.

O primeiro aspecto a ser levantado desse manual é a definição de Força Oponente. Na seção de conceituações, o Manual indica que as forças oponentes são: “Pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 2013, p. 14). Ao tratar de cenários específicos nos anexos e apêndices, adapta-se o conceito de Força Oponente para diferentes situações. Por exemplo, na seção que aborda as operações psicológicas, define-se Força Oponente como “Segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos sociais, entidades, instituições, e/ou organizações não governamentais que poderão comprometer a ordem pública ou até mesmo a ordem interna do País, utilizando procedimentos ilegais” (p. 63). Já no cenário de controle de distúrbios em ambientes urbanos, são “Elementos integrantes de movimentos ou organizações que possam comprometer a ordem constitucional” (p. 65). Ou seja, são definições amplas o suficiente para enquadrar qualquer grupo como fator disruptivo, porém algumas categorias específicas são expressas no Manual como forças oponentes em potencial:

4.3.2 Dentro desse espectro, pode-se encontrar, dentre outros, os seguintes agentes como F Opn:

- a) movimentos ou organizações;
- b) organizações criminosas, quadrilhas de traficantes de drogas, contrabandistas de armas e munições, grupos armados etc.;
- c) pessoas, grupos de pessoas ou organizações atuando na forma de segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos, entidades, instituições, organizações ou em OSP, provocando ou instigando ações radicais e violentas; e
- d) indivíduos ou grupo que se utilizam de métodos violentos para a imposição da vontade própria em função da ausência das forças de segurança pública policial (Brasil, 2013, p. 29).

Ainda, define-se ameaças à ordem (conceito fundamental para orientar uma ação de GLO) como: “atos ou **tentativas potencialmente** capazes de comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por Forças Oponentes previamente identificadas ou pela população em geral” (Brasil, 2013, p. 15, grifo nosso). Novamente, o conceito é suficientemente elástico para abarcar uma pletera de atividades e extrapola a própria delimitação de Força Oponente (Janot, 2020). Assim, se performa no Manual uma concepção de que população em geral possui a potencialidade de comprometer a ordem pública, podendo justificar o emprego da força de forma preventiva. Alguns exemplos de ameaças elencadas no documento são:

Entre outras [...] a) ações contra realização de pleitos eleitorais afetando a votação e a apuração de uma votação; b) ações de organizações criminosas contra pessoas ou patrimônio incluindo os navios de bandeira brasileira e plataformas de petróleo e gás na plataforma continental brasileiras; c) bloqueio de vias públicas de circulação; d) depredação do patrimônio público e privado; e) distúrbios urbanos; f) invasão de propriedades e instalações rurais ou urbanas, públicas ou privadas; g) paralisação de atividades produtivas; h) paralisação de serviços críticos ou essenciais à população ou a setores produtivos do País; i) sabotagem nos locais de grandes eventos; e j) saques de estabelecimentos comerciais (Brasil, 2013, p. 29).

Após situar contra o que (e quem) as GLOs se destinam, o Manual se dedica a distinguir responsabilidades de diferentes atores, suas atividades e como realizá-las. Em âmbito estratégico, a responsabilidade maior é do Ministério da Defesa em coordenar com o GSI, MRE, Ministério Público, Advocacia Geral da União (AGU) e outros. No terreno, o órgão principal é o Centro de Coordenação de Operações (CCOp), que congrega seções de pessoal, Inteligência e Contrainteligência, operações e logística, assuntos civis, operações psicológicas, comunicação



social e assuntos jurídicos e mantém uma flexibilidade de incorporação de novas seções, caso necessário. O documento expressa que o Centro de Coordenação deve se atentar à coordenação com as outras forças de Segurança e, principalmente, com os componentes do Judiciário, para manter o respaldo legal das ações e minar as contestações que poderão ser feitas à operação.

A busca pelo respaldo legal faz parte da fundamentação da GLO, que se baseia, essencialmente, na regulamentação do uso da força e na conquista da opinião pública por meio da razoabilidade e proporcionalidade, em que a primeira implica o uso moderado e comedido da força, e a segunda trata do nivelamento da agressão, para que não seja uma ação percebida como excessiva (Brasil, 2013). Seguindo as linhas de ação contra insurgentes, o serviço de Inteligência e obtenção de informações sobre a população são elementos de destaque

Nas Op GLO, será imprescindível a disponibilização dos conhecimentos acerca das características das F Opn, da área de operações e das características da população da região envolvida. [...] 4.2.2.3.1 **O minucioso conhecimento das características das F Opn e da área de operações, com particular atenção para a população que nela reside**, proporcionará condições para a neutralização ou para a supressão da capacidade de atuação da F Opn com o mínimo de danos à população e de desgaste para a força empregada na Op GLO (Brasil, 2013, pp. 25-6, grifo nosso).

A melhor opção de curso na GLO, segundo o Manual, é realizar ações de Inteligência preventivas, ou seja, antes da mobilização das tropas, para reconhecimento do terreno e da população. Em seguida, uma política de dissuasão é aconselhada: “[...] nesse mister, demonstrações de força e de poder de combate superior ao oponente e da ampla utilização de policiamento ostensivo, resultarão no desestímulo para as ações das F Opn” (Brasil, 2013, p. 27). Ações de Inteligência implicam levantar informações sobre um conjunto amplo, e profundo, de informações sobre o local, e a população. Alguns deles, segundo o Manual, são a geografia, o relevo, o clima, a hidrografia, as áreas de proteção ambiental, as reservas indígenas, as instalações elétricas, os combustíveis, as formas de transporte e comunicações, e os aspectos psicossociais, como: “1) Movimento sindical, 2) Movimentos ou organizações que podem comprometer a ordem constitucional, 3) *Movimento quilombola*, 4) Organizações Criminosas, 5) Religião” (Brasil, 2013, p. 47, grifo nosso). Esse é um aspecto a ser destacado, já que expressa exatamente uma perspectiva mais ampla, de classe e de raça.

Aspectos psicossociais são elementos que fazem parte do modo de vida de uma determinada sociedade (hábitos, costumes, práticas culturais, entre outros), que o Manual considera como potencialmente desestabilizadores e, por isso, devem ser levantados pelo trabalho de Inteligência, mantendo a linguagem empregada desde a Doutrina de Segurança Nacional (Janot, 2020). Assim, não é fortuito que os

exemplos expressos no Manual estão contingenciados, principalmente, nos grupos sociais de trabalhadores e populações não brancas, enquanto grupos sociais que se envolvem em práticas como especulação financeira e imobiliária, formação de cartéis, sonegação de impostos, manipulação de informações, entre outros, não são considerados como desestabilizadores (Janot, 2020).

Outro aspecto relevante do Manual, que está associado ao trabalho de Inteligência, refere-se à Comunicação Social, responsável pelas relações públicas, a fim de garantir a “[...] conquista e a manutenção do apoio da população e a preservação da imagem das forças empenhadas” (Brasil, 2013, p. 27). Expressa-se a importância de uma equipe de comunicação própria das forças envolvidas na GLO, a fim de garantir a sua versão dos fatos e minimizar as opiniões contrárias à operação. Além da Comunicação Social, ressalta-se a importância do emprego das ações psicológicas. O Manual define Operações Psicológicas como uma “campanha psicológica” a ser realizada antes do engajamento das tropas, com o objetivo de conquistar a cooperação da população, das lideranças locais, enfraquecendo o moral das “Forças Oponentes”. Ambas as ações de comunicação social e psicológicas são bem alinhadas à lógica de contrainsurgência, seguindo a linha da conquista de corações e mentes, e assumem um caráter preventivo, ou seja, são feitas permanentemente (Janot, 2020).

O segundo tipo de ação nas GLO é repressivo, mais próximas ao policiamento ostensivo, que buscam ser mais localizadas e pontuais. Novamente, atentando para o respaldo jurídico, o Manual reforça que necessidade da repressão é tão somente voltada para “restabelecer o livre estado democrático de direito, a paz social e a ordem pública” (Brasil, 2013, p. 29).

Os objetivos listados para realizar as ações repressivas são: controlar a população, proporcionar segurança à tropa, às autoridades, às instalações, aos serviços essenciais, à população e às vias de transportes, diminuir a capacidade de atuação das forças oponentes e restringir-lhes a liberdade de atuação e, por fim, apreender material e suprimentos (Brasil, 2013). A partir desses objetivos, há uma série de ações que podem ser realizadas pelas forças armadas, listadas abaixo, para que se ilustre a amplitude do engajamento militar em uma GLO:

- a) assegurar o funcionamento dos serviços essenciais sob a responsabilidade do órgão paralisado;
- b) combater a criminalidade;
- c) controlar vias de circulação urbanas e rurais;
- d) controlar distúrbios;
- e) controlar o movimento da população;
- f) desbloquear vias de circulação;
- g) desocupar ou proteger as instalações de infraestrutura crítica, garantindo o seu funcionamento;
- h) evacuar áreas ou instalações;
- i) garantir a segurança de autoridades e de comboios;
- j) garantir o direito de ir e vir da população;
- k) impedir a ocupação de instalações de serviços essenciais;
- l) impedir o bloqueio de vias vitais para a circulação de pessoas e cargas;
- m) interditar áreas ou instalações em risco de ocupação;
- n) manter ou restabelecer a ordem pública em situações de vandalismo, desordem ou tumultos;
- o) permitir

a realização do pleito eleitoral dentro da ordem constitucional; p) prestar apoio logístico aos OSP ou outras agências; q) proteger os locais de votação; r) prover a segurança das instalações, material e pessoal envolvido ou participante de grandes eventos; s) realizar a busca e apreensão de materiais ilícitos; t) realizar policiamento ostensivo, estabelecendo patrulhamento a pé e motorizado; u) restabelecer a lei e a ordem em áreas rurais; e v) vasculhar áreas (Brasil, 2013, p. 30).

Por fim, cabe frisar que o Manual prevê a participação das três forças na GLO, porém há um realce maior da participação do Exército. A Marinha atua, especialmente, na proteção e no controle de portos, áreas ribeirinhas e plataformas de petróleo, podendo agir em terra por meio do Corpo de Fuzileiros Navais. A Força Aérea volta-se para proteção e controle de instalações aeroportuárias, contribuindo, também, com a parte de Inteligência e alguma atuação como polícia. O grosso da atuação policial está expresso nas funções do Exército em operações terrestres (Janot, 2020).

O Manual de Pacificação, por sua vez, tem como objetivo delimitar a atuação militar nos ambientes externo e interno em operações do tipo pacificadoras. Apesar de o Manual marcar a contemporaneidade do cenário de Segurança, no qual a Pacificação se insere, ele já indica que a pacificação não é um processo novo no Brasil, visto que faz parte da história militar terrestre desde a atuação do Duque de Caxias (Brasil, 2015, p. 1). A diferença apresentada pelo Manual é que, atualmente, é necessária uma decretação de exceção para que ocorra uma operação de Pacificação dentro do território nacional, enquanto, no âmbito externo, a Pacificação é empreendida sob os regulamentos dos órgãos internacionais. Importa acrescentar que a Constituição Federal não acolhe o termo *estado de exceção*. O indicativo é que o Manual reproduz concepções exógenas e formuladas em contextos de ações colonizadoras e imperialistas.

O Ministério da Defesa e o Exército definem como operações de Pacificação aquelas que ocorrem em razão da “ruptura da ordem pública ou da paz social, em calamidades de grandes proporções (provocadas pela natureza ou não) e ameaças à paz e à segurança internacional” (Brasil, 2015, p. 34). Essencialmente, o objetivo da atuação militar em uma Pacificação é:

[...] proporcionar um ambiente seguro e estável; proteger a população, ativos e infraestruturas críticas; atender às necessidades críticas da população; conquistar o apoio da opinião pública; e restabelecer o ambiente institucional para o desenvolvimento (Brasil, 2015, p. 24).

Ameaças, por sua vez, seria “a conjunção de atores, estatais ou não, entidades ou forças com intenção e capacidade de realizar ação hostil contra o país e seus interesses nacionais com possibilidades de causar danos à sociedade e ao patrimônio” (Brasil, 2015, p. 54). Assim como no Manual de GLO, trata-se de uma definição

abrangente e que reafirma a preocupação com a ordem interna e estabilidade estatal. Segundo o Manual, o Estado é o principal agente responsável por garantir os objetivos da Pacificação, prevenindo ameaças, gerenciando crises e solucionando conflitos, bem como coordenando o ambiente interagências e garantindo a articulação entre os diferentes aspectos do Poder Nacional.

Articula-se no comando político o Executivo federal, Ministério da Defesa, GSI, e Comandos Operacional e Tático (Brasil, 2015, p. 20). Essas instâncias coordenam as suas ações com as agências civis e outros órgãos, como Defesa Civil, guardas municipais, ABIN, órgãos de controle de voos e transportes terrestres, ONG e outras. Essa coordenação interagências é considerada extremamente relevante para que se alcance o objetivo mais amplo da Pacificação, frisando que a expressão militar é apenas uma das facetas da operação e deve estar vinculada às outras expressões do Poder Nacional (Brasil, 2015, p. 23). O Manual é um exemplo claro de como o componente militar atua em conjunto com os demais agentes de segurança, indicando o caráter da atuação militar nas três fases do processo pacificador: 1) Intervenção; 2) Estabilização; e 3) Normalização.

Na fase de Intervenção, há atuação das forças armadas por meio de ações militares voltadas para o combate direto com as forças oponentes, conquistar, ocupar e defender áreas, alcançar vantagens físicas, temporais e psicológicas sobre o inimigo. Assim, a fase de Intervenção busca criar as condições mínimas de segurança para a atuação de forças militares e de diversos vetores civis na fase subsequente à Estabilização. A ajuda humanitária e o atendimento às necessidades básicas imediatas da população, em virtude das condições de insegurança, serão fornecidas, *a priori*, pelo componente militar no terreno.

Na fase de Estabilização, as forças armadas realizam menos ações de combate direto e coordenam ações com as demais forças de segurança e agências civis, para atender aos objetivos gerais da Pacificação. Trata-se da fase de maior duração, segundo o Manual. Na terceira fase, as forças armadas já atuam como agentes de apoio ao desenvolvimento, contribuindo para “[...] segurança, restabelecimento da lei, bem-estar social e econômico, governança e participação” (Brasil, 2015, p. 25). Assim, a amplitude de ações possíveis pelo componente militar é extensa, pois compreende o combate direto, as atividades de policiamento e uma série de atividades voltadas à reconstrução local e ao apoio à população, como: assistência humanitária, obras, treinamento e apoio às forças policiais do local, às negociações, às atividades de Desarmamento, Desmobilização, Reintegração (DDR), entre outras (Brasil, 2015, p. 26). Ao alcançar a fase de Normalização, considera-se que a operação chegou ao Estado Final Desejado (EFD).

O EFD é definido como um conjunto de *condições futuras* (grifo nosso), militares e não militares, almejado por um comandante de um elemento da força terrestre quando do término de uma operação militar. Tanto na apresentação das três fases, Intervenção; Estabilização; e Normalização, embora a ênfase na importância de ações interagências, como na definição do EFD, a formulação sistêmica

é nitidamente castrense. Cabe ressaltar que o termo *desejado* não é exclusivo do documento em tela, é frequente no Manual do Exército dos EUA sobre Táticas de Contrainsurgência (USA, 2009).

O Manual aponta que o componente militar se distingue em duas forças para atuar nestas fases. Na Intervenção, o Exército mobiliza os elementos de combate e apoio logístico terrestre, bem como as capacidades voltadas para reconhecimento, Inteligência e vigilância, que constituem a força de Intervenção. A força de Estabilização, por sua vez, mobiliza militares especializados em assuntos civis e na coordenação/cooperação civil-militar, polícia do Exército, engenheiros de construção e todos os outros quadros voltados para administração e gerenciamento que possam apoiar as ações de construções da paz (Brasil, 2015, p. 42). A avaliação sobre a mudança das fases parte de uma análise sobre a conjuntura em termos de violência. Se o quadro for próximo à guerra civil e ao conflito armado, predominam as ações coercitivas e, portanto, a operação permanece na fase de Intervenção. Conforme a situação migra para um quadro de crise e uma paz instável por meio da Pacificação, considera-se que a violência direta diminuiu e é possível passar para a fase de Estabilização, até que predominem ações do tipo construtoras da paz e se verifique uma paz estável, e, por fim, a fase de Normalização (Brasil, 2015, p. 24).

Orientando suas ações, as forças elencaram os seguintes princípios: 1) apoio da população; 2) dissuasão; 3) enfoque em ações construtivas; 4) flexibilidade na geração da força; 5) iniciativa; 6) legalidade; 7) legitimidade; 8) proporcionalidade; 9) razoabilidade; 10) unidade de comando; e 11) unidade de esforços. O primeiro, apoio da população, é o principal: “a conquista de corações e mentes é primordial para o sucesso das Op Pac, e, para tal, o grau de satisfação dos moradores é um excelente indicador para mensurar o êxito nessas operações” (Brasil, 2015, p. 32). Novamente, reitera-se a importância da análise do local, da sociedade e dos aspectos culturais da população, para que o componente militar possa desenvolver bons canais de comunicação com os moradores (Janot, 2020).

Dissuasão e ações construtivas são estabelecidas em conjunto, pois quanto menor o uso explícito da força, mais facilitada é a entrada das agências civis e as atividades para o desenvolvimento. Flexibilidade e “proatividade” tratam do adestramento e do preparo para agir de forma preventiva<sup>5</sup> (Brasil, 2015, p. 32). A legalidade é a observância com os regimes jurídicos do Estado brasileiro ou normas das Nações Unidas, o que contribui para manutenção da legitimidade nos “meios formadores de opinião pública” (Brasil, 2015, p. 33) atribuída à missão pacificadora, vital para o sucesso de uma campanha de corações e mentes (Janot, 2020). Os princípios seguintes, proporcionalidade e razoabilidade relacionam-se à legalidade, pois apontam para o cumprimento de regras de engajamento que prevejam um uso

---

<sup>5</sup> Dois anos depois da publicação desse Manual de Pacificação, o general Carlos Alberto Santos Cruz (*force commander* nas missões de paz no Haiti e na República Democrática do Congo) elaborou um relatório sobre a importância da “proatividade” do componente militar nas operações de paz, baseando-se na mesma justificativa de agir preventivamente para garantir a segurança dos *peacekeepers* e da população sob área de intervenção.

gradual da força e evite excessos. Novamente, apresenta-se uma preocupação com os efeitos negativos que as ações possam ter sobre a imagem da operação. Por fim, os dois últimos objetivos, unidade de comando e de esforços, visam à coordenação entre os componentes militares, policiais e civis, segundo uma cadeia de comando bem definida (Janot, 2020).

Por meio do conhecimento sobre as situações política, social e cultural do local, de interação com a população e do intermitente uso da Inteligência e Contrainteligência, as forças de Pacificação podem moldar o ambiente operacional. Isso significa adquirir todas as vantagens informacionais possíveis para identificar quais são os possíveis riscos e as fontes de instabilidade, reduzir os antagonismos e erradicar ameaças na fonte, interrompendo qualquer sequência de eventos que possa desembocar em crise ou conflito via ações “predominantemente não militares” (Brasil, 2015, p. 35).

Uma das formas de angariar subsídios para as ações e avaliar o impacto na sociedade são enquetes a serem produzidas regularmente e que possam executar indicadores e critérios de avaliação das ações. No referido Manual está exposta, com crieza, a concepção mais geral da doutrina: verificar, com os *usuários brancos*, como se sentem em relação ao tratamento a outras etnias. Visível a concepção supremacista e racista da formulação. Como não há citações diretas, não é possível verificar a origem, se baseada em uma análise endógena aos formuladores, ou se é meramente reprodução de doutrinas exógenas, ou, de outro modo, uma composição de duas matrizes.

Ainda, o documento enfatiza que o serviço de Inteligência permite que as forças pacificadoras tenham melhor capacidade de analisar o terreno humano, ou o “[...] conjunto de características socioculturais relacionadas aos grupos humanos existentes em uma determinada região expressa de forma georreferenciada. Abrange fatores culturais, sociológicos, políticos e econômicos da população local” (Brasil, 2015, p. 36). A expressão terreno humano é frequente no vocabulário global do campo da segurança, especialmente nos EUA em meio aos contextos de Guerra ao Terror, implementando o *Human Terrain System* como estratégia de ocupação local (Neocleous, 2000).

Novamente, reitera-se que conhecer a população permite estabelecer os melhores cursos de ação e manter o apoio dos moradores, bem como daqueles que assistem ao desenrolar da Pacificação por meio das mídias. O Manual indica que é importante explorar o fator midiático, uma vez que a forma como se noticia a Pacificação influencia na formação da opinião pública, e, novamente, endossa-se a importância de uma opinião pública favorável para garantir o seu sucesso (Brasil, 2015, p. 38).

Reafirmando a lógica histórica da associação entre segurança e desenvolvimento que informa a Pacificação (Mendonça, 2020), o Manual lista um conjunto de responsabilidades militares que buscam prover estruturas para a população: o estabelecimento do controle e da segurança civil, a restauração dos serviços essenciais e o apoio à governança e aos desenvolvimentos econômico e de infraestrutura.

Controle e segurança civis são a estabilização do ambiente, ou seja, garantir a segurança dos agentes envolvidos na Pacificação, evitar distúrbios civis e desenvolver as capacidades locais de respostas às emergências (Brasil, 2015, p. 44).

Restaurar serviços essenciais implica prover serviços básicos, como fornecimento de água, alimentos, saneamento e estruturas físicas para os serviços públicos — ações costumeiramente chamadas de cívico-sociais, amplamente realizadas no Brasil. Quando a situação estiver estável, o Manual indica que essas tarefas podem ser delegadas para empresas privadas especializadas (Brasil, 2015, p. 85). O apoio à governança inclui o desenvolvimento e a disseminação de normas éticas para os funcionários públicos, incorporar esforços ao combate à corrupção, reafirmar os compromissos dos funcionários do governo local (ou da nação anfitriã) e estabelecer programas de proteção e apoio às testemunhas.

Por fim, no apoio aos desenvolvimentos econômico e de infraestrutura, destacam-se projetos de obras públicas, iniciativas que gerem emprego imediato, fomentar a participação de agências financeiras que forneçam empréstimos e incentivos para pequenas empresas de comércio lícito, incentivar a criação de microempresas e permitir o desenvolvimento de instituições financeiras (Brasil, 2015, p. 45). É importante observar, ainda, que, dentro das possibilidades de atuação em uma Pacificação, está prevista a atuação no formato de GLO. Ou seja, todas as ações que são permitidas dentro de uma GLO podem ser realizadas no âmbito de uma Pacificação, o que marca uma intercambialidade entre essas operações, ou, em outro diapasão, a Pacificação é mais abrangente e engloba possibilidades de operações de GLO, e um amplo inter cruzamento entre esses engajamentos e aprendizagens.<sup>6</sup>

A perspectiva adotada no Manual de Pacificação, pelo seu caráter sistêmico, detalhando ações de diversificadas agências, é mais um indicativo da militarização das ações, em seu cerne mais profundo. Uma prerrogativa exclusiva da Pacificação é fortemente indicativa desse processo. Trata-se da previsão de assunção do governo. Seja no território nacional ou em um país estrangeiro, o componente militar da Pacificação pode assumir autoridade governamental. Assim, as forças armadas possuem poderes legislativos, judiciais e administrativos sobre o local a ser pacificado, o que está respaldado na previsão de um estado de sítio no âmbito nacional. Caso seja no meio internacional, tal transferência de autoridade deverá ser amparada pelos mandatos emitidos pelo Conselho de Segurança da ONU (Brasil, 2015, p. 50). Por fim, cabe acentuar que o Manual prevê o uso da Justiça Militar para julgar violações feitas por civis e indica que os militares serão julgados pelo Superior Tribunal Militar.

---

<sup>6</sup> Ver neste livro, de Adriana A. Marques, “O emprego das forças armadas em operações de garantia da lei e da ordem e suas implicações para a defesa nacional”.

## Colonialismo: como se manifesta, e como recusá-lo

Tendo como base a análise doutrinal, é muito evidente que o engajamento doméstico é formulado a partir de um processo de Pacificação mais amplo e profundamente enraizado na organização política brasileira. Contudo, como indicamos, há muita ressonância dessas práticas com experiências oriundas de outros contextos, em especial aqueles que historicamente se aproximam do Brasil em assuntos militares, como EUA e França. Especialmente no Manual de Pacificação, notamos nomenclaturas e expressões mais evidentemente emprestadas de outros países, como a noção de terreno humano e EFD. Uma explicação possível para esse vocabulário é a maior circulação dos militares brasileiros em treinamentos e operações internacionais, espaços onde assimilam e interpretam as várias práticas por meio de cursos e, também, pela experiência do dia a dia (Santos & Siman, 2022).

A ideia de terreno humano é particularmente interessante para a reflexão deste texto. O termo passou a ser uma designação, metaforicamente cartográfica, a respeito de características societais, reificadas. Para tratar da complexidade do terreno humano, as forças armadas dos EUA contrataram militares intelectuais, cientistas sociais de maneira geral, antropólogos, de maneira específica. São encarregados de analisar o referido terreno, de modo a identificar elementos que possam ser acionados para a conquista das mentes e dos corações, ou impedir que determinadas expressões culturais se propaguem.

Essa é uma prática que as forças armadas brasileiras já realizavam no contexto da Doutrina de Segurança Nacional, também coproduzida com a *expertise* francesa e estadunidense. O colonialismo, portanto, não é mera imposição estrangeira, mas sim de uma (re)produção histórica de valores e noções de mundo próprias de uma mentalidade colonial que vê a terra e os corpos como espaços para exploração pela força, tanto aquela expressa pela letalidade e brutalidade direta, quanto aquela camuflada e disseminada pela presença vigilante e “construtora”.

Nesse sentido, é sintomático que o Manual de GLO exemplifique comunidades quilombolas como áreas de potencial manifestação de ameaças e, de forma ainda mais evidente, o Manual de Pacificação indique a população branca como referência para a sensação de segurança em relação a outras etnias, reproduzindo a branquitude como parâmetro da ordem. Essa forma de produzir a segurança, ou, de organizar a violência, reforça direta e agressivamente o histórico colonialista e até mesmo imperialista de outros países, e as consequências dessas vicissitudes são das mais graves.

Destacamos como operam alguns mecanismos reprodutores de uma ordem colonial, engendrando nós histórico-estruturais de complexa superação. Durante o governo de Dilma Rousseff foram produzidos dois manuais doutrinários convergentes ao espectro colonial, que os reproduzem e os ressignificam para garantir a permanência da insegurança sob o prisma ilusório da segurança. A Pacifi-



cação é uma forma de ordenamento social, uma tecnologia política, como aludido previamente.

E dentre outros aspectos, há indicativos acentuados de autonomia castrense para estabelecer parâmetros de atuação muito distantes de uma condição democrática. Como Marques sumariza, nesta mesma obra, todo o processo de adaptação doutrinária, aquisição de equipamentos, formação de centros de treinamento e outros aspectos relacionados ao intercruzamento de experiências entre GLO e Pacificação doméstica e internacional foi fortemente centralizado pelas forças. E, por outro lado, uma heteronomia em relação ao centro que fragiliza uma autonomia estratégica.

Por fim, como indicamos de início, há um conjunto de amarras epistêmicas que dificultam a formulação de perguntas e reflexões que nos permitam escapar de imbróglios normativos e determinismos expressos tanto no meio castrense, quanto no meio científico, de que esta é a realidade e, portanto, cabe à administração política e a outros agentes interessados buscarem a otimização dos serviços. Ainda, mesmo nas propostas críticas de reflexão sobre esses fenômenos, dinâmicas de centro e periferia se reproduzem na produção científica, tanto pela referência sociológica dos autores, quanto pelos entraves contrários à transdisciplinaridade característicos de formas mais conservadoras de conhecimento científico.

Por isso, neste texto, construímos o problema a partir da observação sobre a complexidade brasileira e buscamos abordagens que, tradicionalmente, não são exploradas em conjunto, ensaiando um primeiro passo para refletir criticamente sobre as várias interfaces das nossas dinâmicas locais/globais de segurança recusando tanto o autoritarismo do objeto, quanto os imperativos do sistema-mundo. Entendemos que há opções de futuro com base em um pluriverso decolonizado.

## Referências

- ALLIEZ, E. & LAZARATTO, M. *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- BIGO, D. Globalized (in)security: The field and the ban-opticon. In: BIGO, D. & TSOUKALA, A. *Terror, Insecurity and Liberty Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. New York: Routledge, 2008, pp. 10-49.
- BIGO, D. & TSOUKALA, A. *Terror insecurity and liberty: Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. London: Routledge Studies in Liberty and Security, 2009.
- BONDITTI, P. & OLSSON, C. Violence, War and Security Knowledge: Between Theoretical Practices and Practical Theories. In: BASARAN, T.; BIGO, D.; GUITTET, E.-P. & WALKER, R. B. J. (eds.). *International Political Sociology: Transversal Lines*. Routledge: Abingdon, 2017, pp. 228-53.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Portaria Normativa n.º 3.461*, de 19 de dezembro de 2013. Garantia da Lei e da Ordem, Md33-M-10. Brasília, 2013.
- BRASIL. Exército Brasileiro. *Portaria Normativa n.º 005/EME*, de 5 de janeiro de

2015. Manual de Campanha: Operações de Pacificação. Brasília: Exército Brasileiro, 2015.
- BRASIL. Gabinete de Intervenção Federal na Segurança Pública do Rio de Janeiro. *Plano Estratégico para Intervenção Federal*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio De Janeiro, 2018a.
- BRASIL. Ministério Da Defesa. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. *Grandes eventos: o legado estratégico*. Brasília: Exército Brasileiro, 2018b.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Histórico das Operações de GLO 1992-2022*. Brasília: Ministério da Defesa, 2022.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- D'ARAUJO, M. C. & CASTRO, C. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FANON, F. *Escritos Políticos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- FRANCE, Contre-Insurrection (COIN), Centre interarmées de concepts, de doctrines et d'expérimentations, 2013.
- FRANCO, M. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro*. 136 f. Mestrado em Administração. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.
- GALULA, D. *Pacification in Algeria, 1956-1958*. Santa Monica: RAND Corporation, 2006.
- GROS, F. *Foucault, penseur de la violence?*. *Cités*, 2, 50, 2012.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 80, pp. 115-47, 2008.
- JANOT, M. *Interpretação brasileira da reforma do setor de segurança: atualização da Doutrina de Segurança Nacional*. 152 f. Mestrado em Estudos Estratégicos. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Instituto de Estudos Estratégicos. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.
- KALDOR, M. *"New" and "Old" Wars*. Third ed. Cambridge, UK: Polity, 2012.
- LAUGHAN, V.; OLSSON, C. & SCHOUTEN, P. Mapping. In: ARADAU, C.; HUYSMANS, J.; NEAL, A. & VOELKNER, N. (eds.). *Critical security methods: New frameworks for analysis*. Oxford: Routledge, 2015, pp. 23-56.
- MATHIAS, S. K. *Forças armadas e administração pública: a participação militar nas comunicações e na educação: (1963-1990)*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- MATHIAS, S. K. & GUZZI, A. Autonomia na lei: as Forças Armadas nas Constituições nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 25, pp. 41-57; 219-41, 2010.
- MENDONÇA, T. C. *Pacificação e contrainsurgência: as forças de Pacificação do Exército brasileiro nos complexos do alemão e da penha (2010-2012)*. 157 f. Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Instituto de Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- MENDONÇA, T. C. O nexó entre segurança e desenvolvimento: uma análise sobre pacificação e políticas excepcionais de segurança no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro. *Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, vol. 9, n.º 17, jan.-jun, 2020.

- MEI, E. Guerra. In: SAINT-PIERRE, H. L. & VITELLI, M. G. (eds.). *Dicionário de Segurança e Defesa*. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.
- MIGNOLO, W. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 32, n.º 94, 2017.
- NEOCLEOUS, M. *The Fabrication of Social Order*. London: Pluto, 2000.
- OLIVEIRA, P. & BRITO, F. *Até o último homem*. São Paulo: Boitempo: Editorial, 2013.
- PENIDO, A. *As ruas em disputa: entre o direito ao protesto e a perturbação da ordem*. Doutorado em Relações Internacionais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. São Paulo, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, vol. 13, n.º 29, pp. 11-20, 1992.
- RIO DE JANEIRO (estado). *Decreto n.º 45.186*, de 17 de março de 2015. Regula o Programa de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro e determina outras providências. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro, 2015.
- SAINT-PIERRE, H. L. *A política armada. Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: UNESP, 2000.
- SANTOS, V. M. & SIMAN, M. Civil-military relations as a ‘coordination problem’? doctrine development and the multiple ‘missions’ of the Brazilian Armed Forces, *Critical Military Studies*, 2022. DOI: 10.1080/23337486.2022.2047502.
- SOUZA, J. *A Elite do Atraso - Da Escravidão à Lava Jato*. São Paulo: Leya, 2018.
- USA, Army. *Tactics in counterinsurgency*, 2009.



### **III**

## **AS TECNOLOGIAS NOS INSTRUMENTOS DA VIOLÊNCIA E NAS NOVAS FRENTES DA GUERRA**



# **GUERRAS CONVENCIONAIS E REVOLUÇÕES MILITARES: O FUTURO DA GUERRA**

*Leandro José Clemente Gonçalves*

**O** general prussiano Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831) escreveu que a guerra era a atividade humana mais complexa, mais difícil. Talvez por isso mesmo, Clausewitz acreditasse que “[...] a maioria dos homens não era capaz de obter um conhecimento intelectual profundo das áreas complexas da atividade humana, nem estava muito interessada em fazê-lo” (Paret, 1989, p. 15). Diremos, então, que escrever sobre a guerra é tão difícil quanto conduzi-la, ainda que, obviamente, não existam aqui os riscos inerentes às batalhas. Todavia, ainda mais difícil é escrever sobre o que a guerra convencional pode vir a ser, mesmo que em um futuro próximo, sem incorrer em erros grosseiros que invalidem o que foi escrito e joguem o autor ou os autores, que se dispuserem a tanto, no total descrédito pouco tempo após a publicação de suas ideias.

Bevin Alexander (1999) propôs que o estudo histórico das guerras da segunda metade do século XX traria pistas prometedoras sobre o futuro da guerra, afirmando que seu estudo permitiria “[...] profetizar com alguma certeza que tipos de conflito provavelmente acontecerão, como será o desenrolar das guerras [...], pelo menos com uma geração de antecedência” (p. 11).

Nesse sentido, buscando compreender o que a guerra convencional pode ser em um futuro não muito distante de nós, a única ferramenta de que dispomos é a História, a investigação sobre o que a guerra foi no passado, remoto ou próximo. Com ela podemos nos armar com os subsídios mínimos para tentar driblar os erros nos quais possamos incorrer. Dessa forma, sem a arrogância de pretensão a um oráculo, o presente texto se servirá das lições da história da guerra nos séculos XIX, XX e XXI para tentar descortinar o que as tendências que a guerra ora apresenta e que poderá vir a apresentar em um futuro próximo.

## A guerra naval

O dia 9 de março de 1862 marca uma gigantesca virada na história da guerra naval. Nessa ocasião, deu-se a primeira batalha entre dois navios construídos em metal, os encouraçados CSS (sigla em inglês para Navio dos Estados Confederados) *Virginia* e o USS (sigla em inglês para Navio dos Estados Unidos) *Monitor*, marcando o início do fim da era dos navios veleiros construídos principalmente em madeira, que dominaram mares e oceanos durante cerca de 400 anos, e dando origem a um período ficou conhecido como a “Era do Encouraçado”. Richard Hill (2006), entretanto, coloca tal era entre 1855, quando a Marinha francesa usou “baterias flutuantes” (encouraçadas) para bombardear o forte Kinburn, durante a Guerra da Crimeia, e 1905, na batalha naval do Estreito de Tsushima, entre russos e japoneses (pp. 30-2). Destarte terminar em uma indecisão, a batalha entre os dois navios, ocorrida em Hampton Roads ao longo de quatro horas, durante a Guerra de Secessão Americana (1861-1865), mostrou que além de uma consistente couraça de metal esses navios, doravante chamados “encouraçados”, contavam com propulsão própria, a vapor, independente do regime de ventos e das correntes marítimas (Symonds, 2009, pp. 23-5). Marinhas do mundo todo ficaram atentas a essas novas tecnologias e, algumas, rapidamente iniciaram um processo de conversão em direção a elas, como no caso da Marinha imperial brasileira durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), necessitada desse tipo de navio para, principalmente, superar o obstáculo imposto pela pesada artilharia da fortaleza de Humaitá na margem direita do rio Paraguai (Silva, 2018, pp. 19-30).

A Guerra Civil Americana ainda apresentou ao mundo outra inovação tecnológica revolucionária para a guerra naval, com grande impacto até nossos dias: o navio submarino. Ainda que muito diferente dos submarinos dos primórdios do século XX, o CSS *Hunley* seria o primeiro navio do tipo a obter um êxito destruindo a fragata USS *Housatonic*, no dia 17 de fevereiro de 1864, mas afundando em circunstâncias ainda misteriosas logo na sequência. O *Hunley* não era totalmente submersível, seu hélice era acionado pela força humana e não por um motor e não se utilizava de torpedos para atacar suas presas, mas sim de um arpão na sua proa,



equipado com uma carga explosiva que era acionada após conseguir perfurar o casco do navio alvo, alojando-se nele e explodindo (Ross, 2000, pp. 83-106).

Navios encouraçados e submarinos dominariam a cena da guerra naval até o período entreguerras (1918-1939), exercendo papéis decisivos nos mares e oceanos do planeta, em batalhas, perseguições ou bloqueios navais, como tecnologias militares controladas exclusivamente por nações fortemente industrializadas. Nações sem plantas industriais avançadas, de alta tecnologia naval, como o Brasil do final do século XIX e primórdios do XX, se veriam na contingência de adquirir tais navios no exterior em um quadro de completa dependência econômica ou, simplesmente, não tê-los.

A Segunda Guerra Mundial viu ascender ao palco um navio que se constituiria no sistema de armas dominante na guerra naval desde então: o navio porta-aviões. Com imenso deslocamento, ainda maior que o dos grandes encouraçados, eles contavam com uma capacidade de projeção de poder ainda maior, em razão de seus aviões embarcados (o pós-guerra veria ainda o emprego de helicópteros embarcados, nos porta-aviões e em muitos outros tipos de navios). Possuí-los, durante a Segunda Guerra Mundial, significava ter a capacidade de destruir ou, pelo menos, ameaçar seriamente qualquer frota de encouraçados e outros navios de superfície que não contasse com a presença de um deles, uma vez que eram capazes de atacá-las sem que estivessem ao alcance de sua visão ou de suas armas, como afirma Bertonha (2008)

Nos ataques britânicos à frota italiana em Taranto, em 1940, ou no bombardeio japonês em Pearl Harbour, em 1941, esta capacidade ficou evidente e a batalha de Midway, em 1942 — a primeira grande batalha naval na qual as duas frotas não viram uma a outra — é simbólica da transição entre um mundo dominado por encouraçados para outro onde o domínio dos mares se centra na posse de porta-aviões, o que não se modificou até os dias atuais (p. 5).

Na segunda metade do século XX, o advento dos mísseis guiados (que são armas inteligentes) antinavio configurou-se como uma ameaça altamente eficiente e “barata” (em relação ao custo das belonaves) para o enfrentamento ao grande poder das esquadras, tornando-se ameaçadores até mesmo para os grandes porta-aviões e suas escoltas (navios como fragatas, contratorpedeiros e cruzadores de batalha, além dos navios de apoio), como apontado por Donald MacIntyre (1974)

Alguns, no entanto, têm expressado dúvidas quanto à “permanente atualidade” dessas belonaves [os porta-aviões], numa era em que os mísseis teleguiados são cada vez mais eficazmente empregados contra aviões tripulados, e os velozes submarinos contra navios de superfície. É possível que o reinado do porta-aviões, como o soberano da guerra marítima, seja curto e se esteja aproximando do fim (p. 155).

Poucos dias após o final da Guerra dos Seis Dias, também chamada Terceira Guerra Árabe-Israelense (5 a 10 de junho de 1967), em 21 de outubro de 1967, ainda resultante do estado de beligerância existente entre as partes em luta, duas velozes lanchas egípcias da classe *Komar*, de fabricação soviética, atacaram e atingiram o contratorpedeiro israelense *Eilat* nas águas próximas da península do Sinai, com dois mísseis antinavio SS-N-2 *Styx*. No dia seguinte, um novo ataque finalizou o navio israelense. No dia 4 de maio de 1982, durante a Guerra das Malvinas (1982), dois caças *Super Étendart* da Marinha argentina, armados com mísseis *Exocet*, ambos de fabricação francesa, afundaram o destróier HMS *Sheffield*, um dos mais atualizados e modernos navios da Marinha real inglesa. Voando baixo para evitar a detecção pelos radares dos navios ingleses, lançaram seus mísseis a 38 km de distância, apenas um deles atingiu o navio, mas foi suficiente para afundá-lo. Estudando esse caso com profundo interesse, analistas navais chineses notaram que os argentinos gastaram o equivalente, em valores da época, a US\$ 200 mil com os mísseis para afundar um navio de US\$ 23 milhões (Yoshihara & Holmes, 2018, pp. 221-5).

Muitos outros episódios de eficiente emprego de mísseis antinavios foram detalhadamente estudados pelo pessoal da Marinha chinesa (Marinha do Exército de Libertação Popular da China), interessado em formular uma estratégia mais barata e mais eficiente para proteger suas águas territoriais e seus interesses marítimos. Segundo Yoshihara & Holmes (2018)

Está claro que os chineses se destacam como estudantes de história. Eles avaliaram desapaixonadamente os sucessos e fracassos dos mísseis antinavio em várias situações. Embora pareçam encantados com a letalidade dos mísseis e o impacto desproporcional contra alvos muito maiores e muito mais caros, eles geralmente não consideram o míssil uma panaceia. Reconhecem que, para cada avanço na capacidade ofensiva, segue-se inevitavelmente um contra-medida defensiva. Eles possuem uma salutar apreciação clausewitziana pela natureza inerentemente interativa e confusa da guerra e da competição. Se os chineses aplicarem fielmente essas lições no desenvolvimento de táticas e equipamentos de mísseis, os Estados Unidos e seus aliados provavelmente enfrentarão um oponente muito mais sofisticado [...] (p. 228).

## **A guerra aérea**

Ao final do século XIX e nos primórdios do século XX, dois episódios ligados às guerras imperialistas europeias revelaram que a vantagem então conferida pelos modernos armamentos industrializados de guerra terrestre já não representavam grande vantagem ocidental sobre africanos e asiáticos. O primeiro, foi a esmagadora derrota italiana (10.443 italianos e 4.076 ascaris) ante cerca de 100 mil combaten-

tes etíopes treinados por militares russos e dotados de armamento europeu moderno, em 1896 em Adoá (Ahmad & Pakhurst, 1998, pp. 158-62). Na sequência, na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, a humilhante derrota russa diante de um Japão que a imprensa ocidental supunha frágil, mas que bateu os europeus em terra e em alto-mar. Parecia, então, que o comércio internacional de armamento moderno, excedente da Europa e dos EUA, a ajuda de assessores militares profissionais oriundos dos países europeus, bem como a possibilidade de industrialização e modernização econômica dos países da Ásia e da África, equilibrariam a luta entre centro e periferia do sistema capitalista (Headrick, 2010, p. 302).

A tecnologia aeronáutica prometia trazer de volta, nas primeiras décadas do século XX, a supremacia ocidental já muito abalada. Coube aos mesmos italianos humilhados na Etiópia o pioneirismo no emprego de aviões em combate real, ainda que em missões de reconhecimento e algumas poucas experiências no bombardeio, em sua vitória contra os turcos na disputa neocolonial pelo controle da Líbia, durante a Guerra Ítalo-Turca, de 1911-1912. Todavia, foi a partir da Grande Guerra (1914-1918) que o avião firmou seu espaço no campo de batalha. Dessas experiências nasceu aquela que é considerada uma obra teórica válida e aplicável, ainda que deveras controversa e discutível, sobre o papel do poder aéreo na guerra moderna: *O Domínio do Ar*, do general italiano Giulio Douhet. Aqui, Douhet argumenta em defesa do uso do bombardeio aéreo-estratégico contra populações civis estabelecidas em grandes centros urbanos industriais, com a intenção de minar o moral dessa população e destruir a infraestrutura econômica e de logística do país inimigo. Diz ele:

[...] a completa destruição do alvo escolhido, além dos resultados materiais, tem influência no moral, chegando a ter repercussões enormes. Basta imaginar o que aconteceria entre a população de áreas povoadas quando a notícia de que, se o inimigo escolhesse visar tais centros, eles seriam inteiramente destruídos e ninguém teria chance de escapar. Falando de modo geral então, os alvos dos ataques aéreos serão áreas de certas dimensões contendo edifícios, casas, fábricas, etc., bem como certa quantidade de habitantes (Douhet, 1988, p. 42).

O contrário, contudo, revelou-se muitas vezes mais verdadeiro, com os civis cerrando fileiras em apoio aos seus governos e suas lideranças, recrudescendo a luta (Black, 2002, pp. 155-6).

Pouco antes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a aviação militar transformou-se com aperfeiçoamentos técnicos como o uso de metal na construção das aeronaves (no período de 1914 a 1918 e nos anos imediatamente seguintes à Grande Guerra, eram construídos em madeira, lona e cabos de aço), na propulsão, na autonomia de voo e na carga de seu armamento. No período entreguerras a aviação militar conferiu aos colonialistas europeus na África e na Ásia, e mesmo aos

interventores americanos na América Latina, uma grande superioridade sobre as populações nativas (Headrick, 2010, p. 302).

Durante a Segunda Guerra Mundial a aviação militar seria decisiva em diversas ocasiões, ainda que raramente atuando isolada das demais forças, mas teria suas fraquezas reveladas em outras. Entre elas, destacamos a brilhante e corajosa, ainda que temerária e quase suicida, tática vislumbrada pelos soviéticos para anular o grande potencial aéreo nazista no início da batalha por Stalingrado. O general Vasili Tchuikov, comandante das forças soviéticas dentro da cidade, observando o comportamento dos bombardeiros da *Luftwaffe* (a força aérea alemã), notou que

[...] boa pontaria no bombardeio não era um característico distintivo (*sic*) dos pilotos alemães: eles bombardeavam as nossas posições de vanguarda somente quando havia uma boa extensão de terra-de-ninguém entre as nossas posições de vanguarda e as do inimigo. Ocorreu-nos, pois, que deveríamos reduzir a terra-de-ninguém tanto quanto possível — até o alcance de uma granada (Tchuikov, 1966, p. 82).

Tal tática seria reproduzida por orientação dos generais Vo Nguyen Giap e Nguyen Chi Thanh nas guerras da Indochina (1945-1954) e do Vietnã (1964-1975), com resultados muito dramáticos para as forças convencionais e irregulares dos comunistas vietnamitas no segundo conflito, no qual, em verdade, as maiores perdas americanas, no período entre 1967 e 1969, se deram com fogo indireto de foguetes e morteiros (Wilkins, 2011, pp. 219-20). Thanh adicionou ainda o refinamento do aconselhamento a fim de que seus comandantes em campo evitassem o contato prolongado contra os americanos que, do contrário, solicitariam socorro de seu esmagador apoio aéreo quando se sentissem em perigo no solo, como revelou o primeiro combate entre forças americanas e regulares norte-vietnamitas na batalha do vale Ia Drang (Tin, 2006, p. 62). No mesmo sentido, o coronel Hoang Cam, comandante da 9.<sup>a</sup> Divisão *Viet Cong* descreveu o emprego dessa tática em campo: “Eles [os americanos] usualmente tentavam obter a separação entre suas forças e as nossas para provirem uma zona de suporte de fogo na qual suas armas de apoio de fogo pesado eram capazes de infligir baixas aos seus oponentes”. Assim, Cam e outros comandantes de campo comunistas insistiam que seus comandados deveriam manter o contato aproximado com os americanos para, aparentemente de forma paradoxal, tentar diminuir suas perdas humanas perante o esmagador poder aéreo do apoio aproximado (também chamado “ataque ao solo”) dos americanos (Wilkins, 2011, p. 219).

Tratando do emprego de helicópteros pelos americanos (no Vietnã) e soviéticos (no Afeganistão), Daniel Headrick observou que a natureza (umidade, calor, tempestades de areia e ventos fortes, dependendo do tipo de teatro de operações) os afetava adversamente, assim também como a necessidade de operar em elevadas altitudes de regiões montanhosas (especialmente no caso soviético no Afeganistão)

fazia que carregassem apenas metade de sua capacidade de carga útil que teriam se estivessem operando no nível do mar (Headrick, 2010, pp. 349-52). Durante a Guerra do Vietnã, por exemplo, os americanos perderam 2.300 helicópteros, tanto para o fogo antiaéreo (a maioria) quanto por desgaste/danos comuns (Black, 2002, p. 166).

Outra maneira de negar força ao poder aéreo se dá por meio das defesas antiaéreas. As maiores médias de abates de aeronaves nos conflitos do pós-1945 se deram por meio do fogo antiaéreo. Tomando a Guerra do Yom Kippur (1973) como exemplo, os israelenses tiveram 5% de suas aeronaves abatidas por aeronaves árabes, mas amargaram 40% de perdas para o fogo de canhões antiaéreos e 55% para mísseis terra-ar, especialmente os SAM-6 *Gainful*, de fabricação soviética (Black, 2002, p. 166). Na ocasião, não existiam contramedidas (eletrônicas ou mecânicas, como limalha) capazes de parar ou desviar tais mísseis (Berman & Gunston, 1984, p. 106).

Muitos apologistas do poder aéreo, como o famoso historiador britânico John Keegan, viram na campanha aérea da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Sérvia e em apoio aos grupos étnicos inimigos dos sérvios um sucesso estrondoso quando, em 3 de junho de 1999, o presidente Slobodan Milosevic capitulou, supostamente comprovando que uma guerra poderia ser vencida apenas com o emprego de um esmagador poder aéreo (Hallion, 1992, p. IX). O que não notaram, entretanto, foi que os sérvios tiveram com isso o encerramento dos bombardeios e contaram com mais 78 dias para exterminar e expulsar de seus lares milhares de kosovares e albaneses (Shimko, 2010, p. 123). Dessa forma, uma medida estritamente política do governo de Belgrado, o reconhecimento de sua capitulação, fez a OTAN parar sua campanha aérea e permitir uma pausa para a continuação da eliminação de populações civis inimigas.

Nas guerras do Golfo (1991) e do Iraque (2003), os americanos e seus aliados não permitiram que as forças de Saddam Hussein tivessem uma oportunidade de lutar de perto, como conseguiram soviéticos e vietnamitas, anteriormente citados, buscando enfraquecê-las com milhares de ataques aéreos empregando bombas guiadas, mísseis de cruzeiro e bombas “burras” comuns, antes que os contatos com suas forças terrestres tivessem início. A ocupação anglo-americana que se seguiu à queda de Saddam Hussein, no conflito de 2003, e o consequente levante iraquiano contra os ocupantes trouxeram à tona as enormes limitações de todo seu poder aéreo quando se tratava de enfrentar meros insurgentes. Uma situação semelhante identificada por Martin Van Creveld ao tratar das forças nazistas de ocupação em diferentes localidades da Europa, revela que uma força convencional bem equipada com as mais avançadas tecnologias militares

Diante da resistência armada das populações sob ocupação, os alemães logo descobriram que os componentes mais inúteis de suas forças armadas eram precisamente os mais modernos. Até então, seus tanques, artilharia, caças e bombardeiros

tinham tido pouca dificuldade para destruir os exércitos mais avançados do mundo — inclusive os das forças combinadas das três potências mundiais, muito maiores que as dos alemães; mas, ao enfrentar pequenos grupos de guerrilheiros, que não constituíam exércitos, não usavam uniforme, não lutavam em terreno aberto e costumavam se dissolver pelo interior ou pelas populações vizinhas, ficavam perplexos (Creveld, 2004, pp. 567-8).

## **A guerra terrestre**

No momento em que Clausewitz trabalhava em sua obra máxima, nos primórdios do século XIX, a condução da guerra nos combates terrestres era condicionada, em grande medida, pelo curto alcance do armamento (constituído essencialmente de mosquetes e canhões de alma lisa, com alcances médios de, respectivamente, 50 e 300 jardas, e armas brancas, como sabres, lanças e baionetas, pensadas para a luta corpo a corpo), e pelas muito limitadas capacidades logísticas, então dependentes da velocidade de animais de tração ou homens em marcha, como havia sido desde a Antiguidade. Nas décadas seguintes à sua morte, a Segunda Revolução Industrial, com suas novas tecnologias de geração de energia (eletricidade e motor de combustão interna) e a já conhecida, desde a Primeira Revolução Industrial (do século XVIII), propulsão a vapor, transformaria radicalmente o panorama da guerra (Howard, 2002, p. 4).

O novo quadro representado pela nova fase do capitalismo trouxe consigo inovações como os navios a vapor, que permitiam a navegação independente do regime de ventos e contra as correntes oceânicas e fluviais, as ferrovias, que muito aceleraram e ampliaram o alcance do transporte, permitindo que não apenas os combatentes chegassem menos cansados ao campo de batalha como também o recebimento de suprimentos médicos e alimentares, armas e peças de reposição ou a evacuação de tropas derrotadas ou precisando de deslocamento para uma nova disposição de batalha em menor tempo do que antes. O telégrafo elétrico dinamizou as comunicações entre os governos e seus comandantes de exércitos, como pioneiramente demonstrado na Guerra da Crimeia (1854-56), e entre comandantes de exércitos e seus subordinados, como se tornou possível na Guerra de Secessão Americana (Reid, 1999, pp. 16-31).

O século XX testemunhou, em seus primórdios, um novo salto em termos de transportes terrestre e aéreo, graças ao motor de combustão interna, e comunicações, graças ao rádio transmissor, duas tecnologias surgidas antes da Primeira Guerra Mundial, mas que amadureceram rapidamente nos anos 1920-1930, permitindo o início do processo de mecanização dos exércitos e uma coordenação mais fácil entre suas forças, agora mais dispersas pela recém-alcançada nova mobilidade motorizada (Boot, 2006, pp. 206-208). Infantarias mover-se-iam também sobre rodas (caminhões, veículos utilitários leves, blindados de transporte de tropas), as-

sim como a artilharia (rebocada em caminhões ou movendo-se com obuseiros autpropulsados).

Muito estranhamente, o tanque de guerra (hoje conhecido em diferentes exércitos do mundo pela sigla em inglês MBT, ou Tanque Principal de Combate), porém, foi desenvolvido em 1915 sob encomenda da Marinha real inglesa, para ser um tipo de “navio encouraçado de terra”, com o intuito de romper o impasse da guerra de trincheiras na frente ocidental europeia. A primeira grande ação com tanques se deu na batalha de Cambrai (20 de novembro de 1917). No pós-1918, estudos teóricos e exercícios práticos levados a cabo pelos ingleses, franceses e soviéticos no campo da mecanização levaram ao aperfeiçoamento do emprego de armas combinadas e mecanizadas, coordenadas via rádio e apoiadas do ar por aviões de ataque ao solo. Coube, contudo, aos soviéticos o emprego prático pioneiro de tal combinação em sua campanha contra os japoneses na Mongólia, em Khalkhin Gol, em agosto de 1939 (Júkov, 2015, pp. 215-48). Porém, foram os alemães, já sob o regime nazista, que ganharam fama e projeção internacional ao empregarem tais inovações em combate real contra a Polônia, em setembro de 1939 (o nome *blitzkrieg*, ou “guerra relâmpago”, não havia sido, até então, empregado pelo alto-comando alemão, dado que fora uma criação da revista americana *Time*, para explicar a rápida vitória alemã contra os poloneses) (Boot, 2006, p. 225).

A *blitzkrieg* encontrou seu limite extremo nas estepes da URSS, em que os defensores soviéticos tinham a capacidade de trocar espaço por tempo, tanto para organizarem suas defesas convencionais e contra-atacarem quanto montando movimentos de resistência guerrilheira na retaguarda dos alemães. Os soviéticos desenvolveram a teoria da “batalha profunda” (criada pelo marechal Mikhail Tukhachevsky, expurgado do Exército em 1938 e fuzilado), brilhantemente aplicada por generais e marechais soviéticos como Júkov, Rokossovsky, Timoshenko e Tchuiikov, como uma variante da *blitz* alemã, porém, com muito mais gente, veículos terrestres e aviões para jogar em batalha (Boot, 2006, p. 237). Para além disso, os soviéticos inovaram em outras formas, como no caso que vimos anteriormente, para anular ou diminuir o poder de ação do componente aéreo da *blitz*.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os exércitos convencionais do mundo entraram em uma espiral de guerras prolongadas e populares, destacadamente na África e na Ásia, contra forças insurrecionais locais. Nelas, a maioria (com destaque para franceses, americanos e soviéticos, na Indochina e na Argélia, no Vietnã e no Afeganistão, respectivamente) dos exércitos convencionais, aferrados ao seu treinamento e a suas doutrinas operacionais muito parecidas com a antiga *blitzkrieg* alemã acabaram sendo batidos por forças tecnologicamente muito inferiores, mas que gozavam de grande suporte popular e apoio internacional. Europeus e americanos dispunham de arsenais vastos, com uma panóplia tecnológica de última geração à sua disposição, bem como uma abundância de recursos econômicos. De forma muito sintética, dado que o escopo deste texto não nos permite um tão grande aprofundamento necessário para melhor explicar o desenrolar desses conflitos,

parece que as sucessivas derrotas deles, entre 1954 e 1989, decorreram de uma falta de entendimento sobre a natureza política (diríamos, clausewitziana) da guerra em geral e daquelas guerras em particular. O general vietnamita (do *Vietminh* e, depois, do Exército do Vietnã do Norte) Tru'ô'ng-Chinh, nos oferece uma breve passagem dos seus escritos que pode trazer um pouco de luz à questão

Em resumo, estratégia é direcionada para alcançar a vitória numa dada guerra. A tática é a arte de lutar para derrotar o inimigo numa dada batalha. A tática é parte integral da estratégia. Para se ter sucesso, antes de tudo, a estratégia precisa estar correta. Se a estratégia é correta, mas a tática, infelizmente, está errada, a guerra não necessariamente estará perdida. Ao contrário, a tática pode ser correta, mas se a estratégia for equivocada, no longo prazo a tática não terá uso. [...] Ademais, a estratégia decide a tática. Nossa estratégia é prolongar a guerra; portanto, taticamente, devemos evitar combates desfavoráveis até a morte, porque precisamos preservar nossas forças (Tru'Ô'Ng-Chinh, 2001, p. 108).

Com pequenas alterações, poderíamos dizer o mesmo da realidade encarada pelas forças da OTAN no Afeganistão e anglo-americanas no Iraque no contexto da chamada “Guerra ao Terror”, nos anos 2000.

As guerras convencionais travadas após 1945, entre elas, Coreia (1950-1953), Irã-Iraque (1980-1988), conflitos árabe-israelenses (1958, 1967 e 1973), Malvinas (1982), Golfo (1991), para citar apenas algumas das mais lembradas pelo grande público, terminaram das mais variadas formas, desde impasses até vitórias de um dos lados, mas apresentaram grandes variações em termos tecnológicos e táticos. Foram conflitos com vasto emprego de forças terrestres mecanizadas e blindadas, armas “inteligentes”, muito poder aéreo (projetado de terra ou de meios navais), introdução e aperfeiçoamento constante de medidas próprias da guerra eletrônica, uso de armas químicas, e utilização de forças especiais, entre outras características. Nada nos leva a crer que, nas guerras convencionais de um futuro próximo, esses usos desapareçam.

## **A Revolução em Assuntos Militares**

A ideia de uma Revolução em Assuntos Militares nasceu em 1976, a partir de uma preocupação focada na guerra convencional. O Departamento de Defesa dos EUA, sob comando do então secretário Harold Brown, buscava uma “estratégia de compensação” para a desvantagem numérica da OTAN em um eventual conflito convencional contra as forças terrestres e aéreas do Pacto de Varsóvia no teatro europeu. Para isso, foi pensada uma estratégia com pesados investimentos em tecnologias de comunicação, comando, controle e Inteligência (C3I) e munições



guiadas de alta precisão (os chamados armamentos “inteligentes”), com eficiência para atingir seus alvos e destruí-los com um só ou poucos disparos. Essa estratégia ficaria conhecida como Revolução em Assuntos Militares (RAM).

Destarte nunca terem sido utilizadas contra seus inimigos europeus, dada a ruína do bloco soviético em 1991 e, conseqüentemente, do Pacto de Varsóvia, estas tecnologias tiveram sua estreia real durante a Guerra do Golfo (1991), onde cerca de 500 novas tecnologias criadas nos anos 1980 foram utilizadas (Liang & Xiangsui, 1999, p. 4), com cenários de guerra terrestre, aérea, naval, mas também no ciberespaço, no espaço (com satélites de uso militar) e no espectro eletromagnético, o que passaria a caracterizar aqueles espaços de combate não mais como “campos de batalha”, mas sim como “espaços de batalha” (Jordan, 2016, p. 37).

Cabe, contudo, olhar criticamente também para o desempenho das forças iraquianas, portanto, para além do suposto brilho da RAM americana. Seus comandantes, talvez acostumados demais à luta convencional em razão dos anos da Guerra Irã-Iraque, aceitaram lutar nos mesmos termos táticos e estratégicos dos EUA e seus aliados, facilitando o trabalho das novas tecnologias da RAM. Daí a grande assimetria de baixas entre os dois lados: 184 baixas americanas contra 30 mil iraquianas (Liang & Xiangsui, 1999, p. 47).

Essa experiência seria parcialmente repetida, com as devidas diferenças, nas invasões ao Afeganistão pelas forças da OTAN, em 2001, e anglo-americanas ao Iraque, em 2003, marcadas por rápidas vitórias convencionais. Mais uma vez, entretanto, os adversários de americanos e europeus se dispuseram a lutar nos termos daqueles, quando contavam com todas as desvantagens convencionais.

Ainda que a tecnologia possa ter criado, entre os americanos, uma esperança de guerras futuras com poucas baixas entre seus militares, pode não ser esse o quadro que o futuro apresente, uma vez que China, Rússia, Índia, Irã e outras potências de menor quilate tenham desvendado segredos da RAM e obtido acesso a várias ou algumas destas inovações (China e Rússia teriam, até mesmo, já igualado a RAM americana em alguns campos e superado em outros, como os mísseis hipersônicos), além de populações como iraquianos e afegãos que “aprenderam” outras formas de bater os americanos e seus aliados armados com alta tecnologia, a exemplo da engenhosidade exibida pelos norte-vietnamitas nos anos 1960-1970.

## **Conclusão: possíveis tendências**

As guerras convencionais não mais se caracterizarão pela existência de campos de batalha isolados, mas sim, cada vez mais, de “espaços de batalha” integrados dentro dos teatros de operações, conceito muito mais amplo, envolvendo a luta em terra, na água, no ar, como tem sido desde a Primeira Grande Guerra Mundial (1914-1918), mas também no espaço, no ciberespaço e no espectro eletromagnético, pelo

domínio e pela segurança das comunicações, do comando, do controle e da Inteligência (sintetizados na sigla C3I) próprias e busca da violação/banimento das comunicações, comando, controle e Inteligência do inimigo.

Quase todas as guerras convencionais nos séculos XX e XXI que redundaram na ocupação de um território nacional/étnico por uma esmagadora força estrangeira opressora, que impôs um governo ou tentou ditar práticas e costumes políticos exógenos às populações sob ocupação, degradingaram para a guerra civil (entre opositores e aliados internos dos ocupantes estrangeiros), para o terrorismo e para a guerrilha contra os ocupantes e seu aliados até que esses, já esgotados (com a perda de soldados por morte ou ferimento, prejuízos em suprimentos perdidos ou destruídos, danos à sua infraestrutura de ocupação, tranquilidade e tempo) em recursos materiais ou politicamente muito desgastados, retiraram-se humilhados, batidos por forças materialmente muito inferiores e destacadamente, em termos tecnológicos, em extenuantes guerras populares e prolongadas, como nos recentes casos do Iraque e do Afeganistão (nesse caso, tanto contra os soviéticos quanto contra a OTAN, entre 1979-1989 e 2001-2021, respectivamente) (Arreguín-Toft, 2005, pp. 32-3).

Com sua origem nas primeiras décadas do século XX, o poder aéreo se fez presente e assim prosseguirá, tanto com aeronaves tripuladas quanto com Veículos Aéreos Não Tripulados VANT's (VANTs), de asa fixa (aviões) ou rotativa (helicópteros), sejam lançadas de terra firme ou projetadas a partir de navios porta-aviões e porta-helicópteros, nos conflitos de um futuro próximo, exercendo ações convencionais (como o combate aéreo, o bombardeio estratégico ou tático, o reconhecimento fotográfico, a vigilância/alarme aéreo antecipado, o transporte de tropas, suprimentos e/ou equipamentos) e contrainsurgência (COIN).

Armamentos que incorporam altas tecnologias e representam uma grande capacidade incorporada de economia de recursos militares, como as “armas inteligentes” (especialmente bombas e mísseis), recursos de guerra cibernética (especialmente nos C3I) e sistemas de vigilância e alarme antecipado, exercerão um crescente papel entre forças militares profissionais e convencionais, ao passo que forças irregulares (guerrilhas urbanas ou rurais e grupos terroristas) prosseguirão se adaptando às novas realidades que eventualmente surjam para desafiar-las. George & Meridith Friedman chegaram a afirmar sobre as “armas inteligentes” empregadas nos bombardeios “cirúrgicos” significariam que “[...] pela primeira vez em quinhentos anos, estamos perto de ver uma diminuição dramática no tamanho das forças terrestres, sem uma diminuição na eficiência militar [...]” (apud Shimko, 2010, pp. 10-1). Assim também, “armas neo-concepcionais”, como hackeamento de redes de computadores, ataques contra mercados financeiros, embargos econômicos e financeiros e armas químicas e biológicas, para citar apenas algumas das mais conhecidas, apresentarão papéis destacados no futuro, como já demonstram no presente (Liang & Xiangsui, 1999).

A posse ou capacidade de fabricação de armamentos de mais alta tecnologia não garantirá, necessariamente a vitória nas guerras do futuro, assim como não garantiram no passado, uma vez que a lógica da guerra não está limitada ao simples, brutal e rasteiro ato de matar com mais eficiência (a famosa prática do general Westmoreland de “contagem de corpos” na Guerra do Vietnã), mas sim é, foi e continuará sendo dada pela política. A incompreensão de tal lógica continuará a produzir naufrágios militares fragorosos como a Indochina, o Vietnã, o Iraque e o Afeganistão (esse último, várias vezes ao longo de sua história).

Por fim, o crescimento econômico dos países centrais apresenta um grande potencial para reforçar a já antiga disputa por recursos energéticos e naturais (destacadamente *commodities* industrializáveis) escassos/sensíveis se manterá em um futuro próximo, especialmente entre EUA, Rússia, China, OTAN e, mais recentemente AUKUS (siglas em inglês que significa Austrália, Reino Unido e Estados Unidos), entre outras alianças militares que já existam ou possam vir a ser criadas.

## Referências

- AHMAD, A. & PANKHURST, R. *Adwa Victory Centenary Conference*, 26 February-2 March 1996. Addis Ababa: Addis Ababa University, 1998.
- ALEXANDER, B. *A Guerra do Futuro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- ARREGUÍN-TOFT, I. *How the Weak Win Wars: a theory of asymmetric conflict*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BERMAN, R. & GUNSTON, B. *Foguetes e Mísseis da III Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- BERTONHA, J. F. Os porta-aviões e o domínio dos mares: estratégia naval contemporânea. *Meridiano*, 47, n.º 46, jun. 2008.
- BLACK, J. *Warfare in the Western World, 1882-1975*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.
- BOOT, M. *War Made New: weapons, Warriors, and the making of the Modern World*. New York: Gotham Books, 2006.
- CREVELD, M. V. *Technology and War: from 2000 B.C. to the present*. New York: The Free Press, 1991.
- CREVELD, M. V. *Ascensão e Declínio do Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- DOUHET, G. *O Domínio do Ar*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- HALLION, R. *Storm Over Iraq: air power and Gulf War*. Washington: Smithsonian Books, 1992.
- HEADRICK, D. R. *Power Over Peoples: technology, environments, and western imperialism, 1400 to the presente*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- HILL, R. *War at Sea in the Ironclad Age*. London: Cassell, 2006.
- HOWARD, M. *Clausewitz: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

- JORDAN, D. et al. *Understanding Modern Warfare*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- JÚKOV, G. K. *Memórias e Reflexões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.
- LIANG, Q. & XIANGSUI, W. *Unrestricted Warfare*. Brattleboro: Echo Point Books, 1999.
- MACINTYRE, D. *Porta-Aviões: a arma majestosa*. Rio de Janeiro: Renes, 1974.
- PARET, P. The Genesis of On War. In: CLAUSEWITZ, C. v. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1989.
- REID, B. H. *The American Civil War and the Wars of the Industrial Revolution*. London: Cassell, 1999.
- ROSS, C. *Trial by Fire: science, technology and the Civil War*. Shippensburg: White Mane Books, 2000.
- SHIMKO, K. *The Iraq Wars and America's Military Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- SILVA, C. A. L. da. Aspectos do desenvolvimento dos monitores na Guerra da Tríplice Aliança: um diálogo entre a História Naval e a História da Tecnologia. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.º 27, 2018.
- SYMONDS, G. *The Civil War at Sea*. Santa Barbara: Praeger, 2009.
- TCHUIKOV, V. *A Batalha de Stalingrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- TIN, B. Fight for the Long Haul: the war as seen by a Soldier in the People Army of Vietnam. In: WIEST, A. *Rolling Thunder in a Gentle Land: the Vietnam War revisited*. Oxford: Osprey Publishing, 2006.
- TRU'Ô'NG-CHINH. *The Resistance Will Win*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2001.
- WILKINS, W. *Grab Their Belts to Fight Them: The Viet Cong's Big-Unit War Against the U.S., 1965-1966*. Annapolis: Naval Institute Press, 2011.
- YOSHIHARA, T. & HOLMES, J. *Red Star over the Pacific: China's rise and the challenge to U.S. maritime strategy*. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

# TECNOLOGIA MILITAR E DEPENDÊNCIA: O BRASIL E A AMÉRICA DO SUL EM PERSPECTIVA

*José Augusto Zague*

**O** objetivo é discutir o desenvolvimento de tecnologia militar e os limites para a produção autônoma por países da periferia do capitalismo, com ênfase na indústria de construção aeronáutica militar brasileira e nas iniciativas de cooperação sul-americana no setor no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Na formulação da política de Defesa cada país busca reduzir suas vulnerabilidades ante ameaças externas. Produzir armas de modo independente é uma das respostas para avançar na direção da autonomia estratégica, que pode ser definida de acordo com Saint-Pierre (1993), como:

Meio e fim. Meio, no sentido de ampliar o espaço de ação, e fim, enquanto garantia da independência dos interesses nacionais. Essa garantia não depende apenas da força militar, mas também da base industrial, da capacidade científico-tecnológica e da redução das vulnerabilidades internas decorrentes do subdesenvolvimento (p. 35).

No entanto, o aumento dos custos unitários dos armamentos no pós-Guerra Fria, tendo em conta a maior capacidade tecnológica de plataformas e sistemas, implica a aquisição de um número menor de unidades, reduzindo as possibilidades para amortizar o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e outros custos (Markowski & Hall, 1998). O modelo de difusão da tecnologia militar globalizada, que passou a vigorar no pós-Guerra Fria, tem por característica a concentração da produção em grandes conglomerados empresariais, notadamente nos EUA e Europa. Considerando as dificuldades em avançar nos processos autônomos de produção de armas, discute-se no capítulo como a dependência econômica e tecnológica dos países da periferia condiciona o desenvolvimento dos seus programas na área da construção aeronáutica militar. O texto foi dividido em duas seções. Na primeira, são apresentados um histórico sobre a difusão da tecnologia militar no pós-Segunda Guerra e uma análise dos principais atores autônomos e dependentes na produção de armamentos. Na segunda seção, são analisados os resultados e as possibilidades dos processos de produção colaborativa internacional de armamentos, como alternativa as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento de projetos autônomos, entre o Brasil e países europeus e a iniciativa de países membros da UNASUL (Argentina, Brasil, Equador e Venezuela) no desenvolvimento da aeronave de treinamento primário-básico UNASUL I.

## **Difusão da tecnologia militar e autonomia**

Os processos de difusão da tecnologia militar avançaram de três maneiras: a) expansão física ou política dos países produtores (vigorou até a Segunda Guerra Mundial); b) transferência de armamentos dos países produtores para os não produtores (ocorre por meio do comércio internacional de armamentos); c) transferência de tecnologia dos países produtores de armamentos para outros centros com capacidade de absorção (as alianças militares e a proximidade político-ideológica entre o país detentor da tecnologia e o país receptor, são importantes condicionantes para a transferência da tecnologia) (Buzan, 1987).

Os recursos disponibilizados para P&D militar no pós-Segunda Guerra, notadamente nos EUA, foram direcionados para a pesquisa básica e produziram inovações que transbordaram para o setor civil da economia. As forças armadas dos EUA, cujos requisitos atuais enfatizam o desempenho acima de todas as outras características (incluindo os custos) na obtenção de armamentos, tiveram papel particularmente importante durante o período pós-1945 na aquisição de versões iniciais de novas tecnologias. Os pedidos permitiram, por exemplo, aos fornecedores de transistores e circuitos integrados reduzirem os preços de seus produtos e melhorar sua confiabilidade e funcionalidade. Na Europa Ocidental, Grã-Bretanha e França promoveram as suas campeãs nacionais no setor durante as décadas de 1960 e 1970,

criando grandes conglomerados empresariais por meio de fusões apoiadas pelo Estado (Mowery, 2010).

Os custos iniciais de P&D associados à aquisição de armas, que representavam 5% do custo total de um sistema na década de 1950, tiveram uma alta contínua e alcançaram os 50% nos anos 1980. No pós-Guerra Fria o custo unitário de produção de armamentos — incluindo P&D — aumentou em média entre 5% a 10% ao ano, incentivando os Estados e a indústria de defesa a buscarem novas formas de diluir os riscos financeiros e técnicos associados aos processos de aquisição de armas (Kapstein, 1991; Neumann, 2006).

Na década de 1970, houve um crescimento na transferência de tecnologia e *know-how* industrial dos países desenvolvidos para a produção de armas nos países em desenvolvimento (Neuman, 1984). Para Gilpin (1981), refletindo a configuração do mundo daquele período, a transferência de tecnologia das sociedades desenvolvidas para as menos avançadas poderia contribuir para a redistribuição do poder no sistema internacional.

A transferência de tecnologia militar para os países da periferia, contudo, não resultou em maior autonomia e independência. O período pós-Guerra Fria foi marcado pela concentração da produção de armamentos em poucos países/conglomerados industriais. Segundo Dunne (1999, p. 2), “com as mudanças na tecnologia, tornou-se impossível para os países manterem a capacidade de produzir uma ampla gama de armas de forma independente”. Por mais que a indústria de defesa tenha se internacionalizado, o conhecimento tecnológico continuou concentrado em poucos países. Tal concentração leva a um domínio estratégico, político e econômico por grandes economias mundiais (Brauer & Dunne, 2005).

De outro lado, como a ameaça convencional percebida diminuiu com o fim do Guerra Fria, os orçamentos de defesa foram reduzidos e os principais programas de armas desaceleraram nos principais países produtores. Em muitos países, ocidentais e não ocidentais, a produção da indústria de defesa caiu drasticamente e algumas linhas de produção foram encerradas (Neuman, 2006). Contudo, novos projetos, em que se destacam as aeronaves de 5.<sup>a</sup> geração que incorporam a tecnologia *stealth* (F-35 e SU-57), produzidas pelos EUA e pela Rússia, exigiram um grande montante de recursos para o seu desenvolvimento e produção durante a década de 2000.

Em 2022, os EUA foram responsáveis por quase 40% (US\$ 801 bilhões/R\$ 3,9 trilhões) dos gastos mundiais em defesa. O complexo industrial militar tem grande influência sobre a política e o poder nos EUA. De acordo com Neuman (2006), os formuladores de políticas de Defesa dos EUA utilizam a vantagem que possuem para influenciar as relações internacionais e exercem pressão para desencorajar outros Estados a desenvolverem políticas autônomas na produção de armamentos.

O modelo de difusão de tecnologia militar globalizada, que se consolidou após o final da Guerra Fria, caracteriza-se pela concentração da produção em

grandes conglomerados empresariais de capital privado. No caso da Rússia, que é um importante exportador de armamentos e, da China, que tem ampliado sua participação no setor, as empresas são majoritariamente de capital estatal. Há ainda um grupo de países desenvolvidos e que estão na vanguarda de vários setores de tecnologia, destacando-se os casos de Japão e Coreia do Sul, que possuem uma produção de armamentos menos diversificada. A predominância de grandes conglomerados na produção de armamentos no âmbito global é parte fundamental do que denominamos de difusão da tecnologia militar globalizada. Os grandes produtores contam na produção de armamentos com vultosos gastos em P&D financiados pelo Estado, grande escala produtiva, ganhos em aprendizagem e a possibilidade de transbordamentos das tecnologias para setores civis da economia. Tais fatores limitam a capacidade dos países da periferia de produzirem bens e serviços de defesa tecnologicamente atualizados e com custo condizente com as suas possibilidades orçamentárias.

A tecnologia incorporada aos armamentos, contudo, não é a única variável considerada para a formulação de uma estratégia de defesa. Hoje voltamos lentamente a uma matriz mais próxima do pensamento *clauswitziano* para reconhecer que não é a tecnologia, mas uma articulação racional de tática e estratégia, doutrinariamente amalgamadas em sua adaptação à percepção política das circunstâncias, que pode decidir uma guerra e inovar em assuntos militares (Saint-Pierre & Zague, 2014). A tecnologia militar tem limites para seu emprego e sua operação. Para Mary Kaldor (1981), o uso intensivo da tecnologia criou armamentos barrocos,<sup>1</sup> ou seja, armas que apesar do seu alto custo e aprimoramento apresentam soluções pouco efetivas e às vezes inadequadas para os cenários de operação: tempo excessivo de manutenção e incompatibilidade entre a operação dos equipamentos e o treinamento dos militares.

### *Atores autônomos e dependentes*

De acordo com Buzan & Herring (1998), a produção de armamentos possui uma hierarquia definida pela capacidade de desenvolvê-los e fabricá-los autonomamente e obedece uma divisão por grupos de países: 1) Produtores completos, produzem uma gama completa de bens e serviços de defesa e estão na vanguarda tecnológica; 2) Produtores parciais, a produção é abrangente e disseminada para todas as áreas e estão próximos da liderança, porém os países produtores dependem cada vez mais de coprodução 2.1) Produção abrangente, mas não próxima da liderança, 2.2) Grande variedade de produção, mas muitas vezes dependente

---

<sup>1</sup> Em seu livro *O Arsenal Barroco*, Mary Kaldor (1981), afirma que a tecnologia militar não é avançada, mas “decadente”, e está distante da realidade militar e econômica, pois apresenta limitações em alcançar objetivos militares e compromete os orçamentos dos produtores e compradores de armas.



de componentes importados, 2.3) Produção pouco abrangente, 2.4) Produção de armas em pequena quantidade (armas leves). Entre os produtores completos ou autônomos, destacam-se EUA, Rússia, França e China. Uma parte considerável dos países europeus, tais como Reino Unido, Alemanha e Itália podem ser descritos como produtores parciais e que têm investido cada vez mais recursos na produção colaborativa de armamentos, notadamente no setor da construção aeronáutica. Os países da periferia, tais como Brasil, Índia e África do Sul possuem parques industriais de defesa importantes, mas dependentes de partes e componentes importados.

Entre os produtores completos que possuem autonomia na produção de armamentos, os EUA são responsáveis pelos maiores gastos mundiais em defesa e na aquisição de armamentos. Em 2017, a indústria de defesa dos EUA exportou cerca de US\$ 75,9 bilhões. Os gastos com P&D militar alcançaram US\$ 79,2 bilhões e as compras de armamentos para as suas forças armadas totalizaram US\$ 124 bilhões — mais que o dobro do que Google, Microsoft e Apple gastaram em P&D e compras juntas. A produção de armas, notadamente na indústria de construção aeronáutica militar, é altamente concentrada. A Boeing que é uma das mais importantes fornecedoras das forças armadas norte-americanas, fez 69 aquisições de outras empresas entre 1993 e 2017 (Amara & Franck, 2019).

Na Europa, a França possui uma política de autonomia na produção de armamentos que coloca o país como um produtor completo. O modelo francês de independência na produção de armamentos foi construído a partir do segundo período de governo do presidente De Gaulle (1958-1969), quando as tensões entre França e EUA tinham alcançado o seu pior momento. O projeto independentista de De Gaulle tinha como objetivos: a busca por independência política, a ampliação da autonomia do país dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a obtenção de capacidade própria de dissuasão nuclear (Bozo, 2001). Contudo, o fim da Guerra Fria e o advento de novas tecnologias, indicam que a autonomia desejada pela França pode ser melhor entendida atualmente como uma “autonomia parcial” (Brattberg & Valášek, 2019).

Os países europeus produzem uma gama variada de armamentos tecnologicamente avançados, porém estão distantes de alcançar os gastos dos EUA em P&D militar e em aquisições, dificultando o desenvolvimento de determinados bens e serviços de defesa. Nesse sentido, os países europeus dependem cada vez mais de produção colaborativa, visando o aumento da escala produtiva e a redução na duplicação dos custos de P&D (Hartley, 2006). Não obstante a existência de conceitos bem definidos sobre poder e autonomia identificados com o Estado-nação, a dinâmica da colaboração internacional possibilitou à União Europeia por meio da Agência Europeia de Defesa (AED) desenvolver um plano de autonomia estratégica com o objetivo de avançar na produção colaborativa de bens e serviços de defesa (Howorth, 2019).

A Europa concentra os principais programas colaborativos no âmbito de organizações internacionais. Entre os programas europeus desenvolvidos pela AED e

geridos pela Organização para Cooperação Conjunta de Armamentos (OCCAR), que facilita os arranjos colaborativos entre os governos da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Itália e Reino Unido, destacam-se o avião de transporte *A-400M Atlas* e o helicóptero de ataque *NH-90 Tiger* (Matthews, 2018). Do lado da OTAN, destaca-se o programa colaborativo do caça *Eurofighter Thyphoon* (Reino Unido, Alemanha, Itália e Espanha) (De Vore, 2011).

Entre os produtores completos de armamentos, a indústria de defesa russa destaca-se pela variedade e pela quantidade de sistemas de armas que produz. Tendo herdado as tecnologias desenvolvidas pela URSS no período da Guerra Fria, a Rússia supre as necessidades de suas forças armadas e alcança um papel destacado entre os principais exportadores de armamentos. Desde o início das reformas de mercado na década de 1990, as empresas do complexo militar-industrial russo passaram por uma grande crise. Em meados da década de 2000, as empresas de defesa do país voltaram a gerar empregos, recuperaram os salários da força de trabalho e a capacidade produtiva. A revitalização da indústria de defesa russa ocorreu *pari passu* a recuperação econômica do país e a alta prioridade conferida pelo governo ao setor. A Rússia desenvolveu ao longo do período entre 2000-2019 uma política industrial que fortaleceu a sua indústria de defesa, com o objetivo de reduzir a dependência do país das exportações de energia e matérias-primas; acelerar a inovação tecnológica; melhorar a competitividade dos produtos manufaturados e aumentar as exportações de bens industriais (Kosals & Izyumov, 2011; Davis, 2019).

Entre os produtores completos, destaca-se a produção chinesa de armamentos, cada vez mais abrangente e diversificada. O país segue uma estratégia agressiva de promoção da inovação tecnológica que visa ampliar a sua autonomia na produção de armamentos. Para alcançar o objetivo, a China busca avançar no desenvolvimento de sistemas de armas que permitam: a) operações de guerra centradas na rede; b) uma tríade nuclear completa incluindo dissuasão marítima; c) capacidades globais de projeção de poder, incluindo vários grupos de porta-aviões; e d) capacidades cibernéticas para permitir e apoiar tais missões. A China já demonstrou domínio das tecnologias em áreas importantes, com destaque para o desenvolvimento de mísseis balísticos e sistemas não tripulados, e está prestes a assumir um papel de liderança em algumas áreas de ponta, como computação quântica e inteligência artificial. Deficiências continuam a existir em campos tecnológicos críticos, especialmente nos sistemas de propulsão (motores) e eletrônica de defesa (Kirchberger & Mohr, 2019).

Entre os produtores parciais, os parques industriais de defesa do Japão, de Israel e da Coreia do Sul merecem destaque. No período do pós-Segunda Guerra o Japão desenvolveu um modelo de “tecnonacionalismo” que buscava a autonomia na produção de armamentos. O desenvolvimento tecnológico alcançado pelo país em diversos setores, não teve, entretanto, a mesma ênfase no setor de Defesa. Os compromissos assumidos pelo país no pós-guerra de não produzir armamentos ofensivos e a influência e pressão dos EUA, do qual se tornou cada vez mais

dependente, ajudam a explicar a menor relevância do setor para a economia japonesa. O projeto de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, que colocou o país na vanguarda tecnológica no século XXI, não avançou em direção à autonomia na produção de sistemas de armas avançados. Japão e Coreia do Sul dependem de fornecedores externos para prover os seus aviões de combate e sistemas de mísseis de defesa antiaérea, armamentos produzidos principalmente pelos EUA. Israel desenvolveu uma Base Industrial de Defesa (BID) altamente especializada, com gastos vultosos em P&D militar e foco nas tecnologias avançadas. O setor possui 600 empresas e emprega 45 mil funcionários. Não obstante os grandes avanços e a variada gama de produtos que são fabricados, o país importa dos EUA entre outros produtos, aviões de combate e sistemas de defesa antimísseis (Hughes, 2019; Bitzinger, 2019; Pinchas & Tishler, 2019).

Entre os países em desenvolvimento, a necessidade de importar componentes de armamentos dos grandes produtores, consolida um modelo dependente em que as estruturas produtivas se assemelham a *maquiladoras*. Entre as maiores economias em desenvolvimento, as indústrias de defesa de Brasil, Índia e Turquia também dependem de componentes importados para a produção de uma variada gama de armamentos. A indústria de defesa brasileira que alcançou relativa importância no âmbito internacional na década de 1980, perdeu dinamismo na década de 1990. Na década de 2000, durante os mandatos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Ministério da Defesa, 2005; 2008; 2012), foram lançadas iniciativas para revitalizar a indústria de defesa, com destaque para o PROSUB (submarinos convencionais e de propulsão nuclear), a aeronave de transporte KC-390 e o *Gripen-NG* (Zague, 2022). A Índia, outra importante economia em desenvolvimento, apesar de avanços no setor da indústria de defesa e da construção aeronáutica militar (Chhibber & Dhawan, 2013), continua dependente dos grandes produtores para assegurar a aquisição de componentes para a montagem dos armamentos. No caso da Turquia, país que é membro da OTAN, não obstante os avanços na ampliação dos gastos com P&D, desenvolvimento de novos armamentos e aumento no faturamento (Sezgin & Sezgin, 2019), continua distante da autonomia no setor. A dependência dos países da periferia possui um componente político, em que o acesso a tecnologias sensíveis fica condicionado ao alinhamento com as posições dos grandes produtores, especialmente as políticas restritivas dos EUA e dos seus aliados da OTAN. A dependência dos países da periferia dos grandes produtores pode ser identificada de duas maneiras: a) As restrições formais, em que a venda ou transferência de determinada tecnologia é vetada em decorrência de embargos a certos países ou para impedir a difusão da tecnologia; b) As restrições informais, que ocorrem quando o alto custo do armamento dificulta de fato sua aquisição ou quando o país não possui a capacidade necessária para absorver e desenvolver o produto final, produzir partes, sistemas e componentes (Battaglino, 2009).

## O Programa AMX

As inovações tecnológicas produzidas pelo modelo de difusão da tecnologia militar globalizada, empregadas pelos EUA durante a Guerra do Golfo, impressionaram até mesmo os aliados europeus que criaram novos programas para modernizar as suas forças e desenvolver a capacidade para empregá-las de forma independente (Waltz, 2000).

As melhorias nas tecnologias de vigilância, controle, comunicação e processamento de dados, pareciam abrir caminho para uma transformação tanto no gerenciamento do campo de batalha de forma específica, quanto na conduta da guerra, de forma mais geral (Buzan & Hansen, 2009). Os custos associados a novas tecnologias desenvolvidas pelos grandes produtores cresceram e tornaram mais difíceis para os países da periferia avançar nas novas tecnologias com programas autonomistas. No modelo de difusão da tecnologia militar globalizada, os países da periferia tem três possibilidades para a aquisição de armamentos: a) manter a dependência de fornecedores externos; b) desenvolver autonomamente dentro das possibilidades técnico-científicas-orçamentárias armamentos que supram parte das suas necessidades de defesa; e, c) assegurar alguma autonomia e avançar bilateralmente, multilateralmente ou no âmbito de uma aliança militar em iniciativas colaborativas que contribuam para elevar o estágio tecnológico. O Brasil combinou dois modelos. A BID brasileira manteve uma razoável capacidade de produzir bens e serviços de defesa, mesmo após a perda de dinamismo da sua indústria de defesa na década de 1990, concentrando-se em armas produzidas com tecnologias preexistentes.<sup>2</sup> De outro lado, obteve ganhos importantes ao desenvolver colaborativamente com empresas italianas o caça bombardeiro AMX<sup>3</sup> na década de 1980.

O desenvolvimento de uma aeronave de combate pela Embraer, não era unanimidade na Força Aérea Brasileira (FAB) naquele período. Segundo Kapstein (1990-1991, p. 590), os líderes da FAB “teriam preferido comprar um caça de superioridade aérea de prateleira, no lugar de construir do zero uma aeronave de ataque ao solo”. O Estado brasileiro que detinha o controle e os dirigentes da Embraer percebeu, entretanto, um *gap* no mercado internacional entre itens de baixa tecnologia e as tecnologias de vanguarda dos grandes produtores (EUA e URSS). em vez de licenciar tecnologia, a Embraer firmou um acordo de coprodução com as italianas *Aermacchi* e *Aeritalia* para produzir colaborativamente o AMX (Franko-Jones, 1988).

---

<sup>2</sup> Para Krause (1995), o Brasil se encontra entre os países que reproduzem tecnologias já existentes, por sua baixa capacidade de inovação.

<sup>3</sup> A Embraer assinou um acordo de coprodução em 1981 com a *Aermacchi* (hoje *Alenia Leonardo*) e a *Aeritalia* da Itália para produzir o caça subsônico AMX. A participação da Embraer no projeto foi de 29,7%, 23,8% para *Aermacchi* e 46,5% para a *Aeritalia* (Perlo Freeman, 2004).

No projeto AMX a colaboração envolveu desenvolvimento, teste e fabricação de seções da aeronave e montagem nos dois países, por meio de subcontratação e transferência de tecnologia. O custo unitário de cada aeronave produzida (US\$ 20 milhões) alcançou o dobro da previsão inicial e o número reduzido<sup>4</sup> de unidades produzidas — aproximadamente 200 aeronaves —, impactou o custo unitário e nas exportações que se resumiram a 8 unidades da versão AMX-T vendidas à Venezuela (Kapstein, 1990-1991; Perlo Freeman, 2004). A empresa brasileira foi responsável por 30% das atividades de manufatura do novo avião de combate, fornecendo as asas, tomadas de ar, pilones, tanques de combustível e o trem de pouso principal; além de realizar a montagem final e a integração de sistemas das aeronaves destinadas à FAB (Ferreira, 2009). A colaboração brasileira com a Itália promoveu um salto tecnológico em diversas áreas: substituição de equipamentos eletrônicos por eletrônica integrada; introdução dos sistemas *Fly-by-Wire* no AMX impulsionando a utilização de aviônicos integrados pela Embraer; desenvolvimento de novos testes de voo; uso de desenho assistido por computador e fabricação assistida por computador (CAD-CAM) (Francelino et al., 2019).

O programa AMX contou em todas as suas etapas com o apoio do Estado, que pagou por cada aeronave preços acima do mercado, com o objetivo de estimular ganhos tecnológicos tendo em conta a escala limitada de produção (Franko-Jones, 1988). Ao desenvolver o AMX, a FAB contava com ganhos do projeto para BID brasileira em duas áreas prioritárias: a) capacitação de fornecedores nacionais para produção de componentes e sistemas de maior distinção tecnológica; b) ampliação das capacidades tecnológicas da Embraer, principalmente no desenvolvimento e na produção de aeronaves de propulsão a jato (Galvão et al., 2016). O desenvolvimento de uma cadeia de fornecimento de componentes e partes para a indústria aeronáutica, ainda é um objetivo distante para a BID brasileira. Entre os maiores entraves destacam-se: a) configuração global do setor concentrado em grandes conglomerados empresariais multinacionais; b) falta de escala produtiva; c) dificuldades de financiamento; d) alto custo para obtenção de tecnologia avançada. Por outro lado, o programa AMX possibilitou o uso dual das tecnologias e a sua aplicação na fabricação de aviões comerciais (Cavagnari Filho, 1993) e capacitou a Embraer para projetar e fabricar aeronaves de maior aprimoramento tecnológico (Ferreira, 2009).

O Brasil desenvolveu um modelo em que as tecnologias militares têm sido efetivamente empregadas no setor civil. Tecnologias obtidas com P&D militar do AMX, foram utilizadas no jato comercial ERJ-145 na década de 1990, tornando a Embraer líder mundial do mercado de aeronaves regionais. Em sentido inverso, tecnologias desenvolvidas para o jato regional Embraer 190, foram aplicadas na aeronave de transporte militar KC-390 na década de 2010 (Ferreira, 2009). No

---

<sup>4</sup> Segundo Ferreira (2009, p.132, grifo do autor), “grande parte do fracasso comercial se deve ao fato desta aeronave ter entrado em operação no fim da Guerra Fria, período em que os orçamentos militares sofreram reduções, além da existência de um grande número de aviões militares com pouco uso e baixo custo, as denominadas *sobras de guerra*”.

entanto, apesar de investimentos e subsídios governamentais, o país não está nem perto da produção de armamentos totalmente autônoma em nenhum setor (Perlo Freeman, 2004).

A evidência de Perlo Freeman sobre as dificuldades da indústria de defesa brasileira, pode ser explicada pelo modelo de desenvolvimento do setor na década de 1970. O parque industrial de defesa avançou naquele período amparado por uma política industrial-militar que buscava ampliar a autonomia do país no setor e que considerava o desenvolvimento industrial — de defesa, nuclear, aeroespacial e microeletrônica — o motor para o desenvolvimento econômico mais amplo, como ocorreu com o aço nos anos 1930 e o petróleo na década de 1950. Entretanto, as tentativas de estimular o desenvolvimento tecnológico do setor privado por meio de atividades financiadas pelo Estado foram prejudicadas por políticas de incentivos fiscais, tornando mais vantajoso para as empresas importar pacotes de tecnologia do que desenvolvê-la internamente (Conca, 1998), consolidando um modelo dependente de fornecedores externos.

### O Programa Gripen-NG

Em 2014, durante o mandato da presidente Dilma Rousseff, o Brasil firmou um acordo de cooperação com a Suécia para a aquisição de 36 caças multifunção Saab *Gripen*<sup>5</sup> F-39E/F, aeronave de combate de 4.<sup>a</sup> geração (The Military Balance, 2021). O acordo, no modelo de cooperação bilateral, permite o desenvolvimento colaborativo de uma nova versão da aeronave, com transferência de tecnologia e a participação da indústria nacional liderada pela Embraer. O programa de *offset* do *Gripen* definiu a transferência de tecnologias em áreas de interesse da FAB indicadas pela indústria nacional. Empresas brasileiras fornecerão partes e tecnologias críticas e sensíveis que são específicas do fabricante da aeronave. O projeto de célula (estrutura do avião), integração aeronáutica e sistemas (aviônicos, radares, armamentos) serão repassadas para a Embraer que realizará a montagem de 15 aeronaves (Vasconcelos, 2019).

O acordo entre Brasil e Suécia estabelece os requisitos tecnológicos a serem compartilhados com a Embraer: integração dos armamentos; integração dos motores; possibilidades de *design*; *links* de dados; integração de sistemas; montagem do radar; aerodinâmica; sobrevivência; desenvolvimento de programas de computador; integração de sistemas táticos; dados dos sistemas de gravação e funções de na-

---

<sup>5</sup> O contrato entre o governo brasileiro e a Saab assinado em outubro de 2014, prevê o desembolso de US\$ 5,52 bilhões pelas 36 aeronaves (The Military Balance, 2021). A FAB e o Ministério da Defesa anunciaram em abril de 2022 a aquisição de mais 4 aeronaves; em junho foi anunciada outras 26 unidades do *Gripen NG* (Ministério da Defesa, 2022).

vegação. Essas atividades serão desenvolvidas colaborativamente com fornecedores<sup>6</sup> definidos pela Saab e Embraer (Delaco et al., 2017).

Um fator-chave para facilitar a transferência de tecnologia é ampliar a capacidade de absorção do país receptor. O nível da infraestrutura tecnológica disponível — centros de pesquisa, capital humano doméstico e a maturidade de setores econômicos — é que vai determinar a absorção da tecnologia adquirida (Galvão et al., 2016). Estudo realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2014, pp. 34-5), aponta que a indústria aeronáutica brasileira, incluindo algumas empresas do setor de defesa, “é formada por: uma grande empresa integradora (Embraer); empresas nacionais de médio porte (por exemplo: Avibras, Novaer); empresas com participação estrangeira (por exemplo: Helibras/Airbus, AEL/Elbit, GE-Celma) e diversas empresas de pequeno porte, concentradas principalmente na região de São José dos Campos”.

A grande dificuldade da indústria de defesa brasileira é a baixa inserção do setor industrial do país como um todo nas cadeias de suprimento global de bens e serviços de alta tecnologia. O modelo de difusão da tecnologia militar globalizada, é articulado a partir de uma cadeia de suprimentos controlada por grandes conglomerados empresariais. A ausência de um setor que produza partes e componentes de armamentos no país, dificulta transformar em bens e serviços as tecnologias absorvidas, considerando o alto custo de produzi-los em baixa escala.

O programa colaborativo do *Gripen NG* pode resultar em ganhos tecnológicos para as empresas brasileiras, como ocorreu com o programa AMX. Contudo, há limitações impostas pelo modelo globalizado da indústria aeronáutica e por restrições dos países produtores às tecnologias sensíveis de uso militar. Parte considerável dos componentes e sistemas do *Gripen NG* são produzidos em outros países. Um exemplo é o motor que equipa o *Gripen NG*, modelo (GE-F414) desenvolvido pela *GE Aviation* (EUA). As aeronaves brasileiras serão equipadas com motores produzidos sob licença da *GE Aviation* pela *Volvo Aero Corporation*, empresa sueca que produz parte dos componentes e realiza a montagem do motor (Airframer, 2008). A manutenção da dependência estratégica é uma das características do modelo de difusão de tecnologia militar globalizada, em que mesmo os países que possuem uma razoável infraestrutura tecnológica e de produção de armamentos, como é o caso brasileiro, podem ter dificuldades para absorver determinadas tecnologias por restrições econômicas ou impostas pela legislação dos países produtores.<sup>7</sup> Tais fatores podem impedir ou limitar uma transferência tecnológica mais efetiva, considerando certas condições impostas pelos fornecedores, especialmente os EUA.

---

6 Além da Embraer e do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) da Aeronáutica, cinco empresas brasileiras são beneficiárias do programa de transferência de tecnologia: Akaer, Saab Aeronáutica Montagens (SAM), Atech, Atmos Sistemas, Inbra e AEL Sistemas (Delaco et al., 2017; Vasconcelos, 2019).

7 Um exemplo é o *International Traffic in Arms Regulations* (ITAR), utilizado pelos EUA para controlar a fabricação, a venda e a distribuição de bens e serviços empregados nas áreas de defesa e espacial.

## O Programa UNASUL I

No início da década de 2010, os membros do CDS, organismo da UNASUL, decidiram criar um programa de produção colaborativa de um avião de treinamento básico-primário. Para o desenvolvimento do avião denominado UNASUL I (figura 1), foram criados em 2013 o *Project Manager Office* (PMO), o Comitê Técnico Assessor e o Comitê Consultivo para promover as etapas de desenvolvimento e produção nos âmbitos técnico, industrial e comercial (Yedro, 2014).

Figura 1. Perspectiva do avião de treinamento “UNASUL I”



Fonte: Infodefensa (2012).

Para o desenvolvimento do protótipo e da produção da aeronave estava previsto a criação de uma Sociedade Anônima denominada *Unasur Aero*, possibilitando que as empresas participantes do projeto pudessem ser contratadas e receber remuneração pelos serviços, materiais e equipamentos fornecidos. Para a fase de desenvolvimento do projeto estavam previstos gastos de US\$ 61 milhões. O Brasil ficaria responsável por 62% dos subsistemas da aeronave, representando US\$ 36 milhões, que deveriam ser repassados às empresas brasileiras participantes do projeto: Novaer (trem de pouso), Akaer (asas equipadas), *Avionics* (painel de instrumentos). As empresas argentinas *FAdA* e *Redimec* participariam com 28% do valor (US\$ 17 milhões) produzindo portas, hélices, montagem de motor e assento ejetável. A empresa equatoriana *Dirección de Industria Aeronáutica de la Fuerza Aérea Ecuatoriana* (DIAF) e a venezuelana *Compañía Anónima Venezolana de Industrias Militares* (CAVIM) participariam com pouco mais de 5% cada (US\$ 3,5 milhões) fornecendo ainda outras partes da aeronave (Ministério da Defesa, 2014;



UNASUR, 2014). O quadro 1, apresenta a divisão de responsabilidades entre os países-sócios e ressalta a grande dependência dos fornecedores externos na aquisição dos sistemas mais avançados (recheio): aviônicos e motorização.

Quadro 1. Fornecedores do avião “UNASUL I”

SEÇÃO	FORNECEDORES	ORIGEM
Aviônicos	Painel de instrumentos e aviônicos produzidos pela Collins (EUA) Montagem e integração pela Avionics (Brasil) e Redimec (Argentina)	EUA Brasil/Argentina
Sistema de motorização	Pratt & Whitney <sup>8</sup> Honeywell <sup>9</sup> Motor Sich <sup>10</sup>	Canadá/EUA EUA Ucrânia
Assento ejetável	Martin Baker	Reino Unido
Partes da fuselagem: bordo de ataque, ailerons, flaps, carenagem do motor, pontas das asas e tampas da fuselagem	CAVIM	Venezuela
Seção da cauda	DIAF	Equador
Desenho, projeto, tecnologia de materiais compostos, integração e montagem do motor, portas, hélices e assento ejetável.	FAdeA	Argentina
Trem de pouso	Novaer	Brasil
Asas Equipadas	Akaer	Brasil
Sistema elétrico e de Pressurização	Integração e montagem pela empresa brasileira Avionics com componentes importados <sup>11</sup>	Brasil

Fonte: Elaboração própria.<sup>12</sup>

No modelo definido pelo consórcio, os países sócios ficariam encarregados de repassar os pagamentos por etapa para a *Unasur Aero*, que posteriormente contrataria os fornecedores dos quatro países de acordo com as suas atribuições no desenvolvimento da aeronave. Concluída a fase de desenvolvimento, seria estabelecido o modelo de produção do UNASUL I. Havia a previsão de 92 encomendas: 50

8 Embargo dos EUA pela presença venezuelana no projeto.

9 Idem.

10 O motor de um helicóptero seria adaptado para o UNASUL I.

11 Não foi possível obter a relação de empresas estrangeiras fornecedoras.

12 Elaborado a partir de entrevistas com integrantes dos comitês do projeto. Ver Zague, 2018.

unidades para a Argentina, 24 para a Venezuela e 18 para o Equador. O Brasil decidiu participar do projeto sem realizar nenhuma encomenda da aeronave (Ministério da Defesa, 2014).

O projeto da aeronave de treinamento cumpriu algumas etapas de desenvolvimento e pré-produção. Contudo, a produção das aeronaves não avançou. Não obstante as assimetrias e a divisão de trabalho pouco equitativa entre os países-membros do projeto, é necessário ressaltar o peso da dependência dos fornecedores externos, especialmente de componentes produzidos nos EUA. As restrições formais aplicadas pelos EUA condicionaram e limitaram a colaboração regional no projeto UNASUL I (Zague, 2018).

Apesar de ter como finalidade primária a instrução de pilotos, seria possível com algumas modificações tornar a aeronave capaz de cumprir missões carregando armamentos leves. Segundo Yedro (2014, p. 6), havia a possibilidade “de personalização da aeronave para efetuar o lançamento de armamento, sem implicar um impacto significativo no projeto”.

A capacidade de uso dual da aeronave, tornou o projeto suscetível ao embargo no fornecimento de partes ou componentes por fabricantes internacionais. Em 2005 a empresa brasileira Embraer deixou de vender 20 aeronaves de ataque e reconhecimento EMB-314 Super Tucano, para a Força Aérea da Venezuela. A venda foi inicialmente autorizada pelo governo dos EUA, país em que são produzidos diversos componentes da aeronave:

[...] a companhia aeroespacial brasileira (EMBRAER) assinou um contrato com a Força Aérea Venezuelana, que prevê a venda de 20 (vinte) aviões Super Tucano, por US\$ 169,7 milhões. O acordo foi concluído apenas após os fabricantes de peças dos EUA (que representam cerca de 50% dos componentes da aeronave) fornecerem garantias escritas de que o governo dos EUA não tinha nada contra a venda (United States of America, 2005).

A venda, no entanto, foi cancelada com a recusa dos EUA em fornecer a licença para exportação de conteúdo, sob o argumento de que os componentes produzidos naquele país poderiam ter uso dual (United States of America, 2009a; 2009b).<sup>13</sup>

Na reunião da mesa técnica dos Comitês Consultivo e Técnico Assessor, em meados de 2014, quando se discutiu a seleção do motor da aeronave, já se considerava a possibilidade de haver embargo pelos EUA. A produção de motores aeronáuticos compatíveis com o projeto do UNASUL I tem seus principais fabricantes instalados na América do Norte. O sistema de motorização que mais se adequava aos requisitos técnicos da aeronave era o *Pratt & Whitney* PT6-25C de origem canadense, empresa subsidiária da *United Technologies Corporation* que tem sede nos EUA. No contato inicial do consórcio com a fabricante, a empresa declarou que não

---

13 Podem ter uso militar e civil.

poderia fornecer o sistema por se tratar de um motor que poderia ter uso militar, o que impediria a venda pela presença venezuelana no projeto. Como alternativa, o consórcio mostrou interesse por outro motor de uso civil do mesmo fabricante e que poderia ser adaptado aos requisitos técnicos da aeronave. Apesar da tentativa, a *Pratt & Whitney/United Technologies*, alegaram que estavam impedidas de fornecer o motor em virtude do embargo imposto pelo governo dos EUA a comercialização de material sensível com a Venezuela. Houve ainda contato com outra fabricante sediada nos EUA, a *Honeywell*, que também informou que pelo mesmo motivo não poderia fornecer o motor (Unión de Naciones Suramericanas, 2015a).

A questão do motor se tornou crítica para o programa. A alternativa apresentada pela Venezuela foi optar por um motor ucraniano da *Motor Sich*, que estava livre de impedimentos em matéria de comercialização e suporte logístico. O motor ucraniano apresentava maior viabilidade, considerando a importância do UNASUL I utilizar um único modelo de motor, já que para os venezuelanos a possibilidade de dupla motorização, ou seja, utilizar motores de dois fabricantes distintos, produziria um impacto desfavorável ao espírito inicial do projeto. A possibilidade de utilizar um motor produzido pela empresa *Motor Sich* dependia de mudanças no projeto do UNASUL I, pois o motor ucraniano foi desenvolvido originalmente para aeronaves de asas rotativas (helicópteros) (Unión de Naciones Suramericanas, 2015b).

A produção de motores aeronáuticos é ainda mais concentrada que outros bens e serviços da cadeia de suprimentos produzidos pelos grandes produtores e seus conglomerados. A adaptação de um motor de helicóptero da ucraniana *Motor Sich* no avião sul-americano, exigiria mudanças no projeto original, o que poderia reduzir a confiabilidade da aeronave. A necessidade de improvisar um motor não desenvolvido para aeronaves de asa fixa, demonstra como a dependência de componentes, partes e sistemas produzidos pelos grandes produtores, impacta o desenvolvimento de projetos estratégicos na área da tecnologia militar, especialmente quando se trata de programas de colaboração internacional.

## Considerações finais

Os meios disponíveis para que os países da periferia avancem em direção à autonomia na produção de armamentos, notadamente após o fim da Guerra Fria, tornaram-se mais restritos. O modelo de difusão da tecnologia militar globalizada concentra as atividades em grandes conglomerados empresariais e limita a efetivação dos ganhos com a transferência de tecnologia e transbordamentos por países da periferia. De outro lado, os grandes produtores de armamentos procuram influenciar e desencorajar políticas autonomistas no desenvolvimento de tecnologia militar avançada. A combinação de tais fatores amplia o custo político, econômico e tecnológico para que os países da periferia avancem em direção à autonomia estratégica no segmento da indústria de construção aeronáutica militar. A assimetria nos gastos

militares e a diferença de escala produtiva, entre outros fatores, consolida a relação de dependência na aquisição de componentes, partes e sistemas entre os países da periferia e os países do centro do capitalismo.

A dinâmica da difusão de tecnologia militar globalizada, impõe maiores dificuldades para a efetivação dos ganhos com os transbordamentos. No caso brasileiro, os ganhos obtidos no programa AMX e absorvidos pela Embraer durante a década de 1980, contribuíram para o desenvolvimento de aeronaves comerciais. No programa *Gripen NG*, entraves colocados pelos fornecedores internacionais do programa podem restringir o escopo da transferência de tecnologia prevista no acordo. Se efetivados os aportes tecnológicos previstos, a Embraer beneficiar-se-ia menos com os ganhos para a sua área comercial na qual alcançou um alto nível de desenvolvimento, e mais com ganhos para área de Defesa e Segurança, notadamente na capacitação para projetar e desenvolver aeronaves de combate de alto desempenho e tecnologia avançada.

O caso do UNASUL I, demonstra os limites impostos para o desenvolvimento de projetos estratégicos colaborativos entre países da periferia no âmbito de organizações internacionais. A dependência dos países sócios de tecnologia externa, tornou-se um importante entrave para o programa do avião sul-americano. O embargo dos EUA ao fornecimento do motor para o UNASUL I é um indicador da vulnerabilidade de arranjos de produção colaborativa na região. Nesse sentido, a preferência político-ideológica dos grandes produtores de bens e serviços de defesa de alta intensidade tecnológica, pode influenciar a formação e o desenvolvimento de projetos no âmbito dos consórcios de produção colaborativa por países dependentes. Nesse caso, os aspectos técnicos do projeto, em que Brasil e Argentina são reconhecidos internacionalmente pela excelência da sua engenharia aeronáutica, dá lugar a variável política e as relações de poder que definem se o projeto pode ou não avançar.

## Referências

- AMARA, J. & FRANCK R. The United States and its defense industries. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, pp. 640, 2019.
- AIRFRAMER. *Volvo Aero and GE sign MoU on F414*. Airframer, 2008. Disponível em: [https://www.airframer.com/news\\_story.html?release=3289](https://www.airframer.com/news_story.html?release=3289). Acesso em: 20 mar. 2022.
- BATTAGLINO, J. O. O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, ed. esp. em português, pp. 79-89, dez. 2009.
- BITZINGER, R. A. The defense industry of the Republic of Korea. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, 2019, p. 640.

- BOZO, F. Two Strategies for Europe: De Gaulle, the U.S., and the Atlantic Alliance. *Foreign Affairs*, maio-jun., 2001.
- BRATTBERG, E. & VALÁŠEK, T. EU Defense Cooperation: Progress Amid. *Carnegie Endowment for International Peace*, 2019.
- BRAUER, J. & DUNNE, J. P. Arms Trade Offsets and Development. *8th International Conference on Economics and Security*. University of the West of England. Bristol, jun. 2005.
- BUZAN, B. *An introduction to Strategic Studies: military technology and International Relations. International*. Institute for Strategic Studies (Palgrave Macmillan), 1987.
- BUZAN, B. & HANSEN, L. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge University Press, 2009.
- BUZAN, B. & HERRING, E. *The arms dynamics in world politics*. London: Lynne Rienner, 1998.
- CAVAGNARI FILHO, G. L. *Ciência e tecnologia no Brasil: uma nova política para um mundo global. P & D Militar: situação, avaliação e perspectivas*. Campinas: 1993. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/scipol/pdf/militar.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2022.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. *Programa demonstrativo para inovação em cadeia produtiva selecionada: Indústria aeronáutica brasileira*. Brasília, 2014. Disponível em: [http://homologa.oic.nap.usp.br/wp-content/uploads/2014/12/Prog\\_demonst\\_Inov\\_Cad\\_Prod\\_Sel\\_Aeronautica\\_WEB\\_14112014.pdf](http://homologa.oic.nap.usp.br/wp-content/uploads/2014/12/Prog_demonst_Inov_Cad_Prod_Sel_Aeronautica_WEB_14112014.pdf). Acesso em: 20 mar. 2022.
- CHHIBBER, B. & DHAWAN, R. A bright future for India's defense industry?. *McKinsey on Government*, spring 2013.
- CONCA, K. Between Global Markets and Domestic Politics: Brazil's Military-Industrial Collapse. *Review of International Studies*, vol. 24, n.º 4, pp. 499-513, 1998.
- DAVIS, C. M. The Russian defence industry, 1980–2025 Systemic change, policies, performance and prospects. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, p. 640, 2019.
- DE VORE, M. R. The arms collaboration dilemma: between principal-agent dynamics and collective action problems. *Security Studies*, vol. 20, n.º 4, pp. 624-2, 2011.
- DELACO, E.; ROMÁN, M. & EK, I. Nurturing spillover from the industrial partnership between Sweden and Brazil: a case study of the Gripen Project. *Swedish Agency For Growth Policy Analysis*, Report: 01/2017, 2017.
- DUNNE, J. P. The Globalisation of Arms Production and Trade: Implications for the UK Economy. *CAAT 25th Anniversary Public Lecture: Middlesex University Business School*. Londres: 1999. Disponível em: <http://carecon.org.uk/Users/paul/globalnew.pdf>. Acesso em: 14 maio 2021.
- FERREIRA, M. J. B. *Dinâmica da inovação e mudanças estruturais: um estudo de caso da indústria aeronáutica mundial e a inserção brasileira*. Doutorado em Ciências Econômicas. Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

- FRANCELINO, J. A.; URBINA, L. M. S.; FURTADO, A. T. & CHAGAS, M. F. How public policies have shaped the technological progress in the Brazilian aeronautics industry: Embraer case. *Science and Public Policy*, vol. 46, pp. 787-804, 2019.
- FRANKO-JONES, P. Public Private Partnership: Lessons from the Brazilian Armaments Industry. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 29, n.º 4, pp. 41-68, winter, 1987-1988.
- GALVÃO, A. C. F. et al. *The Spillover Effects in Brazil associated with the Gripen NG Project*. Swedish Agency for Growth Policy Analysis (CGEE Technical Team). Östersund, dez. 2016.
- GILPIN, R. *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press, 1981.
- HARTLEY, K. Defence Industrial Policy in a Military Alliance. *Journal of Peace Research* (Special Issue on Alliances), London, vol. 43, n.º 4, pp. 473-89, jul. 2006.
- HOWORTH, J. Strategic autonomy: why it's not about Europe going it alone. *Wilfried Martens Centre for European Studies*, 2019.
- HUGHES, C. Japan's defence industry: From indigenisation to exploring internationalisation. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, 2019, p. 640.
- INFODEFENSA. *Avanza el proyecto del avion de entrenamiento básico Unasur 1*. Defesa, 2012. Acesso em: 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3141222/avanza-proyecto-avion-entrenamiento-basico-unasur-1>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- KALDOR, M. *The Baroque Arsenal*. New York: Hill & Wang, p. 290, 1981.
- KAPSTEIN, E. B. International collaboration in armaments production: a second-best solution. *Political Science Quarterly*, vol. 106, n.º 4, pp. 657-75, 1991.
- KAPSTEIN, E. B. The Brazilian Defense Industry and the International System. *Political Science Quarterly*, vol. 105, n.º 4, pp. 579-96, winter 1990-1991.
- KIRCHBERGER, S. & MOHR, J. China's defence industry. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, 2019, p. 640.
- KOSALS, L. & IZYUMOV, A. The Russian defence industry confronts the market: findings of a longitudinal study. *Europe-Asia Studies*, vol. 63, n.º 5, pp. 733-56, 2011.
- KRAUSE, K. *Arms and the State: patterns of military production and trade*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- MARKOWSKI, S. & HALL, P. Challenges of defence procurement. *Defence and Peace Economics*, vol. 9, n.ºs 1-2, pp. 3-37, 1998.
- MATTEWS, R. European collaboration in the development of new weapons systems. In: KARAMPEKIOS, N.; OIKONOMOU, I. & CARAYANNIS, E. G. (eds.). *The emergence of the EU defense research policy: from innovation to militarization*. New York: Springer Science, 2018.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Política Nacional da Indústria de Defesa*. Brasília, 2005.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa. Paz e Segurança para o Brasil*. Brasília, 2008.

- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, 2012.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Brasil contribui em produção de aeronave sul-americana*. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/brasil-contribui-com-programa-de-producao-de-aeronave-de-treiname-nto-sul-americana>. Acesso em: 1.º abr. 2023.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Comandante da Aeronáutica recebe CEO da empresa Saab*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/39319/VISITA%20-%20Comandante%20da%20Aeron%C3%A1utica%20recebe%20CEO%20da%20empresa%20Saab>. Acesso em: 1.º jul. 2022.
- MOWERY, D. C. Military R&D and Innovation. In: HALL, B. H. & ROSENBERG, N. (eds.). *Handbook of the Economics of Innovation*, Elsevier, vol. 2, pp. 1.219-56, 2010.
- NEUMAN, S. G. International Stratification and Third World Military Industries. *International Organization*, vol. 38, n.º 1, pp. 167-97, winter 1984.
- NEUMAN, S. G. Defense Industries and Global Dependency. *Orbis*, vol. 3, n.º 50, pp. 429-51, 2006.
- NEUMANN, E. Defense industries and dependency: current and future trends in the global defense sector. *International Relations and Security Network (ISN)*. ETH Zurich, 2006.
- PERLO FREEMAN, S. Offsets and the Development of the Brazilian Arms Industry. In: BRAUER, J. & DUNNE, J. P. (eds.). *Arms Trade and Economic Development: Theory Policy and Cases in Arms trade Offsets*. London: Routledge, 2004.
- PINCHAS, G. & TISHLER, A. The Israeli defense industry. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, 2019, p. 640.
- SAINT-PIERRE, H. L. Racionalidade e estratégias. *Premissas*, caderno 3, pp. 24-51, abr. 1993.
- SAINT-PIERRE, H. L. & ZAGUE, J. A. La industria de la defensa y la autonomía estratégica: el caso de Brasil. *Revista Patria*, vol. 2, pp. 181-91, 2014.
- SEZGIN, Ş. & SEZGIN, S. Turkey. In: HARTLEY, K. & BELIN, J. (orgs.). *The Economics of the Global Defence Industry*. New York: Routledge, 2019, p. 640.
- THE MILITARY BALANCE. *The military balance: the annual assessment of the military capabilities and defence economics*. The International Institute for Strategic Studies. London: Routledge, 2021.
- UNIÃO DE NAÇÕES SURAMERICANAS. *Acta de la primeira reunião del 2015. Comitê Consultivo del proyecto del avión suramericano entrenamiento básico primario Unasur I*. Caracas, maio, 2015a.
- UNIÃO DE NAÇÕES SURAMERICANAS. *Acta acuerdo 2da. reunión presencial del CTA y PMO proyecto epb Unasur I cordoba*. Cordoba, 8-9 set. 2015b.
- UNITED STATES OF AMERICA. *Brazilian response to demarche on Venezuelan arms transfer policy*. Brasília, 2005. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/05\\_BRASILIA3116\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/05_BRASILIA3116_a.html). Acesso em: 10 jan. 2022.
- UNITED STATES OF AMERICA. *Brazil: us burns' meeting with foreign Minister*

- Amorim*. Brasília, 2009a. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/07BRASILIA370\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/07BRASILIA370_a.html). Acesso em: 10 jan. 2022.
- UNITED STATES OF AMERICA. *Brazil's export controls on military sales: how they work*. Brasília, 2009b. Disponível em: [https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA796\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA796_a.html) >. Acesso em: 10 jan. 2022.
- VASCONCELOS, I. The new Brazilian Air Force fighter jet. *Pesquisa Fapesp*, ed. 282, São Paulo, 2019.
- WALTZ, K. N. Structural realism after the cold war. *International Security*, vol. 25, n.º 1, pp. 5-41, summer, 2000.
- YEDRO, C. L. Potencialidades del proyecto Unasur I: una mirada desde la formación y la industria y tecnología para la defensa. *VII Congreso de Relaciones Internacionales*. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales (UNLP), Rosário, 2014. Disponível em: [handle/10915/44808/Documento\\_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](handle/10915/44808/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 21 mar. 2022.
- ZAGUE, J. A. *O Conselho de Defesa Sul-Americano e a cooperação regional na indústria de defesa*. Doutorado em Relações Internacionais. Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. UNESP-UNICAMP-PUC-SP, 2018.
- ZAGUE, J. A. Autonomia estratégica e colaboração internacional na produção de armamentos: a perspectiva brasileira. Niterói, ago. 2022. *XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED)*. Disponível em: [https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1659025041\\_ARQUIVO\\_83a6c0098c0a9ea121c41fc00595f4ac.pdf](https://www.enabed2022.abedef.org/resources/anais/19/enabed2022/1659025041_ARQUIVO_83a6c0098c0a9ea121c41fc00595f4ac.pdf). Acesso em: 12 mar. 2023.



# AS GUERRAS SILENCIOSAS E AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

*Isabel dos Anjos Leandro*

## Considerações iniciais

A temática da guerra como objeto de investigações científicas caracteriza-se pela contribuição de diversas áreas do conhecimento. Para analisar esse fenômeno na contemporaneidade adotamos o conceito de *guerras silenciosas*. Com as suas especificidades e seus desafios históricos, a sociedade brasileira é profundamente marcada pela seletividade *daqueles que se faz viver ou deixa morrer* que mantém um contingente populacional excluído dos direitos básicos. Para a grande parcela da sociedade brasileira a garantia de condições dignas ainda é uma realidade distante. A presente discussão insere-se na lógica da acumulação de capital, por isso, abordamos o paradoxo do capitalismo e a naturalização dessa guerra,<sup>1</sup> a partir da seguinte hipótese norteadora: nas guerras silenciosas da sociedade brasileira é possível identificar a população negra, formada pelas categorias autodeclaradas pardas e pretas, em situação de extermínio pela fome e desproteção social. Tratamos a guerra silenciosa com base na identificação do perfil dos grupos étnicos raciais em situação de extermínio e da constituição de resistências nas trincheiras demarcadas

---

<sup>1</sup> Ver neste livro, de Héctor Luis Saint-Pierre e Mayara Zorzo, “Tecnologias e Despersonalização da Violência”.

pela exclusão da lógica de acumulação do capital.<sup>2</sup> Organizamos o texto em duas sessões: a primeira: Guerras silenciosas: concepção e desdobramento nos estudos contemporâneos e a segunda: As faces da guerra silenciosa: perfil da população em situação de extermínio. Dentre as formas de resistência ao extermínio destaca-se a atuação do Movimento Negro.

## **Guerras silenciosas: concepção e desdobramento nos estudos contemporâneos**

A guerra como tema de estudo não configura uma novidade nas Ciências Sociais, tampouco seu intrínseco relacionamento com as mudanças sociais, tecnológicas, políticas e culturais.<sup>3</sup> Em um sobrevoio dos acontecimentos históricos é possível perceber as transformações provocadas pelas guerras. As investigações acerca da guerra recebem aportes desde diferentes ambientes epistêmicos, como da Filosofia, da Psicologia, da Economia, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, entre outras. Senão vejamos a assertiva sobre a guerra *como tema filosófico*:

independentemente da guerra ser especificamente humana ou não, quando estudamos a história da humanidade, logo percebemos que ela é uma sequência quase ininterrupta de guerras. A guerra é o primeiro fenômeno humano e o mais referido pela historiografia. O rótulo de “paz” é dado equivocadamente às efêmeras tréguas que acontecem como *lapsos históricos* (Saint-Pierre, 2000, p. 19).

A guerra está continuamente presente na história da humanidade. Todavia, as alterações próprias da produção capitalista demandam novas discussões acerca desse fenômeno na contemporaneidade.<sup>4</sup> Conforme Alliez & Lazzarato (2021), a guerra se manifesta em novas formas e, portanto, obriga a esforços analíticos para compreendê-la em suas múltiplas e complexas dimensões. Para esses autores, “a guerra, a moeda e o Estado são as formas constitutivas ou constituintes, ou seja, ontológicas do capitalismo” (p. 6). Nos termos dos autores observa-se a insuficiência da crítica à economia política, uma vez que “a economia não substitui a guerra, apenas a prolonga por outros meios, que passam necessariamente pelo Estado: a regulação da moeda e o monopólio legítimo da força, na guerra interna e externa” (p. 6).

Conforme enfatizado por Saint-Pierre (2021) é imprescindível compreender as guerras a partir das novas formas sutis de emprego da violência e de suas consequências, especialmente, para países da América Latina. Em suas palavras:

---

2 Ver neste livro, de Marcio Pochmann, “Periferias, Guerras e Soberania: semeando novos futuros”.

3 Ver neste livro, de Leandro José Clemente Gonçalves, “Guerras convencionais e Revoluções Militares: o futuro da guerra”.

4 Ver neste livro, de Marcio Pochmann, “Periferias, Guerras e Soberania: semeando novos futuros”.

Há uma guerra mais silenciosa. É uma guerra de gênero, de raça, de classe, mas silenciosa. Morrem onze pessoas de fome por minuto no mundo. Isso significa mais de 5,7 milhões de mortos de fome por ano no mundo. Isso não é acidental, não são consequências colaterais indesejadas: isso é parte do sistema, é o que permite que o sistema continue se alimentando e acumulando. É produto de uma guerra surda, não-sangrenta, sem cheiro de pólvora — mas com uma quantidade extraordinária de vítimas (p. 11).

Esta concepção das guerras também foi abordada por Achille Mbembe na definição de necropolítica. A partir das contribuições de Michel Foucault, o filósofo e historiador camaronês afirma que na contemporaneidade as formas de acumulação do capital sobrepõem a qualquer outra lógica de organização política, econômica, social e/ou cultural. Portanto, a discussão acerca das formas da violência e suas manifestações bélicas na atualidade passa pela compreensão da lógica de acumulação capitalista. Esse modelo apresenta, peculiarmente, a característica “modo de produção na exata medida que é o modelo de destruição [...]”. É também a civilização graças a qual o trabalho, a ciência e a técnica criaram — outro privilégio (absoluto) na história humana — a possibilidade da aniquilação (absoluta) de todas as espécies e do planeta que as abriga” (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 15). O capitalismo como modo de produção e destruição engendra novas formas de aniquilação. A literatura multidisciplinar acerca da guerra mostra as diversas transformações ocorridas, todavia, a partir da análise da acumulação primitiva do capital é possível observar a perpetuação e o aprofundamento das “guerras silenciosas” que com formas sutis e despidas de espetacularidade descartam grupos sociais. Essas guerras possuem critérios seletivos explícitos de aniquilação, principalmente, em países de dependência periférica como o Brasil, confirmando os argumentos foucaultianos de que a aniquilação se destina a populações selecionadas e discriminadas.

De acordo Foucault (2006) o conceito de populações é próprio da modernidade. Ao analisar a expansão demográfica europeia (século XVIII) ele identifica nas profundas transformações ocorridas no período a causa de mudanças significativas nas relações políticas e sociais, alterando os conceitos de soberania, disciplina e governo. “O descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o descobrimento do indivíduo e do corpo adestrável, o outro grande núcleo tecnológico em torno do qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram” (p. 193). Como tentaremos mostrar, o fenômeno da população, como potência do soberano, adentra na abordagem acerca da biopolítica. Anteriormente Foucault tinha identificado a importância da disciplina como característica da violência ordenadora da sociedade. As técnicas políticas da disciplina incidem sobre os corpos individuais, ou seja, a tecnologia política do corpo. Por sua vez, a biopolítica constitui a técnica política do governo das populações. Segundo Edgardo Castro (2016) o conceito “comporta dois elementos: por um lado, a relação número de habitantes/território;

por outro, as relações de coexistência que se estabelecem entre os indivíduos que habitam um mesmo território (taxas de crescimento, de mortalidade) e suas condições de existência” (p. 336). O conceito de “governo das populações” contribui de forma significativa na compreensão da violência desatada nas guerras silenciosas da contemporaneidade.

Com efeito, desde que as populações são resultado de um recorte seletivo da sociedade, ela se transforma em instrumento do exercício do poder, nas palavras de Foucault, “a população aparece, pois, mais que como a potência do soberano, como o fim e o instrumento do governo” (2008a, p. 652). Para Mbembe (2006) “a expressão última da soberania reside amplamente no poder e na capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Fazer viver ou deixar morrer. [...] Soberania que defino como o direito de matar” (p. 21, tradução da autora). O governo das populações traz em sua gênese a capacidade de selecionar, o poder discricionário de discriminar, nos termos de Mbembe, a possibilidade de distribuir a população em grupos e posteriormente em oposições. A regulação das mortes na economia de biopoder incide sobre determinadas raças em uma combinação do arquétipo que combina o Estado racista, o Estado letal e o Estado suicida. Na conotação da aniquilação e da destruição do outro está embutido o processo da sua desumanização. Essa é uma característica significativa da acumulação produtiva. A desumanização consiste no processo de desconstrução do outro na sua humanidade. Não se trata apenas da transformação do outro em mercadoria, mas da criação de outra subjetividade: a expropriação ao extremo e o descarte dos inadaptados.

Em outras palavras, a acumulação do capital insere uma lógica distinta na gestão do direito de viver e de morrer das populações, ou seja, as raças são variáveis decisivas nas relações de poder e, principalmente, no direito de deixar viver ou deixar morrer. As principais formas de aniquilação são por causas aparentemente naturais (doenças, violências e contingências) ou causas necessárias como uso da força física para eliminar o sujeito criminoso/perigoso da sociedade. Essas formas de aniquilação por causas aparentemente naturais, em especial nos países periféricos, estão diretamente relacionadas à atuação do Estado, seja pela ação ou pela omissão. A acumulação produtiva tem alterado todas as relações de poder, as instituições e os instrumentos de exercício de poder, inclusive o próprio Estado, cujo poder se exerce na forma de necropolítica.

Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005) é fundamental observar a centralidade do conceito de território para as análises contemporâneas. Com base nas releituras das diversas concepções de espaços e suas respectivas limitações Fernandes apresenta três dimensões para definição do espaço:

O espaço é parte da realidade, portanto, **multidimensional**. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como **composicionalidade**, ou seja, compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. O espaço é uma **completitude**, ou seja, possui a qualidade de ser um

todo, mesmo sendo parte. Desse modo, **o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia.** [...] O espaço é multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação (p. 26, grifo nosso).

Essa caracterização do espaço permite aprofundar o conceito de território como um espaço socioespacial específico. Para a finalidade da nossa reflexão interessa frisar que o território é o “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder [...] concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades” (Fernandes, 2005, p. 27). Nesse sentido, cabe ressaltar que o território se compõe da materialidade do espaço geográfico e da imaterialidade (relações sociais, relações de poder, conflitos, cultura), nos termos de Fernandes, a espacialidade e a espacialização. O território constitui uma dimensão fundamental no estudo do capitalismo, principalmente, pela centralidade na definição do Estado na contemporaneidade.

A partir da releitura de “território” contida no conceito weberiano de Estado, reiteramos que o modo de produção capitalista provocou mudanças significadas nas estruturas de poder, especialmente na caracterização conceitual do território na definição do Estado. Na contemporaneidade o território também se define pela linguagem e pelas relações políticas, econômicas, culturais, sociais e ambientais. Portanto, o espaço geográfico encontra-se perpassado por múltiplas dimensões. O conceito apresentado por Fernandes não trata de um território bidimensional, geograficamente definido de forma plana, mas de um território socioespacial constituído por múltiplas dimensões que se modificam e identificam mutuamente. Essa simbiose das características subjetivas, simbólicas, materiais e geográficas da territorialidade são condizentes e facilitadoras das formas de aniquilação contemporânea.

Dentre as formas discricionárias de aniquilação seletiva contemporânea destaca-se a vigilância permanente.<sup>5</sup> Diferentemente da forma descrita anteriormente — causas aparentes (violências, doenças, acidentes e desastres) a vigilância permanente caracteriza-se pela utilização constante do duplo serviço da tecnologia: informar e modular a percepção.<sup>6</sup> A aceleração constante do desenvolvimento da tecnologia na contemporaneidade amplia de forma singular e neuronal a vigilância sobre os sujeitos livres (Han, 2017). O acesso à rede de telefonia, o uso da internet, a

---

<sup>5</sup> Ver neste livro, de Jonathan de Araújo de Assis, “Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos”.

<sup>6</sup> Ver neste livro, de Eduardo Barros Mariutti, “A revolução molecular e violência: complexidade e sistemas preditivos de vigilância”.

massificação das redes sociais e a popularização de aparelhos celulares são alguns dos exemplos da expansão dos mecanismos de vigilância da sociedade atual.

Na sociedade disciplinar que analisa Foucault os dispositivos de vigilância estavam focados nos corpos. Foucault analisa no processo disciplinar a importância dos equipamentos e da própria forma de atuação sobre os corpos, isto é, o objetivo procurado pelo controle social são corpos dóceis, disciplinados, aptos. Vigiar e punir marca profundamente as definições e o lócus da disciplina moderna. A partir do estudo da disciplina e posteriormente da população Foucault adverte para o surgimento de mecanismos que permitem ampliar o controle dos corpos e mentes. Para Byung-Chul Han (2017), Foucault não chegou a perceber uma mudança sociológica na qual o sistema de vigilância é introjetado e já não é o corpo, mas a mente que se autovigia. O sentido de estar vigiado é condição de possibilidade da existência dos sujeitos na contemporaneidade. A existência está condicionada pelos mecanismos de vigilância, sejam aqueles que visam garantir a segurança física ou aqueles que promovem a interação social.

Esse controle sobre as populações se estabelece de forma sutil em todos e cada um dos sujeitos, sendo o próprio sujeito a fonte de informação. Observa-se que nesse contexto a *máquina de visão* (Virilio, 2002) torna-se mediadora, criadora e alimentadora da vigilância. Recordando a análise de Paul Virilio e Walter Benjamin, Eduardo Barros Mariutti (2020a) destaca que a partir da década de 1970 houve mudanças significativas na desumanização da percepção:

a combinação sinérgica entre os transportes, a informática e as novas tecnologias da informação desaguaram na automação da percepção. Máquinas acopladas a sistemas inteligentes de processamento de dados que comandam uma ampla e variada gama de sensores adquiriram a capacidade de interpretar o significado dos acontecimentos sem a interferência humana e, o que é ainda mais significativo, com uma escala, profundidade e velocidade que ultrapassa a nossa capacidade de cognição (Mariutti, 2020a, p. 83).

Nos termos de Mariutti (2020b) houve, a partir da década de 1970, a aceleração e a intensificação do “capitalismo em escala mundial, permitindo ao capital acessar a dimensão informacional da realidade e submetê-la a um processo de valorização capaz de explorar as suas virtualidades” (p. 1). Essa *virada cibernética* aprofunda as chaves de análise sobre o capitalismo, principalmente, pelo novo elemento característico da elevada instrumentalização a partir do século XX. Isto é,

tudo o que existe ou existiu é concebido como matéria-prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor e que, portanto, possibilita ao capital — amparado no novo regime jurídico produzido no entrecruzamento das relações transnacionais e interestatais — combinar a exploração da força de trabalho com

o monopólio e instrumentalização das informações capazes de reprogramar a natureza e a vida humana (Mariutti, 2020b, p. 5).

Nesse sentido, as guerras silenciosas, como parte do processo de acumulação do capital, explicitam as consequências dessas mudanças. A instrumentalização das informações possibilita a discriminação e o aprofundamento da aniquilação de populações descartáveis. Cabe acentuar que o requinte da *máquina de visão* permite apurar e depurar de forma extraordinária os alvos de extermínios, ampliando a precisão de quem o Estado deixa viver ou faz morrer de forma silenciosa e aparentemente natural ou inevitável.

### *A trincheira da resistência*

Em todo o processo de desenvolvimento do capitalismo são identificadas frentes prioritárias de combate em que a guerra aplica seletivamente a violência. Segundo Achille Mbembe (2006) a escravidão é uma das primeiras manifestações da experiência biopolítica. O processo de escravização apresentou diferentes fases e contextos próprios. No processo de subjetivação deparamos com características distintas ao longo do tempo. No entanto, na atualidade os negros e as mulheres são grupos que, pelas suas características genotípicas, são facilmente discriminados pelas “máquinas de visão” como descartáveis à lógica de acumulação do capital, aprofundando trincheiras das frentes recriadas pela guerra silenciosa. Na atualidade desse processo para os países periféricos, as principais frentes de aniquilação das guerras silenciosas são as populações negras, mulheres e interseccionalidade dessas categorias (mulheres negras).

A escravidão no continente americano teve uma característica extremamente diferenciada pelo aspecto étnico racial que assumiu. Diferentemente de outros locais e épocas, a escravidão moderna tem como base os aspectos étnicos raciais para a dominação dos corpos e sua inserção na lógica de acumulação do capital. O processo de colonização das Américas, independente do colonizador, subjugou à condição de escravo as populações originárias e, posteriormente populações sequestradas e trazidas contra sua vontade e em condições infra-humanas de transporte para serem vendidos como mercancia. No Brasil a população originária (indígena) foi submetida à escravização de forma avassaladora, levando a morte de mais de 60 mil indígenas em um ano.<sup>7</sup> Durante os três séculos de escravidão mais de 5 milhões de africanos/as foram trazidos/as para o Brasil. O tráfico de homens

---

<sup>7</sup> De acordo com os estudos as mortes da população indígena foram em decorrência de doenças ocasionadas pela chegada dos europeus (sarampo, gripe, varíola) e do próprio contato com o homem branco.

e mulheres submetidos a escravidão foi um dos empreendimentos mais rentáveis na economia moderna.

A abolição foi proclamada oficialmente no país em 13 de maio de 1888 por meio da Lei Áurea. Ao contrário dos homens, as mulheres e crianças escravizadas foram abandonadas à própria sorte, isto é, largadas ao abandono e à marginalização. O fim da escravidão não foi acompanhado pela inserção desses grupos libertos na estrutura social e foram mantidos na marginalidade social. Para Florestan Fernandes (1978) “essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (p. 29). Nesse momento de transição e profundas mudanças na estrutura produtiva brasileira os negros experimentaram o abandono continuado e a marginalização do sistema produtivo. Ainda nos termos de Florestan Fernandes

a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e se transformar para corresponder aos novos padrões e ideias de ser humano criado pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo (1978, p. 35).

A disparidade entre a escravização e a abolição possibilitou condições ainda mais favoráveis à exclusão e, posteriormente à exploração da mão de obra negra. Fernandes (1978) observa, para o caso de São Paulo, que “o que há de essencial, para análise da posição do negro e do mulato na ordem social emergente é que eles foram excluídos como categoria social das tendências modernas e de expansão do capitalismo” (p. 72). Considerando o largo período da abolição e os desdobramentos da inclusão dos negros na estrutura produtiva é necessário observar que as consequências da escravização não estão restritas a esse período, com efeito, “a escravidão não nasceu do racismo, foi o racismo que nasceu da escravidão” (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 39).

Consideramos que as consequências do processo de escravização, particularmente o racismo, podem ser apropriadas como chaves interpretativas da acumulação do capital. Defendemos que as consequências da escravização não se encerraram com a abolição e/ou desenvolvimento de políticas emancipatórias de promoção da igualdade racial. Trata-se de uma complexidade de relações em que os negros são frentes prioritárias de manutenção das guerras silenciosas, sendo fundamental compreendê-la à luz da dinâmica do capitalismo.

O capitalismo como modo de produção (econômica, social e cultural),

fornece o entrecruzamento de todas as funções que posteriormente serão desenvolvidas pela guerra: introdução de dispositivos disciplinares, racionalização e aceleração da produção, criando assim o território de experimentação e aperfeiçoamento de novas tecnologias, da gestão biopolítica e da força produtiva. Mas a guerra tem, principalmente, um papel importante na governamentalidade dos



múltiplos modos de produção, das formações sociais e dos dispositivos de poder que coexistem no capitalismo em escala mundial. Ela não se limita a prolongar no plano estratégico, a política externa dos Estados, mas contribui, ainda, para produzir e manter juntos os diferenciais que definem as **divisões do trabalho, dos sexos e das raças, sem os quais o capitalismo não poderia se alimentar das desigualdades que ele desencadeia** (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 40, grifo nosso).

Nesse sentido, a violência das guerras silenciosas, provocadas e mantidas pelo capitalismo, apresentam frentes prioritárias: as populações negra, mulheres e a interseccionalidade dessas categorias sociais que são amplamente utilizadas para a manutenção das *guerras silenciosas*. As consequências do processo de escravização permitem que a população negra (ou não branca) continue sendo caracterizada como o “outro”, como o “inimigo” que justifica a manutenção da guerra social silenciosa. Diferentemente de períodos anteriores em que a exploração da mão de obra ocorria nos padrões de exaustão, hoje observa-se uma falsa inclusão na estrutura produtiva. Em outros termos, uma distinção da acumulação primitiva que vende a ideia de uma inclusão, mas que, simultaneamente, administra a dominação dos grandes contingentes populacionais a partir da disponibilização da tecnologia e da precarização do mundo do trabalho.

Analisamos essa guerra silenciosa, não desde o ponto de vista do opressor, mas desde a constituição de resistências nas trincheiras demarcadas pela exclusão da lógica de acumulação e seus sistemas de vigilância e punição.<sup>8</sup> A marginalização de grupos sociais confere aos indivíduos elementos indenitários que constituem o que Fernandes (2005) chama “territorialidades” e que aqui chamaremos “Territorialidades de resistência e combate”. Tentaremos analisar esses elementos indenitários, que não se encontram apenas em corpos negros, mas em mulatos, negros retintos, negros claros e brancos, todos aqueles que se identifiquem e solidarizem com esses elementos que constituem o núcleo duro da resistência e combate. Analisaremos esses elementos em uma “territorialidade específica” cujo nome sugestivo, “Combate ao Racismo”, indica um posicionamento claro contra a discriminação e descarte de grupos humanos.

## **As faces da guerra silenciosa: perfil da população em situação de extermínio**

A identificação das características dessas populações é fundamental na análise das guerras como fenômeno sociológico transformador das correlações de forças

---

<sup>8</sup> Ver neste livro, de Héctor Luis Saint-Pierre e Mayara Zorzo, “Tecnologias e Despersonalização da Violência”.

políticas, econômicas e das mudanças culturais e tecnológicas. Especificamente, a partir da lógica de acumulação do capital, o estudo acerca do perfil e das formas de resistência dos diferentes grupos socioterritoriais pode constituir uma forma privilegiada de compreendermos as suas consequências na sociedade brasileira. Os debates acadêmicos e políticos sobre as questões étnico-raciais têm ocupado importante espaço nas agendas de pesquisas e nas demandas por políticas públicas direcionadas à população negra, principalmente, no que se refere ao reconhecimento das consequências nocivas do racismo estrutural e a urgência da promoção da igualdade racial em sociedades gravemente afetadas pela diáspora (Collins, 2019; Davis, 1981, 2018; Domingues, 2007; Gonzalez & Hansenbalg, 1982; Gonzalez, 1988; 2020; Munanga, 2009; Quijano, 2005; Santos, 1994).

A primeira questão a ser abordada diz respeito ao próprio reconhecimento da categoria raça/cor. Conforme apontado por Silvio Almeida (2019) existem diversas contradições acerca da etimologia do conceito. No entanto, observar-se que o seu significado permaneceu historicamente voltado para a classificação a partir do sentido biológico (plantas e animais).

A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (p. 18).

No censo de 1872, primeiro censo sobre a população brasileira, a variável cor era uma decorrência da condição social, ou seja, a mensuração dividia-se entre livres e escravos. Os termos de classificação da população eram: branco, preto, pardo e caboclo, sendo a categoria pardo formado por pretos e brancos, e caboclos por indígenas e seus descendentes. Logo, ocorreu uma mistura entre fenótipos, cores e descendência para a classificação racial. O censo de 1890, segundo censo brasileiro, segmentou os dados sobre cor apenas para a população geral e por estado civil. Os termos relacionados a cor foram: branco, preto, caboclo e mestiço. A categoria mestiço referia-se ao somatório de pretos e brancos (Piza & Rosemberg, 1999).

A invisibilidade dos negros nos censos demográficos perpetuou durante o início do século XX. Os censos de 1900 e 1920 não adotaram a categoria, recorrendo aos argumentos da mestiçagem para sub-representar a maioria da população. Já o censo de 1940 adotou as categorias branco, preto, pardo e amarelo, permanecendo essas categorias no censo de 1950. Índios, mulatos, caboclos, cafuzos e mestiços foram agrupados na categoria pardo. É importante ressaltar que o censo de 1940 foi o primeiro a explicar os critérios e procedimentos adotados. Nas próximas décadas (1960 a 1980) não foram identificadas alterações em relação a essa categorização

de cor. Contudo, no censo de 1970 não foram coletadas informações sobre cor da população brasileira (Piza & Rosemberg, 1999).

A inclusão da categoria raça ou cor nos censos brasileiros tem sido muito debatida nos estudos étnicos raciais e na atuação do Movimento Negro. De acordo com Nilma Lino Gomes (2017) o Movimento Negro conseguiu ressignificar e politizar a raça, “entendendo-a como potência de emancipação, e não como regulação conservadora, explícita como ela opera na construção de identidades étnico raciais” (p. 21). Dessa forma possibilita o questionamento da própria história do Brasil, dos significados atribuídos à população negra, explicitar o racismo estrutural e presente cotidianamente nas relações; imprimir outra conotação ao aspecto da raça. Yvonne Maggie (1996) enfatiza que a discussão sobre a categoria cor/raça está relacionada aos próprios aspectos de reconhecimento étnico racial da população brasileira. Segundo os estudos realizados “os termos raça e cor no Brasil têm uma história, mas foram, em geral, usados para definir ‘os povos a quem o filho de Clymene negou a cor do dia’, gente de Cor, população de cor, gente da raça” (p. 226). Nota-se que durante muito tempo a mensuração da população foi marcada por dificuldades em registrar a dimensão étnico racial, principalmente, pela própria representação cultural do não branco e sua descendência na história do Brasil:

Entre os pretos e os brancos estão os pardos e mais uma vez aparece o mito de origem que fala em origens e mistura. No entanto, esses termos aparecem quase sempre como atos falhos, ou no provérbio racista, ou no xingamento. Nosso ideal de democracia racial, nosso mito de democracia racial, obriga-nos a desviar o olhar dessa oposição porque ela decalca posições sociais desiguais entre pretos e brancos. Tanto é assim que esse também é o sistema classificatório escolhido pelos que fazem os censos demográficos e as estatísticas oficiais. Pretos são os pobres, aqueles que têm menos chances de vida (Maggie, 1999, p. 229).

O censo de 1991 adotou as seguintes categorias para a mensuração de cor/raça: branco, pardo, preto, amarelo e indígena a partir da pergunta: *Qual é a sua cor ou raça?* Essa mudança trouxe à tona o posicionamento dos entrevistados acerca de sua autodeclaração étnica. Nos termos da autora, o entrevistado foi “induzido a se colocar em um dos vértices do triângulo fazendo com que o termo amarelo não fosse residual mas definisse realmente os asiáticos, que estão fora do triângulo originário, mas que significam uma origem étnica possível” (Maggie, 1996, p. 233). A partir desse censo consolidou-se a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre as definições étnico-raciais, cuja categoria “negro” corresponde a junção de autodeclaração de pardos e pretos.

Além dessa síntese sobre a mensuração étnico-racial, cabe frisar também a atuação do Movimento Negro para a autodeclaração da população. A visibilidade da população negra nas pesquisas é uma importante conquista da luta travada pelo Movimento Negro. Concomitante as lutas pela adequada mensuração étnico-racial,

foram realizadas campanhas de conscientização sobre a importância de reconhecimento da ascendência africana.<sup>9</sup> De acordo com os dados do último censo demográfico<sup>10</sup> (2010)<sup>11</sup> a população brasileira é composta por 191 milhões de habitantes distribuídos nos 5.570 municípios do território nacional e 91 milhões se autodeclararam brancos, 15 milhões pretos, 82 milhões pardos, 2 milhões amarelos e 817 mil indígenas. Em comparação com o censo anterior observa-se a redução na proporção de brancos. Em 2000 era 53,7% e em 2010 passou para 47,7%. Por outro lado, registrou-se o crescimento na proporção de pretos de 6,2% para 7,6% e pardos de 38,5% para 43,1%. Somando as categorias preta e parda, conclui-se que a maioria da população (50,7%) é negra. Considerando os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2021 são 212,7 milhões de brasileiros/brasileiras, dos quais 43% autodeclararam branca, parda 47%, preta 9,1%. Considerando uma década a população que se declarou preta cresceu 32,4% e a parda, 10,8%, taxas superiores ao crescimento da população total do país (7,6%) (IBGE, 2022). Portanto, observa-se a predominância da população negra, ou seja, 56% da população brasileira.

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) o Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. A população brasileira é majoritariamente negra (56%), portanto, ao analisarmos as informações acerca da população negra estamos tratando da maioria populacional. Essa delimitação sobre o quantitativo populacional é muito importante para o dimensionamento étnico racial. A população negra constitui a maioria dos cidadãos e a minoria nos espaços de poder e tomada de decisão. Os estudos de Almeida (2019) permitem afirmar que o “racismo é sempre estrutural, ou seja, integra a organização econômica e política da sociedade de forma inescapável. [...] A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” (p. 33). Portanto, a discussão sobre as guerras silenciosas passa pela compreensão do racismo estrutural. Os dados acerca da ocupação nos postos de tomada de decisão, a disparidade salarial e as desigualdades educacionais caracterizam o racismo estrutural presente na sociedade brasileira.

De acordo com os próprios dados da PNAD/IBGE (2022) 2,4% dos cargos de diretoria ou gerência são ocupados por mulheres negras e 2,6% por homens negros. Se comparado com mulheres brancas e homens brancos o número é praticamente três vezes menor, 5,4% e 7,6% respectivamente. Essa disparidade é acompa-

---

9 Dentre elas destacam as campanhas de 1991 e 2010. O slogan adotado “Não deixe sua cor passar em branco – responda com bom C/Senso” foi utilizado por diversas entidades vinculadas ao Movimento Negro para conscientizar as pessoas sobre a importância dessas informações para o planejamento de políticas públicas e para o próprio conhecimento da população brasileira.

10 O último censo foi realizado à época do corte de gastos públicos em cumprimento a Emenda Constitucional n.º 95 que congelou os gastos com as políticas públicas por 20 anos, configurando grave ameaça ao levantamento de dados sobre a população brasileira.

11 Em razão da pandemia de Covid-19, o Censo de 2020 foi realizado em 2022.

nhada pela discrepância salarial. Segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (DIEESE) a diferença salarial entre negros e não negros em 2022 foi de 31%, ou seja, uma pessoa negra recebe 31% menos de salário que uma pessoa branca. A mulher negra recebeu 46,3% do rendimento recebido pelo homem branco. Com isso, pode-se afirmar a sobreposição das desigualdades de gênero e raça na estrutura laboral da sociedade brasileira. Com relação à educação observa-se que a partir da Lei de Cotas (Lei n.º 12.711/2012) que garante a reserva de 50% das vagas no ensino superior destinados a alunos oriundos da escola pública, segmentada por renda e raça/cor. De acordo com os dados do IBGE em 2001, 76,8% das vagas eram ocupadas por brancos e 21,9% negros. Segundo os dados do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da UFRJ em 2010 somente 6% dos alunos de escola pública ingressavam na universidade por meio de alguma política de reserva de vagas. Em 2019 o percentual ampliou para 35%. A política de cotas possibilitou avanço significativo na superação das desigualdades raciais, principalmente, no ingresso e na permanência no ensino superior para a maioria da população.

Ao contrário do quantitativo expresso anteriormente, as cifras da morte são, predominantemente, alimentadas pela população negra. O primeiro registro a ser mencionado diz respeito à fome. Os dados sobre a fome no Brasil são explícitos em relação à incidência das desigualdades raciais. A fome no Brasil tem cor/raça. O recorte racial nos dados e nas estatísticas sobre a fome e a violência são fundamentais para compreendermos o racismo estrutural no Brasil. O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil, identificou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer. Comparando com o período anterior observa-se o ingresso de mais 14 milhões de pessoas que estão em situação de fome. Se adotarmos o recorte por domicílio 58,1% dos lares brasileiros vivem com insegurança alimentar (em grau leve, moderado ou grave). Observa-se que sobre o contingente populacional em situação de fome, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) relata que 70% são negros (pardos e pretos). Nas palavras da pesquisadora da PENSSAN, Rosane Salles Costa:

Mais uma vez o inquérito reforça essa desigualdade racial. Os números mostram que quando a pessoa de referência na casa é branca, a insegurança alimentar chega a ser 8 pontos percentuais mais baixos, quando comparado com uma pessoa negra é líder familiar, atingindo patamares expressivos (*Notícia Preta*, 2022).

As consequências do extermínio da população negra ficaram patentes durante a pandemia de Covid-19. Ao analisar os dados do Instituto Polis sobre a morte da população negra durante a pandemia, Fábria Reis & Ailton Ferreira (2021), destacam que

não se pode esquecer que a primeira morte por Covid-19 no Brasil foi de uma mulher negra, empregada doméstica, com 63 anos, contaminada por sua patroa. Segundo os dados do Instituto Polis, no segundo semestre de 2020, morreram 250 negros para cada 100 mil habitantes, enquanto entre os brancos morreram 150. A população negra morre em função das morbidades e do racismo estrutural, das doenças prevalentes que agravam a doença e das condições precárias de moradia, trabalho e saúde, além da ausência de alimentação (p. 32).

Além disso, observaram que a pandemia impactou de forma mais intensa os grupos étnicos raciais pela contínua exposição a que são submetidos. Recorrendo aos dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pode se identificar que no Brasil 29 milhões de pessoas carecem de acesso ao saneamento básico; 6,2 milhões de pessoas não tem água potável em seus domicílios, 75% das pessoas em situação de pobreza são negras. Com relação aos dados específicos da saúde destaca-se que a maioria da população é usuária do Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, a ausência de políticas públicas de saúde afeta diretamente as condições de sobrevivência dessa grande parcela da sociedade brasileira, até mesmo no que se refere à vacinação. De acordo com a sistematização de dados da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas receberam a primeira dose da vacina contra o coronavírus. No entanto, apenas, 1,7 milhão de pessoas que autodeclararam negros receberam o imunizante (Reis & Ferreira, 2021; EPSJV/FIOCRUZ, 2022).

As consequências das guerras silenciosas incidem de forma mais intensa nas mulheres negras. Os diversos dados acerca da situação das mulheres negras mostram os efeitos de gênero e raça no processo de exclusão e as sistemáticas tentativas de extermínio. A literatura a respeito desse tema tem aprofundado as discussões sobre a necessidade de fortalecer o feminismo negro como forma de enfrentamento a essa realidade. De acordo com Sueli Carneiro (2020):

“Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível armar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas — como são as sociedades latino-americanas — tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (p. 2).

Segundo os dados do Atlas da Violência organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica (2022), 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras, ou seja, quase sete em cada dez mulheres assassinadas são negras. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 apontou a sobreposição de riscos e vulnerabilidades que as mulheres negras estão expostas, principalmente, no que se refere

à violência doméstica, ao feminicídio (tentado e consumado) e às mortes violentas intencionais. Identifica-se que 62% são negras e 37,5% são brancas. E no caso de mortes violentas 70,7% são negras e 28,6% são brancas.

Conclusões significativas podem ser extraídas ao analisarmos os dados de acordo com as faixas etárias. Dentre as faixas etárias destacamos dois grupos: jovens e idosos. Segundo os dados do Mapa da Violência organizado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), a cada 23 minutos morria um jovem negro no Brasil em 2017. Associada ao extermínio da população jovem negra está a indiferença da maioria da população. Segundo os estudos da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) “56% da população brasileira concorda com a afirmação de que a morte violenta de um jovem negro choca menos à sociedade do que a morte de um jovem branco” (GELEDS). Considerando o contingente populacional brasileiro, 14,7% são idosos, ou seja, 31,7 milhões de pessoas. Todavia, ao analisar esses dados por raça/cor observa-se que a população negra é menor do que a população branca: 53,7% da população brasileira é negra, mas apenas 48% da população idosa brasileira é negra. Nas palavras do pesquisador Roudom Ferreira de Moura (2022) “apesar de a maioria da população brasileira ser negra, esse grupo é minoria entre os idosos, pois a expectativa de vida dos negros é pior que a dos brancos. O Brasil é negro, mas o envelhecimento é branco”.

Os dados sobre a realidade da população negra no Brasil apresentados corroboram a confirmação da hipótese inicial: na sociedade brasileira é claramente perceptível o silencioso desenvolvimento de um aniquilamento social, definido pelo descarte étnico-racial, com o formato de guerra própria da acumulação do capital. Nessa guerra silenciosa é possível identificar a primazia do extermínio focado nessa maioria da população marginalizada, ou seja, nesse grupo étnico racial que é seletivamente mais propício à eliminação se comparado com os não brancos. Todavia, nota-se também a constante luta por sua sobrevivência.<sup>12</sup> Dentre elas destacamos a atuação do Movimento Negro como uma *frente de resistência a guerra silenciosa do Capital*. Para as finalidades deste artigo utilizamos a definição de Petrônio Domingues (2007)<sup>13</sup>

Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras,

---

12 Sobre as fases de atuação do Movimento Negro ver Domingues, 2007, Carneiro, 2002; Gomes, 2010; 2017; 2022.

13 Existem distintas definições sobre o Movimento Negro, por exemplo, as contribuições de Joel Rufino dos Santos; Nilma Lino Gomes.

para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (p. 102).

O Movimento Negro surgiu no contexto pós-abolição pela necessidade de sobrevivência. Dentre as fases de constituição, destaca-se a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU),<sup>14</sup> em 1978. O MNU possibilitou grandes avanços, principalmente, na unificação das diversas iniciativas de luta dos múltiplos grupos e organizações antirracistas no Brasil, cujo principal objeto era o fortalecimento do poder político do movimento negro. De acordo com Nilma Lino Gomes (2017) o Movimento Negro constitui “um importante ator político que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira (p. 24). Cabe ressaltar que, de acordo com essa análise, ao enfatizar a dimensão educacional do Movimento Negro são destacadas “as dimensões mais reveladoras do seu caráter emancipatório, reivindicativo e afirmativo, que o caracterizam como um importante ator político e como um educador de pessoas, coletivos e instituições sociais ao longo da história e percorrendo as mais diversas gerações” (p. 23).

Como algumas das conquistas ensejadas pela luta do Movimento Negro podemos mencionar a transformação do dia 13 de maio em dia de luta e denúncia contra a racismo; a assimilação do dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra; o reconhecimento de Zumbi como símbolo da luta contra o racismo; as discussões acerca da conotação do termo negro que passou a ser adotado oficialmente para todos os descendentes de africanos escravizados no Brasil; as interferências na educação básica para a inclusão do ensino sobre a África; a promoção da identidade negra (padrão de beleza, vestimentas e culinária africana); a adoção de nomes africanos nos recém-nascidos; a valorização e o reconhecimento das religiões de matriz africana; o *hip hop* como movimento contestatório; a inclusão de cotas raciais no ingresso ao ensino superior e nos concursos públicos (Gonzalez & Hansenbalg, 1982; Cunha Jr., 1992; Carneiro, 2002; Domingues, 2007; Gomes, 2010; 2017; 2022).

## Considerações finais

O emprego do conceito de “guerras silenciosas” permite descortinar questões complexas e estruturais da sociedade brasileira no que se refere à questão étnico-racial. A partir da interpretação dos dados oficiais acerca da população negra, fica manifesto que o processo de desenvolvimento do capitalismo está acoplado a estratégia de extermínio sistemático da população negra como descartável para o sistema. A

---

<sup>14</sup> A influência do cenário internacional, especialmente da luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses e da libertação dos países africanos de língua portuguesa, foram fundamentais para a radicalização do discurso do MNU no Brasil.



seletividade na aplicação da violência é uma característica específica das relações de poder contemporâneas.

Todavia, resgatamos o fato de que a população negra tem criado estratégias de resistência e combate desde suas trincheiras nessa guerra impiedosa. Dentre as diversas iniciativas de luta por seus direitos destacamos a ocupação dos espaços de poder. A primeira luta foi em prol da própria inclusão da variável raça/cor nas pesquisas oficiais e as diversas controvérsias e os conflitos na mensuração dessa variável. Curiosamente, décadas depois a categoria raça e cor foi inserida tardiamente nos registros das candidaturas eleitorais. A própria trajetória do Movimento Negro apresenta os desafios que significa ocupar os espaços de poder na sociedade brasileira, bem como das múltiplas frentes de atuação necessária para vencer essa guerra cotidiana. Almejamos que este texto ajude a descortinar as guerras silenciosas do capitalismo em curso, que chame a atenção sobre o extermínio de parcela significativa da sociedade brasileira e que convoque a somar-se às formas da estratégia de resistências desse movimento socioterritorial de características étnico-raciais.

## Referências

- ALLIEZ, E. & LAZZARATO, M. *Guerras e Capital. Coleção Explosante*. Trad. Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: UBU Editora 2021.
- ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).
- CAMPOS, L. A. & MACHADO, C. A cor dos eleitores: determinantes da sub representação dos não brancos no Brasil. *Revista brasileira de Ciência Política*, Dossiê Feminismo e Antirracismo, n.º 16, pp. 121-51, jan.-abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/fnzjppV7bQgZ7fjv8rPC4yc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 6 fev. 2023.
- CAMPOS, L. A. & MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista Sociologia Política*, vol. 25, n.º 61, pp. 125-42, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cjddqGh6Hv6rZ3SQndZnXfFF/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- CARNEIRO, S. Movimento negro no Brasil: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador, n.º 36, pp. 209-15, jan.-jun. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rh/article/viewFile/18633/12007>. Acesso em: 1.º dez. 2021.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *NEABI. Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas*. Universidade Católica de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. 2.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

- COLLINS, P. H. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CUNHA JR., H. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: Edicon, 1992.
- DAVIS, Â. Y. *Women, Race and Classe*. Nova York: Random House, 1981.
- DAVIS, Â. Y. *Estão as prisões obsoletas?*. São Paulo: Difel, 2018.
- DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, vol. 12, pp. 100-22, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, ano 8, n.º 6, jan.-jun. 2005.
- EPSJV/FIOCRUZ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Fundação Oswaldo Cruz. 2022. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 1.º abr. 2023.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975- 1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. MOTTA, M. B. da M. (org.). Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 (Coleção Ditos & Escritos IV).
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica: curso dado no College de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: Curso dado no Collège France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GOMES, N. L. (org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autentica, 2010.
- GOMES, N. L. (org.). *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GOMES, N. L. (org.). *Saberes das lutas do Movimento Negro Educador*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- GONZALEZ, L. Categoria político – cultural da amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.ºs 92-93, pp. 69-81, jan.-jun. 1988.
- GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- GONZALEZ, L. & HANSENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HAN, B.-Y. *Topologia da Violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 4 fev. 2023.

- MAGGIE, Y. “Aqueles a quem foi negada a cor do dia”: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade [on-line]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 225-234. Disponível em <https://books.scielo.org/id/djnty/pdf/maio-9788575415177-15.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- MARIUTTI, E. B. As máquinas de visão: automação da percepção, vigilância preditiva e controle social. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n.º 60, abr. 2020a, pp. 81-96.
- MARIUTTI, E. B. A “virada cibernética”: capitalismo, informação e direitos de propriedade. Texto para Discussão. Unicamp. *IE*, Campinas, n.º 390, ago. 2020b, pp. 1-9. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD390.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.
- MBEMBE, A. *Necropolítica seguido de sobre el gobierno privado indirecto*. Trad. y ed. Elisabeth Falomir Archambault. Espanha: Editora Melusina, 2006.
- MOURA, R. F. de. *Jornal USP*, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/saude-de-idosos-negros-no-municipio-de-sao-paulo-e-pior-que-a-de-idosos-brancos-aponta-estudo/>. Acesso em: 1.º abr. 2023.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- NOTÍCIA PRETA. 2022. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/70-das-pessoas-que-passam-fome-no-brasil-sao-negras-aponta-estudo/>. Acesso em: 1.º abr. 2023.
- PIZA, E. & ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. *Revista USP*, São Paulo, n.º 40, pp. 122-37, dez.-fev. 1998-1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28427>. Acesso em: 2 abr. 2023.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber – Eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp. 227-78.
- REIS, F. & FERREIRA, A. Pandemia, racismo estrutural e o desgoverno fascista depois do inverno, vem a primavera. In: GOMES, N. L. & TEODORO, C. *Caderno igualdade racial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
- SAINT-PIERRE, H. L. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- SAINT-PIERRE, H. L. A mentalidade militar é a de uma criança brincando com brinquedos perigosíssimos. *Entrevista Revista Opera*. Entrevistadores Pedro Marin com participação de Rebeca Ávila. 2 out. 2021. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2021/10/02/hector-saint-pierre-a-mentalidade-militar-e-a-de-uma-crianca-brincando-com-brinquedos-perigosissimos/>. Acesso em: 1.º dez. 2022.
- SANTOS, J. R. Movimento Negro e crise brasileira. In: SANTOS, J. R. & BARBOSA, W. do N. *Atrás do muro da noite - Dinâmica das Culturas afro-brasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, p. 157.
- VIRILIO, P. *A máquina de visão*. 2.ª ed. São Paulo: Editora José Olympio, 2002.

# A REVOLUÇÃO MOLECULAR: COMPLEXIDADE, AUTOMAÇÃO DA PERCEPÇÃO E SISTEMAS PREDITIVOS DE VIGILÂNCIA

*Eduardo Barros Mariutti*

## Introdução e síntese do argumento geral

**S**istemas preditivos de vigilância e armamentos autoguiados operam mediante uma percepção automatizada do real, constituída por um conjunto de sensores que captam de forma cada vez mais acelera estímulos indetectáveis pelo sensorio humano. Logo, toda percepção maquina exige algum grau de inteligência artificial que, além de possibilitar a compreensão do sentido dos acontecimentos, enseja uma análise probabilística dos futuros potenciais que se desdobram do atual. Ver, nesse sentido, é sempre *prever* e, também, *memorizar*. As bases do processo de automação da percepção já se insinuam na renascença, quando as próteses de visão (lunetas e lentes) entraram em sinergia com a perspectiva linear e as demais técnicas de geometria projetiva, catalisando o processo de matematização do campo visual, um dos principais fundamentos de todas as técnicas e agenciamentos contemporâneos associados à vigilância e à conduta da guerra. Testemunhamos hoje a combinação de dois movimentos que caminhavam separadamente. A riva-

lidade estratégica de ponta tende a formar um sistema heterogêneo de vigilância *global* que, contudo, é cada vez mais *granular*, capaz de identificar como alvos até mesmo *individuos* (Bousquet, 2018, p. 191).

Os alvos podem ser previamente conhecidos ou designados como “ameaças” potenciais sinalizadas pelo seu comportamento e/ou redes de associação interpessoal, um procedimento que é formalmente designado como *pattern of life analysis* (Chamayou, 2015, p. 47; Franz, 2017, pp. 114-5). Podemos, portanto, falar em uma “revolução molecular” que ressignifica a conduta da guerra e a própria concepção de campo de batalha. Por meio de uma análise de risco baseada em inferências calibradas pela noção de complexidade, um conjunto heterogêneo de dispositivos e agenciamentos que antes operavam apenas na escala macroscópica e regida pela ideia de um campo de batalha formal, em que a identidade pessoal dos alvos era irrelevante,<sup>1</sup> hoje são capazes de identificar e causar dano em *alvos particulares*, operando em territórios que não são considerados oficialmente zonas de guerra. Essa dissolução do campo de batalha tende a ofuscar as distinções tradicionais entre paz e guerra e a generalizar para toda a sociedade uma lógica securitária orientada pela noção de *risco*.

Contudo, é na dimensão preditiva que repousa uma importante tensão. Os modelos preditivos anteriores ao desenvolvimento do princípio da complexidade eram fundamentados em uma estatística frequentista, isto é, operavam predominantemente inferindo padrões com base nos dados extraídos da experiência passada e, desse modo, não conseguiam captar o novo e o inesperado. A aleatoriedade tendia a ser vista não como um elemento constitutivo da realidade, mas como um efeito subjetivo derivado da falta de dados ou de capacidade de processamento do observador. As aplicações práticas baseadas nos sistemas não lineares promoveram uma transformação ontológica: a aleatoriedade foi *incorporada* à própria dinâmica da realidade, abalando com isso o naturalismo e o mundo newtoniano. No entanto, a abertura para o inusitado que lhe é subjacente tende a ser obstruída pelas diretrizes gerais que conduzem os dispositivos e agenciamentos de vigilância. Paulo Arantes (2015) destacou com muita precisão o paradoxo dessa situação. Exatamente por reconhecer o acaso como elemento decisivo na previsão e, ao mesmo tempo, absolutizar a institucionalidade da sociedade contemporânea (especialmente a conexão íntima entre o capital e a guerra), a gestão preditiva do risco tenta aprisionar o futuro exigindo um presente securitário máximo. Essa ideia pode ser expressa de forma mais direta: a orientação dominante é tentar converter o contingente no provável (Hui, 2019, p. 30) e, com isso, pela via da *repetição do passado* se tenta controlar as virtualidades para normalizar as condutas.

---

<sup>1</sup> Na concepção convencional de guerra, os soldados são anônimos. O que realmente importa é o fato de serem *combatentes*, isto é, membros de uma entidade coletiva engajada em um conflito formalmente declarado.

## A erosão do determinismo: aleatoriedade e controle

A ideia de que o mundo é regido por uma lei (ou um conjunto de leis) determinista foi um elemento preponderante na revolução científica do século XVII e, em parte por conta disso, se entranhou na modernidade a ponto de ser considerada como um de seus elementos constitutivos. Há um sentido na história e todo fenômeno possui uma explicação racional. É impossível ser moderno em um mundo marcado pela contingência absoluta. De uma perspectiva determinista, a aleatoriedade é essencialmente subjetiva, uma ilusão engendrada pela *falta de dados* e de capacidade de processamento pelo observador. O mundo é regido por leis universais e invariantes que, contudo, não são integralmente apreensíveis — pelo menos não diretamente — por conta das limitações da mente e do sensorio humano. O máximo que se consegue são *aproximações* de um fenômeno “real” pelo observador (Albert, 2003, pp. 2 e ss.). O famigerado “demônio de Laplace” é a mais famosa ilustração desse princípio:

Devemos considerar o estado presente do universo como efeito do estado anterior e como a causa do que se seguirá. Suponha por um momento uma inteligência capaz de compreender todas as forças que animam a natureza e a respectiva situação de todos os entes [beings] que a compõem — uma inteligência suficientemente vasta capaz de analisar todos estes dados — ela englobaria em uma única fórmula os movimentos dos maiores corpos do universo e também dos menores átomos; para ela nada seria incerto, e o futuro, assim como o passado, estaria ao alcance de seus olhos (Laplace, 1990, p. 326).

Por não possuir nenhuma limitação de memória *e de tempo*, a inteligência imaginada por Laplace é mais veloz do que a marcha da realidade. Logo, nada seria, para ela, imprevisível. Mesmo se admitirmos que algumas entidades são sencientes e dotadas de livre-arbítrio,<sup>2</sup> essa inteligência seria capaz de vislumbrar em tempo real *todos* os futuros possíveis.

Para o homem inspirado pelas luzes da ciência moderna nada seria realmente aleatório e, portanto, a noção de sorte e de azar só têm aderência entre os ignorantes e os supersticiosos. Curiosamente, como as mentes menos secularizadas tendiam a crer na divina providência, nada acontecia mesmo *por acaso*. Não havia espaço *ontológico* para a aleatoriedade e sequer para noção de *leis estatísticas* tais como elas foram construídas posteriormente (Hacking, 2002, pp. 181-3). A percepção dominante era que, por conta das nossas limitações cognitivas e sensoriais, não podemos des-

---

<sup>2</sup> Nem o mais fervoroso adepto de Santo Agostinho teria a audácia de afirmar que o livre-arbítrio é absoluto. Além dos constrangimentos materiais, só se escolhe um curso de ação se existirem opções e, portanto, o demônio de Laplace seria capaz de explicitar todas as possibilidades decorrentes destas zonas de bifurcação que classificamos como “escolha”.

vendar as leis que governam o mundo. No entanto, os dados estatísticos poderiam fornecer pistas consideráveis de como essas leis se manifestam em dimensões setoriais da realidade. É importante ressaltar que, nesse caso, a estatística era entendida meramente como uma ferramenta baseada fundamentalmente na identificação da *frequência* dos fenômenos mensuráveis. Logo, a disponibilidade de mais dados associada à maior capacidade de processá-los tenderia a reforçar a presunção de que o mundo é baseado em leis deterministas férreas.

Mas não foi o que aconteceu. No século XVIII, em parte por conta das pressões inerentes à consolidação do sistema interestatal moderno, os Estados passaram a coletar de forma mais sistemática dados estatísticos para aprimorar a eficácia do fisco, desenhar políticas públicas (ligadas principalmente à saúde pública e à criminologia) e, também, para aperfeiçoar a sua capacidade de recrutar soldados e burocratas. Sem técnicas minimamente eficazes de mensuração e classificação da população não há biopolítica. O fato curioso é que a maior disponibilidade das métricas sociais para os cientistas e, também, para o escrutínio dos cidadãos no debate público, alimentou os críticos do determinismo. A ideia iluminista de *natureza humana* começou a perder a sua posição central, sendo lentamente substituída pelo princípio da *normalidade* e da dispersão. O tema era politicamente quente, especialmente no século XIX. A tradição ilustrada por Durkheim contrastava o normal — que seria o desejável — com o patológico, *um desvio da norma*, tendendo para os extremos. Já para a tradição inspirada em Francis Galton, o *normal* é pensado como sinônimo de mediano (medíocre, para os mais extremados) e, portanto, passível de aprimoramento. Em ambos os casos, contudo, a ontologia determinista é erodida. Para o bem ou para o mal, a aleatoriedade deixa de pensada como falta de informação — ou um déficit cognitivo — e passa a ser vista como um elemento constitutivo da dinâmica da realidade (Hacking, 2002, pp. 160 e ss.).

Quanto maior a margem atribuída à aleatoriedade, mais premente é a questão do *controle* sobre a natureza e sobre a sociedade. Se o mundo fosse regido por leis férreas e imutáveis, apenas os tolos — e sua tolice já está determinada desde o princípio — poderiam tentar interferir no curso da sociedade. Logo, para uma intervenção eficaz é necessário quantificar, circunscrever e, na medida do possível, *domar a aleatoriedade* (Hacking, 2002, p. 10). Foi nesse espírito que floresceram os estudos sobre a complexidade e a teoria do caos,<sup>3</sup> estimulando a distinção entre dois tipos de fenômenos ou sistemas deterministas: lineares e não lineares. No

---

3 Os estudos sobre a complexidade e a teoria do caos lidam com os mesmos fenômenos e possuem uma forte sinergia. No entanto, de um ponto de vista mais técnico, não são a mesma coisa. A teoria matemática do caos — caos determinista — opera com um pequeno número de equações não lineares, enquanto os sistemas complexos possuem um número muito maior de componentes em interação. Nesse caso, a sensibilidade às condições iniciais não é tão importante, pois os sistemas complexos *são robustos*, isto é, podem performar do mesmo modo sob condições muito diferentes (Cilliers, 1998, p. ix; 97-8). John McCarthy estabelece a distinção com elegância: a teoria do caos tende a enfatizar o modo como sistemas deterministas simples podem gerar comportamentos complicados. Já a complexidade tenta dar conta de como sistemas relacionais extremamente complexos e heterogêneos geram comportamentos relativamente simples (McCarthy, 2006, p. 18).

primeiro caso, por conta do princípio da *proporcionalidade* e da *aditividade*, é possível utilizar o clássico método analítico para entender a dinâmica de um sistema, isto é, descobrir a regra ou conjunto de regras que regem o seu comportamento. A partir de então, desde que se conheçam as constantes e as variáveis envolvidas, é possível gerar previsões precisas sobre a sua evolução. O futuro do sistema é integralmente determinado pela *condição (state)* do seu presente que, por sua vez, resultou do seu passado imediato. O tempo é, portanto, *simétrico*. Essas características encorajam a cristalização de uma concepção de ciência como um saber *universal*, que pode ser expresso em leis simples e abrangentes (Wallerstein, 1998, p. 80).

Por muito tempo se pensou que a esmagadora maioria dos fenômenos observáveis eram lineares. Paradoxalmente, os próprios problemas sociotécnicos engendrados pela sociedade industrial — a termodinâmica — ajudaram a abalar os alicerces da visão newtoniana do mundo, abrindo o caminho para a crítica da simetria temporal e do “velho” determinismo. Embora ainda possam ser qualificados como deterministas, o método analítico não é adequado para lidar com sistemas não lineares, em grande parte pelo modo como eles combinam *recursividade e contingência*. Quando exposto a perturbações ou a transformações internas, um sistema em equilíbrio ou próximo do equilíbrio tende a se ajustar para acomodar as fontes de tensão (*feedback* negativo), preservando, desse modo, a recursividade. Sistemas não lineares não se comportam dessa forma e, em parte, isso se deve a uma propriedade chamada de *dependência sensitiva*. Mínimas perturbações nas condições iniciais produzem efeitos em cascata que rompem a proporcionalidade típica dos sistemas lineares (McCarthy, 2006, p. 21; Prigogine, 1996, p. 32; Ruele, 1993, pp. 58; 63-7; Smith, 2007, p. 1).

A intrincada e recursiva cadeia de *relações* — “físicas” ou informacionais — entre os elementos gera um tipo muito peculiar de *ordem instável* que se propaga por todo o sistema, mas não se concentra em nenhuma região ou elemento constitutivo da ordem. Logo, as propriedades do sistema não são redutíveis aos seus elementos constitutivos, assim como as suas relações *não são intrínsecas* como, por exemplo, um motor à combustão interna ou um relógio mecânico (DeLanda, 2006, p. 4). Essa nova postura acentuou a erosão do determinismo clássico, por favorecer a observação das regularidades por uma perspectiva *probabilística* que assume que o passado não determina *exatamente* o que irá ocorrer na sequência (Hacking, 2002, pp. 1-4; Hacking, 2006; Wiener, 1989, pp. 7-8), um princípio que ressignifica completamente as práticas de previsão, vigilância e controle, tornando obsoletas as perspectivas baseadas em sistemas centralizados que usam como metáfora o *Big Brother* de George Orwell ou o panóptico em sua formulação clássica (Lyon, 2018; Haggerty & Ericson, 2000).



## Automação da percepção e visão maquina: o olhar marcial

Tendo como principal referência a proliferação das câmeras no ambiente urbano e as transformações no plano da cultura visual no final da década de 1980, Paul Virilio chamou a atenção para a aceleração do processo de *automação da percepção* subjacente às *máquinas dotadas de visão*, isto é, dispositivos que, por meio de sensores comandados por computadores, são capazes de interpretar o campo visual no seu entorno, produzindo uma *visão sem olhar* (*vision sans regard*): uma percepção  *sintética* do real muito peculiar, construída pela *comunicação* entre máquinas baseadas em códigos informacionais que não necessitam de uma saída videográfica ou qualquer outro tipo de anteparo — o quadro, a gravura etc. — que possibilite a visualização e o entendimento humano (Virilio, 1988, p. 125). Logo, as “imagens” geradas por máquinas e para máquinas assumem uma forma e um significado totalmente independente dos sentidos humanos e da nossa forma de inteligência, ensejando um imaginário mecânico (*imaginaire machinique*)<sup>4</sup> do qual nós, como homens, estamos excluídos (Virilio, 1988, p. 126).

A despeito de algumas limitações que serão aqui discutidas, um aspecto extremamente relevante que se desprende deste diagnóstico proposto por Virilio é o caráter *preditivo* da interpretação automatizada da realidade. O *tempo* das percepções sintéticas não é o dos acontecimentos, mas o de um feixe de possibilidades que se projeta do *atual* e que, por conta da insuficiência da profundidade temporal da cognição humana, está além da nossa capacidade de apreensão. O ponto a ser destacado é que essa alegada inadequação não deriva da acuidade do nosso sensorio (algo que pode ser corrigido por próteses sensoriais como telescópios, microscópios, estetoscópio etc.), mas da limitação *temporal* da mente humana em capturar *imagens* e virtualidades de forma consciente. Portanto, a percepção sintética da realidade opera em um espaço-tempo tão veloz e abrangente que é, a princípio, inacessível ao homem: um espaço-tempo que sistematicamente *projeta o seu futuro imediato como um quadro de possibilidades*, nos termos discutidos na seção anterior.

Esse é um excelente ponto de partida para a discussão. Contudo, algumas ressalvas importantes são necessárias. A primeira delas que, a meu ver, contribui para acentuar o catastrofismo da perspectiva de Paul Virilio, é a não observância da *positividade* de alguns desdobramentos teóricos e práticos dos estudos sobre a complexidade. Como já apontado, ele afirma que o imaginário das máquinas perceptivas é essencialmente probabilístico. Mas ele também sugere que a tendência (inexorável?) é a captura de toda a virtualidade por meio dos procedimentos instrumentais construídos e mobilizados por máquinas e para as máquinas, *excluindo o homem* e, ao

---

<sup>4</sup> Esta tradução é controversa. Estou seguindo o entendimento da tradução para a edição em inglês, que grafa *mechanized imaginary*, uma expressão que me parece mais precisa do que *maquinico*, especialmente se levarmos em conta o modo como Deleuze e Guattari utilizam esse termo.

mesmo tempo, capturando instrumentalmente o futuro.<sup>5</sup> Essa aceleração, além de precipitar o fim do espaço, eliminaria qualquer experiência *qualitativa* do tempo, isto é, o tempo como *duração* tal como o concebem, por exemplo, Fernand Braudel ou Henri Bergson. Poderíamos dizer que o sonho da cibernética — atravessar o animado e o inanimado, o orgânico e o mecânico por laços de informação que *resistem à entropia* — está prestes a se realizar como um pesadelo: toda a vida seria aprisionada por um mecanismo de *feedback* negativo operando na instantaneidade da comunicação entre as máquinas.<sup>6</sup>

Pensar que esse imaginário compartilhado pelas máquinas seria capaz de excluir ou tornar o homem obsoleto explicita outra grande limitação do pensamento de Virilio. Embora ele destaque o imbricamento entre a técnica, a política, a conduta da guerra e as *metamorfoses da percepção*, nesse caso em particular — nessa profecia — a técnica estranhamente aparece como algo tendencialmente *divorciado* da sociedade e, mais do que isso, capaz de se assenhorar completamente dela. Em grande parte, isso se deve ao fato de que Virilio não conseguiu romper completamente com o humanismo,<sup>7</sup> dado que em seu pensamento persiste a ideia de que o corpo<sup>8</sup> é a unidade do homem e, por extensão, do humano. Logo, no limite, a tecnologia tende a ser vista como uma prótese alienante que interfere nas capacidades “naturais” do corpo aumentando a sua suscetibilidade à manipulação “externa” (Johnston, 1999, pp. 29; 32). Dialogando de forma direta e crítica com o diagnós-

---

5 Trata-se de um diagnóstico explicitamente escatológico. Paul Virilio foi um católico praticante e, em pelo menos duas ocasiões, afirmou que não se considera um autor *revolucionário*, mas sim *revelacionário* (Armitage & Bishop, 1998, pp. 2; 4). Em outra chave, em entrevista, confrontado com a pergunta se ele corroborava com o anti-humanismo das perspectivas estruturalistas das décadas de 1950 e 1960, ele respondeu que não, pois era um *anarco-cristão* praticante (citando Jacques Ellul como uma de suas referências). O homem não é o centro do universo, mas sim o *fim do mundo*. Não há nada além do homem. Nietzsche estava errado, pois é impossível melhorar o homem (Armitage, 2001, pp. 20-1).

6 A cibernética “clássica” privilegia a questão da sincronização e do controle sobre sistemas compostos por unidades heterogêneas que trocam informações em mecanismos de *feedback* negativo (Schmidgen, 2020, pp. 87-8). Por isso o eixo repousa predominantemente nos mecanismos de causalidade circular que coordenam dinamicamente entidades distintas. Como cada unidade recebe, processa e devolve as informações com regimes temporais distintos, a temporalidade fica reduzida ao problema de coordenação via mecanismos de *feedback*.

7 Virilio enfatiza corretamente que as máquinas perceptivas precipitam o fim do humanismo renascentista, dado que elas evidenciam a questão filosófica da *partilha da perspectiva* entre o animado (o ser vivo) e o inanimado (a máquina que cria uma percepção sintética e automatizada do real). O problema é quando ele leva a questão a um cenário limite, costumeiramente explorado pela ficção científica: a crescente autonomização deste imaginário construído pela interação das máquinas de visão poderia excluir o homem do jogo, dado que para elas só interessa a dimensão sensorial humana como dados de entrada, que não necessitam de uma interface de saída compreensível para os homens. O problema reside precisamente na *exclusão da interface com o homem*, como se a máquina pudesse criar um imaginário próprio que excluísse a dimensão do humano na existência (Mintz, 2015, p. 105).

8 Virilio estava reagindo à tendência cada vez mais nítida de *descartar* o papel do corpo na percepção da realidade e na própria existência. Arthur e Marilouise Kroker definiram a década de 1990 como “the flesh-eating 90’s”, quando a informação a informação se “desencarna” e as tecnologias digitais amparadas no capitalismo desenfreado passaram a “devorar a carne dos homens” (1996), abrindo caminho para utopias *high tech* ao estilo de Hans Moravec (1988), que defendia a possibilidade de se fazer um *upload* da mente em um computador e, desse modo, viver eternamente. No entanto, Virilio exagera demais no peso do corpo como uma unidade discreta. Basta confrontar a posição dele com a de Nancy Catherine Hayles (1999), por exemplo, que faz uma reivindicação muito similar, mas que não cede ao humanismo.

tico de Virilio, John Johnston propõe uma abordagem mais frutífera, em que ele refuta as *oposições* entre o humano e o técnico, explorando *o terreno comum* entre os homens e os objetos técnicos utilizando a noção de *visão maquínica*:

Machinic vision, as I shall use the term, presupposes not only an environment of interacting machines and human-machine systems but a field of decoded perceptions that, whether or not produced by or issuing from these machines, assume their full intelligibility only in relation to them (Johnston, 1999, p. 27).

O que está em pauta é um campo de *percepções* codificadas e recodificadas que pressupõe um imbricamento efetivo entre o orgânico e o eletromecânico, em que as fronteiras entre homem e máquina — ou, se preferir, do humano e do não humano — são reiteradamente dissolvidas e reconstituídas.<sup>9</sup>

É importante salientar os desdobramentos do processo de *codificação e recodificação* subjacente à generalização da *imagem digital*.<sup>10</sup> O significado de termos como *observador* e *representação* perdeu a sua solidez anterior quando os computadores adquiriram capacidade de processamento suficiente para gerar imagens eletrônicas e transmiti-las instantaneamente. Como destaca Jonathan Crary (1992, p. 2), até a década de 1970 o cinema, a fotografia e a televisão ainda produziam *representações miméticas* que correspondiam ao mundo analógico, percebido por um ponto de vista — um *observador* estimulado pela faixa visível do espectro da luz — situado no “espaço real”. Técnicas videográficas como hologramas sintéticos, mapas de textura, ressonância magnética, óculos de realidade virtual e diversas outras tecnologias da imagem *colocaram a visão e as representações em um plano separado do observador humano*, ao qual não há mais correspondência direta com um mundo “real” oticamente estruturado. Isso pressupõe tanto um processo de codificação como de recodificação:

The digital image is a decoding because it frees the cinematic image from its material support, mobilizing it within a communicational network wherein it can

---

9 A constituição das visões maquínicas e seu imaginário reforça a posição vigorosamente defendida por Bruno Latour (2001) de que é um equívoco insistir no dualismo cartesiano e pensar em um homem dissociado dos meios sociotécnicos: “Nós, na verdade, nos revezamos entre estados de relações sociais e estados de relações não-humanas, mas isso não é o mesmo que nos revezarmos entre humanidade e objetividade. O equívoco do paradigma dualista foi sua definição de humanidade. Até a forma dos humanos, nosso próprio corpo, é composta em grande medida de negociações e artefatos sociotécnicos. Conceber humanidade e tecnologia como polos opostos é, com efeito, descartar a humanidade: somos animais sociotécnicos e toda interação humana é sociotécnica. Jamais estamos limitados a vínculos sociais. Jamais nos defrontamos unicamente com objetos” (p. 245).

10 Digitalizar significa reduzir as experiências mentais e orgânicas a uma sequência de informações codificadas que, contudo, pode ser reproduzida, retraduzida e reprogramada incessantemente (Kerckhove, 2001, p. 57). Uma imagem digital, portanto, é uma matriz, um mosaico de números ordenados, cuja unidade mínima é o *pixel* (*picture element*). A fabricação de imagens digitais foi viabilizada pelo cruzamento sinérgico entre duas linhas tecnológicas que caminhavam separadamente: a busca do máximo de automatismo na geração da imagem e o domínio completo do seu constituinte mínimo (o *pixel*) por computadores reprogramáveis e interativos (Couchot, 2001, p. 38).

be transmitted anywhere instantaneously; but it is also a recoding because, instead of being inscribed directly on a chemically treated surface, light is converted into information, mathematical data whose infinitesimal discreteness allows the real to be synthesized or recomposed (Johnston, 1999, p. 39).

Paul Virilio estava na trilha correta quando afirmou que a *conduta da guerra* estava sendo progressivamente encapsulada e gerida pelo que ele chamou de *logística da percepção*.<sup>11</sup> Um novo *campo* é aberto para as relações de poder em geral e para o conflito militar em particular: o *tempo* ganha preeminência sobre o espaço (Der Derian, 1990, p. 297), assim como a disputa se desloca para a dimensão da *virtualidade*,<sup>12</sup> isto é, para o *feixe de possibilidades* que emergem do atual.

Partindo do diagnóstico proposto por Paul Virilio, mas com algumas retificações significativas,<sup>13</sup> Antoine Bousquet sugere uma imagem metafórica que ilustra muito bem o que foi discutido até aqui: estamos testemunhando a constituição de um *olhar marcial* (*martial gaze*) que percorre o planeta, combinando o alcance global com uma capacidade cada vez mais granular e individualizada de identificar e destruir alvos previamente conhecidos ou ameaças potenciais. Não se trata de um

---

11 Em *Guerra e Cinema*, Virilio (2005) afirma que atividade militar *sempre* envolveu alguma forma de gestão da imagem e da comunicação. Mas a Primeira Guerra Mundial acirrou a importância de desenvolver uma *logística da percepção*, isto é, a necessidade imperiosa de criar formas de *visualização* do conjunto das forças em antagonismo no campo de batalha e, também, de se aprimorar sistemas de processamento e de transmissão de *informações* que possibilitem a coordenação e a execução da atividade militar de forma cada vez mais acelerada e *preditiva*. Logo, a logística da percepção desloca o eixo estratégico do campo de batalha não apenas para o conjunto de organização social (como indica a ideia de *guerra total*), mas também para o campo multidimensional da visão e da percepção, o qual é operado por um intrincado conjunto de sistemas sociotécnicos baseados em inteligência artificial e na automação da percepção.

12 Em *La Machine de Vision*, Paul Virilio (1988) interpreta de forma muito peculiar este deslocamento, que ele chama de *lógica paradoxal*: a imagem *em tempo real* passa a dominar a coisa representada, fazendo que o virtual perturbe a própria noção de realidade. A própria estrutura do tempo se modifica, dado que o passado, presente e o futuro são substituídos apenas por *dois tempos*, o tempo real (*temps réel*), cada vez mais comandado e acelerado pelo imaginário mecânico, e o *delay* (*temps différé*) (p. 140).

13 Bousquet combina de forma muito inteligente a *démarche* de Virilio com o conceito de *agenciamento* formulado por Deleuze e Guattari. Bousquet explicita que o tema basilar do livro *The Eye of War* não é somente a técnica ou os objetos técnicos mobilizados e produzidos para a guerra, mas, sobretudo aos agregados coletivos mais amplos, marcados pelo imbricamento entre a técnica, as instituições e os diversos e heterogêneos atores envolvidos nos processos de sensoriamento, identificação e projeção de danos aos alvos militares. Ele é muito direto: “Such ensembles are referred to in this work as assemblages, inspired by their conceptual elaboration in the philosophy of Gilles Deleuze and Félix Guattari. Assemblages are heterogeneous collectives of entities that cut across the organic, mechanical, and social strata of reality. Within a given assemblage, the machinic denotes the way that it works, as well as how its various elements relate to each other to form a functional, if temporary, whole. Congruent with this conception is the view that the social and technical are inherently hybridized domains, that human groupings are only possible through the material objects that hold them together. In Bruno Latour’s words, “We are socio-technical animals, and each human interaction is socio-technical.” This is not to say that we should treat technical objects as neutral conduits of human agency or as mere conveyor belts for the transmission of wider social forces. Instead, they exert their own form of material agency, shaping and constraining their milieu and the other entities that enter into relation with them. As transient units of becoming, technical objects are stabilized by their degree of internal coherence and the strength of their external relations, but ultimately they evolve in codetermination with the wider assemblages they participate in” (Bousquet, 2018, p. 16). Um aspecto decisivo dessa passagem é a afirmação de que os objetos técnicos não são meras correias de transmissão de forças sociais mais vastas, pois exercem uma forma peculiar de *ação material*, derivada precisamente do *modo* como eles se instanciam na realidade.

*único olhar*, isto é, de um dispositivo atrelado a uma entidade ou instituição central, mas “um proliferante enxame de olhos que não piscam” que congrega diversos agenciamentos de vigilância descentralizados, constituindo um tenso e instável amálgama entre máquinas, instituições, padrões sociotécnicos, recursos humanos que organizam e racionalizam a *percepção* militar que ultrapassa os domínios acessíveis ao sensorio humano, uma vez que ela se esforça por recobrir todo o espectro eletromagnético bem como qualquer tipo de sinal detectável (calor, fenômenos acústicos etc.).

Essa pervasiva combinação entre o global e o granular faz colapsar a concepção tradicional de campo de batalha. Pelo menos desde o início da modernidade, o campo de batalha foi entendido como não somente como um espaço físico claramente delimitado, o palco das hostilidades, mas também como o *lugar* onde se materializa uma normatividade peculiar, que delinea a separação entre os espaços da guerra e da paz, distingue combatentes de não combatentes e, em última instância, diferencia a atividade civil da militar. A constituição do olhar marcial e seus múltiplos agenciamentos erodem essa institucionalidade, favorecendo a constituição de um campo de batalha expandido, que não respeita as fronteiras nacionais e penetra em zonas onde não há guerra formalmente reconhecida, inscrevendo a lógica do conflito militar no âmago da vida social:

The planetary expansion of militarized perception and targeting has not secured the societies at the forefront of their deployment. Instead, it has actively participated in a molecularization of war manifest in the centrifugal dispersal of the warring activity and the corresponding proliferation of the logic of security throughout the social body. Molecular war dispenses with opening declarations of hostilities or armistice agreements, recognizes no fronts or rears, pays no heed to territorial advances and retreats, and forgoes sustained contiguous operations (Bousquet, 2018, p. 192).

Trata-se, portanto, de um grande paradoxo. Os agenciamentos de vigilância preditiva e de securitização tendem a ser legitimados como uma forma de *proteger* a população civil dos países centrais de um conjunto muito amplo de “ameaças”, que congrega fenômenos muito díspares tais como, por exemplo, criminalidade, terrorismo, narcotráfico, catástrofes ambientais e epidemiológicas.

Isto não está funcionando muito bem. A combinação entre a dissolução das fronteiras entre as esferas civil e militar e a opacidade inerente aos sistemas preditivos de vigilância — que, por sua vez, operam no imbricamento entre os aparelhos estatais e corporações privadas — está se voltando contra os cidadãos, invadindo praticamente todas as dimensões da vida pública e privada, pondo em risco os fundamentos da liberdade civil. Contudo, a questão mais premente é a advertência de Grégoire Chamayou de que a lógica tradicional da guerra está sendo substituída pelo princípio da caça:

What is emerging is the idea of an invasive power based not so much on the rights of conquest as on the rights of pursuit: a right of universal intrusion or encroachment that would authorize charging after the prey wherever it found refuge, thereby trampling underfoot the principal of territorial integrity classically attached to state sovereignty. According to such a concept, the sovereignty of other states becomes a contingent matter. Full enjoyment of that sovereignty is recognized only if those states take imperial tracking to heart. If they do not — “failed” states cannot, “rogue” states will not - their territories can legitimately be violated by a hunter-state (Chamayou, 2015, p. 53).

Contudo, isto se processa em um cenário em que, a princípio, a presa pode estar em qualquer parte do planeta, sem direito a nenhum santuário. Logo, se olharmos a questão do ponto de vista de quem é caçado, a questão de como funcionam os sistemas de vigilância é prioritária. Apenas mediante a compreensão de como opera *o olho da guerra* é possível aos caçados permanecerem ocultos, longe da mira dos caçadores. E a melhor forma de fazê-lo é *infiltrar-se na população*, evitando marcadores e comportamentos que podem deflagrar alertas de risco. Aqui reside o paradoxo. Esse movimento retroalimenta a paranoia securitária e as intervenções sociais baseadas na gestão do risco, em linha com o esforço de tentar aprisionar o futuro na institucionalidade vigente.

Em um livro notável, Ulrich Beck (1992) destacou que o desenvolvimento da industrialização segregou uma sociedade cada vez mais centrada em um sistema desigual de redistribuição dos riscos, que convive de forma tensa com a desigualdade econômica. Nessa nova forma de modernidade — que ele qualifica de *reflexiva* — a orientação dominante é para o futuro, mas um futuro que não é fundamentalmente diferente do passado. Ou melhor, um futuro apreendido por uma perspectiva securitária e instrumental, pensado mediante tentativas de conter ou minimizar a desagregação do presente. Combinando a *démarche* de Beck com a afirmação de Anthony Giddens de que o conceito de risco pressupõe uma sociedade que tenta romper ativamente com o seu passado, Paulo Arantes (2005) expõe o âmago da questão:

Não lhe ocorre [a Giddens], entretanto, registrar a dissonância entre o fato de a palavra risco só passar a ser amplamente utilizada em “sociedades orientadas para o futuro” e o seu pressuposto, de que o futuro seja justamente visto como “um território a ser conquistado e colonizado”. Riscado do mapa, em suma, sob o pretexto de ser existencialmente assumido como um risco. Não se poderia ir mais involuntariamente fundo no coração mesmo da ideologia *stricto sensu*. Ou melhor, do peculiar fetichismo que, segundo Moishe Postone, envolve o que há de historicamente específico na dinâmica temporal do capitalismo, a saber: não obstante se tratar de uma temporalidade direcional, este movimento ascensional não conduz a um futuro qualitativamente diferente, quer dizer, embora reais e expo-

nencialmente aceleradas, as transformações orientadas para o futuro, na condição de armadura abstrata de todo o processo, na verdade reforçam a necessidade do presente; como se trata de uma compulsão estrutural, a de empurrar o presente para a frente, essa forma de dominação através da dinâmica temporal que vem a ser o capitalismo tende paradoxalmente a se tornar cada vez mais “presentista”. É essa a antinomia com a qual estamos lidando desde o início. [...] O cálculo do risco assumido que distingue as sociedades orientadas para o futuro de fato aprisiona o futuro, mesmo se aventurando por águas não cartografadas (p. 72).

É precisamente essa tentativa de captura do futuro que tem *instrumentalizado* o potencial criativo e até mesmo revolucionário dos estudos sobre a complexidade.

Desde o final da década de 1980, após intensificar o seu diálogo com Ilya Prigogine, Immanuel Wallerstein passou a afirmar com certa veemência que devemos formular nossos questionamentos sobre a realidade e nossas utopias à luz de uma *incerteza permanente* que opera como um dos fundamentos da criatividade e da emergência do novo. Isso nos permite ultrapassar — ele preferiria o termo *impensar* — o modo como usualmente lidamos com ela. Não devemos conceber a incerteza como uma cegueira momentânea que pode ser superada definitivamente pela “ciência” ou qualquer outra institucionalização do saber orientada pela ideia de perfectibilidade do saber e de suas práticas. O fracassado projeto da modernidade e todas as experiências totalitárias e fundamentalistas tiveram na perfectibilidade — e seu portador: a razão, o líder carismático etc. — o seu horizonte. Por outro lado, a incerteza também não deve ser vista como um obstáculo insuperável ao conhecimento e às práticas sociais justas, tipo de visão explorada por cínicos e sofistas. As noções de perfectibilidade e de falibilidade absoluta são péssimos guias para a ação social. Tendo isso em vista, a incerteza deve encarada tanto como uma limitação das nossas ambições quanto uma fonte de curiosidade, espírito crítico, imaginação, criatividade (não só humana, mas de toda a natureza) e ousadia. Por meio desta diretriz geral, é possível contra-arrestar as tentativas de instrumentalizar a teoria do caos e os estudos sobre a complexidade aqui discutidas.

## Considerações finais

A metáfora do olho da guerra é habilmente construída por Bousquet para *repelir* a ideia de que os sistemas de vigilância acoplados aos dispositivos de projeção remota de dano remetem a um observador central, um grande olho que tudo vê e tudo sabe. Logo, George Orwell assim como a figura do panóptico *stricto sensu* não são boas referências para se pensar essa questão. Pelo contrário. Falar em *a vigilância* ou *o observador* não é o mais apropriado, pois estamos defronte a agenciamentos que operam de forma distribuída, preservando a *heterogeneidade* e a multiplicidade dos elementos e de suas formas de interação. Não há *um olhar singular* que mapeia o

planeta, mas um *exame* de sensores variados, com protocolos e princípios operacionais muito distintos que, contudo, produzem combinações *instáveis*. Desse modo, não faz muito sentido pensar em *instituições totais* como o molde ou a inspiração principal para a análise, pois o que está em curso é a convergência de vários dispositivos e sistemas discretos em um *agenciamento de vigilância* (*surveillant assemblage*) que não possui fronteiras muito claras — porque elas se modificam a todo momento — e opera de forma descentralizada e rizomática (Haggerty & Ericson, 2000, p. 607).

Não me parece sensato imaginar conflitos militares — ou forças policiais — totalmente automatizados, sem a participação do homem, como se pode inferir da dimensão mais catastrofista do pensamento de Virilio. Os processos de automação da percepção que fundamentam a vigilância e a projeção remota de dano envolvem necessariamente o acoplamento entre o sensorio humano — e suas próteses — e os sensores das máquinas e suas formas eletrônicas de representação. Logo, o que está em jogo é a constituição de um campo de percepções codificadas e recodificadas muito peculiar, que não é gerado exclusivamente pelas máquinas, mas pelo imbricamento homem-máquina. Portanto, toda *visão maquínica* — e, por extensão, todo imaginário maquínico — pressupõe sistemas de máquinas em interação e modos de interação entre as máquinas e os homens que, por sua vez, aceleram o processo de digitalização do mundo. Contudo, o problema fundamental não está no imbricamento entre o homem e as máquinas, pois isso ocorre em toda e qualquer sociedade, mas na tentativa desesperada de se preservar o *status quo* pela captura do futuro, pela institucionalidade do capital e da guerra. Os estudos sobre os sistemas complexos podem ser abordados por uma perspectiva radicalmente diferente, desde que se aceite e se maximize o papel *criativo* e radical da incerteza que é inerente aos sistemas complexos.

## Referências

- ALBERT, D. Z. *Time and chance*. Cambridge: Harvard U. Press, 2003.
- ARANTES, P. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ARMITAGE, J. From Modernism to Hypermodernism and Beyond. In: ARMITAGE, J. *Virilio Live: Selected Interviews*. Londres: Sage, 2001.
- ARMITAGE, J. & BISHOP, R. Aesthetics, Vision and Speed: An Introduction to Virilio and Visual Culture. In: ARMITAGE, J. & BISHOP, R. (orgs.). *Virilio and Visual Culture*. Edinburgh: Edinburgh U. Press, 1999.
- BECK, U. *Risk Society: towards a new modernity*. Londres: Sage, 1992.
- BOUSQUET, A. *The Eye of War*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
- CHAMAYOU, Gr. *A Theory of the Drone*. Nova York: New Press, 2015.
- CILLIERS, P. *Complexity and Postmodernism: understanding complex systems*. Londres: Routledge, 1998.
- CRARY, J. *Techniques of the observer – On vision and modernity in the Nineteenth Century*. Massachusetts: MIT Press, 1992.



- COUCHOT, E. Da representação à simulação: evolução das técnicas e das artes da figuração. In: PARENTE, A. (org.). *Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DeLANDA, M. *Assemblage theory*. Edinburgh: Edinburgh U. Press, 2016.
- DeLANDA, M. *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. London: Continuum, 2006.
- DeLANDA, M. *War in the age of intelligent machines*. New York: Zone Books, 1991.
- FRANZ, N. Targeted killing and pattern-of-life analysis: weaponised media. *Media, Culture & Society*, vol. 39(1), pp. 111-21, 2017.
- HACKING, I. *The Taming of Chance*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2002a.
- HACKING, I. Ian. *The Emergence of Probability*. Cambridge: Cambridge U. Press, 2002b.
- HAYLES, N. K. *How we Became Posthuman*. Chicago: Chicago U. Press, 1999.
- HUI, Y. *Recursivity and Contingency*. Londres: Rowman & Littlefield, 2019.
- KERCKHOVE, D. de. O senso comum, antigo e novo. In: PARENTE, A. (org.). *Imagem-Máquina: a era das tecnologias do virtual*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- KROKER, A. & KROKER, M. *Hacking the Future: stories for the flesh-eating 90's*. Montreal: New World Perspectives, 1996.
- LAPLACE, P. S. Probability. In: HUTCHINS, R. & ADLER, M. J. (orgs.). *Gateway to the Great Books: mathematics*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1990.
- LATOUR, B. *A Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LYON, D. Cultura da vigilância: envolvimento, exposição e ética na modernidade digital. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M.; GUILHON, L. & MELGAÇO, L. (orgs.). *Tecnopolíticas da Vigilância*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MCCARTHY, J. A. *Remapping reality: chaos and creativity in Science and Literature*. Amsterdam & New York: Rodopi, 2006.
- MORAVEC, H. *Mind children: the future of robot and human intelligence*. Cambridge: Harvard U. Press, 1988.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. *Order out of Chaos*. Nova York: Bantam Books, 1984.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. *O fim das certezas*. São Paulo: UNESP, 1996.
- RUELE, David. *Acaso e Caos*. São Paulo: UNESP, 1993.
- SCHMIDGEN, H. Cybernetic times: Norbert Wiener, John Stroud, and the 'brain clock' hypothesis. *History of the Human Sciences*, vol. 33, n.º 1, 2020.
- SMITH, L. *Chaos: a very short introduction*. Oxford: Oxford U. Press, 2007.
- VIRILIO, P. *La Machine de Vision*. Paris: Galilée, 1988.
- VIRILIO, P. *Guerra e Cinema*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- WALLERSTEIN, I. Time and duration: the unexcluded middle, or reflections on Braudel and Prigogine. *Thesis Eleven*, vol. 54, n.º 1, 1998.
- WIENER, N. *The Human Use of Human Beings: cybernetics and society*. Londres: Free Press, 1989.

# TECNOLOGIAS E DESPERSONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

*Héctor Luis Saint-Pierre  
Mayara Zorzo*

**A** violência, não obstante odiosa, parece ser a relação mais frequente na regulação social dos comportamentos humanos. Ela se aplica a ordenar e controlar sociedades descontentes com a pobreza forçada e entre sociedades para impor interesses, vontades ou visões do mundo. Desde sempre tentou-se manter separadas as especificidades de cada uma dessas violências por suas características, pela particular estrutura administrativa ou pela função institucionalmente definida, o que permitiria distinguir uma da outra. Assim, a bibliografia se referiu à violência destinada a manter ordem interna e garantir a propriedade privada como “segurança” e àquela dirigida ao exterior, para defender as decisões nacionais no ambiente internacional como “guerra”. Também foram referidas como “violência protetiva” ou “violência letal” respectivamente; tentou-se distinguir pelo instrumento empregado pela violência entre o armamento não letal e letal; em consideração do ator a cargo de empregar esse armamento entre policiais e militares; desde o ponto de vista institucional e pela organização burocrática estatal, entre Ministério de Justiça, do Interior ou de Segurança e Ministério da Defesa (antigo Ministério da Guerra). Seja

como for, a violência aparece como garantidora das relações entre os cidadãos e da propriedade privada e pela sua função dissuasória como garantia da paz entre os Estados. A violência é aceita, até com certa naturalidade, até mesmo legalizada constitucionalmente no âmbito interno e por acordos e tratados internacionalmente.

Outro resultado da atividade humana, a tecnologia, avançou no seu desenvolvimento acompanhando essas especificidades, ora tornando mais eficiente e aperfeiçoado o controle individual, ora terrivelmente letais para dissuadir ou eliminar inimigos externos e, dependendo da doutrina, também internos. Não obstante essa aparentemente óbvia especificidade, o desenvolvimento das novas tecnologias, que aboliram a exclusividade humana sobre a percepção e a interpretação (Virilio & Lotringer, 1984; Virilio, 1994; 2005), conseguiram tornar aquelas especificidades e distinções supérfluas, como tentaremos mostrar.

As guerras e a tecnologia tiveram e conservam uma existência de simbiose mútua, uma potenciando a outra articuladamente ao serviço da lógica de acumulação do capital (Lazzarato & Alliez, 2021). Durante muito tempo houve uma separação entre as formas de emprego da violência.<sup>1</sup> Todavia, esse abismo entre ambas justificativas<sup>2</sup> do emprego da violência foi se fechando pelo emprego de instrumentos de uso dual. O emprego dual foi facilitado pelo desenvolvimento e pela universalização dos produtos tecnológicos, especialmente, pela tecnologia que Paul Virilio (1994) convencionou chamar “a máquina de visão”. A ideia vai além do modelo panóptico de Foucault para compreender a vigilância das sociedades modernas, ou melhor, o potencializa, como diz Zygmunt Bauman (2013), “o modelo panóptico está vivo e goza de boa saúde, de fato está dotado de uma musculatura melhorada eletronicamente, como a de um *cybor*, o que o torna tão forte que [...] nem sequer Foucault teria sido capaz de imaginar”.

O desenvolvimento da tecnologia sempre acompanhou a guerra e vice-versa. Os lucros se ocuparam de alhanar o abismo entre o controle e a letalidade. O modelo da “máquina de visão” de Virilio consegue abarcar tanto os instrumentos de emprego da violência da segurança quanto da guerra mais letal. Não apenas isso. Ela consegue mostrar uma evidente potência explanatória para a forma talvez mais severa, aprimorada e perversa da violência contemporânea, a violência autoimposta, a “violência neuronal” — como a classifica Byun-Chul Han (2017a). Tentaremos, se não mostrar, ao menos indicar a mórbida relação entre as três manifestações da violência na sua genética compartilhada na “máquina de visão” (Virilio, 1994).

A reflexão sobre o futuro das guerras, de modo geral, é diretamente associada ao desenvolvimento tecnológico. Esse futuro se torna cada vez mais complexo ao

---

1 Sobre as formas de emprego da violência e a dificuldade de conceitualizar a diferencia ver o doutorado de Succi Junior (2022).

2 Em realidade, essa fronteira formal, normatizada constitucionalmente, nunca, ou raramente, foi materialmente aplicada na América Latina. As forças armadas latino-americanas foram forçadas na função do controle social e a repressão aos movimentos contestatários à ordem colonial. Ver Rouquié (1984).

considerarmos que várias tecnologias são desenvolvidas constantemente e suas formas de aplicação no setor militar e civil são, na mesma medida, ampliadas. Isso tem feito parte da priorização das principais potências bélicas. Como exemplo, podemos citar os EUA, que na última década realizaram um aumento de 24% dos seus gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no setor de Defesa,<sup>3</sup> demonstrando um grande interesse por tecnologias mais avançadas e pela manutenção da superioridade estratégica.

Nos últimos anos, as principais tecnologias amplamente utilizadas no âmbito da defesa tem sido os *drones* e os *softwares* de inteligência artificial (IA). A guerra na Ucrânia parece ser a representação contemporânea de um verdadeiro mostruário do potencial atingido pelos *drones* e pelos artefatos e treinamentos que seu uso envolve. Os diversos *drones*, tanto de reconhecimento quanto de ataque, que sobrevoam o território ucraniano intensificaram ainda mais a tendência de disputa por meio da superioridade tecnológica, especialmente nos céus.

Neste capítulo abordamos algumas concepções sobre o conceito de tecnologia e as implicações de seu desenvolvimento e de seus usos, buscando apresentar, ainda que brevemente, como esses dois elementos — tecnologia e violência — estão intrinsecamente inter-relacionados desde a constituição do bifronte Guerra e Capital.

## Sobre a tecnologia e a dependência

Antes de qualquer consideração, dedicaremos alguma tinta tentando esclarecer o que entendemos por “tecnologia”, uma palavra amplamente utilizada na contemporaneidade e atribuída a “estes tempos de modernidade acelerada” e referida a luzes, *chips* e botões que diminuem distâncias e tempos.

Para nós, a relação da tecnologia com o ser humano não é datada, não tem um começo, porque ambos são inseparáveis e mutuamente referenciados, a humanidade é tecnológica, mas sofreu alterações com o tempo. A tecnologia é uma atividade essencial da vida humana, é a forma pela qual o ser humano se relaciona com seu mundo. Na origem os seres humanos produziam os instrumentos e processos com os quais potencializava suas habilidades em seu andar pelo mundo. Tanto o grego antigo na Europa (Farrington, 1974) quanto o tupinambá no Brasil (Fernandes, 2006) eram indistinguíveis da sua tecnologia, **eles eram sua tecnologia**. Eles desenhavam e construíaam os instrumentos e os processos que lhes serviam no seu andar *no e transformando* o mundo. O desenho incluía o serviço ao qual se destinavam esses instrumentos e processos, de maneira tal que no desenho estava

---

<sup>3</sup> *World military expenditure passes \$2 trillion for first time*. Estocolmo: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 25 abr. 2022. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2022/world-military-expenditure-passes-2-trillion-first-time>. Acesso em: 1.º mar. 2023.

incluído o futuro, ao desenhar “futurizava”.<sup>4</sup> A cultura do homem tecnológico compreendia o passado e o futuro inseparavelmente da sua existência, a tecnologia era sua existência.

Todavia, há um momento na história desta cultura, apontado por Lazaratto & Alliez (2021), no qual se insere a lógica de acumulação do Capital como uma cunha entre o ser humano e a tecnologia se apropriando dessa última que transforma em mercancia. O homem continua sendo tecnológico na sua quotidianidade, desenvolvendo a tecnologia ao seu alcance e dentro do seu significado cosmológico, mas parte da tecnologia foi sequestrada pelo Capital e começou a ter um desenvolvimento autônomo da sociedade, perdendo sua significação social original, para melhor atender as expectativas de acumulação do Capital, especialmente a tecnologia aplicada à guerra, cujos produtos produzidos em série foram transformados em mercancia e a guerra em mercado.

Como mercancia, os produtos tecnológicos ocultam a tecnologia subjacente na sua utilidade. Carentes do sentido cosmológico original, relacionam-se pelo estranhamento com o ser humano que os vê como meros instrumentos (como “ser-à-mão” diria Heidegger), esvaziado dos valores culturais que lhe forneciam o sentido integrado à sua vida. A compreensão do passado e do futuro, incluídos no desenho, já não lhe pertence e o projeto vira destino na lógica do Capital. Uma vez que o ser humano deixa de ser o demiurgo da sua existência — que sintetiza a temporalidade do passado e futuro no desenho tecnológico do seu andar no mundo — ele passa a consumir a tecnologia como mercancia resultante do desenho de um “demiurgo oculto” e misterioso, que sintetiza outra temporalidade em uma cosmologia valorativa que lhe estranha. A destinação do produto tecnológico que resultava do projetar-se do homem no mundo, passa a ser determinada pelo “demiurgo oculto” que impõe hegemonicamente a tecnologia sequestrada como única, transformando o futuro que aquele homem *projetava* para si como *destino* outorgado. Mas, o ser humano não perde sua essência tecnológica nem a compreensão da sua temporalidade, por meio da qual pode, em um esforço cosmogônico, recuperar sua cosmotécnica e projetá-la para resistir e combater aquela hegemonia que se pretende única para viver plenamente na harmonia sociotécnica que lhe é própria.

Martin Heidegger refletiu profundamente sobre a origem da tecnologia e talvez auxiliie na compreensão da essência dela. Ele trata do tema da técnica e da tecnologia em seus textos de forma recorrente e, em alguns deles de maneira direta. No seu tratado “A questão da Técnica” (Heidegger, 1970), associa sua reflexão sobre a técnica à teoria grega das quatro causas na formulação aristotélica.<sup>5</sup> Essas causas, como apresentadas por Aristóteles são: a material, a formal, a final e a eficiente. Recorrendo a uma exegese do grego arcaico, Heidegger compreenderá as primeiras

---

<sup>4</sup> Empregamos esse neologismo para indicar que não apenas imaginava o futuro, mas ao desenhar projetava e construía o futuro. Porque no desenho o futuro está presentemente.

<sup>5</sup> As reflexões que desenvolveu Aristóteles sobre a teoria das quatro causas (ou Teoria da Causalidade) resultaram em tratados que foram agrupadas por Andrônico de Rodes no livro que chamou *Metafísica*.

três causas como modos de “comprometimento” com o objeto produzido. Quer dizer que, na verdade, a matéria, por exemplo, não entraria como uma causa no sentido corrente do termo (a madeira do que está feito esta régua, por exemplo, como causa material, é a causa de que esta régua seja de madeira), mas como o **compromisso** dessa matéria com o produzido. Com efeito, a causa material, que condicionaria a matéria da qual é feito o produto, em realidade também ela é condicionada pelo produto que procura um compromisso da matéria com a que será feito (não será qualquer matéria a ser empregada, mas será procurada aquela que guarde maior adequação à função que desempenhará o produto que a requer), mas que reciprocamente, também condiciona o compromisso que o produzido manterá com a matéria de que foi feito. A forma compromete a matéria numa modulação comprometida com o que será produzido e, nesse compromisso da forma, a matéria se amolda ao que se destina. Note-se que nesses modos de comprometimento, a finalidade, a terceira causa, não significa um **fim** um *telos*, como se interpreta correntemente, mas sim o comprometimento que **delimita** o objeto “o que circunscreve, finaliza a coisa. Com esse fim, a coisa não cessa, mas inicia a partir de si o que será após a fabricação” (Heidegger, 1970, p. 378). Nesse sentido, a finalização da produção consagra o início do produto na sua significação técnica de uso. A quarta causa, entretanto, guarda para Heidegger uma particularidade que a distingue das outras. Ela representa um elemento comprometido com o preparo e a disposição do objeto a ser produzido, porque é aquela que consegue o compromisso das outras causas entre si e dessas com o produto. Essa causa é encarnada pelo artífice, por aquele que, enquanto compromisso com o produzir e a **destinação**, reúne a matéria e a forma para adequá-las à finalidade para a qual se devota o produto. Por isso, para esse autor, esse modo de compromisso reflete e junta os outros três modos de compromisso porque define o produto como **projeto** e como desenho. Mas, além de desenho técnico, o compromisso eficiente, que inclui o pensar sobre o futuro (projeto), também é reflexão. Com efeito, esse modo é **Logos**, um *logos* que no seu desenhar projeta e reflete no que leva a luz. Aquilo que dá luz a esse produto técnico. Como *logos*, a causa eficiente retira o véu do artefato para ver por meio dele e **compreender o desenho que projeta e compromete os elementos que o compõem com o uso a que se destina**. Para Heidegger é justamente o modo de compromisso eficiente, o próprio fazer que, ao descortinar esse compromisso, produz a *aletheia*, o descortinar, o deixar aparecer o que em si permanece oculto, a verdade. A técnica, na sua mais profunda essência, se revela apenas para o compromisso eficiente que compromete, para o demiurgo que desenha e projeta o comprometimento dos outros compromissos com o futuro. O importante para reter daqui é que quem compreende o produto tecnológico, quem controla a tecnologia e a temporalidade, é aquele que *projeta* o desenho, que deu sentido ao produto comprometendo os elementos constitutivos com a finalidade do produto. Assim, a compreensão cabal do tecnológico é intransferível, porque a finalidade dele foi desenhada na percepção de um futuro imaginado demiurgicamente pelo desenhador, pelo artífice.

Em uma reflexão talvez menos metafísica, mas não menos profunda, a questão do fazer da *tékhné* será retomado na consideração do impacto capitalista como o modo de produção que compromete aquelas causas aristotélicas,<sup>6</sup> como um demiurgo industrial. Com efeito, para a Escola de Frankfurt, que retoma essa análise especial e inicialmente pela mão de Marcuse (1969; 1999), a procura da solução de um problema por meio da técnica é fraguada em uma relação social historicamente definida, em um determinado modo de produção ancorado em relações sociais de produção que reflete a dialética histórica dessa sociedade com a natureza e consigo mesma. Foram as formas concretas de exploração humana sobre a natureza e sobre o próprio ser humano que se cristalizaram na procura por solucionar um problema ou satisfazer uma necessidade. A cristalização desse drama (breve e superficialmente exposto) na técnica é o que a partir da escola de Frankfurt chamamos “Tecnologia”. Esse esforço histórico-social de produção da técnica daquele artefato ou processo que facilitará alcançar alguns objetivos, talvez seja relativamente visível e até consciente para aqueles que participaram e foram parte da produção, daqueles para os quais a técnica foi um mero “ser-ante-os-olhos” que reclamou sua atenção e para quem mostrou suas “entranhas” se descortinando no desenho do compromisso. Mas, para quem a técnica é apenas um funcional “ser-à-mão”, um mero instrumento, aquela tecnologia permanecerá oculta pelo e no próprio instrumento. Assim, a compreensão do comprometimento (da completude de causas que intervêm no compromisso, no desenho e projeto, da produção do processo ou artefato) só se descortina, se revela como verdade, para aquele que, como um demiurgo, domina compreendendo o compromisso. Quando esse instrumento é adquirido por um sistema de produção estranho àquela tecnologia, ele subjuga o olhar para sua instrumentalidade ocultando o que entranha. Por tanto, quando e se esse instrumento ou processo deixa de ser funcional, ele se mostra como um inútil e reclama daquele que domina o compromisso seu olhar para recuperar sua essência e funcionalidade. A incompreensão do compromisso inerente ao instrumento adquirido, estabelece uma dependência epistemológica entre aquela sociedade que adquiriu o produto e aquela que domina porque compreende o compromisso oculto na tecnologia.

Quando essa análise é levada à consideração da incorporação das chamadas “tecnologias da Defesa” ou “tecnologias bélicas” o resultado é minimamente paradoxal. Com efeito, as relações internacionais não são anárquicas entre iguais, mas estruturadas hierarquicamente em firmes relações de dependência. Trata-se de sistema internacional no qual as unidades políticas são diferentes, seja pelas suas histórias, pelas suas particulares formas de produção, por suas economias ou suas relações sociais de produção e, especialmente, pela projeção do seu poder. Essas diferenças

---

6 Marcuse foi aluno do curso de filosofia de Heidegger desde 1928 até 1932 e por ele mantinha admiração. Talvez essa admiração o tenha levado a pedir para Heidegger uma definição clara que o desvinculasse definitivamente do nazismo. Esta correspondência, que não convenceu o Marcuse da inocência de Heidegger na sua relação com o nazismo, consta na coletânea *Tecnologia, guerra e Fascismo* editado por Douglas Kellner e publicada em São Paulo, pela Editora da UNESP em 1999.

são ordenadas hierarquicamente em torno de unidades políticas que, pelo seu poder econômico, político, cultural, científico-tecnológico e militar impõem uma ordem hierárquica e de dependência nas suas esferas de interesse e influência. Nessa ordem na que se destacam os centros das suas respectivas periferias do sistema mundo, o relacionamento assimétrico imposto se manifesta em todas as ordens. No caso da Defesa que aqui nos ocupa, a periferia constitui a ampliação do mercado que permite a produção a escala exigido pela economia de capital intensivo do centro ou da metrópole. A periferia, caracterizada por economias de capital extensivo não consegue produzir o compromisso tecnológico que esclareça o desenho dos produtos tecnológicos para a sua defesa que é obrigado a importar do centro hegemônico. Quando esse país recebe esses produtos tecnológicos do centro, imagina estar importando tecnologia, quando em realidade o que incorpora são objetos e processos tecnológicos que foram produzidos e só podem ser reproduzidos pelas economias de capital intensivo que compreendem o compromisso tecnológico. Mas, na incompreensão do compromisso que se oculta no produto tecnológico está definido sua destinação, apenas visível para o artífice. No caso do produto tecnológico para a defesa, sua destinação é o “inimigo”, de maneira tal que, na transferência de produtos tecnológicos para a defesa se transfere também a destinação, isto é, a inimizade que comprometeu como destino o desenho do produto. Assim, nesse caso, para o militar da periferia do sistema, o material bélico importado carregado de tecnologia se apresenta como um “ser-à-mão” e a compreensão que dele tem é puramente instrumental. A história do compromisso desse material ficará sempre oculta no que aparece como instrumento e sua destinação definirá a doutrina de emprego e o objetivo visado.

A transparência com que se “mostra” o material bélico para a defesa, isto é, a facilitação da sua utilidade, paradoxalmente embasa a possibilidade de ver o que vem com ele, ou seja, a tecnologia. Em primeiro lugar, o militar da periferia que incorpora produtos tecnológicos ao seu desempenho estratégico imagina (“fetichiza”, ao dizer de Jonathan de Assis<sup>7</sup>) que no artefato (seja um objeto ou processo) está a tecnologia e que, adquirindo esse produto, adquire concomitantemente a tecnologia. O que esse militar ignora, é que todo o que está diante dos seus olhos é um processo ou produto técnico fechado e opaco; o que ele não consegue ver, porque permanece oculto pelo próprio produto, é a tecnologia que remete a um compromisso com um desenho proposto por um “demiurgo oculto”, um sistema de produção econômico de capital intensivo que não é o seu e que, por tanto, a tecnologia nunca será dele, pois ela é intrínseca a um específico modo de produção (Marcuse, 1968).

Em segundo lugar, o estrategista imagina que a incorporação de produtos bélicos com tecnologia embarcada lhe permitirá ganhos na sua liberdade de ação

---

7 Doutorado de Jonathan de Assis defendido em 2022: *A autonomia estratégica e o fetichismo da tecnologia militar na periferia do sistema internacional*.



estratégica. Todavia, em realidade pela ocultação da tecnologia, a destinação estratégica do produto está previamente definida pelo “demiurgo oculto”, o que é um óbvio limitante da liberdade estratégica pretendida. Mas também, porque ele nunca será o demiurgo dessa tecnologia, com relação à qual ficará estrategicamente dependente do centro de transferência. A estrutura de hierarquia do sistema de força da esfera de hegemonia de uma potência, define também e em função da capacidade de compra, a ordem de hierarquia do repasse de produtos tecnológicos. Assim, aquela unidade política de maior compra, poderá ter maior influência também no exercício da sua demanda de tecnologia nos produtos que adquire, solicitando menos *gap* tecnológico nas suas compras que nas compras dos seus vizinhos. Ainda assim, sempre haverá uma distância de desenvolvimento tecnológico do produto que compra daquele que usa a potência hegemônica. Por tanto, sempre dependerá dela para seu desenvolvimento tecnológico que será um desenvolvimento dependente.

Em terceiro lugar, a complexidade dos sistemas de armas incorporados pelos países dependentes acarreta consigo várias exigências: de conhecimento específico para o manuseio e a operacionalização do artefato, o que implica o envio do pessoal que empregará esse equipamento para o país de origem desse material onde será treinado no manuseio e receberá a doutrina de seu emprego. Mas não apenas o operador do artefato, senão também aqueles que se ocuparão da manutenção e, em alguns casos, do conserto. Durante o treinamento, tanto o operador quanto a equipe de manutenção sofrerão influência ideológica e doutrinária. Esses momentos são valiosíssimos para exercer, fortalecer ou consolidar influência militar e estratégica do centro sobre a periferia (Kaldor, 1986).

Em quarto lugar, as peças de recambio e a manutenção do artefato tecnológico incorporado, necessárias para suportar as condições de uso, mantêm no tempo a cadeia de dependência de insumos com o centro. A nacionalização paulatina de algumas peças do artefato, sob o argumento de diminuir a dependência do centro, em realidade, além de desviar recursos humanos e materiais na pesquisa e desenvolvimento desse material, fortalece a dependência tecnológica, dado que o sentido dessa peça está em servir a um artefato produzido por uma tecnologia que corresponde a relações sociais de produção alheias. A possibilidade de produzir uma peça de recambio do artefato não abre o acesso à tecnologia, pelo contrário, significa adquirir (com o dispêndio de tempo e dinheiro implicados) habilidades para substituir uma peça de um artefato que continua sendo tecnicamente impossível de ser construído nacionalmente, uma habilidade coerente com uma tecnologia que continuará fechada.

Em quinto lugar, a incorporação de um sistema de armamento implica a necessária reorganização social da força para adequá-la ao desempenho daquele. Normalmente a organização adequada vem incluída no pacote do sistema, com envio de assessores militares para auxiliar na reorganização e no treinamento da tropa para melhor servir ao sistema e reforçar a influência do centro sobre a periferia. A especificidade do sistema de armas também engessa a estratégia. Com efeito, por

sua especificidade, carrega consigo a definição do alvo e as condições de emprego. Quanto mais específico é um sistema de armas menor o rango de objetivos que podem ser atingidos com ele e assim restringe sua flexibilidade estratégica, como apontam corretamente Qiao Liang & Wang Xiangsui (1999). Finalmente, a aquisição de sistemas de armas, de insumos tecnológicos para a Defesa, vem embrulhada em um pacote que condiciona o uso, organização social militar e preparo específico para o manuseio, a definição de ameaças que justificam o sistema, o que em alguma medida define a doutrina e até a política de defesa.

O artefato tecnológico se instala no centro do esforço da Defesa, substituindo a política, formulando a concepção estratégica, definindo os objetivos, a doutrina e o inimigo. Ainda assim, os militares se sentem fascinados pela tecnologia embarcada nos sistemas de armas, cujo efeito sobre eles é mais simbólico, ao representar prestígio perante seus vizinhos, que eficiente para uma defesa autônoma. Eles são conscientes de que nunca terão a ponta do desenvolvimento, pois ninguém transfere tecnologia de ponta, nem sequer para seus aliados. Pode transferir artefatos bélicos com tecnologias de algumas gerações atrás, mas jamais a tecnologia, isto é, o conhecimento que permanece oculto no que aprece, todavia, ainda sabendo que essa situação subordina sua liberdade estratégica à vontade do provedor de tecnologia, ele se submete fascinado pelo artefato bélico. Por dever de ofício, o militar deve conhecer a história da guerra. Ele é consciente de que, nas guerras contemporâneas, os exércitos mais bem equipados em termos de artefatos bélicos tecnologicamente avançados foram detidos por organizações militares muito simples e que careciam de sistemas de armas tecnologicamente aprimorados. Ainda assim, preferem guiar sua reflexão estratégica, seu preparo e seu equipamento por emulação. Mas essa emulação não é meramente formal, ela é epistemológica, ela incorpora acriticamente uma epistemologia colonial que ordena teórica e conceitualmente a concepção estratégica. Talvez isso explique por que, não obstante saiba pela história contemporânea que os exércitos mais avançados, em termos de embarque tecnológico nos seus armamentos, sucumbem ante exércitos abissalmente inferiores nesses termos e, mesmo quando conseguem vitórias militares, elas não se traduzem em êxitos políticos, ainda assim, procuram denodadamente adquirir insumos tecnológicos que comprometem sua liberdade de ação estratégica. Talvez a busca de vão prestígio perante exércitos regionais em relação de dependência semelhante, ou de reconhecimento como potência subimperial, ajude a explicar o recorrente erro em que caem os militares dos países dependentes.

Convencionou-se associar a tecnologia, principalmente aos diversos aparatos digitais e modernos que existem atualmente, cuja semântica inclui um conjunto de técnicas, habilidades, meios e instrumentos utilizados para auxiliar as atividades humanas. Em especial, quando se trata dos ambientes de Segurança e Defesa, associa-se tecnologia aos dispositivos, artefatos e armamentos que permitem, facilitam ou aceleram a execução de uma atividade militar. Todavia, quanto mais tecnologia se associa aos dispositivos e processos, mais estranhos eles se tornam ao operador,

apresentando limitações que ocultam ao operador um conjunto de processos que são socialmente construídos em outras e para outras sociedades. Dentro do que se conhece como os Estudos de Ciência e Tecnologia (EC&T ou STS da sigla em inglês), as análises sobre a influência tecnológica há muito têm tratado a tecnologia como um elemento homogêneo e quase orgânico. Como afirma McCarthy (2018, p. 5), a tecnologia foi majoritariamente apresentada como uma “caixa preta” fechada, uma vez que as análises nunca se preocuparam em abordar ou “perguntar como os artefatos tecnológicos são criados, por que são criados, por quem e quais normas ou valores os objetos incorporam”. Daí que se fale da tecnologia, ignorando a concorrência de outras tecnologias. O correto é falar de tecnologias ou de realizações sociotécnicas, ou, como prefere Hui (2020), “cosmo-tecnologias”.<sup>8</sup> Por essa razão, acreditamos que ao abordar novas tendências e avaliar o que seriam as “guerras do futuro”, devemos compreender as tecnologias como um conjunto de habilidades, técnicas e artefatos humanamente controlados e carregados de valores, pois fazem parte de um sistema social e econômico e tanto seu desenvolvimento quanto seus usos “podem incorporar formas específicas de poder e autoridade” (Winner, 1980, p. 121, tradução nossa<sup>9</sup>).

Nessa discussão, consideramos essenciais as contribuições do filósofo francês Paul Virilio, em especial as noções de automação da percepção e de cronopolítica. Para Virilio (1994) as novas tecnologias podem ser subsumidas na ideia de “máquinas de visão”. A máquina de visão pode ser compreendida como uma metáfora que abarca a maioria das tecnologias ocidentais existentes, se referindo à capacidade de “analisar os seus arredores e interpretar automática e imediatamente o significado dos acontecimentos em um ambiente próximo ou distante” (Mariutti, 2020b, p. 123), produzindo imagens artificiais que prescindem de atuação humana. Essas tecnologias detêm o potencial de produzir imagens próprias e de interpretar as informações que percebem, podendo agir a partir dessa percepção. “Esta transformação radical nas formas de percepção envolve também uma mudança na experiência do tempo: um tempo muito mais acelerado, inatingível aos sentidos humanos e fora da nossa capacidade de inteligência temporal” (pp. 123-4). A aceleração do tempo mencionada introduz a ideia de cronopolítica. A cronopolítica trata da transição da análise política do território para a velocidade. “A velocidade é o lado desconhecido da política, e sempre o foi, desde o início; isso não é novo. [...] Toda sociedade é fundada numa relação de velocidade” (Virilio & Lotringer, 1984, p. 49).

O desenvolvimento tecnológico, de modo geral, pressupõe a necessidade de uma maior eficiência vinculada a uma velocidade de ação e reação cada vez mais rápida. Tal necessidade parte de uma racionalidade — ou seja, um modo de pensamento que se apresenta como lógico e universal — voltada para a eficiência, a qual

---

<sup>8</sup> Ver neste livro, de Jonathan de Araújo de Assis, “Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos”.

<sup>9</sup> Todas as citações que aparecem neste capítulo são traduzidas pelos autores.

tem sido há muito pensada especialmente para contextos bélicos. Segundo Virilio & Lotringer (1984), “a classe militar é isto, esta espécie de inteligência desenfreada cuja ausência de limites provém da tecnologia, da ciência. A máquina de guerra não é só explosivos, também é comunicações, vetorização. É, essencialmente, a velocidade da expedição” (p. 28). O autor ainda reforça que “o fenômeno positivo da tecnologia procedeu em grande parte do arsenal e da economia de guerra” (p. 32). Assim, adiciona-se a tecnologia e os esforços para o seu desenvolvimento ao contínuo entre guerra, economia e política (Lazzarato & Alliez, 2021).

Essa velocidade pode ser percebida e investigada em termos de **violência**. Yuk Hui (2016), utilizando o exemplo da modernização chinesa, aponta que “a grande aceleração ocorrida nas últimas décadas também levou a diversas formas de destruição, cultural, ambiental, social e política” (p. 7). Para ele, um dos motivos principais dessa destruição parte de “um equívoco geral de que todas as técnicas são iguais, que todas as habilidades e produtos artificiais provenientes de todas as culturas podem ser reduzidos a uma coisa chamada ‘tecnologia’” (p. 9). Assim como Foucault apontava que o poder não é gerado espontaneamente e não se funda em si mesmo, a tecnologia é também “antes de tudo uma ferramenta e que só assume significado e propósito dentro das formações sociais e culturais específicas nas quais é implantada” (Bousquet, 2009, p. 2).

## Ordem e precisão

As formas de organização política pautadas na lógica capitalista e que possuem o Estado-nação como centralizador da organização da vida social buscam constantemente formas de trazer ordem em meio a situações apontadas como caos. Essas formas de ordenamento do caos, na contemporaneidade, estão geralmente associadas ao combate de algum tipo de ameaça apresentada como prejudicial ao bem-estar social. Dentre essas formas, o uso da violência — particularmente de forma institucionalizada — é o principal instrumento empregado na busca pela ordem. Sendo assim, a prática da guerra e todo o investimento e desgaste político, financeiro e humano podem ser compreendidos como a “tentativa de impor ordem sobre o caos, de exercer controle onde ele mais ameaça escapar e de encontrar previsibilidade em meio à incerteza” (Bousquet, 2009, p. 10). A Guerra ao Terror gerenciada pelos EUA, por exemplo, que teve como principal justificativa o combate ao terrorismo desordeiro, provocou aproximadamente 900 mil mortes diretas.<sup>10</sup>

A partir dessa lógica repressiva as tecnologias se tornam elementos indispensáveis para a compreensão dos modos de reprodução da violência. O desenvolvimento científico e tecnológico também possui conexões com a tentativa de trazer

---

<sup>10</sup> Brown University, Watson Institute of International Affairs. *Costs of War*, 2021. Disponível em: <http://watson.brown.edu/costsofwar/>. Acesso em: 1.º mar. 2023.

soluções e ordem a situações desconhecidas, ou melhor, caóticas. Como aponta Grayson (2016),

Central a esse imperativo de ordenamento têm sido as tecnologias que serviram não apenas como o equipamento necessário para alcançar soluções para problemas científicos específicos que podem ter originado sua invenção, mas também como um ímpeto para propor novos problemas que, por sua vez, levaram ao avanço do conhecimento (p. 95).

O setor da Defesa serviu-se amplamente dessa lógica, tornando o desenvolvimento tecnológico e as operações e estratégias militares quase que indissociáveis. Ocorre, portanto, maior racionalização da força militar vista como um dos principais instrumentos de alcance de “objetivos políticos mais amplos e uma teorização do potencial e dos limites do uso da violência organizada, tudo em um esforço para trazer ordem e previsibilidade a atividades que de outra forma seriam deixadas inteiramente ao acaso e contingência” (Bousquet, 2009, p. 10). Nesse aspecto ganham grande destaque as tecnologias que fornecem velocidade e precisão às ações militares.<sup>11</sup> A velocidade da ação e a precisão são utilizadas como formas de expandir os limites da atuação militar, assim como também para conferir certa contenção moral às suas ações. Durante a Guerra do Vietnã, por exemplo, um dos argumentos que mais fortalecia a insatisfação popular e alguns setores políticos não era particularmente a motivação de Washington ou o total de mortos no conflito, mas sim as vidas dos soldados estadunidenses.

A partir desse e de outros casos se articulam os argumentos para lograr maiores investimentos em desenvolvimento de tecnologias que aumentem a letalidade sem colocar em risco a vida dos soldados próprios. Como diz Grégoire Chamayou (2015):

Segundo essa concepção da moral militar, dar a morte expõe sua própria vida é ruim, tirar vidas sem nunca arriscar a sua é bom. O primeiro princípio da necroética do drone é paradoxalmente vitalista. Segundo essa mesma lógica, o drone pode ser reputado em um primeiro sentido como uma arma “humanitária”: o imperativo humanitário é salvar vidas (p. 127).

A lógica da precisão reforça uma argumentação que não questiona os motivos de determinados indivíduos ou grupos serem colocados como alvos ao posicionar a efetividade e legitimidade da ação na assertividade do aparato tecnológico. No estudo específico que Chamayou (2015) apresenta sobre os *drones*, o processo de “verticalização da violência armada implica a tendência à hostilização político jurídica

---

<sup>11</sup> Ver, neste livro, de Jonathan de Araújo de Assis, “Cosmotécnica hegemônica e razão algorítmica: sistemas preditivos de vigilância e a autonomia em países periféricos”.

absoluta do inimigo. Este não está mais situado, em nenhum sentido do termo, no mesmo plano que nós” (pp. 152-3).

Os *drones* reforçam a argumentação que defende a necessidade de um olhar “superior” que tenha capacidade de realizar o controle social. Além deles, outras tecnologias — como as câmeras de vigilância, as tecnologias de informação e comunicação, os *softwares* de inteligência artificial etc. — aderem à lógica que pressupõe o controle e a punição de comportamentos considerados desviantes e tem sido cada vez mais aplicada não apenas em conflitos internacionais, mas também como policiamento interno (Peron & Alvarez, 2022). O controle a partir dessas tecnologias está associado a uma prática de defesa social, na qual “a guerra toma a forma de vastas campanhas de execuções extrajudiciais” (Chamayou, 2015, p. 37). As capacidades tecnológicas invertem a lógica da disputa e rompem com o modelo de guerra convencional e de oposição entre combatentes. “O paradigma não é o de dois lutadores que se enfrentariam, mas de um caçador que avança e uma presa que foge ou se esconde” (p. 36). O uso exclusivo da tecnologia e a autonomia de identificação conferida às máquinas de visão eliminam a necessidade do combate. Indivíduos, ou determinados grupos, são classificados como ameaças e, conseqüentemente, como alvos a serem eliminados, antes mesmo que estejam de fato engajados em alguma forma de combate.

## **Implicações à violência**

A incorporação das tecnologias e a atribuição de lógicas próprias aos artefatos auxiliam no colapso de distinções entre tempos e zonas de paz ou de guerra. Além disso, a avaliação e a desnaturalização de políticas de apagamento de subjetividades e de violências se tornam mais complicadas a partir do momento que a guerra, como fenômeno das relações internacionais declarada, geograficamente localizada e temporalmente limitada, dá lugar a “estados de violência” limitados, geograficamente indefinidos e fora da normativa internacional. Isso reforça a ausência de uma distinção exata de alvos como apenas aqueles que pertencem a uma organização armada que apresenta hostilidade ou como um Estado que realiza ações ofensivas contra outros. Como advertido por Mariutti (2020a, p. 91), “o vínculo entre percepção e destruição é um dos princípios norteadores da tecnologia de ponta aplicada ao conflito militar”. Esse vínculo contribui para a reprodução de violências cada vez mais molecularizadas que não se limitam ao confronto militar direto. Segundo Bousquet (2018, p. 193), a “guerra molecular” ofereceria “descargas intermitentes de violência como seu horizonte interminável, induzindo assim um processo de securitização doméstica mais sutil, mas potencialmente não menos abrangente”. Assim, a expansão da percepção militar e abate por meio da tecnologia moleculariza a guerra, que dissemina violência e lógicas de segurança no corpo social.

Na guerra, o ato de matar é legítimo, pois a essência do combate pressupõe a dominação ou eliminação do outro. Contudo, a partir do momento em que não há uma oposição clara entre diferentes forças combatentes organizadas nem declaração de guerra, se dissolvem as distinções entre a guerra e o crime. Para Grayson (2016, p. 76), “assassinatos e assassinatos seletivos são planejados e articulados dentro de significados culturalmente situados que vão além das racionalizações técnicas que podem fomentá-los”. Com a dispersão da violência e a desconstituição da guerra como uma luta armada molecular que gera uma violência difusa e esporádica, torna-se ainda mais complexa e difícil a distinção entre a eliminação de alvos e meros crimes. Assim, ao se atribuir a capacidade de visão global e constante e, especialmente, de interpretação à máquina de visão, naturaliza-se e perde-se de perspectiva a discussão política e social sobre a pertinência e legalidade da eliminação das consideradas “ameaças”.<sup>12</sup> Muito se discute sobre a capacidade de precisão dos *drones* ou de outras armas com potência letal. Porém, pouco se questiona sobre os princípios e os objetivos intrínsecos aos seus usos e sua legalidade. Nesse aspecto se encontra um ponto central da nossa discussão: **resgatar o caráter político-social da tecnologia aplicada à reprodução da violência**. Isso inclui também retomar as subjetividades que são ameaçadas com a naturalização do extermínio de grupos vistos como ameaçadores ou colocados como danos colaterais em prol de um “bem maior”.

As novas tecnologias levam o modelo da máquina de visão a um novo e inusitado campo de batalha: a psique. O dispositivo de controle disciplinar panóptico foucaultiano leva a violência ao corpo visível, o olhar do poder violenta os corpos de forma vigilante, exigindo comportamentos visivelmente aceitáveis. Mas a máquina de visão na concepção absoluta, que todo vê desde satélites cuja visão atravessa paredes leva o controle a outro patamar. Talvez fugindo dessa violência ostensiva e extralegal do *drone* urbano e para sair da marginalidade imposta como socialmente descartável, o ser humano se autoinduz uma violência ainda pior ao se assumir como seu empresário e ao mesmo tempo escravo de si mesmo em um castigo sem trégua nem perdão. O inimigo concorrencial não é mais o “outro”, mas ele mesmo. Perseguindo um ideal de ser humano dignificado na sua socialização, abandona e combate sua antiga ideologia de classe para deixar no seu lugar um vazio existencial que não poderá mais ser preenchido. Na voluntária perda de identidade, se desgasta e desgarra em uma concorrência consigo mesmo, procurando alcançar o ideal construído de si mesmo, o “socialmente aceitável”. Mas, na impossibilidade de alcançar esse ideal, a violência se manifesta em depressão, em neurose, em estresse e outras doenças neurológicas contemporâneas que tomam conta de si. Daí a crítica de Han (2017a) a Foucault, ao acusá-lo de não ter conseguido ver essa mudança na essência social do ser humano, que passou de uma “sociedade do controle” para

---

<sup>12</sup> Ver neste livro, de Eduardo Barros Mariutti, “A revolução molecular e violência: complexidade e sistemas preditivos de vigilância”.

uma “sociedade do cansaço” (Han, 2017b), de onde a violência já não é mais viral, como pretendia o francês, mas neuronal.

## Considerações finais

O estranhamento do ser humano com a tecnologia revela uma mutilação da sua forma originária de ser. Sequestrada e desenvolvida pelo Capital será utilizada contra ele, aperfeiçoando a sua opressão e exploração pela elite que administra o Capital. Será utilizada tanto para teatralizar o poder quanto para posteriormente ocultá-lo; para empregar a violência em guerras oportunas à lógica de acumulação amassando gerações nos campos de batalha; para iniciar vãs guerras nacionalistas que acabam canalizando as riquezas dos seus povos para alimentar a “máquina de guerra do capital”; para adquirir custosas tecnologias de segurança social, pagas pelo imposto das sociedades para ser vigiadas e punidas; para esvaziar Estados do seu sentido originário e deixá-los à mercê das decisões da centralização financeira e das empresas de vigilância que controlam os dados e seus algoritmos.

O ponto central da nossa discussão foi resgatar o caráter político-social da tecnologia, em especial suas aplicações na reprodução de violências. Ao apresentarmos as variáveis envolvidas no conceito de tecnologia e a despersonalização dos atores que executam a violência cada vez mais comum, buscamos destacar a presença dos elementos políticos e da importância de compreendermos as relações de poder presentes nessa discussão.

As noções de necropolítica e necropoder propostas por Achille Mbembe auxiliam na compreensão final sobre a relação intrínseca entre as formas de exercício do poder a partir da tecnologia e seu caráter violento. Para Mbembe (2016) as armas e máquinas de guerra procuram no aniquilamento de pessoas a criação de “mundos de morte”, que reduzem a existência de vastas populações ao descarte social, ao *status* de “mortos-vivos”. O contínuo estabelecido entre desenvolvimento tecnológico, capital, guerra e política faz parte do processo que torna as guerras da contemporaneidade, além de difusas e molecularizadas, uma forma de forçar à submissão subjetividades apontadas como fontes de ameaça ao *status quo* internacional e à coesão social. Esses processos instrumentalizam um mesmo elemento compartilhado entre as formas de violência contemporâneas, em que todos os que não sejam a elite podem ser alvos descartáveis, conforme a necessidade da lógica de acumulação do Capital que decide entre a outorga da vida útil à acumulação ou a morte.

Ao resgatar a tecnologia como a essência do ser humano dentro de um sistema sociotécnico e de considerar os mecanismos de poder que são reproduzidos com a incorporação do desenvolvimento tecnológico, resgatamos a importância de considerarmos diferentes cosmotécnicas (Hui, 2020) que imaginamos resistentes ou combatentes contra a imposição da cosmotécnica hegemônica e sua cosmopolítica brutalmente irracional. Não nós conformamos com a resignação heideggeriana



nem a crítica contratecnológica que promove o retorno a um idílico estado de natureza. **A natureza do ser humano é tecnológica.** Defendemos o resgate de cosmotécnicas que permitam combativamente defender as subjetividades ameaçadas como descartáveis pela cosmotécnica ao serviço da lógica de acumulação do Capital.

## Referências

- BOUSQUET, A. J. A. *The scientific way of warfare: order and chaos on the battlefields of modernity*. Oxford University Press, 2009.
- BOUSQUET, A. J. A. *The eye of war: military perception from the telescope to the drone*. Minnesota: University of Minnesota Press, 2018.
- BROWN UNIVERSITY. Watson Institute of International Affairs. *Costs of War*, 2021. Disponível em: <https://watson.brown.edu/costsofwar/costs/human>. Acesso em: 1.º mar. 2023.
- CHAMAYOU, G. *Teoria do Drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- FARRINGTON, B. *Mano y cerebro en la Grecia Antigua*. Madrid: Editorial Ayuso, 1974.
- FERNANDES, F. *A Função social da Guerra na sociedade Tupinambá*. 3.ª ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- FOUCAULT, M. *Segurança. Território e População: Curso no Collège de France: 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GRAYSON, K. *Cultural politics of targeted killing: On drones, counter-insurgency, and violence*. New York: Routledge, 2016.
- HAN, B.-C. *Topologia da violência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017a.
- HAN, B.-C. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017b.
- HUI, Y. *The question concerning technology in China: An essay in cosmotechmics*. Falmouth: Urbanomic, 2016.
- HUI, Y. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- KALDOR, M. *El arsenal barroco*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1986.
- LAZZARATO, M. & ALLIEZ, É. *Guerras e capital*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- LIANG, Q. & XIANGSUI, W. *A Guerra além dos limites. Conjecturas sobre a guerra e a tática na era da globalização*. Beijing: Pla Literatura and Arts Publishing House, 1999.
- MARCUSE, H. *El Hombre Unidimensional*. Barcelona: Editorial Seix Barral, 1968.
- MARIUTTI, E. As máquinas de visão: automação da percepção, vigilância preditiva e controle social. *Lugar Comum – Estudos de mídia, cultura e democracia*, n.º 60, pp. 80-96, 2020a.
- MARIUTTI, E. Guerra, complexidade e informação: automação da percepção e os sistemas preditivos de vigilância. *Revista da Escola Superior de Guerra*, vol. 35, n.º 74, pp. 117-37, 2020b.
- MBEMBE, A. Necropolítica. *Arte & ensaios*, vol. 2, n.º 32, pp. 122-51, 2016.
- MCCARTHY, D. R. Introduction: Technology in world politics. In: MCCARTHY, D. R. (org.). *Technology and World Politics*. New York: Routledge, 2018.
- PERON, A. E. dos R. & ALVAREZ, M. C. O governo da segurança: modelos

- securitários transnacionais e tecnologias de vigilância na cidade de São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, pp. 175-212, 2022.
- ROUQUIÉ, A. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.
- SUCCI JUNIOR, D. P. *Legitimizing violence: military operations within Brazilian borders*. Doutorado em Relações Internacionais – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2022.
- VIRILIO, P. *The vision machine*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- VIRILIO, P. *Guerra e Cinema*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- VIRILIO, P. & LOTRINGER, S. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WINNER, L. Do artifacts have politics?. *Daedalus*, vol. 109, n.º 1, pp. 148-64, 1980.

# **COSMOTÉCNICA HEGEMÔNICA E RAZÃO ALGORÍTMICA: SISTEMAS PREDITIVOS DE VIGILÂNCIA E A AUTONOMIA EM PAÍSES PERIFÉRICOS**

*Jonathan de Araujo de Assis*

**A** discussão proposta neste capítulo é orientada pela seguinte pergunta: de que forma a cosmotécnica militar hegemônica constrange a autonomia estratégica e decisória de países da periferia internacional? Consideramos a autonomia como resultante da relação entre os atributos estatais e as condições externas, liberando a decisão política de estrangimentos impostos por Estados mais poderosos. Essa concepção reflete uma tipologia ideal das condições de autonomia e dependência, portanto, a ação de um país não se enquadra integralmente como autônoma ou dependente nesses termos, mas sim em um complexo gradiente entre ambas (Jaguaribe, 1979; Puig, 1980).

Sob esse contexto, para que os interesses nacionais desses países sejam efetivamente soberanos, a estratégia deverá ser autônoma em relação à configuração externa estratificada e historicamente conformada, também levando em conta suas vinculações internas. Nesses termos, entendemos que há uma relação de mutualidade

entre a autonomia estratégica e a independência dos interesses nacionais; ou seja, a autonomia estratégica é tanto meio quanto fim. Como define Saint-Pierre (1993, p. 35), a autonomia estratégica é meio, no sentido de ampliar o espaço de ação, e fim, como garantia da independência dos interesses nacionais. Essa garantia não depende apenas da força militar, mas também da base industrial, da capacidade científico-tecnológica e da redução das vulnerabilidades internas decorrentes do subdesenvolvimento.

Com base nas reflexões propostas pela literatura dependentista, assentimos que a compreensão da condição de dependência estratégica dos países periféricos requer uma análise historicamente informada sobre os processos e as condições de integração desses países ao sistema internacional. Como aponta Tickner (2015, pp. 76-7), ao acentuar o papel do imperialismo e do capitalismo no estabelecimento de regras internacionais sobre o funcionamento das dimensões econômica, social e política, a perspectiva da dependência evidenciou como tais mecanismos da ordem global negam a soberania de um Estado periférico.

Motivados pela supramencionada pergunta, analisamos os efeitos da difusão dos sistemas preditivos de vigilância contemporâneos, cujo epítome material pode ser observada — ainda que não exclusivamente — nas Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARPs) e seus sistemas associados. O crescente emprego dessas tecnologias no meio militar e civil exemplifica o processo que Virilio (1994, p. 59) nomeou “automação da percepção”; isto é, a partir das inovações na visão artificial, delega-se à máquina a análise da realidade objetiva. Em suma, “as novas tecnologias da informação e do sensoriamento digital cristalizaram aparatos sociotécnicos capazes de interpretar e interferir na realidade social em um escopo e com uma velocidade inacessíveis à cognição humana” (Mariutti, 2020, p. 118).

Para Virilio (1994, p. 60), uma vez que essas “máquinas de visão” passam a criar imagens sintéticas que apenas máquinas podem interpretar, o instrumento de imagens virtuais manifesta-se à percepção humana como um enigma. A identificação desse processo levanta importantes questões a respeito da relação entre tais artefatos e a dimensão da violência. Para Suchman (2020, p. 2), a falta de clareza sobre o que exatamente compreende a inteligência artificial associada a tais sistemas preditivos, bem como a vagueza estratégica na definição dos alvos, fundamenta a tecnofilia militar sobre tais artefatos “inteligentes”— mistificando seus questionáveis aparatos de reconhecimento ao mesmo tempo que os institucionaliza.

Em linha com esse argumento, Bousquet (2017, p. 2) aponta que, sob as condições da guerra moderna, é menos o armamento que serve como extensão protética do olhar, do que a própria percepção que foi capturada por um processo de se tornar uma arma. Pela forma como integram atores civis e militares a um cada vez mais complexo aparato de reconhecimento, tais sistemas são entendidos como sociotécnica comprometida com a (re)produção das realidades que visam apreender. Um dos mais decisivos desdobramentos desse processo é a dissipação da

autonomia, dada a crescente incorporação à ordem logística da percepção militar (Bousquet, 2018, p. 20).

À luz do exposto, argumentamos que a racionalidade algorítmica é a manifestação específica da racionalidade tecnológica no contexto contemporâneo dos sistemas preditivos de vigilância. Entendemos a razão algorítmica como sustentáculo elementar da cosmotécnica militar hegemônica que, não apenas fundamenta as práticas securitárias do presente, como também orienta, por meio de imaginários de futuro, os processos de inovação e desenvolvimento tecnológicos. Compreendemos a razão algorítmica como um tipo de racionalidade distinta que, por meio da promessa de conhecimento mais preciso e tomada de decisões mais eficientes, possibilita práticas de governança e a produção de sujeitos “dataficados” (Aradau & Blanke, 2022, pp. 3-4).

Nesses termos, a partir de um olhar holístico sobre a relação de tais artefatos com a dinâmica internacional de (re)produção da dependência — e negação da autonomia decisória de países periféricos —, pretendemos oferecer ferramentas teóricas e conceituais que possam contribuir com a expansão da agenda de pesquisa. Na primeira parte do capítulo, apresentamos as categorias de tecnodiversidade e cosmotécnicas como instrumentos úteis para a análise das características da cosmotécnica militar e hegemônica e sua vinculação com a autonomia de países periféricos. Em seguida, discutimos o *drone* como artefato articulador da racionalidade algorítmica e práticas de segurança antecipatórias e preventivas. Refletimos sobre a forma como tal racionalidade reduz o campo das possibilidades estratégicas futuras. Por fim, apresentamos algumas considerações finais.

## **Tecnodiversidade e cosmotécnicas**

Tradicionalmente, o armamento é definido pela literatura de Relações Internacionais (RI) pelo seu fim; isto é, como instrumento da violência. Sob essa leitura, o armamento é concebido como elemento técnico para otimização e maximização da capacidade de empreendimento da violência, exercendo influência direta sobre sua eficiência e eficácia. Como instrumento, ao armamento caberia a mera materialização da vontade violenta tipicamente investigada a partir do conceito de interesse racional.

A repercussão mais clara dessa posição no campo das RI é a forma como os artefatos tecnológicos, ainda que possam figurar entre os elementos explicativos da dinâmica da política internacional, não são sujeitos às considerações teóricas e conceituais. Dessa forma, as análises raramente se estendem a questões relativas ao contexto, aos atores envolvidos, seus propósitos, bem como valores e normas incorporados no desenho e criação desses artefatos. Nesses termos,

os artefatos e suas (supostas) propriedades foram tomados como dados, com os analistas tratando-os como fatos estabelecidos, em vez de objetos sujeitos à contestação contínua e à interpretação de seu desenho, propósitos e usos. Não levar em conta as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que moldaram o desenho das novas tecnologias da informação deixa a história da globalização incompleta (McCarthy, 2018, p. 4, tradução nossa).

Em suma, a tecnologia permanece majoritariamente integrada aos esforços teóricos da área como uma caixa-preta que exerce a função de *explanan*, mas que apenas excepcionalmente é posicionada como *explanandum*. Mais que uma variável explicativa, entendemos que a dimensão tecnológica deve ser compreendida como fenômeno político profundamente enraizado no tecido social em diferentes níveis de análise. Portanto, é preciso compreender como pressões estruturais internacionais interagem, em relações de mútua produção, com as micropolíticas da inovação e do desenho tecnológico para a fundamentação de sistemas sociotécnicos (Fritsch, 2014, p. 117; McCarthy, 2018, p. 5).

É precisamente esse suposto truísmo de meio técnico para a realização de um fim que limita a análise do armamento como categoria fundamental na teia de interações que articulam as questões de Defesa, Segurança e as Relações Internacionais de um modo amplo. Nesses termos, argumentamos que o armamento oferece o umbral crítico para acessar uma complexa rede de relações que compreende distintos atores, conhecimentos, interesses e práticas. Em linha com Bousquet et al. (2017, p. 4), entendemos que observar essas questões nos permite aprofundar o conhecimento sobre como tais artefatos e suas transformações técnicas embarçam-se em processos de coprodução com o universo da violência organizada.

Dessa forma, pela capacidade de ordenar a atividade humana em diferentes formas, bem como por traduzir interesses e valores específicos, as inovações tecnológicas assemelham-se aos processos legislativos e políticos que fundamentam um quadro para a ordem pública; isto é, as questões que dividem ou unem as pessoas na sociedade são resolvidas não apenas nas instituições e práticas da política propriamente dita, mas também, e menos obviamente, em arranjos tangíveis de aço e concreto, fios e transistores, porcas e parafusos (Winner, 1980, p. 128, tradução nossa).

Nesse sentido, entendemos que uma aproximação com o campo de Estudos de Ciência e Tecnologia (EC&T) oferece fundamentação consistente para superar obstáculos de ordem ontológica, epistemológica e metodológica na compreensão e estudo da amplitude do armamento. Sob tal abordagem interdisciplinar, entendemos possível desenvolver considerações holísticas sobre como a dinâmica internacional produz, e dialeticamente é produzida, pela política dos artefatos técnicos. Tributárias de diferentes campos do conhecimento, as abordagens compreendidas no âmbito dos EC&T compartilham a noção de que tanto a ciência quanto a tecnologia constituem atividades sociais e, como tais, políticas. Sob esses termos, as

categorias analíticas oferecidas pelo campo permitem desnaturalizar as propriedades da ciência e da tecnologia;

as fontes de conhecimento e artefatos são complexas e variadas: não há um método científico privilegiado que possa traduzir a natureza em conhecimento, e nenhum método tecnológico que possa traduzir o conhecimento em artefatos [...]. Para os EC&T, então, ciência e tecnologia são processos ativos e devem ser estudados como tal. O campo investiga como o conhecimento científico e os artefatos tecnológicos são construídos. **Conhecimento e artefatos são produtos humanos, e marcados pelas circunstâncias de sua produção.** (Sismondo, 2010, p. 11, grifo nosso, tradução nossa).

Entendemos que a forma como essas abordagens contestam a noção de racionalidade tecnológica como lógica universal, bem como sua vinculação com a transformação e o tempo histórico, guarda importantes relações com a noção de “tecnodiversidade” elaborada por Hui (2020). Para o autor, o fenômeno da tecnologia não é único ou universal, uma vez que distintas sociedades e comunidades políticas podem apresentar diferentes formas de manifestação da tecnologia. Como aponta Lemos (2020), além de impossibilitar uma leitura complexa sobre o fenômeno, a concepção de singularidade a respeito da tecnologia também é uma ferramenta política: quem define a tecnologia como universal assume a posição de dominação, submetendo os demais à sua cosmovisão.

O conceito-chave por meio do qual Hui (2020) se opõe à percepção da técnica como fenômeno universal apartado da dimensão social é o de “cosmotécnica”. Inspirado pela virada ontológica, o autor elabora a questão da tecnologia em termos de múltiplas técnicas que diferem não apenas de forma quantitativa, funcional e esteticamente, mas também ontológica e cosmologicamente. Nesses termos, a cosmotécnica é compreendida como a “[...] unificação do cosmos e da moral por meio das atividades técnicas, sejam elas de criação de produtos ou de obras de arte. Não há apenas uma ou duas técnicas, mas muitas cosmotécnicas” (p. 25).

Portanto, como argumenta Mariutti (2022, p. 147), a técnica ocidental que se universalizou não é neutra: ela carrega consigo fundamentos morais e ontológicos que geram tensão quando imposta ou importada por cosmologias diferentes. Assim, para escapar das armadilhas decorrentes da universalização da técnica ocidental, é fundamental reinserir as demais formas técnicas na cosmotécnica da qual faz parte. Sob certas especificidades cosmológicas, toda técnica é, simultaneamente, produzida e constrangida. A partir do reconhecimento da existência de uma pluralidade cosmotécnica, é possível pensar a questão da cosmopolítica; isto é, a possibilidade de superar a modernidade sem recair na substancialização da tradição, no fascismo ou em um conflito geopolítico de grandes proporções (p. 148).

Nesse sentido, o conceito de cosmotécnica nos permite observar sistematicamente, por meio de uma noção múltipla do fenômeno tecnológico, a vinculação

entre a ação e a disputa política sobre distintos e potenciais futuros. Para Hui (2020, p. 25), diante da crise do Antropoceno, é necessário rearticular a questão da tecnologia, de modo a contemplar a existência de futuros tecnológicos alternativos sob as concepções cosmotécnicas distintas.

Pensar a tecnodiversidade implica refletir criticamente sobre a imposição unilateral da cosmotécnica ocidental que fundamenta o Antropoceno. Sob esse prisma, é necessário rearticular a questão da tecnologia; ou seja, redescobrir a multiplicidade de cosmotécnicas e reconfigurar, por meio da cosmopolítica, a ideia de história e possibilidades de futuro. Para Hui (2020, p. 10), a forma como observamos a tecnologia meramente como força produtiva e mecanismo capitalista impossibilita perceber seu potencial decolonizador e a necessidade de lançar luz sobre a tecnodiversidade.

Em linhas gerais, o que a cosmotécnica nos revela é que confrontar a concepção hegemônica de tecnologia é condição necessária para vislumbrar futuros tecnológicos alternativos. A definição da tecnologia não se encerra em sua manifestação material, ou seja, artefatos têm significado sob uma complexa rede de interações que engloba atores, objetivos, valores e normas. Dessa forma, a caracterização da tecnologia universal como fenômeno contingente, a partir da perspectiva de diversidade das possibilidades tecnológicas, é o que possibilita agir politicamente sobre a realidade moderna. Como aponta Hui (2020, p. 29), o Antropoceno é um eixo de sincronização do tempo global fundamentado sobre a noção de progresso tecnológico tendo em vista a singularidade.

Nesses termos, a reapropriação da tecnologia em sua complexidade e diversidade, em suas cosmotécnicas e visões de futuro, representa condição necessária para renunciar à ideia de um futuro tecnológico homogêneo apresentado pela tecnologia universal como único desdobramento possível. Como nos alerta Mariutti (2022, p. 131), as tecnologias da informação, fundamentadas sobre a estrutura de poder vigente, adicionaram a dimensão das potencialidades à disputa política e militar. Nesse sentido, para além do ciberespaço — a dimensão da realidade virtual —, o capital busca se assenhorar do porvir — a dimensão virtual da realidade; em outras palavras, “aliado à tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro” (Santos, 2003, p. 18).

## **Drones, racionalidade algorítmica e a desfuturização estratégica**

Partindo de um corte histórico da guerra como atividade dos Estados modernos, as forças armadas profissionais estão, constantemente, envolvidas em processos de produção e incorporação de novos materiais e equipamentos, dos uniformes às armas, das câmeras e sistemas de comunicação aos veículos, embarcações e aeronaves (Chamayou, 2015). Há um corpo literário clássico que associa esses materiais e seu



emprego em atividades de guerra como tema “técnico”, de competência exclusiva — ou prioritária — da esfera castrense. A leitura que fundamenta essa associação é a de que, para o cumprimento do objetivo estratégico, é preciso forças armadas preparadas e bem equipadas, o que inclui o recurso às tecnologias mais inovadoras da área.

No entanto, ao assumirmos uma leitura ampla sobre a tecnologia, as opções em torno dos armamentos repercutem para além de sua dimensão “estritamente técnica”, uma vez que guardam íntima relação com as dimensões cultural e organizacional da força. Como argumentam Saint-Pierre & Zague (2017, p. 318), o que oferece o melhor preparo para a próxima guerra não é o aperfeiçoamento técnico dos meios, mas a capacidade de flexibilizar a estratégia a fim de adequar os meios e as capacidades ao contexto adverso em foco.

Essa questão é particularmente relevante no contexto atual, tendo em vista que os artefatos tecnológicos são cada vez mais apresentados como a solução ideal para antecipar e reduzir os riscos, em uma sociedade que se baseia principalmente na percepção dos perigos iminentes como forma de organização social (BECK, 2009). Nesse sentido, o conjunto de profissionais especializados em prover segurança, incluindo as forças armadas, se encontram ainda mais estimulados em demandar, como argumento quase autoevidente, a necessidade de inovação material para lidar com os vários riscos à ordem e à segurança (Bigo, 2008; Balzacq et al., 2010). Como argumentam Aradau & Blanke (2022, p. 11), parte dessa demanda se volta para equipamentos e técnicas de vigilância, a fim de identificar, reduzir e gerir riscos.

Sob esse contexto, equipamentos e armamentos que sejam menos onerosos do ponto de vista material e humano — ao menos de quem os opera — são especialmente valorizados para o cumprimento dessas atividades, principalmente as máquinas operadas remotamente. Essas “máquinas de visão”, fundamentadas sobre um complexo aparato sociotécnico, possibilitaram a concretização do “olhar marcial” sobre a superfície terrestre; isto é, a disposição geral e diversos meios sociotécnicos acumulados para a organização racional da percepção com fins de dominação e controle militar (Bousquet, 2018, p. 15). As condições técnicas que possibilitaram a lógica imanente de convergência entre percepção e destruição aceleraram a dissolução das fronteiras físicas, temporais e normativas que definem o espaço do conflito e o isola da vida social cotidiana.

No entanto, cabe ressaltar que a demanda por equipamentos que reduzam a exposição humana a riscos, bem como o alinhamento entre percepção e letalidade, não são fenômenos novos. Como argumenta Chamayou (2015, pp. 25-6), a construção de máquinas operadas remotamente acompanha a corrida científica por permitir a ação humana em ambientes hostis sem se expor ao risco apresentado pelo local — tais como radiação, desmoronamento, incêndios, pressão dos oceanos, entre outros. Contudo, quando essa dinâmica se insere no contexto da violência e das atividades militares, o inimigo é tratado como material perigoso; ou seja, a identificação de uma zona hostil significa identificar indivíduos que possam ser potencialmente perigosos, categorizando-os como ameaça — ainda que potencial.

Como destaca Mariutti (2020, p. 133), dada a capacidade de processar um volume assombroso de dados em tempo real, que do ponto de vista humano não parecem possuir padrões ou correlações evidentes, os sistemas de identificação de alvos também assumem uma postura preditiva. Nesses termos, as intervenções fundamentadas sobre tais sistemas não se limitam ao manifesto da realidade, também operando no nível do possível; isto é, na dimensão virtual da realidade. Essas considerações nos indicam duas dimensões-chave para compreendermos a forma como a adoção de sistemas preditivos de vigilância podem constriar a autonomia estratégica de países periféricos: a precisão na definição dos alvos e a construção de imaginários sobre o futuro.

A noção de precisão é um dos elementos constantemente mobilizado por aqueles que compreendem as ARPs e seus sistemas associados como tecnologicamente superiores aos instrumentos militares empregados previamente. As ARPs ocupam posição central para o discurso das “guerras de baixo custo”, cuja principal reivindicação está na redução de perdas humanas ao inimigo, possibilitada pelos aparatos sociotécnicos de vigilância e identificação de alvos, pela ausência do elemento humano no teatro de operações e pela precisão dos ataques (Grayson, 2016, p. 93). Segundo Beier (2017), a associação entre precisão e armamentos altamente tecnológicos difundiu-se no imaginário social, especialmente durante a Guerra do Golfo, no início da década de 1990. Para o autor,

a construção semiótica e discursiva do que desde então tem sido divulgado como uma RAM [Revolução nos Assuntos Militares], personificada por “bombas inteligentes” e “ataques cirúrgicos”, deu origem a uma crença generalizada na possibilidade de uma “guerra de baixo custo”, na qual os Estados mais avançados tecnologicamente podem selecionar e destruir alvos com precisão sem precedentes, e colocar em prática a capacidade resultante de reduzir drasticamente os “danos colaterais” — ou seja, mitigando a morte e ferimentos de não combatentes e a destruição da infraestrutura civil (Beier, 2017, p. 5, tradução nossa).

Como complementa Beier (2017, p. 10), a lógica imanente a esse discurso é de produzir e sobrepor a crença nos armamentos à crença na condução ética dos conflitos armados. Entretanto, a ideia de precisão na definição de quais são os alvos legítimos e quais são as vidas inocentes é altamente contestável nestes contextos marcadamente caracterizados pela dissolução das distinções entre combatentes e não combatentes, bem como pela possível identificação de toda uma população como potencial ameaça. Cabe, portanto, tensionar a concepção de precisão subjacente a esse discurso.

Em consonância com Chamayou (2015, pp. 132-3), entendemos que a noção de precisão consiste em conceito tridimensional; isto é, para além da acuidade do tiro, o termo também diz respeito ao alcance dos efeitos colaterais e à identificação

dos alvos. Em relação à primeira acepção do conceito, a atual capacidade técnica dos *drones* armados permite um ataque altamente preciso em termos de acuidade do tiro; ou seja, o dispositivo balístico atingiu o alvo designado. No entanto, isso não significa que seu impacto — ou “raio de letalidade” do projétil — seja necessariamente reduzido. Dito de outra forma: “um ataque pode ser preciso ao máximo no primeiro sentido sem o ser absolutamente no segundo. É a diferença crucial entre atingir seu alvo e só atingir a ele” (p. 133).

Contudo, de particular interesse para nossa reflexão é a terceira concepção que sustenta a tese dos *drones* como dispositivo de precisão, a qual concebe a precisão técnica do armamento como equivalente à capacidade de discriminação na escolha dos alvos. A acuidade do projétil, contudo, nada diz sobre a pertinência na delimitação do alvo, tampouco a respeito dos regimes históricos e das consequências futuras sob os quais foi realizada a designação do alvo. Como argumenta Bousquet (2018), o “olhar marcial” lançado sobre a superfície do planeta (re)produz a demanda por aparatos de vigilância operados a partir de algoritmos preditivos a fim de antecipar ameaças; por conseguinte,

não se trata mais apenas de distinguir alvos pela sua filiação exibida a uma força armada hostil dentro de um teatro de guerra reconhecido. Em vez disso, corpos humanos específicos são rotineiramente identificados para eliminação com base em suas identidades individuais conhecidas ou em seus padrões de comportamento e associações interpessoais registrados (Bousquet, 2018, pp. 191-2, tradução nossa).

Em linha com essa leitura, Kindervater (2017, p. 32) observa uma violência epistemológica na forma como a racionalidade tecnológica e os modos de produção de conhecimento fundamentam a vigilância letal inscrita em tais “máquinas de visão”. Nesse sentido, a autora entende que a tendência à automação dos sistemas de armas é parte do processo de instrumentalização do conhecimento em serviço do controle, particularmente na busca de superar o erro humano como forma de alcançar a certeza. Argumento similar é levantado por Wilcox (2017, p. 14), para quem a noção de algoritmos informando a definição de alvos mistifica aspectos de raça e gênero inscritos no aparato de vigilância articulado pelos *drones*. Nesse sentido, “as decisões adotadas com base em cálculos algorítmicos [...] escondem dificuldades políticas, discriminação e violência, dentro de uma aparentemente neutra e brilhante tecnociência” (Amoore, 2009, p. 54, tradução nossa).

A partir dessas questões, entendemos necessário lançar luz sobre os aspectos políticos inscritos no desenho dos *drones* e, mais especificamente, sobre a “racionalidade algorítmica” que fundamenta a cosmotécnica militar hegemônica. Portanto, destacamos que a não tripulação dessas máquinas não significa, sob nenhuma instância, a ausência da decisão política. Esse reconhecimento da existência

de elementos valorativos inerentes aos desenhos tecnológicos aproxima-se da ideia de sistemas formais apresentada por Marcuse (2002).

Para o autor, os universos formais, em contraponto àqueles de ordem subjetiva, constituem-se neutros uma vez que não atribuem um *telos* aos objetos que entendem como meros meios. Entretanto, como destaca Feenberg (2002, p. 169), tais universos são valorativos no sentido que sistematicamente negligenciam a diferença entre os valores exógenos a um instrumento e a finalidade intrínseca a um objeto independente e autônomo em seu desenvolvimento. Dessa forma,

o hipotético sistema de formas e funções torna-se dependente de um outro sistema — um universo preestabelecido de fins, no qual e pelo qual se desenvolve. O que parece alheio, externo ao projeto teórico, mostra-se parte de sua própria estrutura (método e conceitos); a pura objetividade revela-se como objeto de uma subjetividade que fornece o *Télos*, os fins. Na construção da realidade tecnológica, não existe uma ordem científica puramente racional; **o processo de racionalidade tecnológica é um processo político.** (Marcuse, 2002, p. 172, grifo nosso, tradução nossa).

Como previamente indicado, entendemos que a racionalidade tecnológica no contexto da vigilância letal manifesta-se em termos de uma “racionalidade algorítmica” que, a partir da captura de um grande volume de dados, detectam padrões e designam modelos de conhecimento e gestão de condutas. Como nos aponta Grayson (2016, p. 11), como lógica imanente a variadas práticas de segurança, a razão algorítmica fundamenta um tipo de governamentalidade que normaliza a intervenção preemptiva sobre modos de vida desviantes do que é concebido como padrão. Segundo o autor, os modos de vida que recaem fora do padrão de normas preestabelecido são percebidos como potenciais ameaças à ordem, tendo em vista a dificuldade de controlar e antecipar seus comportamentos.

Nesse sentido, a adesão ao emprego dos *drones* por países periféricos pode ser entendida como a realização de uma “[...] política cultural constituída por valores, normas, compreensões e modos de interpretação comuns que o apresentam como um elemento necessário, se não regular, da provisão de segurança” (Grayson, 2016, p. 2, tradução nossa). Essa leitura encontra ressonância em uma das teses desenvolvidas por Alliez & Lazzarato (2021) em sua obra sobre as vinculações entre a guerra e o capital. A partir do conceito de Félix Guattari, os autores argumentam que a formatação da subjetividade necessária à produção, consumo e reprodução do capital é o nó estratégico das chamadas “guerras de subjetividade”.

Esse processo fundamenta a construção de um modelo majoritário, o identificando como padrão de normalidade, marcadamente europeu, branco e civilizado. Em oposição, ao mundo colonizado relega-se a posição de “primitivo”; isto é, sinônimo de uma situação que apenas o processo civilizador — o “desenvolvimento” — poderia corrigir. Sob essa leitura, a colonização e a acumulação primitiva do capital

não operam somente na dimensão material, mas também em dimensões imateriais; ou seja, cosmologias e universos de valor que fundamentavam a “vida subjetiva” dos povos colonizados (Alliez & Lazzarato, 2021, p. 26). Tais considerações nos levam a questionar como a razão algorítmica, por meio de seus instrumentos de computação e quantificação, atualiza práticas do colonialismo extrativista, além de promover a manutenção de certas hierarquias no ordenamento internacional.

Nesse sentido, nos alinhamos a autores críticos do campo de EC&T que, em contraponto a leituras que tendem a enfatizar as rupturas políticas e sociais promovidas pelo caráter revolucionário dos algoritmos, apontam elementos persistentes nessas transformações. Ainda que a lógica imanente da razão algorítmica os promova como eficientes e tecnicamente neutros, os algoritmos cristalizados em artefatos como os *drones* são produtos da agência e ação humana; portanto, resultam de disputas políticas que reproduzem hierarquias e divisões sociais (Benjamin, 2012; Peron, 2019; Schwarz, 2016; Müller & Richmond, 2023). Dessa forma, a incorporação dos fundamentos ontoepistêmicos da racionalidade algorítmica inscritos nos *drones* projetam para o futuro — mobilizando, portanto, a ação no presente — certos padrões do ordenamento social sob o qual foram desenhados.

Como indicado previamente, um elemento central aos processos preditivos da racionalidade algorítmica é a dimensão do futuro. A esse respeito, Bruno (2013) argumenta que o saber produzido por esses aparatos sociotécnicos visa antecipar para intervir sobre o futuro imediato; isto é, sobre o comportamento porvir. Em suma, aponta que “mecanismos automatizados de processamento de um imenso e diversificado volume buscam extrair padrões que orientam previsões e consequentemente intervenções sobre comportamentos futuros” (p. 53).

Sob essa orientação, a ação social futura, bem como nossa percepção sobre o porvir, é constantemente antecipada e projetada a fim de aumentar a probabilidade de que a ação adotada se aproxime daquele futuro sutilmente indicado pelos algoritmos. Como nos alerta Bruno (2022, p. 54), a ideia de futuro e de ação possível como universo múltiplo de possibilidades, incertezas e rupturas, são sequestrados pela prática antecipatória e preventiva dos algoritmos. Nesse sentido, entendemos que a gestão do presente como espaço de probabilidades calculáveis, bem como a modulação do universo do possível, são fundamentos do projeto político de disputa pelo futuro da cosmotécnica militar hegemônica.

O sequestro do futuro, e consequente o esvaziamento das possibilidades de ação social — ou “desfuturização”, nos termos de Fry (2015) —, carrega implicações cruciais para as dimensões da decisão e formulação estratégica. Como argumenta Saint-Pierre (1994, p. 70), o rastreamento sobre o passado e o horizonte do resultado esperado no futuro são atividades que compõem o estatuto epistemológico da Estratégia. A concepção estratégica, orientada pelo comando das ações no presente, apresenta dois momentos: a análise e a formulação. Enquanto a análise assenta-se sobre considerações do passado, a formulação se estende em direção do futuro (Saint-Pierre, 1994, p. 75). Sob essa leitura, o futuro se apresenta como

espaço de possibilidades inesgotáveis, enquanto o passado se abre como referência de experiências que informam a ação presente.

Considerando o processo de destruição sistemática dos futuros possíveis, entendemos que a aderência à cosmotécnica militar hegemônica por meio da incorporação de *drones*, animados pela razão algorítmica imanente aos sistemas de vigilância preditivos, constringe a autonomia decisória e liberdade de ação estratégica de países periféricos. Sob a fantasia de controle e prevenção promovida pelo imaginário da vigilância, a prerrogativa política na definição dos alvos subordina-se a critérios algorítmicos dessas “máquinas de visão”. Em mesma medida, a formulação estratégica limita-se à monocultura tecnocientífica da cosmotécnica hegemônica, sob a qual os meios técnicos são concebidos como instrumentos para a resolução de problemas políticos. Ainda, o empobrecimento das possibilidades do porvir em favor de uma leitura inexorável sobre o futuro carrega implicações importantes para a legitimidade razão de ser da ação política.

Por um lado, como argumenta Beier (2017, p. 11), a não aderência ao padrão de guerra por *drones* — concebidos como instrumentos legítimos da “guerra limpa” por sua capacidade de precisão — fundamenta um discurso de deslegitimação da vontade política daqueles atores que não empregam tais instrumentos modernos. Por outro, desde uma leitura weberiana, a ação do agente histórico ocorre sob uma expectativa do possível, ou como sua ação pode se inserir no porvir dos acontecimentos; ou seja, “[...] age na medida em que se considera a causa voluntária do efeito buscado [...] se este fosse necessário, isto é, se o efeito acontecesse fossem quais fossem as condições, a ação resultaria gratuita e o ato irrelevante” (Saint-Pierre, 1994, p. 74). Sob esse quadro, a aderência automática e acrítica por países periféricos à racionalidade algorítmica da cosmotécnica militar hegemônica representaria não apenas um acordo tácito com a dependência, mas também com a resignação estratégica.

## Considerações finais

A partir de uma perspectiva holística a respeito das interações entre os artefatos tecnológicos e a dinâmica internacional de (re)produção da dependência, buscamos apresentar e discutir instrumentos e categorias de análise a fim de contribuir com a expansão da agenda de pesquisa. Partindo dos conceitos de tecnodiversidade, cosmotécnica e racionalidade algorítmica, refletimos sobre como a adesão a sistemas preditivos de vigilância contemporâneos — em particular por meio da incorporação de *drones* — por países periféricos pode constringer a autonomia decisória e estratégica desses países. Nesse sentido, não compreendemos a tecnodiversidade como mera afirmação da variedade de técnicas — ou cosmotécnicas — existentes, mas como um fundamento ontológico que reúne técnicas e formas de vida.

A abordagem cosmotécnica, portanto, argumenta que toda tecnologia possui um fundamento ontológico (PARRA, 2022, p. 344). Dessa forma, entendemos necessário problematizar leituras que assumam as inovações e transformações tecnológicas como desenvolvimentos inevitáveis e produtos de um processo linear unidirecional. Assim como qualquer tecnologia, os algoritmos são produtos da ação humana; portanto, cristalizam nos artefatos a resolução de múltiplas disputas políticas entre valores e interesses difusos. O reconhecimento de que a razão algorítmica consiste em um componente de uma cosmotécnica específica — e não uma “tecnologia” como categoria abstrata e universal — é o primeiro passo para a identificação de cosmotécnicas alternativas.

Entendemos que a luta tecnopolítica passa pela afirmação da tecnodiversidade para a concretização de cosmotécnicas alternativas que, em uma relação de indissociabilidade, revelem outras formas de vida. Nesses termos, argumentamos que o caminho para a autonomia decisória e estratégica de países periféricos, para além de buscar intervenções reformistas sobre o sistema tecnológico hegemônico, deve vislumbrar potenciais futuros tecnológicos alternativos em fundações ontológicas outras. Isso implica a cartografia e na afirmação de cosmotécnicas, práticas e imaginários tecnológicos alternativos ao modelo hegemônico moderno a fim de rearticular a questão da tecnologia. Dessa forma, como estratégia urgente, é preciso buscar no universo da tecnodiversidade, cosmotécnicas resistentes à feitiçaria do progresso e à pobreza da monocultura tecnocientífica.

## Referências

- ALLIEZ, É. & LAZZARATO, M. *Guerras e Capital*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- AMOORE, L. Algorithmic War: Everyday Geographies of the War on Terror. *Antipode*, vol. 41, n.º 1, pp. 49-69, 1.º jan. 2009.
- ARADAU, C. & BLANKE, T. Introduction. In: ARADAU, C. & BLANKE, T. *Algorithmic Reason*. Oxford: Oxford University Press, 2022, pp. 1-18.
- BALZACQ, T.; BASARAN, T.; BIGO, D.; GUITTET, E. & OLSSON, C. Security Practices. In: DENEMARK, R. (org.). *International Studies Encyclopedia Online*. Blackwell Publishing, 2010. Disponível em: <http://www.open.ac.uk/researchprojects/iccm/files/iccm/olsson-christian-publication7.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- BECK, U. *World at risk*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- BEIER, J. M. Short circuit: retracing the political for the age of ‘autonomous’ weapons. *Critical Military Studies*, vol. 6, n.º 1, pp. 1-18, 2 jan. 2017.
- BENJAMIN, M. *Drone Warfare: Killing by Remote Control*. New York; London: OR Books, 2012.
- BIGO, D. Globalized (in)security: The field and the ban-opticon. In: BIGO, D. & TSOUKALA, A. *Terror, Insecurity and Liberty Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. New York: Routledge, 2008.

- BOUSQUET, A. Lethal visions: the eye as function of the weapon. *Critical Studies on Security*, vol. 5, n.º 1, pp. 62-80, 2017.
- BOUSQUET, A. *The Eye of War: Military Perception from the Telescope to the Drone*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.
- BOUSQUET, A.; GROVE, J. & SHAH, N. Becoming weapon: an opening call to arms. *Critical Studies on Security*, vol. 5, n.º 1, pp. 1-8, 2017.
- BRUNO, F. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.
- BRUNO, F. Racionalidade algorítmica & subjetividade maquínica. In: SANTAELLA, L. (org.). *Simbioses do Humano e Tecnologias*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
- CHAMAYOU, G. *Teoria do Drone*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- FEENBERG, A. *Transforming technology: a critical theory revisited*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- FRITSCH, S. Conceptualizing the Ambivalent Role of Technology in International Relations: Between Systemic Change and Continuity. In: MAYER, M.; CARPES, M. & KNOBLICH, R (orgs.). *The Global Politics of Science and Technology*, vol. 1: Concepts from International Relations and Other Disciplines. Berlin: Springer, 2014.
- FRY, T. *City futures in the age of a changing climate*. Londres: Routledge, 2015.
- GRAYSON, K. *Cultural politics of targeted killing: on drones, counter-insurgency, and violence*. Abingdon: Routledge, 2016.
- HERRERA, G. L. Technology and International Systems. *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 32, n.º 3, pp. 559-93, 24 dez. 2003.
- HUI, Y. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- JAGUARIBE, H. Autonomia periférica y hegemonía céntrica. *Estudios Internacionales*, n.º 45, pp. 91-130, 1979.
- KINDERVATER, K. H. The technological rationality of the drone strike. *Critical Studies on Security*, vol. 5, n.º 1, pp. 28-44, 2017.
- LEMONS, R. Apresentação: contra o derrotismo em face da tecnologia. In: HUI, Y. *Tecnodiversidade*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- MACKENZIE, D. *Inventing Accuracy: A Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- MARCUSE, H. *One-Dimensional Man: Studies in the ideology of advanced industrial Society*. London and New York: Beacon Press, 2002.
- MARIUTTI, E. B. Guerra, complexidade e informação: automação da percepção e os sistemas preditivos de vigilância. *Revista da Escola Superior de Guerra*, vol. 35, n.º 74, pp. 117-37, 15 out. 2020.
- MARIUTTI, E. Tecnodiversidade, cosmotécnica e cosmopolítica: notas sobre o pensamento de Yuk Hui. *Lugar Comum*, n.º 62, 2022.
- MCCARTHY, D. R. Introduction: Technology in world politics. In: MCCARTHY, D. R. (org.). *Technology and World Politics*. New York: Routledge, 2018, pp. 1-21.
- MÜLLER, F. I. & RICHMOND, M. A. The technopolitics of security: Agency, temporality, sovereignty. *Security Dialogue*, vol. 54, n.º 1, pp. 3-20, 23 fev. 2023.



- PARRA, H. Z. M. Da tecnopolítica às lutas cosmotécnicas: dissensos ontoepistêmicos face à hegemonia cibernética no Antropoceno. In: KLEBA, J.; CRUZ, C. & ALVEAR, A. (orgs.). *Engenharias e outras práticas técnicas engajadas: diálogos interdisciplinares e decoloniats*. Campina Grande: EDUEPB, 2022.
- PERON, A. Predictive Surveillance Systems and the Dispositif of Precautionary Risk: An Approach on Big Data Technologies in United States' Armed Drones and Policing Activity. *Strife Journal*, Issue, vol. 10, 2019.
- PUIG, J. *Doctrinas internacionales y Autonomía latinoamericana*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1980.
- SAINT-PIERRE, H. O tempo e a estratégia: a natureza temporal do objeto da estratégia: implicações epistemológicas. *Premissas*, vol. 12, pp. 69-86, 1994.
- SAINT-PIERRE, H. Racionalidade e estratégias. *Premissas*, Caderno 3, abr. 1993.
- SAINT-PIERRE, H. L. & GONÇALVES, L. J. C. Nem Revolução Militar (RM) nem Revolução em Assuntos Militares (RAM), apenas mudanças de longa duração condensadas na guerra pelo gênio militar. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 5, n.º 2, pp. 13-36, 2018.
- SAINT-PIERRE, H. L. & ZAGUE, J. A. A indústria de defesa e a autonomia estratégica: a posição do Brasil e a cooperação em Defesa na América do Sul. *Revista da Escola de Guerra Naval*, vol. 23, n.º 2, pp. 297-327, 2017.
- SANTOS, L. A informação após a virada cibernética. In: SANTOS, L. *Revolução Tecnológica, Internet e Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SCHWARZ, E. Prescription drones: On the techno-biopolitical regimes of contemporary 'ethical killing'. *Security Dialogue*, vol. 47, n.º 1, pp. 59-75, 1.º fev. 2016.
- SISMONDO, S. *An Introduction to Science and Technology Studies*. Second edition. Malden; Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.
- SUCHMAN, L. Algorithmic warfare and the reinvention of accuracy. *Critical Studies on Security*, vol. 8, n.º 2, pp. 175-87, 3 maio 2020.
- TICKNER, A. Autonomy and Latin American International Relations thinking. In: DOMÍNGUEZ, J. & COVARRUBIAS, A. (orgs.). *Routledge Handbook of Latin America in the World*. Abingdon: Routledge, 2015.
- VIRILIO, P. *The Vision Machine*, vol. 22. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- WILCOX, L. Embodying algorithmic war: Gender, race, and the posthuman in drone warfare. *Security Dialogue*, vol. 48, n.º 1, pp. 11-28, 2017.
- WINNER, L. Do artifacts have politics?. *Daedalus*, vol. 109, n.º 1, pp. 148-64, 1980.



## **SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES**

### **Adriana Marques**

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1996), mestra em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2007). É professora adjunta do Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde também é diretora de Extensão. Atualmente é professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Coordena o Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (DGEI/UFRJ) e a área temática de Ensino, Formação Profissional e Pesquisa em Defesa da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Foi pesquisadora visitante no Watson Institute for International Studies da Brown University e no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2011-2015) e diretora da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) onde exerceu as funções de secretária adjunta, secretária executiva (biênio 2012-2014) e vice-presidente (biênio 2014-2016).

### **Ana Penido**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011); mestrado em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (2015); e doutorado em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) em 2019. Atualmente é bolsista FAPESP de pós-doutorado em Ciência Política na UNICAMP. É pesquisadora do

Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES-UNICAMP) e coordenadora do Observatório de Defesa do Instituto Tricontinental. Autora de *Ninguém Regula a América*, publicado pela Editora Expressão Popular em 2021.

### **Diego Lopes da Silva**

Pesquisador sênior do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI), que é parte do Programa de Gastos Militares e Produção de Armas. Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Possui doutorado em Paz, Defesa e Segurança Internacional pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Em sua pesquisa interessa-se pela interação entre gastos militares e instituições políticas.

### **Eduardo Barros Mariutti**

É livre-docente em História do Pensamento Econômico (UNICAMP), doutor em Economia (Unicamp), mestre em História Econômica (UNICAMP) e graduado em Sociologia. Atualmente é professor associado do Instituto de Economia da UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Atua predominantemente na área de História Econômica Geral, Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais.

### **Eduardo Mei**

Docente de Sociologia do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP (Universidade Estadual Paulista). Doutor em História pela UNESP (2009) pós-graduado em Filosofia UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e graduado em Ciências Sociais pela UNICAMP. Pesquisa principalmente nos seguintes temas: Sociologia e Teoria da Guerra e das Relações Internacionais; Relações Civil-Militares; Teorias das Ciências Histórico-Sociais, Neokantismo e Historicismo; Teoria da Estratégia. É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da UNESP, no qual coordena o Observatório de Conflitos (OC) e o Observatório de Política Exterior (OPEX). @: eduardo.mei@unesp.br

### **Héctor Saint-Pierre**

Licenciado em Filosofia pela Universidad Nacional de La Plata, Argentina. Mestre em Lógica, Epistemologia e Filosofia da Ciência e Doutor em Filosofia Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Livre-docente em Filosofia e professor titular em Segurança Internacional pela Universidade Estadual Paulista. Desde outubro de 2015 desempenha-se como coordenador-executivo do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP. Coordena a área de “Paz, Defesa e Segurança Internacional” da pós-graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”. Fundador e líder do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). Membro do Diretório da Red de Seguridad y

Defesa de América Latina (RESDAL) desde sua fundação. Membro do Conselho Consultivo do Instituto Questão de Ciência. Presidente da Associação Russo-Latino-americana de Estudos Estratégicos. Pesquisador emérito de Security and Defense of the Americas (SEDE Américas). Membro de vários conselhos editoriais e revisor de diversas publicações científicas. Possui diversos livros e vasto quantitativo de publicações em periódicos especializados, capítulos de livros, e muitos artigos de opinião em veículos de comunicação. Atua na área de Ciência Política e Relações Internacionais, com ênfase em Integração Internacional, Segurança Internacional, Cooperação em Defesa, Conflito, Guerra e Paz.

### **Isabel dos Anjos Leandro**

Possui graduação, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Diretora da Fundação Perseu Abramo (2017-2020). Professora convidada Ciência do Estado (UFMG) (2020-2021). Professora substituta Universidade Federal Fluminense (UFF) (2021). Professora substituta na PUC-MINAS (2009-2023). Assessora Parlamentar – Assembleia Legislativa de Minas Gerais, atuando principalmente, na formação política, sistematização do conteúdo programático do mandato participativo, desenvolvimento das pautas de gênero e raça, e articulação partidária. Graduada em Direito. Em fase de desenvolvimento de pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual de São Paulo (IPPRI-UNESP). Autora do artigo: “A força do direito: as lutas sociais de ontem e hoje” (USP, 2022); Coautora dos artigos: “Quem colocou o Urso no “campo da morte”? Conflito internacional de hegemonias irrompe belicamente na Ucrânia” (GEDES, 2022); “A democracia brasileira” (mandato participativo Marquinho Lemos, 2019); “Reflexões sobre as práticas educativas, defesa e promoção dos direitos das crianças e adolescentes no Espaço Criança Esperança de Belo Horizonte” (PUC Minas -2010).

### **Jonathan de Araújo de Assis**

Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC/SP). Graduado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (FCHS-UNESP). Pesquisador no Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e integrante do Grupo de Elaboração de Cenários Estudos de Futuro e da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PROCAD-DEFESA). Atualmente, desenvolve pesquisa de pós-doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP).

### **Jorge M. Oliveira Rodrigues**

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe; e mestrado em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação

San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Atualmente é doutorando em Relações Internacionais pelo San Tiago Dantas. É pesquisador do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social.

### **José Augusto Zague**

Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Atualmente, é membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES-UNESP) onde colabora com a Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PROCAD-DEFESA) e com o Projeto Internacional de Extensão Observatório de Política Exterior. É colaborador do Observatório da Defesa e Soberania do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Desenvolve pesquisa sobre os processos de desenvolvimento e produção colaborativa internacional de armamentos. Atua na área de Relações Internacionais, com ênfase em Integração Internacional, Segurança Internacional, Cooperação em Defesa, Indústria de Defesa. E-mail: j.zague@unesp.br

### **Juliano Cortinhas**

É assessor na Casa Civil da Presidência da República (desde fevereiro de 2023) e professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB) desde junho de 2016. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná, mestrado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. É coordenador geral do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Internacional (GEPsi-UnB). Foi professor visitante (bolsista CAPES) na University of Virginia (EUA) no primeiro semestre de 2022. Foi chefe de gabinete do Instituto Pandiá Calógeras, no Ministério da Defesa (2013-2016). Atuou como assessor da Assessoria de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2012-2013). Foi professor visitante na University of Delaware (EUA) entre 2011 e 2012. Foi professor de cursos de Relações Internacionais em diversas instituições brasileiras e coordenador de Relações Internacionais no Centro Universitário Curitiba de fevereiro de 2010 a julho de 2012. Atua na área de Relações Internacionais, nos seguintes temas: Teoria de Relações Internacionais, Segurança e Defesa, Política Externa Brasileira e Política Externa Estadunidense.

### **Leandro José Clemente Gonçalves**

Mestre e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Campus Franca). É membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (UNESP). É professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

### **Marcio Pochmann**

Professor de Economia, colaborador na UNICAMP, ex-presidente do IPEA e autor de diversos artigos e livros sobre Economia, Sociedade e Políticas Públicas.

### **Mariana da Gama Janot**

É doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), mestre em Estudos Estratégicos e bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mobilidade acadêmica na Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis. Atualmente, é membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (UNESP) onde colabora com a Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PROCAD-DEFESA), e com o Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro, e membro do Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (EPPEN-UNIFESP).

### **Matheus Dalbosco Pereira**

É doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na linha de pesquisa de Segurança Internacional. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria e Bacharel em Relações Internacionais pela mesma instituição. Atualmente é pesquisador bolsista de doutorado do Projeto PROCAD-DEFESA ASTROS; membro da equipe editorial da *newsletter* mensal, o *Boletim ASTROS*; e sócio-estudante da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Possui especial interesse na área de Defesa, Segurança Internacional, História das Relações Internacionais e nos processos históricos de Formação e Construção de Estados.

### **Mayara Zorzo**

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp-Unicamp-PUC-SP). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (FCHS-*Campus* de Franca). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D). Bolsista FAPESP (2022/16443-8).

### **Raphael Padula**

Diretor do Departamento de Fundos e Investimentos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); professor permanente da pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, desde 2009, professor associado da área de Economia Política Internacional da UFRJ; graduado em Ciências Econômicas pela UFRJ, mestre e Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE-UFRJ. Foi

pesquisador-bolsista do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em diversos projetos ligados à Integração Sul-Americana entre 2010-2012 e 2018-2021. Foi professor visitante na Universidade de Estocolmo no Mestrado Laglobe (Latin America in a Global World). Editor da *Revista Oikos* desde 2002. Membro do Comitê Científico da Associação Brasileira de Relações Internacionais 2022-2023.

### **Rodrigo Lentz**

É doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e advogado, com graduação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisa sobre o pensamento político dos militares brasileiros e a justiça de transição, com artigos científicos, capítulos de livros, artigos de opinião, entrevistas e o livro *República de Segurança Nacional* (2022) publicados. Foi consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), coordenador da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e coordenador de campo da 8.<sup>a</sup> Pesquisa Legislativa Brasileira (FGV/Oxford). Atualmente integra o grupo de pesquisa “Democracia e Sociedade” (Demodê/UnB), é pesquisador sênior do observatório sobre Defesa e Soberania Nacional do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, professor substituto do Instituto de Ciência Política da UnB, professor convidado do curso de Especialização em Direitos Humanos e Políticas Públicas da UNISINOS, membro do Instituto Front – Estudos Contemporâneos e Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania do Brasil.

### **Samuel Alves Soares**

É professor associado da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Pós-doutorado em Relações Internacionais pela Georgetown University. Doutorado e mestrado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela mesma universidade. Pesquisador do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES/UNESP). Coordenador do Grupo de Elaboração de Cenários e Estudos de Futuro da UNESP. Foi presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) no biênio 2010-2012. Membro da diretoria da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) (2021-2022). Coordenador adjunto acadêmico da área de Ciência Política e Relações Internacionais da CAPES (2022-2026). Atua na área de Relações Internacionais, com ênfase em Defesa e Segurança Internacional, Integração Internacional, Conflito, Guerra e Paz e Relações Civis-Militares. Coordenador da Rede Development, International Politics and Peace (CAPES-Print) da UNESP. Coordenador da Rede de Pesquisa em Autonomia Estratégica, Tecnologia e Defesa (PAET&D - PROCAD-DEFESA). Bolsista de Produtividade 2 pelo CNPq. Foi assessor da Comissão Nacional da Verdade



### **Sebastião C. Velasco e Cruz**

Professor titular de Ciência Política e de Relações Internacionais da UNICAMP. Coordenador do INCT para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU), é autor de dezenas de artigos e livros sobre política brasileira, economia política internacional e política internacional contemporânea, entre os quais *Trajetórias. Capitalismo neoliberal de reformas econômicas nos países da periferia; Os Estados Unidos no Desconcerto do Mundo. Ensaios de interpretação; Estados e Mercados. Os Estados Unidos e o Sistema Multilateral de Comércio; e Contracorrente. Ensaios de Teoria, Análise e Crítica Política.*

### **Suzeley Kalil**

Livre-docente em Ciência Política, é professora da graduação em Relações Internacionais (FCHS-UNESP), do Programa de Pós-Graduação Interinstitucional (UNESP-UNICAMP-PUC-SP) em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, e pesquisadora (Pq-2) do CNPq. Entre suas publicações destaca-se a coorganização, com E. Mei e C. C. Silveira, de *De Cuba à Patagônia: a educação militar no novo milênio* (Editora UNESP, 2021).



**P**erguntamo-nos aflitos o que o futuro nos reserva. A inquietação se justifica. Enfrentamos uma policrise, “a inédita convergência de três crises que se agravam mutuamente: a de acumulação do capital, a climática e a hegemônica”. Por isso, indagamos o que virá; suspeitamos que talvez não haja nem futuro nem vida. Entretanto, como dizia Paulo Freire, é preciso esperar: superar o trauma decorrente de um passado que nos assombra e romper a inércia perante um futuro que nos atormenta. O livro *Entre as assombrações do passado e as sementes do futuro* contempla perspectivas globais e de longa duração, vinca-se na situação brasileira e discorre sobre as ferramentas necessárias à lavoura, mormente as tecnologias que incidem sobre a violência que nos oprime e a defesa que almejamos.

